

COLETÂNEA SOBRE
ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

PRÊMIO MARGARIDA ALVES
4ª EDIÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA

Karla Hora
Marcela Rezende
Gustavo Macedo
(Orgs.)



Karla Hora
Marcela Rezende
Gustavo Macedo
(Orgs.)



COLETÂNEA SOBRE
ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

PRÊMIO MARGARIDA ALVES
4ª EDIÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Brasília, 2015

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

ONAU RUANO
Secretário de Agricultura Familiar

PATRÍCIA DE LUCENA MOURÃO
Secretária interina de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

SÉRGIO ROBERTO LOPES
Secretário de Regularização Fundiária
na Amazônia Legal

KARLA EMMANUELA RIBEIRO HORA
Diretora de Políticas para Mulheres Rurais

FÁTIMA BRANDALISE
Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural

Karla Hora
Marcela Rezende
Gustavo Macedo
(Orgs.)



COLETÂNEA SOBRE
ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

PRÊMIO MARGARIDA ALVES
4ª EDIÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA

NEAD Especial 19

Copyright 2015 MDA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

www.mda.gov.br

Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR)

Setor Bancário Norte Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - 9º andar. 70040-908, Brasília-DF

Organização do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero – 4ª Edição

Renata Leite

Karla Hora

Equipe editorial

Edição e preparação de originais:

Marcela Rezende e Gustavo Macedo

Produção gráfica e editorial:

Ana Carolina Fleury

Revisão, projeto gráfico, diagramação e impressão:

Gráfica e Editora Ideal

Tiragem: 2.000 exemplares

Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” – PCT IICA /NEAD

Publicação realizada em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR e NEAD), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com a colaboração da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNMTR/Contag), Movimento da Mulheres Camponesas (MMC), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil), Conselho Nacional de Populações Extrativistas (SME/CNS) e o Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição / Karla Hora, Gustavo Macedo, Marcela Rezende, orgs.

– Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

280 p.

Prêmio Margarida Alves – Mulheres e Agroecologia.

ISBN: 978-85-8354-007-6

1. Mulher. 2. Agronomia. 3. Ecologia. I. Hora, Karla, ed.
II. Macedo, Gustavo, ed. III. Rezende, Marcela, ed.

CDU 306.334.5

CDU 502.22

CDU 631.95

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, pelo compromisso com os trabalhos, à Comissão Avaliadora, cuja composição foi indicada pelas entidades parceiras.

Na categoria Ensaio Inédito, agradecemos à dedicação de Laetícia Medeiros Jalil, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, da Universidade Federal de Pernambuco, Marisa de Fátima Lomba de Farias, da Universidade Federal da Grande Dourados, Aparecida Hurtado Soares, da Universidade Federal Rural da Amazônia, e Hildete Pereira de Melo, da Universidade Federal Fluminense.

Na categoria Relatos de Experiência, além da participação das professoras Laetícia e Rosineide, agradecemos à atuação de Ramonildes Alves Gomes, da Universidade Federal de Campina Grande, e de Vanessa Schottz Rodrigues, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na categoria Memórias, agradecemos novamente a Laetícia Jalil por sua atuação e às representantes dos movimentos sociais que puderam participar: Alessandra Lunas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Tereza Almeida Cruz, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e Atiliana da Silva Vicente Brunetto, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

INTRODUÇÃO 11

CATEGORIA ENSAIO INÉDITO

TRANSFORMANDO SABERES E EMANCIPANDO
MULHERES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FARMÁCIA
COMUNITÁRIA NO BRASIL MERIDIONAL *Adriana Samper Erice e
Vinícius Cosmos Benvegnú* 17

MULHERES E QUINTAIS FLORESTAIS: A “AJUDA
INVISÍVEL” AOS OLHOS QUE GARANTE A
REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA AMAZÔNICA *Amanda Paiva Quaresma* 35

MULHERES DA BORBOREMA: CONSTRUINDO A
IGUALDADE DE GÊNERO E A AGROECOLOGIA *Julia Scaglioni Serrano* 45

GESTÃO FEMININA, LUTA E RESISTÊNCIA
EM ÁGUA BOA II, MINAS GERAIS *Livia Tavares Mendes Froes* 65

AGRICULTORAS FAMILIARES: RESISTÊNCIA
E CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS AO
AGRONEGÓCIO *Ludmilla Luciano de Carvalho* 83

PELA VIDA DAS MULHERES E DA
AGROECOLOGIA: AS AÇÕES DO POLO SINDICAL
DA BORBOREMA E SEUS PARCEIROS NO AGRESTE
PARAIBANO *Pablo Melquisedeque Souza e Silva* 93

MENÇÃO HONROSA: FEMINISMO E LIBERDADE
NO CAMPO: A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO
DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) PARA A
FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FEMINISTA *Mirla Cisne Álvaro* 111

CATEGORIA RELATOS DE EXPERIÊNCIA

MULHERES PROTAGONIZANDO AGROECOLOGIA
NO NORDESTE DO BRASIL *Gabriela Monteiro Araújo* 133

PROJETO GÊNERO E COMERCIALIZAÇÃO	<i>Iara Rossi e Cacilda Sueli Mandelli</i>	141
PARA ALÉM DA ESPERANÇA, A MUDANÇA: MULHERES AGRICULTORAS E AS ALTERNATIVAS À CULTURA DO FUMO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	<i>Lauren Albrecht Bastos</i>	157
MULHERES E AGROECOLOGIA: MULTIPLICADORAS AGROECOLÓGICAS TRANSFORMANDO O SEMIÁRIDO	<i>Magnólia Azevedo Said e Sarah Luiza de Souza Moreira</i>	171
A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LIDERANÇA DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO LAGOA DE OUTRA BANDA	<i>Mauricélia de Souza Silva</i>	191
MENÇÃO HONROSA: RESGATE DA CULTURA ALIMENTAR NA LINHA SIMONETTI, MUNICÍPIO DE IVORÁ/RS	<i>Ângela Beatriz Araújo Pereira, Leani Ber- toldo, Leila Ghizzoni, Magda Aparecida Limberger Tonial</i>	207
MENÇÃO HONROSA: GUERREIRA E TRANSFORMADORA: SEU NOME É LENIR	<i>Maria Laudence Alves Oliveira</i>	217
CATEGORIA MEMÓRIAS		
MULHERES QUE MUDARAM O DESTINO DE UMA COMUNIDADE	<i>Ângela Líbio da Paixão e Grupo de Mulheres do Acampamento Recanto da Natureza</i>	225
NAS TERRAS DE AREIA, UMA ENTRE TANTAS MARIAS SEMEIA SABERES HÁ QUASE UM SÉCULO	<i>Francisca Regilma de Santana Santos</i>	233
TRAJETÓRIAS DAS AGRICULTORAS EM SIMONÉSIA, MG: CONQUISTAS E DESAFIOS	<i>Sônia Aparecida de Souza</i>	245
MENÇÃO HONROSA: A GARRA DAS MULHERES NAS GERAIS	<i>Isabel Olívia da Cunha Neder</i>	255
MENÇÃO HONROSA: MULHER DE FIBRA: POR VIDA E PROFISSÃO	<i>Mary Vitória Delazzari e Angélica Patrí- cia de Almeida</i>	265
AUTORAS E AUTORES		273



APRESENTAÇÃO

Esta coletânea contém os trabalhos premiados na 4ª edição do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Diretoria de Políticas para Mulheres (DPMR) e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Rede de Estudos Rurais, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais, e os movimentos sociais de mulheres rurais ligadas ao campo, às florestas e às águas.

O Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais tem importante papel por estimular o pensamento crítico sobre as práticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres no meio rural, servindo de instrumento para combate às desigualdades de gênero no campo.

Sua proposta é inovadora, na medida em que valoriza aqueles que refletem sobre as mulheres rurais e reconhece a produção intelectual de quem trabalha diretamente com ações de assistência técnica e extensão rural voltadas a essas trabalhadoras. Mas, certamente, um dos seus destaques encontra-se na evidência das agricultoras familiares e camponesas, ao premiar, em modalidade específica, suas memórias de lutas, sonhos e conquistas.

Mulheres e Agroecologia, tema dessa 4ª edição, registra a participação das mulheres rurais na produção agroecológica e revela as diferentes estratégias adotadas na produção de alimentos saudáveis. Elas são responsáveis, em grande medida, pelo alimento destinado ao autoconsumo familiar e por práticas de manejo ambiental adequadas a seleção e preservação de sementes crioulas. Representam 48% da população rural e são responsáveis por menos de 16% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

O conteúdo dessa edição dialoga com um conjunto de políticas públicas de apoio e estímulo à produção agroecológica, executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pactuadas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Dentre essas políticas, destaca-se a Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológica, a primeira a incorporar 50% de mulheres em seu público beneficiário, além das ações do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, cujos projetos apoiados já possibilitaram atendimento de mais de 138 mil mulheres em ações de capacitação para produção, beneficiamento e comercialização com foco na agroecologia e na economia feminista solidária, até mesmo na reforma agrária, em que elas representavam 70% dos beneficiários em 2014.

Esta publicação adquire, ainda, significado profundo, ao marcar e revelar a luta de milhões de mulheres por um mundo com igualdade, representando, também, elemento relevante para promoção da autonomia das agricultoras e camponesas, reverenciado nas atividades do Ano Internacional da Agricultura Familiar.

Em suas três primeiras edições, foram premiados 24 trabalhos, com destaque para três menções honrosas. Nesta edição, mais de quarenta trabalhos concorreram a três modalidades – Ensaio Inédito, Relato de Experiências e Memórias –, o que totaliza quatorze trabalhos premiados e cinco menções honrosas.

Por fim, este livro, junto com as demais coletâneas do Prêmio, contribui para formulação e qualificação das políticas públicas, consolidando a participação das entidades representativas das agricultoras familiares em suas diferentes representações – as agricultoras familiares; assentadas da reforma agrária; assentadas do crédito fundiário; mulheres extrativistas; mulheres das águas; pescadoras artesanais; indígenas; mulheres quilombolas; quebradeiras de coco; geraizeiras; mulheres faxinalenses; mulheres caiçaras; pantaneiras; mulheres pertencentes às populações fundo e fecho de pasto; mulheres catadoras de mangaba; ciganas; pomeranas e retireiras do Araguaia, em suas diferentes condições etárias – e a comunidade acadêmica no processo de democratizar o Estado e fazê-lo uma Pátria Educadora.

Desejamos a todas e a todos boa leitura!

Patrus Ananias
Ministro do Desenvolvimento Agrário



INTRODUÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA: SABERES, AUTONOMIA E RESISTÊNCIA

Laetícia Jalil¹

Registrar, escrever, sistematizar, colocar em letras, “apresentar em registro público para dar autenticidade”² à história das mulheres rurais no Brasil, seus afazeres e lutas é parte do reconhecimento de que elas são sujeitos políticos, produtoras e detentoras de saberes indispensáveis para reprodução do campesinato, para manutenção de formas de vida e de produção diferenciadas, em que a relação com a terra e com a produção de alimentos vai além da lógica de mercado, além da lógica do capital. As mulheres rurais, no Brasil, em suas práticas agroecológicas, produzem para viver com dignidade: elas produzem pela vida!

O Movimento de Mulheres no Brasil toma para si diversas lutas pela promoção de igualdade e autonomia econômica e social, tais como a de acesso a políticas públicas, direitos sociais e reconhecimento político, relação e negociação com o Estado, e nisso temos avançado demasiadamente. Mas algo de novo surge no cenário das ações públicas: queremos nova política, que reconheça os saberes e as práticas das mulheres rurais e, assim, ressignifique as suas ações.

Esse reconhecer nos convoca para promover mudança profunda de paradigmas, de reaprender a enxergar e de se abrir para a troca de saberes, para descobrir nova forma de olhar e estar no mundo, denunciando o que ficou de fora da história oficial e reconhecendo o que emerge, o novo, com suas práticas, suas falas, seus olhares, suas subjetividades, suas multiculturalidades. Convoca-nos, enfim, para nova Ecologia Política, que representa produção de saberes para a transformação social (SANTOS, 2007).

É nesse campo de lutas e disputas pelo pensar, pelo olhar, pelo reconhecer, que o Movimento de Mulheres³ vem se perguntando: Onde estão as mulheres na construção da agroecologia? Qual a importância delas para a produção agroecológica? Qual o conhecimento das mulheres sobre

1 Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Coordenadora do Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Práticas Agroecológicas do Semiárido da UFRPE (NEPPAS/UAST/UFRPE). <laeticiajalil@gmail.com>

2 Termos do dicionário *on-line de português*, consultado em 7 de fevereiro de 2015. In: <<http://www.dicio.com.br/registrar/>>.

3 Destaque à Carta das Mulheres no III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA): *Sem feminismo não há agroecologia*, que ocorreu em Juazeiro, na Bahia, em maio de 2014. Para saber mais, ver: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/19/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-carta-das-mulheres-no-ena/>>.

os agroecossistemas? Qual o conhecimento gerado sobre as mulheres rurais e suas práticas? Que práticas e saberes das mulheres rurais têm sido determinantes para manutenção da vida? Como a agroecologia, reconhecida não só como nova prática produtiva, mas como modelo de vida, de desenvolvimento para a sociedade e de produção de alimentos, contribui para o questionamento à divisão sexual do trabalho, à violência patriarcal e à estrutura social que oprime e invisibiliza o trabalho das mulheres?

Nesse sentido, para a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), representada pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Agroecologia, e para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), aqui representada pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, esse prêmio é de extrema relevância, pois é um importante instrumento que nos ajuda a conhecer novas metodologias e compreender os sentidos e as falas das mulheres rurais na construção da agroecologia no Brasil⁴.

Para algumas dessas questões, há resposta nos textos que aqui encontraremos, e muitas “pistas” são dadas para continuação desse processo, desse movimento de construção e reconstrução de saberes. Este livro mostra a complexidade dessas questões e o reconhecimento de que estamos tratando de diferentes saberes, olhares e práticas, justificando a adoção de três categorias: Ensaio Inédito, Relato de Experiências e Memórias.

A categoria Ensaio Inédito apresenta problematizações significativas para o campo do feminismo e da agroecologia, desde a leitura mais clássica sobre as questões que envolvem o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho até as discussões proporcionadas pela Economia Feminista e a Economia do Cuidado, dialogando com diferentes lentes teóricas, mostrando que, para essa nova questão, precisaremos reinventar o olhar e a teoria.

Nos textos dessa categoria, o que vemos são pesquisadoras e pesquisadores, descortinando e construindo esse campo de saberes. Percebe-se nos textos certo engajamento, tão indispensável à luta das mulheres e à teoria feminista. Afinal, faz tempo que sabemos que a ciência não é neutra. Mesmo buscando escrever sobre algo ou alguém, os autores e as autoras mostram, em seu texto, um olhar apurado, diferenciado, sobre as questões de gênero. Pontos como acesso a políticas públicas, participação política e organização social, conflitos e enfrentamento da violência, empoderamento, desenvolvimento e economia de subsistência são alguns dos ricos temas encontrados nos textos.

Os Relatos de Experiências problematizam as práticas vivenciadas pelas organizações, feministas ou não, e assumem o desafio da sistematização de saberes, tanto das assessoras e dos assessores quanto das mulheres atendidas pela assistência técnica. Nessa categoria, aprenderemos sobre importantes metodologias que estão sendo desenvolvidas pelas organizações na perspectiva do feminismo e da agroecologia, para o empoderamento e a construção da autonomia social, econômica e política das mulheres rurais.

4 Destaca-se que a 4ª edição do Prêmio Margarida Alves para Estudos Rurais foi lançada na plenária das mulheres, no III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em Juazeiro, na Bahia.

Conheceremos quais as estratégias que as mulheres rurais assessoradas por assistência técnica emancipadora e feminista desenvolvem para transformar seu cotidiano. O acesso a políticas públicas, participação em grupos de mulheres, prática nos quintais, experiências de preservação e cuidado dos biomas, alternativas produtivas e sociais em contraposição ao agronegócio, práticas produtivas e alimentares para garantia da segurança e da soberania alimentar, resistências ante processos de exclusão, violência simbólica e patrimonial são algumas das questões que encontramos nos Relatos de Experiências.

Os textos demonstram um saber-fazer muito rico, uma prática desafiadora, muitas vezes, para a própria organização em que essas(es) assessoras(es) técnicas(os) trabalham e trazem à tona a importância de uma assistência técnica feminista e emancipadora para construção da agroecologia e para transformação do mundo *das e para* as mulheres rurais!

Por último, e não menos importante, temos a Categoria Memória. Em um prêmio como esse, homenagem à grande lutadora Margarida Alves, de cuja história de vida quase não se tem registro – destaca-se que há apenas uma foto dessa mulher –, escrever, registrar a memória de tantas outras margaridas é muito importante.

A riqueza se apresenta também por serem textos escritos, quase todos, por mulheres rurais, que assumem e aceitam o desafio de serem as protagonistas da escrita dessas histórias. São mulheres que saíram do anonimato, que lutaram contra os diversos sistemas de opressão, que se organizaram, que conquistaram o direito à fala, à participação e que agora assumiram o desafio da escrita.

Pode ser que, para muitos de nós, isso seja quase banal, mas, para muitas mulheres, para as quais o acesso à escola e/ou à educação formal é parte das lutas por direitos, a categoria merece todo o nosso respeito. Ela nos convida a questionar nosso olhar de leitores críticos e amarrados à forma em detrimento ao conteúdo.

Convido a todos os leitores e leitoras a se aterem menos à forma e mais ao significado desses textos, da construção da história das mulheres rurais por elas mesmas. Registrar o pensamento e o significado para elas da luta, dos enfrentamentos vivenciados, além das estratégias estabelecidas, as transformações no seu cotidiano é extremamente importante para uma obra como esta.

Assim, como nos ensina Michelle Perrot (2005), há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e/ou excluindo do texto histórico esses sujeitos, acreditando ser o texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos reais. Aqui as mulheres que nos falam o fazem de um lugar de poder, que está sendo visto, conhecido, publicizado, registrado!

Tenho certeza de que este livro é um marco no reconhecimento da luta das mulheres na construção da agroecologia no Brasil e que nos indica novas questões e desafios para serem aprofundados. Para nós, que estudamos, pesquisamos, trabalhamos, lutamos e construímos a agroecologia em diferentes espaços, este livro, além de ser o marco a que nos referimos, é um instrumento a mais na luta pela transformação do mundo, reafirmando que SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

Referências

PERROT, Michele. **As mulheres ou os Silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (2007). **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social** (trad. Mouza Benedito). São Paulo: Boitempo, 128 p.

COLETÂNEA SOBRE
ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

PRÊMIO MARGARIDA ALVES
4ª EDIÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA

CATEGORIA
ENSAIO INÉDITO



TRANSFORMANDO SABERES, EMANCIPANDO MULHERES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FARMACINHA COMUNITÁRIA NO BRASIL MERIDIONAL

Adriana Samper Erice
Vinícius Cosmos Benvegnú

Resumo

Este artigo foi elaborado com base em participação e pesquisa das autoras nas atividades de uma Farmacinha Comunitária, desenvolvida por mulheres, do município de Maquiné, no Rio Grande do Sul. A iniciativa da Farmacinha Comunitária está relacionada a uma proposta alternativa de saúde nas comunidades rurais, que, no entanto, dialoga, na prática, com temas como sustentabilidade, preservação da biodiversidade, saberes tradicionais e locais e, conseqüentemente, com os princípios da Agroecologia. Nossa intenção aqui é evidenciar essas mulheres, ressaltando o processo de emancipação e politização ante a modelo desenvolvimentista vigente que as mulheres vivenciam em espaços de aprendizado coletivo, que favorecem a troca de experiências e o fortalecimento mútuo. Para esse fim, iremos descrever a localidade onde está a Farmacinha, juntamente com breve histórico desse projeto. Na sequência, busca-se dar conta das experiências vividas entre nós, mulheres, desde a aproximação do contexto rural local até a participação efetiva no cotidiano da Farmacinha. Com base nessas experiências vividas e relatadas, abrirem para a reflexão, não definitiva, acerca dos saberes tradicionais, o saber-fazer, sua localização histórica e sua capacidade de transformar. No encadeamento do texto, discorreremos sobre o saber-fazer das mulheres da Farmacinha Comunitária da Solidão. Por fim, proporemos considerações sobre essas experiências e o empoderamento que esse saber-fazer confere a essas mulheres em vida cotidiana.

Palavras-chave: Farmacinha Comunitária, Mulheres camponesas. Saber tradicional.

Introdução – O contexto local

O município de Maquiné se encontra na região conhecida como Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2010, segundo o censo de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), o município possuía uma população total de 6.905 habitantes, dos quais aproximadamente 70% viviam no meio rural, a maioria em pequenas propriedades agrícolas familiares de menos de 20 hectares (ANAMA, 2002), e os 30% restantes viviam na zona urbana.

A paisagem de Maquiné varia conforme a altitude. Há a parte mais baixa e plana dos vales, recortados por córregos e arroios, principalmente pelo Rio Maquiné, onde há atividades agrícolas. Já nas encostas dos morros encontramos a exuberante Mata Atlântica, que está inserida na área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desde 1992 –, a qual, a partir dos 600 metros, começa a formar parte da área de preservação Pró-Mata da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUCRS).

Nesse município encontramos grande heterogeneidade de atividades e fontes de renda, processo que é cada vez mais frequente e visível. Coexistem, assim, grande número de pequenas propriedades que correspondem ao perfil da agricultura familiar, porém com uma gama de outras atividades, como o extrativismo (principalmente de samambaia-preta), artesanato, pequenas agroindústrias, comércios e turismo rural. Na paisagem agrícola que compõe o município, observamos roças com milho – na sua maioria transgênico – ao lado de roças de cultivo de hortaliças em grandes superfícies que empregam grande quantidade de agrotóxicos e maquinaria de tamanho médio, sendo esta herdeira da lógica da Revolução Verde. Assim mesmo, nesse município há grande número de pequenos produtores que não possuem nenhum maquinário para seus cultivos, nem se inserem dentro de uma lógica de mercado de grande escala. Há também pequenos agricultores e coletivos que se dedicam à agricultura sustentável ou agroecológica, obedecendo a outras lógicas que nada têm em comum com o discurso do progresso, mas sim com a ideia de que “outro desenvolvimento é possível”, sendo este um desenvolvimento sustentável ou agroecológico. De acordo com esse último princípio, existem outros empreendimentos, como o turismo rural ou ecológico, que está aumentando na região. Essa heterogeneidade demonstra que o meio rural não pode ser definido exclusivamente pela atividade ligada à agricultura, pois a pluriatividade e a diversificação de ocupações são uma realidade crescente do rural brasileiro. Para alguns autores (WANDERLEY, 2000; VEIGA, 2004) essas características correspondem a uma “nova ruralidade”, na qual existe maior integração do rural com o urbano, além da diversificação de atividades e da valorização do patrimônio cultural e natural.

A Farmacinha Comunitária Filhas da Esperança encontra-se situada no Vale da Solidão que é um dos vales que ocorre ao longo da bacia hidrográfica do Rio Maquiné. Essa Farmacinha, hoje integrada ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é um espaço em que diversas pessoas, especialmente mulheres do meio rural, reúnem-se para elaborar remédios com plantas

medicinais, e constitui assim mesmo um lugar de troca de experiências de relatos entre mulheres. Esse lugar propicia um espaço de encontros e trocas para o aprendizado coletivo e atua como um local de transmissão de conhecimentos, tanto os ditos “tradicionais” como os modos de uso dessas plantas, além de outras técnicas de cura, como explicaremos mais adiante.

Essa foi a primeira iniciativa de Farmacinha Comunitária, que depois foi se expandindo pelo Litoral Norte, por Santa Catarina e Amazônia até chegar ao total de setenta Farmacinhas em 23 municípios, em 2001. Cabe destacar que um grande incentivo para a formação e reprodução dessas Farmacinhas Comunitárias foi o apoio recebido pelo MMTR¹, que começou dois anos mais tarde após a constituição da Farmacinha da Solidão (COELHO de SOUZA et al., 2004), introduzindo as Farmacinhas no projeto Grupos de Saúde na Região Litorânea. A partir de 2004, o MMTR transformou-se no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que se define a si mesmo como “movimento autônomo, democrático, popular, feminista e de classe, na perspectiva socialista”².

1. A Farmacinha Comunitária Filhas da Esperança

O caminho que nos leva ao vale da Solidão, desde a cidade de Maquiné, é uma estrada não pavimentada de terra, que varia em condições conforme épocas do ano. À medida que nos aproximamos dos morros, as roças começam a ser menores e mais íngremes, não se apreciam mais as lavouras com tratores ou outras máquinas mais pesadas, e o mato vai fechando o caminho. Numa curva da estrada, perto do fundo do vale, encontramos uma placa com a inscrição Grupo de Mulheres: Filhas da Esperança. Esse cartaz indica um caminho tortuoso e de difícil acesso até a Farmacinha, última construção desse caminho. O terreno, semiculto pela vegetação, está rodeado de uma cerca. Dentro, encontramos três construções e um pátio bem cuidado com algumas plantas medicinais plantadas em canteiros dispersos.

A casa maior, pintada de roxo, é a Farmacinha. Ela transmite a sensação de ser um lugar alegre e bem cuidado. Nas paredes, podemos encontrar várias fotografias penduradas com imagens do grupo da Farmacinha e dos mutirões de construção nos tempos de máxima participação,

1 O MMTR é hoje chamado de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Em 1995, fundou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Depois de vários encontros, em 2004, apontaram os rumos concretos do movimento e adotaram o nome de Movimento das Mulheres Camponesas. Hoje esse movimento encontra-se presente em dezoito estados brasileiros (<<http://www.mmcbrasil.com.br>>).

2 Fonte: <<http://www.mmcbrasil.com.br>>

em que cerca de quarenta mulheres reuniam-se semanalmente, levando consigo seus filhos. A casa tem três cômodos, e o primeiro deles é o salão-cozinha, onde se encontra o fogão a gás, a geladeira – cheia de diversos vidros com pomadas –, uma grande mesa e dois sofás. Ao lado do fogão, podemos ver sempre as ervas secando, colocadas em peneiras ou penduradas em cordas.

Na sala ao lado é onde se encontra todo o encanto da Farmacinha: alinhadas às paredes em grandes garrafas de vidro escuro ordenados alfabeticamente, encontram-se os elixires e tinturas, catalogados com grandes rótulos e números que indicam seu conteúdo.

Não é incomum as pessoas entrarem nessa sala pela primeira vez e ficarem maravilhadas ante tanta variedade de remédios e elixires. Nos armários, também em ordem alfabética, estão guardadas as plantas embebidas em cachaça para fazer as diversas tinturas, rotuladas com uma etiqueta que as identifica, na qual está escrita a data em que foram feitas. Em caixas de papelão, com grandes rótulos que indicam seu conteúdo, encontram-se as plantas que estão secas, esperando seu turno para serem colocadas na cachaça, à medida que as tinturas vão sendo empregadas para fazer os elixires³. É aqui que o conhecimento transforma-se em arte! Os elixires já prontos encontram-se numa prateleira, também classificados por ordem alfabética. Nesse mesmo espaço, encontramos também, numa mesa de trabalho, várias sacolas com vidros e plásticos, para encher com os remédios, e os rótulos de elixires e pomadas.

É importante ressaltar que a proposta da Farmacinha ocorreu inicialmente como um espaço de reunião entre mulheres, em um município onde, segundo Duarte (2002), só os homens se encontram e se reúnem em público, e as mulheres ficam na esfera do privado, não possuindo espaços próprios para reunião e pontos de encontro. Segundo Pierre Bourdieu, em *A Dominação Masculina* (2005), essa diferença se dá porque a ordem social ratifica a dominação masculina no espaço público, relegando às mulheres a esfera privada, do doméstico. Foi um ano após a constituição da Farmacinha, em 1992, que as mulheres iniciaram o trabalho com plantas medicinais, explicitando outras visões sobre os processos de cura e tratamento de doenças pelo uso de plantas medicinais e pela compreensão da cura como um processo integral (DUARTE, 2002; COELHO de SOUZA *et al.*, 2004). Por outro lado, a formação dessas Farmacinhas está fortemente vinculada a uma personagem carismática, uma ex-freira que se chama Rafinha, participante do MMTR, atual MMC, que possui uma trajetória social peculiar (GERHARDT, 2002). Contribuiu pelo sucesso de haver conseguido reunir o primeiro grupo de mulheres na linha da Solidão e pela formação das outras Farmacinhas, especialmente no Litoral Norte. Com essa proposta, Rafinha visava a não só fornecer remédios naturais num local de difícil acesso ao sistema de assistência à saúde, mas também fazer dessa atividade uma

3 O processo de elaboração dos remédios será explicado mais adiante.

“forma de libertação da mulher”, dado que, para ela, “a transformação da sociedade passa pela organização política da mulher” (KUBO, 2005, p.158).

2. As mulheres da Farmacinha Comunitária

São várias as mulheres que passam e passaram pela Farmacinha. Sem querer esquecer nenhuma delas, pois sua ajuda e participação é sempre bem-vinda, neste trabalho iremos destacar aquelas com quem mais tempo passamos no transcurso desta pesquisa.

Dona Maria é a atual coordenadora do grupo e é quem mantém ativa a Farmacinha, sendo que outras mulheres ajudam-na, mas de forma esporádica por estarem envolvidas com outras atividades. Ela é, sem dúvida, um exemplo de como a Farmacinha Comunitária foi um elemento-chave para aumento das capacidades, conhecimentos e autoestima de suas participantes. Relata que, quando chegou à Farmacinha, apenas atrevia-se a olhar as outras pessoas ou a falar na frente de um grupo e, somente alguns anos após, ela se converteu na coordenadora do grupo Filhas da Esperança. Além disso, foi na Farmacinha, junto com a Rafinha, que ela aprendeu a ler, a escrever e a usar e empregar as plantas medicinais. Devido a toda a sua história dentro do grupo, ela faz uma análise reflexiva sobre a manutenção e a continuidade das atividades da Farmacinha. Sua preocupação se dá pela redução no número de mulheres que participam dela. Ela diz que, sobretudo no começo, havia na Farmacinha grande número de mulheres que participavam ativamente, mas que, com o decorrer dos anos, muitas delas “abandonaram-na”, porque moravam longe (muitas se mudaram para outras cidades, continuando a história de êxodo rural da região), ou porque o trabalho e as tarefas familiares impediam sua continuidade. O fato de não haver novas gerações de mulheres que queiram fazer parte da Farmacinha é uma preocupação para Dona Maria, que observa que, quando as lideranças morrem ou não conseguem mais continuar com o seu trabalho, as Farmacinhas desaparecem – como diz que se deu em várias Farmacinhas Comunitárias do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Ela destaca também que o trabalho na Farmacinha requer muito tempo e organização. “Tem que saber o que falta, procurar as coisas, os vidrinhos, a vaselina, fazer tudo e estar disponível para uma emergência” (Dona Maria, 12/6/2013). Destaca que ninguém quer a responsabilidade de levar a Farmacinha adiante, porque é um grande trabalho e não dá lucro: “Isso é trabalho comunitário, hoje eu te ajudo, amanhã tu a mim, não é sair repartindo o troco, porque aí não dá.” (Dona Maria, 12/6/2013). Esse é um aspecto importante da Farmacinha, dado que a Dona Maria repete que não é um trabalho para obter dinheiro, mas sim um trabalho a serviço da comunidade. Como ela mesma diz, “eu faço isto por amor à camiseta”.

Como Dona Maria, outras mulheres participam da Farmacinha, porém de maneira menos regular. Dona Margarida, por exemplo, já foi muito ativa na Farmacinha, mas, devido a problemas de saúde, teve de se afastar⁴. Faz um ano, ela começou a retomar suas atividades na Farmacinha, se bem que não todas as semanas, mas com bastante frequência. Conhece bem o funcionamento interno da Farmacinha e tem boa relação de amizade com a Dona Maria, assim como com a Rafinha e as outras mulheres que formam parte da Farmacinha. Apesar de conhecer bem as plantas medicinais e o processo de elaboração dos elixires, ela diz: “Não poderia levar a Farmacinha sozinha [sem que esteja a Dona Maria junto], porque, se eu não me lembro de alguma planta, não sei como fazer o elixir” (Dona Margarida, 29/1/2014), pois ela não sabe ler nem escrever.

Dona Vilma continua participando na Farmacinha, embora de forma mais esporádica do que permanente. Como ela mesma explica, continua “ajudando a Dona Maria”, mais pela amizade que mantém com ela há vários anos do que pela Farmacinha em si. Não obstante, essa mulher atua como elemento de articulação entre a Farmacinha e várias novas pessoas que têm interesse em se aproximar do projeto, especialmente estudantes universitários, que mantêm relação com ela devido a outras atividades que realiza, como o viveiro que há na sua propriedade. Assim, há várias pessoas que procuram esporadicamente a Farmacinha, sejam elas do local, sejam de outros municípios e cidades. Vêm também turmas, principalmente da Universidade Federal, visitar e conhecer essa iniciativa, muitas vezes com mediação da Dona Vilma. Dessa forma vários jovens, universitários ou não, que estão migrando da cidade para o campo, começam a frequentar a Farmacinha. Porém, a maioria deles o faz ocasionalmente, ou sua participação declina com o passar dos meses.

Gostaríamos de destacar também a presença de Dona Júlia, mulher Mbyá-Guarani, que mora numa aldeia situada no vale da Solidão. Sua presença é recente, mas constante. Ela costuma vir acompanhada de seus filhos e participa ativamente na elaboração de remédios, perguntando pelos modos de saber-fazer⁵ da Farmacinha e da Dona Maria em particular. Em várias ocasiões ela nos mostrou que as plantas empregadas na Farmacinha são também conhecidas e usadas

4 Segundo Dona Margarida, seus problemas de saúde foram causados em grande parte por sua atividade como extrativista de samambaia, atividade que várias das mulheres que participavam da Farmacinha realizavam como forma de obtenção de renda complementar. Para mais informações sobre o extrativismo e as mulheres da Farmacinha, ver KUBO, R. R. Coletores de Samambaia-Preta e a Questão Ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

5 Trazemos essa ideia a partir do descrito por Michel De Certeau em *A Invenção do Cotidiano* (1998), que é um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois apropria-se de elementos externos, transforma-os e absorve.

entre os Mbyá-Guarani e nos mostrou outras que não são utilizadas na Farmacinha, cujos usos as mulheres desconheciam. A presença de Dona Júlia é muito importante e significativa. Além de ser mais uma mulher que participa das atividades da Farmacinha, seus conhecimentos enriquecem os das outras mulheres.

É importante ressaltar que uma das pesquisadoras deste trabalho tem uma relação com a Farmacinha e as mulheres locais que participam dessa iniciativa anterior a sua participação nas atividades da pesquisa. Esse convívio e essa relação é que proporcionaram a realização do presente trabalho. Dessa forma, nossa abordagem metodológica foi, desde o princípio, de romper com a dicotomia pesquisador/pesquisado, buscando uma abordagem de investigação-ação-participação⁶, que faz com que a pesquisadora participe ativamente nos processos da investigação, junto com os outros atores implicados. Uma das propostas dessa metodologia é a construção coletiva de ferramentas para a ação, em que, juntas, somos protagonistas de nossa realidade, capazes de refletir sobre ela e procurar as respostas e soluções para sua transformação. Durante o tempo que durou essa investigação, uma das autoras participou intensamente das atividades realizadas nas quartas-feiras, aprendendo e apreendendo os processos de elaboração de remédios. De outra forma, sua participação demandou responsabilidades, tais como o encargo dos materiais necessários para a Farmacinha (vidros, potes, rótulos, cachaça entre outros), além de fomentar e organizar o curso de formação que descreveremos a seguir e de participar ativamente dele.

Não podemos deixar de mencionar a importância de Rafinha no processo de formação e manutenção da Farmacinha. Embora Rafinha não esteja participando ativamente das reuniões semanais, sua figura continua presente. Seu vínculo com a Farmacinha da Solidão continua sólido – visita o local em algumas ocasiões – assim como sua amizade com as mulheres integrantes. Como ressalta Dona Maria, ela não foi só importante no início, mas “mantém vivo o espírito” dessa iniciativa. Assim, é por intermédio dela que vários novos remédios e plantas são introduzidos no saber-fazer da Farmacinha, e ela é a responsável por ministrar o curso de formação das Farmacinhas, como explicamos adiante.

3. O conhecimento tradicional e o saber-fazer

O meio rural é uma espacialidade que leva consigo a dicotomia entre modernidade/tradição, que há muito vem sendo discutida. De um lado, temos a revolução verde e agrícola, em que o progresso técnico-científico, com suas indústrias agroquímicas, de insumos e maquinários,

6 Para saber mais sobre a IAP (Investigação-ação-participação) consultar, RUBIO, M.J., VARAS, J. El análisis de la Realidad en la Intervención social: Métodos y técnicas de investigación. Ed. CCS, Madrid, 2004.

busca, hectare a hectare, consolidar-se como o projeto a ser seguido. Tal qual um encantador de serpentes, a melodia entoada por esse modelo é a da produtividade, do progresso, da superação do antigo, do passado, do tradicional. Em suma, a modernidade. Aqui chegamos ao outro lado do rural, a associação deste com a ideia de que é um local arraigado ao passado, preso às tradições. Como vemos, essa é uma concepção bem ocidental, em que só pode existir um ou outro, desenvolvimento e modernidade ou atraso e tradição. No entanto, não há sociedade, cultura ou tradição que se mantenham apartados da história. É no processo histórico que sociedade, cultura ou tradição se conformam. Conforme Sahlins, em *Ilhas de História* (1990, p. 7), “sabe-se que os homens [e mulheres!] criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação” (grifo das autoras), ou seja, esquemas e práticas não são sempre os mesmos, tampouco perduram numa sociedade tal como foram criados.

De fato, quando queremos resgatar algum conhecimento que nos foi ensinado pelos antigos, ou alguma prática que já não seja tão corriqueira, buscamos na tradição/tradicional categorias que possam valorizá-los. É nesse ponto que reside toda a arena de disputa entre o saber científico e o saber tradicional. É dessa suposta localização no tempo pretérito que a ciência irá buscar desqualificar o saber tradicional. Essa ciência, que, conforme Haraway (1995), é hegemônica, patriarcal, branca, ocidental, que se pretende imparcial e universal e, assim, eximida de suas responsabilidades, vê os saberes tradicionais ou como possíveis recursos para transformá-los em algum produto, ou como simples crenças e mitos populares. Contudo, como afirma Carneiro da Cunha (2007, p. 78,), “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos”. E esses conhecimentos tradicionais são conhecimentos locais, que estão em constante diálogo com outras formas de saber. Nessa oposição entre universal e local, Carneiro da Cunha (*op. cit*) afirma: “Essa universalidade do conhecimento científico não se aplica aos saberes tradicionais – muito mais tolerantes – que acolhem frequentemente com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes cuja validade entendem seja puramente local”. Dessa forma, o conhecimento das mulheres da Farmacinha Comunitária da Solidão fazem parte da heterogeneidade que compõe uma ciência de cunho feminista que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY 1995, p. 21).

Vemos então, sob a perspectiva da historicidade e dos saberes localizados, que os saberes tradicionais acionados pelas mulheres da Farmacinha Comunitária já não são precisamente iguais aos dos antepassados que lhes legaram, pois, nesse processo histórico, alguns conhecimentos se perderam, outros se agregaram. É o caso da Dona Vilma, que se destaca pelo seu amplo conhecimento das plantas da mata. Como ela mesma diz: “Me criei com chás, a minha avó

nunca tomou um remédio e morreu de velha. Eu sou igual, só tomo chá”. Porém, possui, em casa, vasta coleção de livros de plantas medicinais e seus usos e não duvida em consultá-los cada vez que ela ou algum vizinho é acometido por alguma doença. Em mais de uma ocasião durante esta pesquisa, ela nos recomendou vários chás em que se empregam plantas não usadas na Farmacinha, mas que resultaram igualmente eficientes.

Assim, todo saber se concretiza quando dele decorre um fazer, um ato prático que irá transformar a realidade das pessoas que o carregam ou transmitem. Aqui lançamos mão do conceito de saber-fazer (*savoir-faire*), que, segundo De Certeau (1998), é “entendido como um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois apropria-se de elementos externos, os transforma e absorve”. Portanto, devemos desconstruir a ideia de que o conhecimento tradicional e seu saber-fazer são uma compilação acabada, fechada, transmitida por ancestrais (CARNEIRO DA CUNHA 2007, p. 78). A preservação de uma tradição e o saber-fazer não dependem de isolamento que o conserve puro, mas sim de uma “atualização de um *savoir-faire* (saber-fazer), que se transmite ao se atualizar, e, assim, modifica-se enquanto se mantém” (FIGUEIREDO, 2013, p.19). Avançando, o saber-fazer deve ser entendido além de um saber técnico, como algo que se adquire numa escola.

Afirma Chevalier (*apud* Soares, 2012, p. 261):

Um “saber-fazer” implica mais do que o domínio de um gesto singular, sendo antes o conjunto de competências adquiridas, incorporadas e transmitidas que se manifestam em tal ato técnico. Sendo assim, ontologicamente, um “saber-fazer” é anterior ao ato técnico. [...] Está ligado às suas capacidades de julgar, prever, dominar um processo técnico e as relações sociais a ele associadas.

Dessa forma, pensarmos que tanto a tradição como seus saberes se mantêm intactos, desde uma raiz ancestral, e que as pessoas apenas os reproduzem e, no caso do fazer, apenas o produzem materialmente, é relegar o potencial criador/inventivo das gerações subsequentes. Em *A Invenção da Cultura*, o antropólogo Roy Wagner, mostra-nos direções nesse sentido em relação à cultura:

Os contextos de cultura são perpetuados e estendidos por atos de objetificação, pela sua invenção uns a partir dos outros e uns por meio dos outros. Isso significa que não podemos apelar para a força de algo chamado “tradição”, “educação” ou orientação espiritual para dar

conta da continuidade cultural – ou, na verdade, da mudança cultural. As associações simbólicas que as pessoas compartilham, sua “cultura”, “costumes” ou “tradição”, são tão dependentes de contínua reinvenção [grifos do autor] (WAGNER, 2010, p. 94).

Para o autor, a invenção é cultura, estar em relação é estar em sucessivo diálogo com o outro e consigo mesmo e, dessa maneira, inventar sua cultura, sua tradição, seus saberes.

Como se pode observar, na Farmacinha Comunitária da Solidão, os saberes-fazeres tradicionais estão em constante processo de transformação. A Farmacinha somente é tal, porque herdou conhecimentos de Dona Maria, Dona Vilma, Dona Margarida e de outras mulheres, que o adquiriram de sua mãe e avó, em diálogo com os conhecimentos e práticas trazidos pela Rafinha, e recentemente com as trocas com Dona Júlia. Como mencionávamos acima, a vinda de Dona Júlia, mulher Mbyá-Guarani, é de grande importância para o processo de aprendizado coletivo, pois ela traz novas plantas e modos de preparação e uso das plantas medicinais, muitas das quais são empregadas como unguentos e pomadas de uso externo, e não ingeridas. Não obstante, até o momento da escrita deste artigo, esses conhecimentos mencionados acima não passaram a ser incorporados e empregados na Farmacinha em si, embora sejam usados pessoalmente pelas mulheres que participaram dela.

Outra característica distintiva desse saber tradicional é a polissemia e a ordem prática de sua aquisição. Ainda que as mulheres da Farmacinha tenham um guia para a confecção dos elixires e pomadas e que consultem livros como conhecimento alternativo, isso não é suficiente. O aprendizado não se dá (só) lendo, é estando lá, no vale da Solidão, todas as quartas-feiras à tarde, vendo-se umas às outras, conversando, manipulando, praticando, trocando. É pela prática e pela oralidade que se constrói o conhecimento, que se transforma. Em trabalho com mulheres rurais de Minas Gerais, Dutra (2012), mostra um caminho semelhante acerca da construção coletiva e da localização histórica do saber-fazer:

Sua elaboração se baseia em gestos, medidas e procedimentos transmitidos através de gerações, domínio do saber feminino que se desenvolve no gerúndio: aprendeu-se a fazer vendo fazer; aprendeu-se a fazer, fazendo. Não há autoria que não seja coletiva, apenas referências de transmissão, apoiadas na história vivida (DUTRA, 2012, p. 244).

Esse novo elenco de conhecimento das plantas e seus usos, assim como de outras práticas de terapia – como veremos na seção seguinte – pode vir a formar parte do conhecimento

coletivo da Farmacinha, embora acreditemos que esse processo não é automático, nem adotado por todas as pessoas da mesma maneira. Nota-se como esses saberes-fazeres provêm de diversas práticas e contextos socioculturais e misturam-se com os conhecimentos ditos “tradicionais” de várias pessoas e culturas, com os conhecimentos “científicos” de vários dos livros consultados ou empregados.

4. A prática do saber-fazer: os remédios naturais e o curso de formação

Como vimos, a Farmacinha Comunitária da Solidão mantém-se ativa, abrindo uma tarde por semana, às quartas-feiras, das duas às cinco da tarde. É nesse momento que as mulheres se reúnem para fazer os remédios com as plantas medicinais. Para produzi-los, as mulheres da Farmacinha baseiam-se no livro *Bruxinhas de Deus – a serviço da vida*, de Duarte (2002), livro que seguem todas as Farmacinhas Comunitárias. Nele há as plantas a serem usadas, com as propriedades de cada uma delas e as receitas dos elixires, das pomadas e das tinturas empregadas. Também nesse livro se explicita o que elas entendem por medicina alternativa, que seria aquela que possibilita prever e curar, ressaltando, assim, a importância dos hábitos cotidianos (alimentares, de trabalho, de relações), e não só do remédio em si mesmo.

Na Farmacinha são empregadas 64 espécies de plantas medicinais (COELHO de SOUZA *et al*, 2004), a maioria preparada em forma de tinturas. Essas plantas são, quase todas, nativas, e algumas são obtidas nos quintais, outras do extrativismo do mato. Contudo, é importante ressaltar que existem várias plantas no elenco da Farmacinha que provêm da Amazônia. Essas plantas são proporcionadas por Rafinha, que visita com frequência a região Amazônica devido à existência, também, de uma Farmacinha, que ela ajudou a formar, tal qual as experiências locais vividas no sul do país.

As plantas são penduradas para secar em ramos ou entre folhas de papel secante ou jornal. Uma vez secas, as plantas são armazenadas em caixas de papelão, devidamente rotuladas com o nome de cada planta, e são ordenadas de forma alfabética.

É dessas plantas que se obtêm as tinturas. As tinturas são feitas colocando-se cada planta num vidro, embebidas em cachaça, onde permanecem o período mínimo de trinta dias no escuro, após o qual são coadas. A tintura se armazena em garrafas de vidro, cada garrafa rotulada devidamente com o nome da planta e um número, o que permite sua fácil localização. Há 64 nomes de plantas listados no manual das *Bruxinhas de Deus*, e 55 das que forem preparadas dessa maneira serão empregadas como elixires. Os elixires se produzem misturando partes iguais

de tinturas de diferentes plantas conforme o uso que virão a ter (DUARTE, 2002; COELHO de SOUZA *et al*, 2004). A Farmacinha hoje em dia produz 26 tipos de elixires a partir dessas tinturas.

Esses elixires são colocados em vidros de 25ml ou 60ml, rotulados com seu nome e suas propriedades, além de indicar o modo de uso, dado que o número de gotas de elixir varia com a idade do paciente. É dessa forma que os elixires são comercializados, normalmente na Farmacinha, uma vez que são frequentes as visitas de vizinhos até o local à procura dos remédios. Não obstante, é comum que Dona Maria receba vários encargos e leve os remédios até outras localidades vizinhas (Três Cachoeiras, Terra de Areia e Osório). Ainda assim, os elixires são comercializados por motivo de alguma feira, normalmente nas que organizam as mulheres do MMC, cuja sede no Litoral Norte do Rio Grande do Sul se situa no município de Três Cachoeiras.

Além de elixires, fazem-se pomadas, sendo que, para esse fim, empregam-se 32 plantas (DUARTE, 2002). Para as pomadas, o princípio ativo é extraído por meio de uma substância oleaginosa, vaselina ou banha, na qual se misturam as plantas secas ou as tinturas já prontas. Na Farmacinha são produzidos oito tipos de pomadas.

Apesar de a Farmacinha se guiar pelo livro *Bruxinhas de Deus*, há remédios que são feitos além dos explicitados no livro. Por exemplo, Dona Maria faz tintura de própolis de abelhas nativas, além das outras pomadas e elixires que faz no “Laboratório”, espaço que não pertence à Farmacinha. Recentemente a Farmacinha tem incorporado novas receitas ao seu elenco, como a casca de nozes para a memória e a circulação; a tintura de erva moura, recomendada como calmante para crianças; e outras tinturas, como calêndula, alho, babosa ou cabelo de milho, cujo uso não está especificado no livro das *Bruxinhas de Deus*. Outra receita que é bem conhecida e demandada na Farmacinha é o xarope da gripe, que se compõe de sete tipos de plantas, açúcar, mel e própolis de abelha nativa. Esse xarope é um dos produtos mais procurados da Farmacinha. Durante os meses de outono e inverno, seu feitiço é semanal. Às vezes Dona Maria precisa produzi-lo duas vezes por semana, devido à grande demanda.

Alguns desses novos remédios foram produzidos após a chegada de Rafinha, o que, mais uma vez, destaca a relevância da figura dessa mulher. Outros provêm da troca de experiências e receitas com outras mulheres participantes de outras Farmacinhas da região, assim como dos conhecimentos particulares das mulheres que fazem parte da Farmacinha da Solidão. Esses conhecimentos que são transmitidos de geração para geração, normalmente de mães para filhas, constituem um capital cultural de suma importância para as pessoas dessa região, sendo que os vizinhos da Solidão ainda preferem “tomar um chá” que um remédio farmacêutico convencional, caso a doença não requeira intervenção médica direta.

Apesar de a Farmacinha manter-se ativa, identificamos que a diminuição do número de mulheres que se impliquem na Farmacinha constitui uma das maiores preocupações para as participantes. Como resultado da identificação desse problema, tratamos de pensar, coletivamente, maneiras de fazer com que mais mulheres participassem dela. Assim, em 2014, organizou-se uma visita por parte das mulheres da Farmacinha à casa de Rafinha. Como resultado dessa visita, e graças à reflexão conjunta das pessoas implicadas na Farmacinha, resolvemos organizar novo curso de formação sobre plantas medicinais e cura holística na Farmacinha da Solidão, ministrado por Rafinha. O curso tem a dupla proposta de formar mais pessoas nas práticas das Farmacinhas Comunitárias e de tentar fortalecer o próprio grupo da Solidão, cujo número de integrantes, como explicamos acima, tem diminuído com o passar dos anos.

Assim, em março desse ano, começou o curso na Solidão, o qual conta com grande acolhida e alta participação. O curso se compõe de dez encontros ao total, ocorrendo uma vez por mês, nas segundas terças-feiras de cada mês. Até agosto – data em que escrevemos este artigo – a média de pessoas que têm assistido ao curso é de 23 adultos, majoritariamente mulheres. As pessoas que assistem a esse curso provêm de diferentes localidades, a maioria de vales do município de Maquiné, mas também vêm de Osório, Terra de Areia e Porto Alegre.

O curso se divide em três partes. A primeira, que já foi realizada nos três primeiros encontros, compõe-se de debates e discussões acerca do que vem a ser uma medicina holística, desde suas ideias até suas práticas e benefícios. Nessa visão holística, um sintoma físico pode ser o sinal de desequilíbrios, que podem vir do meio ambiente, do contexto familiar ou das emoções, e, portanto a doença ou o sintoma não irá desaparecer sem tratar a causa última que a provoca. A segunda parte está dedicada ao Reiki⁷, que, segundo Rafinha, é fundamental na hora de atender pessoas doentes: “As plantas são só a metade do tratamento, menos ainda! Mas o Reiki é fundamental, tem que equilibrar as coisas, senão as plantas sozinhas não conseguem fazer o trabalho todo” (Rafinha, 10/06/2014).

Por último, o curso foca nas plantas medicinais e na elaboração de remédios a partir delas, continuando com a prática da Farmacinha e empregando, como guias, as plantas que aparecem no livro-base. Nessa etapa se procede ao reconhecimento botânico, identificando cada uma das plantas empregadas para produção dos elixires e das pomadas. São nomeadas pelos diversos nomes populares que têm (que podem variar de região em região, ou até receber mais de um nome na mesma localidade), dado que, no livro *Bruxinhas de Deus*, são os nomes populares os que aparecem

7 Do japonês, rei: milagroso, divino; ki: energia. O reiki é uma terapia de cura que se realiza com a imposição de mãos sobre a pessoa doente. Essa técnica foi desenvolvida pelo budista japonês Mikao Usui em 1922 e consiste em equilibrar a energia da pessoa doente graças à energia que canaliza a pessoa que esteja aplicando as mãos no doente.

nas receitas, e não os científicos (acadêmicos). Nessa mesma etapa, além de reconhecer as plantas empregadas, procede-se ao preparado dos elixires e pomadas, parte mais prática do curso, em que se indicam os vários cuidados e recomendações que se deve ter na hora de preparar os remédios.

No tempo que durou esta pesquisa, percebemos que esse curso resulta de grande importância para as pessoas que assistem a ele por diversos motivos, que estão além da própria formação e aquisição de conhecimentos. Esse curso também é motivo para o encontro, numa localidade onde a distância entre as pessoas é grande, e o acesso aos diferentes vales do município nem sempre resulta simples, “facilitado”, pela falta de transporte público para se deslocar dentro do município. Assim, as pessoas que assistem ao curso vêm sempre com vontade de se encontrarem, pois é a ocasião perfeita para colocar em dia os acontecimentos e trocar informações. Além disso, a própria dinâmica do curso, que propõe trabalhos em pequenos grupos de reflexão e, em várias ocasiões convida todas as pessoas presentes a expressarem seu parecer e seus sentimentos, estabelece um ambiente propício para as confidências e a abertura em confiança. Como resultado, o curso em si já possui certo caráter de cura (ou terapia) *per si*.

5. Algumas reflexões a modo de (in)conclusão

O espaço da Farmacinha constitui um lugar onde se produz um processo de aprendizado coletivo e troca de experiências, a maioria a respeito do uso das plantas medicinais, mas que, muitas vezes, possibilita outro tipo de trocas relacionadas a emancipação e politização das mulheres. Isso, há de se ter em conta, está sempre ocorrendo no tempo presente. Os saberes tradicionais e seu saber-fazer são acionados constantemente, a fim de transformar a realidade, e, por consequência, são transformados. Nossa experiência também ocorreu no “gerúndio” (DUTRA, 2012, p. 244), todas as quartas-feiras na Farmacinha Comunitária da linha da Solidão em Maquiné.

Além disso, esse espaço e suas práticas constituem uma contraposição ao modelo de desenvolvimento vigente, pois consideramos que a própria elaboração dos remédios com base na biodiversidade e no conhecimento local opõe-se à lógica de mercado e de desenvolvimento, na qual a saúde deve ser garantida pelo Estado e, predominantemente, com aquisição de medicamentos industrializados pelas companhias farmacêuticas, apesar de a legitimidade da medicina tradicional ser reconhecida não só como patrimônio cultural, mas também como estratégia para programas de saúde pública no Brasil⁸. Assim, é interessante perceber como esse

8 No Brasil, em maio de 2006, foi aprovada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), a qual considera o uso de plantas medicinais (fitoterapia) como prática terapêutica a ser oferecida à população pelo sistema de saúde pública (MARQUES, 2008).

espaço de aprendizagem coletiva e geração de conhecimento está relacionado com a construção (às vezes, resgate) de uma perspectiva integral de saúde, em que as decisões sobre o corpo e a cura das doenças passam à esfera de ação das mulheres, ou seja, boa parte dos remédios e procedimentos adotados (e eles se referem também a hábitos alimentares, regimes de trabalho, lazer, dentre outras coisas) não é estabelecida pelo Estado ou preconizada exclusivamente por profissionais da saúde. Isso, hoje, já é muito mais presente na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o espaço da Farmacinha, com suas práticas e atendimentos, pode ser visto como um espaço de politização das mulheres. Essa politização deve ser entendida como o processo de subjetivação e transformação de novas identificações que as levam a atuarem e a se organizarem em um movimento de oposição de estruturas sociais preestabelecidas, aparentemente imutáveis e coercitivas. Percebe-se, então, que, com as reuniões do grupo da Farmacinha, as mulheres passaram a se (re)conhecer, politizar, empoderar-se, aumentando sua autoestima, como expressam Dona Maria e Dona Margarida, especialmente. Como mencionado anteriormente, Dona Maria chegou à Farmacinha sem ter coragem de nem mesmo olhar para as outras pessoas ou falar em público. Hoje, coordenadora, ela diz: “A Farmacinha é a coisa mais importante que me aconteceu na vida... eu aprendi tudo aqui. Não sei o que teria sido de mim sem a Farmacinha, guria... Acho que hoje já não estaria viva” (Dona Maria, 25/5/2014). Não bastasse ser um espaço de aprendizado, onde Dona Maria foi alfabetizada, conheceu a arte das plantas medicinais, ele é um espaço emancipador. A Farmacinha é:

Um lugar de libertação [...] onde podíamos falar de coisas, porque era um lugar só pra mulheres. Mas os homens muitas vezes nos seguiam pra nos espiar, pra controlar. Antes da Farmacinha existir, as mulheres não saíamos de casa, nem encontrávamos a família, as amigas, era tudo assim, dentro de casa (Dona Maria, 11/6/2014).

Sendo assim, se analisarmos essa libertação sob o olhar de Michel Foucault⁹, veremos que a Farmacinha é um espaço capaz de empoderar essas mulheres. Nesse caso, o poder deve ser entendido como uma prática construída socialmente, e não dada naturalmente, cabendo a alguns exercê-lo e a outros, sofrer seus efeitos (MACHADO, 2013, p. 8). As mulheres da Solidão construíram-no ao longo da trajetória da Farmacinha. Nesse sentido, o exposto por Dona

9 Na definição de poder de Foucault, a existência da liberdade, garantindo a possibilidade de reação por parte daqueles sobre os quais o poder é exercido, apresenta-se como fundamental. Não há poder sem liberdade e sem potencial de revolta. (MAIA, 1988, p.15).

Margarida mostra todo esse empoderamento: “[Antes] não podia sair de casa sem que o meu marido ficasse com a cara amarrada e não falasse por oito dias...era ciúme, sabe...”, mas que ela aprendeu “a andar sozinha, e hoje ele não me diz mais nada. Quando venho pra Farmacinha, ele nem pergunta mais nada” (Dona Margarida, 11/6/2014).

Pode-se arriscar dizer que até mesmo a reflexão sobre sua condição de mulheres e de seus papéis sociais é parte da construção desse espaço de encontro e ação que significam as Farmacinhas. Nessas propostas locais, a política é vista como processo de subjetivação (GIBSON-GRAHAM, 2004), nas quais os indivíduos estabelecem novas identificações – “mulher”, “rural” “sustentável” – que favorecem novas ações e organizações. Nesse caso, é a elaboração de remédios com plantas medicinais ou a participação dessas mulheres nas marchas do MMC e outras atividades ligadas à Via Campesina. Sob essa perspectiva, podemos dizer que a Farmacinha constitui um espaço ou lugar que permite uma “política do local” (GIBSON-GRAHAM, 2004), cuja proposta se centra não na sua autenticidade (na qualidade de espaço feminista, por exemplo), mas sim na sua relevância para a vida das mulheres que dela fazem parte. Segundo Gibson-Graham (2004, p. 4), esses lugares, que permitem uma política do local, “vêm sendo criados, defendidos, argumentados e transformados por mulheres, e fazem com que o pessoal seja político”¹⁰.

No entanto, não se pode ignorar que essa politização das mulheres à qual estamos nos referindo não é um processo de emergência espontânea na Farmacinha. “Eu sou feminista”, declara Dona Maria. “Eu aprendi isso tudo com as gurias do Movimento (MMC), tudo isso do valor da mulher e seus direitos. Hoje sei que posso sair sozinha de casa” (Dona Maria, 11/6/2014). Esse é um processo social e politicamente construído pela ação coletiva mobilizada pelo MMC. O modelo de sociedade proposto pelo MMC baseia-se em outros valores que não são o capital, o que constitui esse movimento não só como articulação política de luta contra o modelo de desenvolvimento hegemônico, mas também como espaço de construção coletiva de práticas cotidianas objetivas, como a busca pela produção de alimentos agroecológicos, e subjetivas, como a criação de novas identidades e do “feminismo camponês”. Como elas mesmas falam: “A partir do feminismo camponês (as mulheres) fazem sua história e buscam construir outros marcos na história da agricultura brasileira” (MMC, 2008). Assim, buscam nova relação entre homens e mulheres e entre todos com a natureza.

10 Tiram os essa ideia de Michel De Certeau, em *La Invención de lo Cotidiano*, de 1998, em el que dice que los saberes no están dsociados de las formas de hacer, sino que son saberes em cosntante transformación porque se aproprian de elementos externos, los transforman y absorben.

Referências

- ANAMA/PGDR/UFRGS. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné/RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Relações e Dissensões entre Saberes Tradicionais e Saber Científico**. Revista da USP, São Paulo, n. 75, p. 76-84, 2007.
- COELHO de SOUZA, Gabriela, *et al.* **Farmácias Caseiras Comunitárias no Município de Maquiné (RS): uma avaliação etnofarmacológica**. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Botucatu, v. 6, n. 2, p. 83-91, 2004.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DUARTE, Maria Lourdes Perez. **Bruxinhas de Deus. A serviço da vida. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 2002.
- DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. **Maneiras de Fazer, Modos de Proceder: a tradição reinventada do pão de canela na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais**. Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 237-253, 2012.
- FIGUEIREDO, Marina Dantas de. **A Transmissão do Saber-Fazer como Intencionalidade Incorporada: etnografia de uma fábrica de doces em Pelotas/RS**. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- GERHARDT, Cleyton. **Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- GIBSON-GRAHAM, Julie-Katherine. **Violence of Development. Two political imaginaries**. Development, Basingstoke, v. 47 n.1, p. 23-34, 2004.
- HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, Ano 5, p. 7-41, 1995.
- KUBO, Rumi Regina. **Coletores de Samambaia-Preta e a Questão Ambiental: estudo antropológico na área dos Fundos da Solidão, município de Maquiné, Encosta Atlântica no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MACHADO, Roberto. **Introdução – Por uma genealogia do poder**. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, p. 7-34, 2013.

MAIA, Antonio Carlos. **Algumas Considerações sobre o Conceito de Poder em Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1988.

MARQUES, Flávia Charão. **Biodiversidad y salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres agricultoras em la región Sul de Brasil**. Anais do VIII Congreso Científico de Sociedad Española de Agricultura Ecológica, VIII Congreso Iberoamericano de Agroecología, IV Encuentro Internacional de Estudiantes de Agroecología y afines. Bullas, España, 2008.

MMC. **Movimento de Mulheres Camponesas, 2014**. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/>>.

_____. **Potencializando Sonhos. Preservando a vida**. Revista do MMC, Três Cachoeiras, RS, out., 2008.


SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araujo. **Saberes, Fazeres e Memória Coletiva: a trajetória social de barbeiros e barbeiras da região central de Porto Alegre (RS)**. *Iluminuras*: Porto Alegre, v.13, n. 30, p. 260-279, 2012.

VEIGA, José Elias. **Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18 n. 51, p. 51-67, 2004.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WANDRLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: GIARRACA, N. *¿Una nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001, p. 31-44.



MULHERES E QUINTAIS AGROFLORESTAIS: A “AJUDA INVISÍVEL” AOS OLHOS QUE GARANTE A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA AMAZÔNICA

Amanda Paiva Quaresma

Resumo

A divisão sexual do trabalho está presente no mundo rural, segregando e hierarquizando o trabalho de mulheres e homens. Mulheres sequer são reconhecidas como trabalhadoras, apenas como “ajudantes” de homens em atividades agrícolas. Também os quintais agroflorestais são espaços secundarizados não reconhecidos como espaços de produção. Ambos possuem íntima relação, pois as mulheres são quem planeja, implementa e cuida do espaço, que, de forma silenciosa, alimenta a família. Quintais agroflorestais produzem bens e serviços diversos distribuídos ao longo do ano. Mulheres trabalham em regime de tripla jornada, cuidando da casa e da família, produzindo no quintal ou na roça, muitas vezes vendendo sua força de trabalho como assalariadas. Mulheres e quintais agroflorestais possuem papel fundamental para a reprodução da agricultura familiar amazônica. Tornar essa realidade visível e estruturar políticas que promovam igualdade de gênero para mulheres e suporte técnico para quintais agroflorestais é o melhor caminho para construção do desenvolvimento rural sustentável.

A perspectiva de gênero no estudo das relações sociais e produtivas no mundo rural é necessária e indispensável, dada a emergência de se analisarem profundamente os papéis sociais de mulheres e de homens. Desvelar as desigualdades existentes é o primeiro passo para construir a estrutura necessária para superá-las e avançar na mudança da história de injustiças e contradições que pesa sobre as mulheres, especialmente as camponesas.

A divisão sexual do trabalho se apresenta como principal fator para essa construção histórica de desigualdade sobre as mulheres e, segundo Cisne (2012), é reflexo do sistema capitalista patriarcal que se apropria das distâncias produzidas entre mulheres e homens para lucrar e se

globalizar. Ela divide o mundo entre a esfera reprodutiva e privada, associada aos cuidados com a casa e a família, conferida comumente às mulheres, e a esfera produtiva e pública, associada à produção de bens e serviços, conferida aos homens. Além disso, hierarquiza essas esferas, considerando os trabalhos ditos femininos sempre inferiores aos trabalhos ditos masculinos.

Às mulheres, recai a responsabilização pelas tarefas domésticas, e, segundo Cisne (2012), o Estado capitalista, por não arcar com estruturas como restaurantes, lavanderias e creches públicas e de boa qualidade, nem aumentar o salário das/os trabalhadoras/es para que possam acessar essas estruturas, diminui significativamente o custo da reprodução da força de trabalho, ampliando seus lucros às custas da exploração sobre o trabalho das mulheres em suas longas e múltiplas jornadas.

Mesmo quando mulheres ocupam, e vêm ocupando cada dia mais, espaço na esfera produtiva e pública a partir de conquistas, como o direito de acesso à educação, ainda se encontram em profissões de baixo prestígio social, quase sempre ligadas aos cuidados, ou mesmo submetidas a trabalhos precarizados e desvalorizados, por vezes nem considerados trabalhos, com remuneração inferior à dos homens.

Na agricultura também existe a separação entre esfera reprodutiva e produtiva, o privado e o público. A relação entre casa e roça mostra, de forma muito explícita, a segregação entre o papel da mulher e o do homem no mundo rural. Heredia (1979) afirma que essa oposição delimita o espaço do trabalho e do não trabalho, em que a mulher é a organizadora das atividades relacionadas à casa, que, estando ligada ao consumo, não se considera espaço de trabalho, enquanto o homem possui papel de provedor, sendo responsável pelo trabalho ligado à terra, que envolve produção, comercialização dos produtos e compra de bens necessários para o consumo da família.

Esse “esquema de autoridade doméstica”, que submete mulheres e crianças à autoridade masculina, especialmente na figura do pai, é reproduzido nas gerações sem questionamento, pois, segundo Heredia (1979), é visto como “uma espécie de modelo natural” de organização familiar na sociedade, que assim perpetua a divisão sexual do trabalho no mundo rural.

As mulheres não se reconhecem nem são reconhecidas como trabalhadoras, pois essa divisão invisibiliza o trabalho feminino nas atividades produtivas, sempre considerado como uma “ajuda” ao trabalho do homem na roça, além de não reconhecer o trabalho doméstico, que permite a reprodução da força de trabalho familiar, principal característica da agricultura familiar camponesa.

Como desconstruir a visão sobre o trabalho da mulher como “ajuda” ao homem? Nosso desafio é conhecer a realidade das mulheres agricultoras e construir políticas que permitam a

desnaturalização de sua condição inferior assim como sua emancipação, para superar as injustiças e as desigualdades.

Para nós, “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013). Por isso, faz-se tão importante reconhecer as condições de trabalho e vida das mulheres rurais, para garantir políticas que promovam justiça e igualdade de gênero.

Assim, como mulheres são invisibilizadas no processo produtivo, espaços como os quintais agroflorestais também não possuem o devido reconhecimento de seu papel na agricultura familiar camponesa. Eles são sistemas de produção integrada, também chamados de sistemas agroflorestais, que, segundo Dubois (1996), representam formas de uso e manejo da terra para uma produção pequena, mas contínua, com uma mistura de espécies agrícolas, florestais, que envolve ainda a criação de pequenos animais domésticos e animais domesticados.

A principal característica do quintal agroflorestal é a localização próxima à casa da família, geralmente situado nos fundos, podendo se estender pelas laterais até a entrada da casa. Também são caracterizados pela imensa variedade de plantas de uso múltiplo, desde espécies herbáceas, arbustivas ou arborescentes, servindo à família com alimentos, remédios, material de construção e outros tantos produtos e serviços.

Por tudo isso, os quintais agroflorestais são considerados por Dubois (1996) como espaço de produção que assegura complementação importante na dieta alimentar das famílias, além de possibilitar geração de renda com a venda dos excedentes nos mercados locais e economia pela dispensa de compra de produtos fornecidos por ele, ofertados de forma variada e distribuída durante todo o ano.

Para Winklerprins (2005), os quintais agroflorestais também representam meios de subsistência local, que enfatizam a importância de sistemas informais de produção, intercâmbio e conhecimento, em que os laços entre ecologia, sociedade e cultura se mostram indissociáveis, representando parte da estratégia de reprodução da agricultura familiar camponesa por agregar atividades reprodutivas e produtivas, infelizmente subestimados por pesquisadores e extensionistas.

Apesar de não planejada de forma rigorosa, a composição dos quintais agroflorestais obedece ao critério de utilidade e facilidade de manejo das espécies implementadas para a família, considerando também a conservação da biodiversidade natural da região, que no caso da Amazônia, abriga uma infinidade de elementos da flora e fauna. Eles também representam o conhecimento tradicional historicamente construído por comunidades indígenas, caboclas

e ribeirinhas da região, que desenvolveram o quintal e outros espaços produtivos como meios de subsistência.

Rosa *et al* (2007) afirma que são implementados e manejados com baixo padrão tecnológico, compatível com a realidade da agricultura familiar camponesa amazônica, e emprego da força de trabalho familiar, de que todos os membros participam. No entanto, é considerável a relevância do papel central que a mulher possui, pois é ela quem assume a condução dessas atividades, desde a tomada de decisões até a execução das práticas, tornando-se a principal responsável pela manutenção dos quintais agroflorestais.

A produção variada e distribuída ao longo do ano possibilita diversificação de produtos disponíveis para uso da família. Na alimentação, o quintal agroflorestal proporciona a segurança alimentar, assegurando uma produção de alimentos saudáveis, sem utilização de insumos químicos e fertilizantes minerais, disponíveis imediatamente para a mesa da família. O consumo *in natura* das frutas, por exemplo, que são as principais espécies encontradas nos quintais da região amazônica, também proporciona hábitos alimentares mais saudáveis, pois são alimentos que não passam por processo de industrialização com adição de conservantes para aumentar sua vida útil.

As frutas constituem as espécies de preferência das famílias, segundo Rosa *et al* (2009), pelo fato de serem utilizadas diretamente na alimentação, apresentando também valor comercial com a venda do excedente na época de frutificação e proporcionando conforto ambiental e lazer.

Além da alimentação rica em frutas, o quintal agroflorestal oferece itens como os condimentos utilizados para o preparo dos alimentos, que adicionam sabor e, principalmente, a proteína proveniente da carne de pequenos animais criados nesse espaço, onde as galinhas são o principal gênero encontrado. As galinhas e seus ovos são consumidos pela família, havendo a venda de excedentes para os mercados locais, que muitas vezes é a principal renda advinda do quintal agroflorestal.

Plantas medicinais também são cultivadas com grande frequência, sendo consumidas principalmente sob a forma de infusões, conhecidas como “banhos”, e chás, que proporcionam alívio para dores e outra enfermidades. Segundo Winklerprins (2005), a homeopatia é um recurso muito importante para a saúde e o bem-estar de populações rurais, que possuem acesso limitado às estruturas públicas.

Alguns produtos e serviços oferecidos pelos quintais agroflorestais estão disponíveis de acordo com o período de floração e frutificação das espécies e com as condições bioedafoclimáticas da região, mas outros estão disponíveis durante todo o ano, com uma produção considerada

pequena, mas contínua e diversificada. É isso que possibilita a segurança alimentar das famílias, pois, quando não dispõem de um produto, podem ter outro para substituir.

Dubois (1996) acrescenta que, enquanto a roça, por exemplo, produz gêneros de alto poder calorífico, como mandioca, milho e feijão, o quintal agroflorestal fornece alimentos ricos em proteínas, vitaminas e sais minerais. E Rosa *et al* (2007) afirma que a soberania alimentar é uma característica marcante do quintal, pois, em seu estudo realizado também na região do nordeste paraense, constatou que 68,4% das espécies observadas eram utilizadas na alimentação, sendo 51,3% frutíferas, além de observar que 14,5% das espécies eram medicinais, e 13,2%, madeiras, todas de muita utilidade para as famílias.

Os quintais agroflorestais são considerados ainda como uma extensão da casa e da própria família, vistos como “cartão de visita”, que abrigam atividades de socialização e lazer das famílias entre si e com a comunidade. É comum encontrar crianças brincando, jovens e adultos conversando à sombra de árvores, e mulheres realizando atividades domésticas e agrícolas no quintal.

Nos quintais agroflorestais, podemos encontrar mulheres preparando alimentos, lavando roupas, fazendo a higiene de crianças, cuidando de animais domésticos e domesticados, seja para consumo, seja para venda, retirando frutas, ervas e temperos que são utilizados diretamente pela família. Podemos também encontrá-las descascando, ralando e torrando a mandioca para produzir a farinha, principal produto gerador de renda na agricultura familiar camponesa do nordeste paraense.

Eles representam o espaço de transição e diálogo entre a casa e a roça, o privado e público, o reprodutivo e o produtivo no meio rural, sendo a mulher o sujeito que está presente nesses dois mundos, que sofre como consequência da divisão sexual do trabalho a invisibilidade de seu trabalho produtivo e reprodutivo no mundo rural, tão invisível quanto a produção proveniente dos próprios quintais.

Rosa *et al* (2007) e Wirklerprins (2005), ao estudarem quintais agroflorestais na região amazônica mostraram que esse é um espaço mantido majoritariamente por mulheres e que representa a vida em geral. Mas são secundarizados, até mesmo por serem manejados por elas e por ser seu trabalho produtivo apenas uma “ajuda” ao trabalho desenvolvido pelos homens na roça, esta sim vista como espaço da produção real.

Acreditamos que o trabalho das mulheres no campo é real e imprescindível para a reprodução da agricultura familiar camponesa. Por isso é de fundamental importância reconhecer seu papel e desenvolver mecanismos que possibilitem construir a igualdade perante os homens do campo e mulheres e homens da cidade.

Essa credibilidade é fruto de estudos sobre o tema, mas principalmente da oportunidade de conhecer a realidade de algumas famílias agricultoras na região do nordeste paraense, mais particularmente nos municípios de Igarapé-Açu e Marapanim, onde trabalhamos com 37 famílias em cinco comunidades rurais, com o total de 73 pessoas, sendo 37 mulheres e 36 homens.

A maior comunidade em número de quintais agroflorestais e pessoas participantes foi Arsênio, com 13 quintais estudados e 26 pessoas entrevistados/as no total, sendo 13 mulheres e 13 homens. Na sequência, vem a comunidade São João, com 11 quintais e 21 pessoas, sendo 10 mulheres e 11 homens; a comunidade Nova Olinda, com 7 quintais e 14 pessoas, sendo 8 mulheres e 6 homens; a comunidade Nossa Senhora do Rosário, com 4 quintais e 8 pessoas, sendo 4 mulheres e 4 homens; e a menor comunidade amostrada, Novo Brasil/Aparecida, com 2 quintais e 4 pessoas, sendo 2 mulheres e 2 homens.

Traçamos um perfil socioeconômico das famílias participantes da pesquisa e encontramos uma família rural com menor número de membros, com média de dois filhos/as por família, quando comparada às famílias descritas pela literatura há alguns anos. A idade dos/as entrevistados/as ficou na média de 51 anos, sendo a média de idade feminina de 49 anos, e a masculina, de 52 anos. O grau de escolaridade variou entre a 4ª série do ensino fundamental para as mulheres e a 5ª série do ensino fundamental para os homens, com registro de casos de analfabetismo com maior frequência entre as mulheres.

Quanto ao acesso a recursos externos, observou-se que 80% das mulheres recebem algum tipo de benefício da previdência, principalmente o Bolsa Família, e apenas 36% dos homens entrevistados acessam benefícios, principalmente a aposentadoria rural. O trabalho fora da propriedade é realizado por 37% das mulheres entrevistadas, geralmente presentes no quadro de educação e saúde rural; já apenas 25% dos homens realizam trabalho externo à propriedade, geralmente se empregando como trabalhadores rurais em fazendas da região.

A participação em organizações políticas, como associações, é de apenas 33% para as mulheres, e 97% dos homens entrevistados são ativos nesses espaços. A participação em capacitações é menor ainda entre as mulheres – apenas 27% tiveram a oportunidade em contraste com 79% dos homens entrevistados.

Observamos que os fatores socioeconômicos avaliados revelaram uma diferença considerável entre a vida das mulheres e a dos homens, como menor escolaridade, menor oportunidade de participação em capacitações e organizações de representação. Apesar de serem administradoras de recursos externos importantes para a economia familiar, as mulheres trabalham ainda em regime de dupla ou tripla jornada, cumprindo com as tarefas domésticas de

cuidados com a casa e a família, além de tarefas externas, como trabalho assalariado, conseguindo executar ainda atividades relacionadas ao manejo do quintal agroflorestal.

De 37 mulheres entrevistadas, 100% registrou a realização de tarefas domésticas em seu cotidiano, como preparo de alimentos, lavagem de roupa, cuidado com crianças e idosos, incluindo-se atividades relacionadas ao manejo do quintal agroflorestal, como regar plantas, limpar folhas e colher frutos; 60% das mulheres registraram a realização regular de atividades ligadas diretamente à produção, como capina, plantio e colheita; e 24% das mulheres registraram trabalho assalariado, com e sem carteira de trabalho assinada, em profissões relacionadas especialmente a saúde e educação rural.

As mulheres relataram estratégias variadas, desenvolvidas para conseguir desempenhar tantas tarefas, sendo mais comum a divisão de tarefas por horário durante o dia e o revezamento de algumas atividades entre os dias da semana. O fim de semana também é contabilizado como dia de trabalho, sendo reservado a ele atividades que demandam tempo maior, como lavagem de roupa, capina do quintal e “faxina” da casa. Segundo Cisne (2012), essa infinita jornada de trabalho limita o tempo livre das mulheres, aumentando sua dificuldade de se organizar e participar da política.

Com tantas atividades desempenhadas por mulheres nos diferentes aspectos da produção e reprodução da vida na agricultura familiar camponesa, Saffioti (2013) considera que o “(...) trabalho realizado no interior dos domicílios (...) silenciosamente permite que a vida continue, mas as pessoas que o executam permanecem na sombra”.

Um estudo realizado por Costa & Kato (2007) na mesma região de nossa pesquisa mostrou como a divisão social (e para nós também sexual) do trabalho é vista pelas/os agricultoras/es. Foram 28 mulheres e 4 homens entrevistadas/os durante 2004, e a conclusão do estudo foi que, “geralmente, no meio rural, no contexto da agricultura, a categoria trabalho só se aplica ao homem”.

Os homens entrevistados não consideram as tarefas domésticas exercidas pelas mulheres como “trabalho de verdade”, e o trabalho que a mulher exerce na roça é considerado apenas um auxílio, uma “ajuda” ao trabalho do homem. Mesmo assim, as tarefas consideradas “pesadas”, como arrancar mandioca, torrar farinha e capinar, colocadas como masculinas, são frequentemente exercidas pelas mulheres, seja na rotina, seja na ausência do homem por motivo de doença ou em outras ocasiões. O homem também pode vir a realizar determinadas tarefas consideradas femininas na ausência da mulher, o que ocorre muito esporadicamente (COSTA & KATO, 2007).

A não valorização do trabalho feminino, tanto na esfera reprodutiva como na produtiva, faz com que, segundo Cisne (2012), muitas mulheres não se reconheçam como trabalhadoras, não construindo sua identidade, mesmo como integrante de classe, o que se reflete no comodismo de algumas mulheres que não participam nem se organizam politicamente em associações,

sindicatos, movimentos sociais, quando dispõem de tempo livre, deixando de opinar, e mesmo decidir, sobre as lutas por direitos e demandas de sua própria vida.

Mesmo havendo crescente inserção das mulheres na vida pública e mudança no perfil da família rural, essa mudança ainda é lenta e limitada, como mostram as visíveis diferenças entre fatores socioeconômicos de mulheres e homens. Falta chegarem às mulheres mais oportunidades para realizarem outras atividades e o reconhecimento sobre o que já realizam.

Os quintais agroflorestais são importantes espaços de produção de bens e serviços indispensáveis para a agricultura familiar camponesa, que estão disponíveis de forma diversificada e contínua durante o ano. Investir na socialização dos conhecimentos tradicionais, na qualificação das práticas de manejo, na diversificação de espécies e na organização sobre a produção dos quintais pode ser o caminho para que esse espaço continue a cumprir seu importante papel para o desenvolvimento rural sustentável.

Quintais agroflorestais são espaços que abrigam a vida no campo em todos os seus aspectos, agregando atividades diversas, considerados uma extensão da própria família, que revelam os mecanismos sociais da estratégia para produção e reprodução da vida da agricultura familiar amazônica.

As mulheres são as principais responsáveis pela manutenção desses espaços, assumindo o comando desde as decisões até as práticas de manejo cotidianas, enriquecendo os quintais agroflorestais com a socialização de conhecimentos tradicionais repassados entre elas, principalmente sobre o cuidado com esse espaço.

O trabalho feminino está presente em todas as esferas da vida no campo, desde o secular trabalho doméstico no interior das casas com o cuidado com a família, até a produção agrícola. As mulheres executam até mesmo tarefas pesadas, ditas masculinas, passando pelo trabalho assalariado fora da propriedade.

Conhecer e reconhecer a realidade da vida das mulheres no mundo rural é imprescindível para propor políticas públicas que estruturam sua vida e permitam sua emancipação com construção de igualdade, justiça e participação política, dando a oportunidade de se organizarem e avançarem nas tomadas de decisão e conquistas de seus direitos e de uma sociedade melhor

Bibliografia

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, M. S. da & KATO, M. do S. **Trabalho de Homem, Trabalho de Mulher: divisão social de trabalho em cinco localidades agrícolas do nordeste do Pará.** Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Rev. Bras. Agroecologia, Volume II, N. 2, nov, 2009.

DUBOIS, J. C. L. **Manual Agroflorestal para a Amazônia.** Volume I. Rio de Janeiro: REBRAAF, 1996, 228 p.

HEREDIA, B. M. A. de. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSA, L. dos S. *et al.* **Os Quintais Agroflorestais em Áreas de Agricultores Familiares no Município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar.** Resumos do V Congresso Brasileiro de Agroecologia. Rev. Bras. Agroecologia, Volume II, N. 1, fev, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade.** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

WINKLERPRINS, A. M. G. A.; Souza, P. S. de. **Surviving the City: Urban Home Gardens and the Economy of Affection in the Brazilian Amazon.** Journal of Latin American Geography, Vol 4, Number 1, 2005, pp. 107-126 (Article).

MULHERES DA BORBOREMA: CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO E A AGROECOLOGIA

Júlia Scaglioni Serrano

Resumo

Este ensaio tem como objetivo mostrar a trajetória organizativa das mulheres no Polo da Borborema, com base na Agroecologia. A Agroecologia, além de trazer nova base de produção que busca uma relação de respeito com a natureza e com as pessoas, propõe a organização comunitária e a valorização dos saberes camponeses para um novo modelo de desenvolvimento do campo. Dessa maneira, faz-se necessário, também, construir relações de gênero igualitárias. As mulheres da Borborema começam a se unir pelo trabalho com a organização comunitária e a produção agroecológica. Sua história de luta por igualdade está intimamente relacionada com a luta por direitos das mulheres camponesas no Brasil. Essa luta tem a Paraíba e as paraibanas como pioneiras e referências de luta. Apesar de enfrentarem diversos conflitos iniciais, essas mulheres relatam mudanças positivas, evidenciando como um modelo de desenvolvimento rural baseado na Agroecologia pode vir a fortalecer a luta das mulheres pelo fim da violência e pela igualdade.

Introdução

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. (...) Quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios (FREIRE, 1987, p.19).

A história das mulheres rurais, por muito tempo permaneceu oculta, ainda que elas sempre estivessem presentes nas lutas das camponesas. Siliprandi (2009a) lembra que, apenas no período mais recente, parte dessa história tem sido resgatada. Ao se contar a história do

despertar coletivo das mulheres da Borborema, fala-se da história do campesinato na Paraíba. Destacam-se, nessa caminhada, trabalhadoras do campo que sempre lutaram por seus direitos, mulheres reconhecidas nacionalmente, como *Elisabeth Teixeira*, que assumiu a direção das Ligas Camponesas paraibanas, e *Margarida Maria Alves*, que deu sua vida na luta por direitos trabalhistas, educação e dignidade para as canavieiras e canavieiros do Brejo Paraibano. Ambas romperam com o destino traçado para as mulheres, e a luta representada por elas mantém-se viva e presente no imaginário das camponesas no Brasil, especialmente na Paraíba (SANTOS, 2012).

Estes escritos são frutos de reflexões e vivências do trabalho de pesquisa realizado entre 2012 e 2013, que teve como objetivo central investigar o processo de organização do movimento de mulheres no Polo da Borborema, a sua relação com a Agroecologia e a forma como suas ações têm contribuído para o enfrentamento das desigualdades de gênero¹. A análise se faz com base na ideia de que a mulher camponesa está submetida a dupla subordinação: a primeira é referente ao campo em relação ao meio urbano, a segunda está na própria condição de ser mulher em uma sociedade patriarcal, em que o homem é quem, historicamente, detém o poder (FERREIRA, 2009). Acredito, ainda, que a lógica de dominação sobre a natureza e seus recursos, de acordo com a qual se dá o desenvolvimento da agricultura moderna, é a mesma que estrutura as desigualdades entre os gêneros e a dominação dos homens sobre as mulheres.

Para Gliessman (2000), a produção de alimentos de acordo com as regras do mercado torna-se inevitavelmente desconectada dos princípios ecológicos, sendo tratada como um processo industrial em que as plantas assumem o papel de fábricas em miniatura. O autor afirma que tais técnicas produtivas combinadas trazem uma enormidade de impactos negativos: degradação do solo pela compactação, erosão, perda de matéria orgânica e fertilidade; dependência tecnológica e mercadológica de insumos externos petrolíferos; riscos ao ambiente e saúde humana; uso excessivo de águas, levando poluição e impacto nos padrões hidrográficos regionais e globais; perda da diversidade de espécies e da diversidade genética, tornando os ecossistemas mais vulneráveis; perda do controle local sobre a produção agrícola. Todos esses custos não são contabilizados na produção, eles são considerados externalidades² do sistema e assumidos pela sociedade. A produção aumenta, no entanto se mantém a fome em todo o globo (*op. cit.*, 2000). No Brasil, a realidade não se mostra muito diferente. Campos (2011) evidencia que a expansão do agronegócio provoca aumento na concentração de renda e recursos, resultando em pobreza e exclusão social.

1 A análise dá-se com base na participação em espaços de formação e articulação política dessas mulheres, além das entrevistas com quatro agricultoras que participam ativamente das ações do Polo da Borborema.

2 Vandana Shiva afirma que o impacto negativo do desenvolvimento e do crescimento econômico sobre a mulher, as crianças e o ambiente continua amplamente não conhecido e não registrado (MIES e SHIVA, 1993).

Os processos de desenvolvimento obrigam a virar as costas à terra como fonte de significado e de sobrevivência, utilizando o Estado e seus recursos para ambos. A destruição dos laços orgânicos da terra conduz (*sic*) à destruição dos laços orgânicos da sociedade (MIES e SHIVA, 1993, p.149).

Fica clara a parcialidade da ciência e da técnica, que, ao invés de serem empregadas para a produção de alimentos saudáveis, estão muito mais voltadas ao acúmulo de capital por uma minoria dominante e opressora. A mudança na forma de produção e organização social do campo é urgente, e há muitos anos camponesas e camponeses lutam para que essa utopia torne-se real. Ao reconhecer as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente, a Agroecologia propõe novo enfoque paradigmático, em que se consiga unir os saberes populares com os conhecimentos elaborados por diferentes disciplinas científicas, pensando na totalidade dos problemas, e não do tratamento isolado de suas partes (CAPORAL, 2005).

A Agroecologia ressalta a necessidade de geração de um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo e pluralista, nascido das culturas locais, que respeite a diversidade ecológica e sociocultural (GUZMÁN, 2001). Ainda de acordo com o autor, para se constituir esse novo saber, é necessário reconhecer as formas de desenvolvimento e resistência do saber local e potencializar as formas de ação social coletiva, pois elas possuem um potencial endógeno transformador. Ao contrário do modelo convencional cartesiano, com a Agroecologia se entende que nossas decisões individuais e coletivas afetam a coevolução sociedade-natureza, levando a uma alteração do seu natural (CAPORAL, 2005).

A Agroecologia também pode ser entendida como o resgate de uma herança agrícola que foi destruída com a chegada da agricultura moderna, em especial das ciências agrônômicas, que desprezam esses saberes e, muitas vezes, carregam preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero (HECHT, 2002). Emma Siliprandi alerta, apesar de muitos estudos em Agroecologia citarem as relações desiguais de gênero, que há pouco aprofundamento sobre essa questão. É de fundamental importância maior esforço para entender as relações de poder no meio rural, uma vez que:

A Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para ação emancipatória dos camponeses se também não se ocupar, teórica e praticamente, no enfrentamento das questões da subordinação das mulheres camponesas (SILIPRANDI, 2009b, p. 150).

No entanto, falar de relações de gênero ainda é considerado um assunto unicamente de mulheres, porque tratar desse tema é incorrer no risco de desalojar os que se beneficiam da posição de inferioridade à qual muitas mulheres estão submetidas, até mesmo para garantir privilégios dos homens. Para as mulheres, é caminho de libertação (SILVA, 2010).

Nós não podemos transformar a vida das mulheres deixando o mundo no mesmo lugar. As propostas liberais falam de uma igualdade nesse mesmo sistema, tentam dizer que podemos chegar em algum lugar de igualdade nesse mesmo sistema, tentam dizer que podemos chegar em algum lugar de igualdade sem mudar o que está em torno, mas isso é uma hipótese e uma proposta falsa (ÁVILA, 2007, p. 108).

Ao considerar que essa mudança no mundo faz-se urgente, é necessário atentar para a afirmação da autora de que existem várias perspectivas ao se abordarem as relações de gênero, que não necessariamente propõem transformações. Aqui, compartilho da perspectiva feminista trazida pela autora, pois “quem faz a ciência avançar do ponto de vista da relação entre homens e mulheres é o feminismo porque pensa, porque lança questões e transforma” (ÁVILA, 2007, p. 123). Como *crítica feminista*, compreendemos as distintas correntes que tentam explicar por que grande parte das mulheres continua vivendo em condições de subordinação, se qualquer corrente feminista tem como base o reconhecimento de uma causa social e cultural para essa condição feminina (BANDEIRA, 2008). O pensamento crítico feminista questiona o paradigma científico predominante instituído pelos homens, que tem métodos, teorias, ética e política carregados de preconceitos androcêntricos, além de tornar invisível a mulher e sua contribuição (MIES e SHIVA, 1993; ÁVILA, 2007; BANDEIRA, 2008).

No Brasil, a aproximação ideológica com a causa ambiental está presente em diversas organizações feministas, fundamentada por uma crítica praticamente consensual ao modelo de desenvolvimento excludente, sexista e predatório, buscando união e participação das mulheres na vida social e política (DI CIOMMO, 1999). Por outro lado, Mies e Shiva mostram que onde houve ação das mulheres contra a destruição da natureza, cedo ou tarde, deram conta da relação da violência patriarcal contra mulheres, outros indivíduos e natureza, afirmando que “ao questionar o patriarcado estamos a ser leais com as futuras gerações, com a vida e com o próprio planeta” (MIES e SHIVA, 1993).

As relações desiguais entre os gêneros são um entrave para o avanço da Agroecologia, já que desconsideram um seguimento importante da população camponesa – as mulheres (FERREIRA, 2009). Não olhar para o trabalho e o saber das mulheres rurais é desconsiderar a complexidade

da agricultura camponesa, não permitindo a real construção da Agroecologia. Nesse sentido, acredito que Agroecologia e feminismo deveriam se aproximar cada vez mais, já que se unem no objetivo de valorizar as mulheres, os saberes empíricos, a sensibilidade e a subjetividade como formas de se constituir conhecimento crítico e dar base para a constituição de nova sociedade, mais igualitária. Ambos propõem transformações nas relações sociais, colocando-se contra a dominação capitalista, devendo, portanto, contrapor o patriarcado, a base ideológica do modelo capitalista (ROMÃO, 2007).

1. Mulher forte, sim senhor!

Quando se fala da história de luta das mulheres camponesas no Brasil, as paraibanas merecem destaque por sua força, pioneirismo e organização. Iniciamos por Elisabeth Teixeira, que após o assassinato de seu companheiro João Pedro Teixeira em 1962, assumiu a liderança das Ligas Camponesas paraibanas. Em 1964, com o golpe militar, Elisabeth chegou a ser presa e acabou refugiada no Rio Grande do Norte³. Ainda hoje, aos 82 anos, Elisabeth participa de encontros, congressos e comemorações para manter viva a sua história e a memória das lutas camponesas e das mulheres do campo.

Não podemos nos esquecer de Margarida Maria Alves, que nasceu em 5 de agosto de 1943, em Alagoa Grande, município do Brejo Paraibano. Filha mais nova de uma família de nove filhos, cresceu vendo a injustiça do latifúndio contra sua família e outras famílias camponesas (SANTOS, 2012).

Foi uma líder sindical
 Determinada, aguerrida
 No meio do canavial
 Pondo em risco sua vida
 Lá estava conscientizando
 Com paciência, educando
 Toda uma classe sofrida

3 Para saber mais sobre a história de vida e luta de Elisabeth e João Pedro Teixeira, recomendo o filme “Cabra marcado para morrer”, bem como uma visita ao Memorial das Ligas Camponesas em Sapé (PB).

E ali empreendeu
O grande analfabetismo
Mostrou aos canavieiros
Com noções de civilismo,
A dureza, os dissabores
Das regras dos opressores
Dentro do capitalismo
(...)
Onde havia trabalhadores
Levava para o sindicato,
Convencia do seu valor
E da justiça do seu ato;
Do viver só trabalhando
E muitas vezes faltando
Os alimentos no prato”
(BRAGA, sem data).

Seu primeiro cargo no Sindicato Rural de Alagoa Grande foi de tesoureira, chegando à Presidência em 1973. Sem dúvida, ser eleita consecutivas vezes contrasta com a forte resistência à sindicalização que milhares de mulheres vinham enfrentando (CARNEIRO, 1994).

O Brasil estava em plena ditadura militar e especialmente o Nordeste era caracterizado nesse período pelos grandes latifúndios produtores de cana-de-açúcar, onde os donos, conhecidos como coronéis, eram não só detentores das terras, mas também do poder local. Os camponeses – e menos ainda as camponesas – não tinham terra e se viam obrigados/as a trabalhar nos canaviais, ou de *meia e terça*⁴, nas terras designadas pelos coronéis (SANTOS, 2012, p. 99).

4 No sistema de meia, os camponeses entregavam metade da produção ou do tempo de trabalho aos coronéis. No sistema de terça, 2/3 da produção deveria ser entregue ao patrão.

Entretanto, em 12 de agosto de 1983, a ameaça tornou-se concreta, e Margarida foi assassinada com um tiro no rosto. Após sua morte, tornou-se um símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais, ficando conhecida por sua frase “Da luta, eu não fujo”.

A história de Margarida dá-se em um momento em que a participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular: a década de 1980, quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos (CARNEIRO, 1994). Essa organização inicia-se especialmente na Paraíba, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (DEERE, 2004). Entre as categorias mais organizadas, estão as trabalhadoras assalariadas eventuais do Nordeste, principalmente as da cana-de-açúcar do Brejo Paraibano, que se mobilizavam primordialmente na luta por terra e salário (CARNEIRO, 1994).

De acordo com Duarte (2013), o movimento mais significativo de mulheres na Paraíba seria o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano (MMT). Possuía coordenação própria e tinha como objetivo promover maior participação da mulher no movimento popular e sindical e enfrentar os problemas específicos, como relação homem/mulher, família, saúde da mulher, educação sexual, chegando a atuar em 23 municípios paraibanos. Foi nesse movimento que Dona Terezinha, atualmente agricultora experimentadora do Polo da Borborema, começou sua militância pela classe trabalhadora e pela igualdade entre mulheres e homens, estando sua história entrelaçada à de Elisabeth, Margarida e à de tantas outras camponesas.

Veio aquela luta. Depois do dia daquela luta que Margarida Maria Alves, não sei se chegou ao seu alcance que mataram ela, ela era do canavial, era da luta. Oxe, aonde a gente tava, ia ela e Maria da Penha, dando orientação pra nós, que tinha que cobrar nossos direitos (informação verbal de Dona Terezinha⁵).

Dona Terezinha é lavradora e lutadora, nascida no sítio Videl, no município de Solânea, onde vive até hoje. Criou seus cinco filhos com o trabalho na terra. Ela nos conta que, no início da década de 1980, já existiam iniciativas de organização das mulheres por parte do MMT em Solânea. Em seu depoimento, fica claro que se envolveu na luta devido ao desejo de melhoria da vida no campo. Sua fala traz uma denúncia sobre a situação violenta vivida pelos camponeses brasileiros. Sua luta não era somente pelos direitos das mulheres, mas, sim, pelos direitos da classe trabalhadora. As principais reivindicações do movimento relacionavam-se ao salário justo, creches, terra para plantar,

5 Extraída de entrevista concedida por Dona Terezinha em 21 de fevereiro de 2013, na sua propriedade, em Solânea (PB).

não superposição dos “serviços de casa” e o “trabalho fora”, educação e assistência médica para elas e filhos, repúdio à dominação do homem na família e à ideologia machista.

Nós considerávamos que uma professora era uma mulher trabalhadora, uma dona de casa – mesmo que seja doméstica. (...) As mulheres ficavam perguntando, a gente falava que elas mereciam também participar com a gente, porque você é mulher trabalhadora. Você é uma dona de casa, você é uma mulher trabalhadora. Você não pode dizer pro seu marido que só é esposa, você já tem que dizer que é uma trabalhadora também, porque você cuida da casa, cuida dos seus filhos, cuida de tudo pro marido, então você tem que se libertar que você é uma trabalhadora (informação verbal de Dona Terezinha).

Dona Terezinha sempre levava as filhas aos espaços de formação, para que elas fossem aprendendo. Maria do Céu, uma de suas filhas, é diretora do Sindicato de Solânea e liderança no Polo da Borborema, está à frente do trabalho com as mulheres, evidenciando a importância dessa troca intergeracional para a construção da luta pelos direitos das camponesas e pela Agroecologia.

Outro movimento que emerge na luta pelos direitos das camponesas é o Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), que tem raízes nas reuniões ocorridas no Brejo da Paraíba e em Serra Tablada, no Sertão Central, em Pernambuco, durante 1982 e 1983, bastante focadas na situação de emergência provocada por uma seca prolongada (DEERE, 2004). Sua ação fortaleceu-se em meados dos anos 1980, trazendo discussões sobre o cuidado com a água e o meio ambiente, plantio de árvores, curvas de nível, entre outras técnicas, mas ela ressalta que ainda não se usava o nome de Agroecologia.

A capacidade de organização e mobilização das mulheres rurais ganhou destaque nacional no processo da Constituinte, em que lutaram e conquistaram seu reconhecimento como trabalhadoras e como cidadãs, embora a efetivação de seus direitos seja lenta, e as relações familiares não se alterem automaticamente (FARIA, 2009). Percebe-se que, a partir das lutas por esses direitos e por uma vida digna no campo, essas mulheres despontam como sujeito político, mostrando a efetividade de sua luta com diversas conquistas. É possível notar-se, ainda, o início das discussões coletivas sobre o desenvolvimento sustentável do campo, em que se trabalhava a organização comunitária e as técnicas produtivas que respeitavam a natureza, mesmo que não se usasse o termo Agroecologia. E a história continua.

2. O Polo da Borborema

No início dos anos 1990, para reavivar o movimento sindical, três Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Paraíba, nos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca, buscaram novas formas de ação, estratégias inovadoras de intervenção, que pudessem constituir uma organização social para atuar na essência da problemática, unindo suas pautas de luta à realidade e às motivações concretas. Assim, estabeleceram parceria com AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), com objetivo conjunto de conhecer a realidade da agricultura familiar e mobilizar suas bases sociais por meio de processos coletivos de experimentação de inovações técnicas e político-organizativas, buscando a promoção do desenvolvimento local em bases agroecológicas (SILVEIRA *et al.*, 2007). O trabalho baseava-se na convivência com o Semiárido e se iniciou com questões relacionadas à água e ao resgate das Sementes da Paixão, mantidas pelas camponesas e camponeses e adaptadas às condições locais.

O foco na melhoria do bem-estar na segurança alimentar das famílias, pautada nos conhecimentos e tecnologias produzidos no campo, proporciona melhoria nas condições ambientais e alimentares, permitindo maior autonomia. A valorização do conhecimento local já mostra diferença de postura do Polo da Borborema e da AS-PTA em relação às práticas convencionais por parte das instituições de assistência técnica e extensão rural, que impõem o conhecimento acadêmico e machista, desconsiderando o saber local.

Ainda assim, corre-se o risco de manter intocadas as desigualdades existentes entre os gêneros, devido à compreensão de campesinato com base na unidade familiar. Quem representa os interesses do todo na unidade produtiva é o homem: ele detém, na maioria das vezes, a posse da terra e o poder de decisão sobre como e o que produzir, administrando as relações familiares, colocando a mulher em uma posição de subordinação (SLIPRANDI, 2009b; FARIA, 2011). Essas relações desiguais de gênero no campo têm inúmeras consequências para a vida das mulheres, constituindo-se uma forma de violência estrutural.

O Polo da Borborema passou aos poucos a desenvolver um trabalho para garantir maior participação e autonomia da mulher camponesa. Freire (2010) conta-nos que era possível perceber um crescente avanço na participação e envolvimento das mulheres como protagonistas na construção e disseminação de conhecimentos, gestão econômica das propriedades e na participação política. Assim, em 2007, iniciou-se um olhar mais sistemático sobre a vida das camponesas, realizando-se estudos para aprofundar o conhecimento das desigualdades de gênero, com hipótese de que há relação positiva entre dinâmicas de inovação agroecológica e o empoderamento das mulheres.

Para seu funcionamento, o Polo organiza-se em comissões. A comissão de Saúde e Alimentação, composta majoritariamente por mulheres, foi o espaço em que começaram a despontar as reflexões sobre o trabalho das mulheres e o peso que as desigualdades de gênero traziam para sua vida, porque elas se reproduzem mesmo dentro dos movimentos sociais. Foi evidenciada a importância da mão e do conhecimento das mulheres para a geração de renda, a manutenção da família, da propriedade e da biodiversidade, as experimentações, as sementes da paixão preservadas, as práticas nos roçados, nos arredores de casa e nas criações. Ainda se descobriu, por exemplo, que quanto menor é a terra disponível para a família, mais disputado é o espaço dos arredores de casa, onde tradicionalmente as mulheres conseguem desenvolver suas experimentações de forma conjunta com o trabalho doméstico, que está, em geral, sob sua responsabilidade.

A estratégia do Polo foi dar visibilidade a esse trabalho e romper o isolamento em que muitas mulheres ainda vivem, tirando as agricultoras de casa para intercâmbios, oficinas, eventos, colocando histórias de superação para animar outras mulheres. Os debates para entender melhor as opressões vividas pelas agricultoras, bem como o contexto social no qual elas se reproduzem, foram colocados em pauta permanente. Ganhar novos conhecimentos proporciona a essas mulheres mudar os rumos de sua vida, encontrar suas habilidades, suas alegrias, seus saberes, sua criatividade. Em todas as histórias, as mulheres da Borborema ressaltaram a importância dos fundos rotativos solidários para conseguirem aplicar o conhecimento trocado nas vivências.

É nesse contexto de reafirmação das mulheres camponesas como sujeito político que luta por seus direitos que se constrói, em 2010, a primeira versão da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, ação direta dessas mulheres que vão às ruas mostrar seu trabalho no campo e pedir o fim das violências que sofrem todos os dias. Em 2014, a Marcha chegou a sua quinta edição. A cada ano há a construção coletiva de um processo preparatório, que vem se constituindo num importante espaço educativo, extremamente significativo para o reconhecimento e a valorização do trabalho da camponesa, bem como para a superação da violência de gênero e para a consolidação da Agroecologia. Esses valores vêm no sentido de alterar o *status quo* e não encontram espaço no ambiente formal de ensino. Pensado e executado pelas agricultoras, pode ser considerado um espaço de Educação Popular, em que todas ensinam e aprendem, libertando-se conjuntamente. Nesse determinante espaço fortalecem-se articulações com outros movimentos de mulheres, do campo e da cidade, que se unem principalmente no enfrentamento ao agronegócio e na luta pelo fim da violência contra a mulher.

Acredito que a organização das mulheres da Borborema cumpra dupla função: resgatar a luta histórica das mulheres do campo na Paraíba, que estava enfraquecida, e dar continuidade a ela.

Tem potencial de se expandir além da área de atuação do Polo, por meio de parcerias com outros movimentos. Dona Terezinha acredita que a função que hoje as mulheres da Borborema realizam é a mesma cumprida pelo MMT, a de proporcionar caminhos para autonomia e liberdade das mulheres, conquistando seus espaços e direitos. Por outro lado, desperta mulheres para a vida política, por meio do trabalho com a Agroecologia, que vem no sentido de valorizar o saber construído na prática das mulheres agricultoras, que quebram o isolamento para garantir seus direitos.

3. As mulheres da Borborema

As mulheres continuam lutando por sua identidade como trabalhadoras rurais. Aqui no Nordeste, é possível ver muitos resultados dessa luta, havendo grupos e movimentos de mulheres que colocam em questão a crítica ao modelo agrícola e enfrentam muito de perto a contestação às políticas públicas (PACHECO, 2007). Mesmo quando falamos das camponesas do Polo da Borborema, há muita diversidade entre elas. Cada uma tem uma trajetória, são diversas gerações, origens, opções sexuais, técnicas de cultivo, sentimentos, e é nessa pluralidade de saberes que se fundamenta a ação do Polo, considerando que todas têm a ensinar e a aprender. No contato com elas, busquei essa diversidade, procurando qual é o fio que tece a união entre essas mulheres e os desafios a serem superados conjuntamente.

Além de Dona Terezinha, três agricultoras experimentadoras foram entrevistadas em suas áreas produtivas. Apresentarei brevemente as outras entrevistadas e, a seguir, as semelhanças que foram encontradas, o que dá identidade a essas mulheres, como integrantes de um movimento.

Marlene é pernambucana, mas se criou e vive em Lagoa Seca, onde ela e o marido trabalham na agricultura. Entrou no movimento sindical em 1992, quando houve uma mudança na Presidência, que anteriormente não fazia valer a voz dos trabalhadores, menos ainda a das trabalhadoras. Nesse ano começou a articulação entre os sindicatos de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que daria origem ao Polo da Borborema. A produção da família é diversificada e sem veneno, o que garante boa alimentação com frutas, verduras, leite, ovos e carnes, além da comercialização no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na feira agroecológica de Lagoa Seca. Ela guarda sempre as sementes para o próximo plantio.

Outra agricultora que contou sua história foi Anilda. Nasceu em Esperança, mas vive em Remígio, no assentamento Oziel Pereira, desde 1998, quando, com a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conquistaram a terra. Vive com seus cinco filhos e uma neta. O marido faleceu em 2013, e toda a renda da família provém da agricultura. A produção é

com base na Agroecologia, que é discutida com o sindicato e o MST. Anilda participa na comissão de Saúde e Alimentação do Polo e afirma ter sido por intermédio do sindicato que começou a se reconhecer como agricultora e a participar do movimento das mulheres, o que foi de muita relevância para garantir seu espaço na condução da propriedade.

Marília é uma jovem agricultora de 24 anos que vive com a família no Sítio Goiana, em Solânea. Desde menina trabalhava na terra, cuidava das cabras e da casa com a mãe. Antes a família não tinha sua terra e trabalhava de terça para o dono da terra, e sua irmã trabalhava na casa do patrão. A vida melhorou quando a família se assentou e passou a ter autonomia sobre a produção. Ela associou-se ao sindicato em 2009 por causa das cisternas e conta que sofreu preconceitos por ser uma jovem mulher que se inseria nesse espaço. Muitos na comunidade diziam que ela estava grávida, não reconhecendo o potencial produtivo da juventude. Além de manter suas sementes, ela conta que há um banco de sementes na associação do assentamento. Quem cuida do lote é ela e seu pai. Marília gosta mesmo é da criação dos animais e foi por meio desse ofício que sempre experimentou novas formas de alimentação e manejo, aprendendo a negociar e ganhando seu espaço como produtora rural.

A primeira semelhança na vida de luta das quatro agricultoras a ser colocada é que, juntas, elas buscam estabelecer a autonomia no campo e na vida das mulheres, colocando-se no embate ao agronegócio e ao patriarcado, em busca de mudanças para a comunidade e para sua vida. É um embate necessário e cheio de espinhos:

As mudanças na vida das mulheres são muito importantes, mas não se fazem sem conflitos, tanto no espaço familiar, quanto nos espaços coletivos, principalmente quando entram em confronto com os valores pré-estabelecidos (FREIRE *et al.*, 2010, p. 151).

Silva (2010) afirma que, quando as mulheres rebelam-se contra atos de discriminações domésticas e sociais e/ou profissionais, ocorre, necessariamente, o conflito, que foram orientadas a evitar. Porém, novos caminhos só se abrem a partir do conflito. Ao entrar no movimento, todas as entrevistadas relataram que precisaram superar atritos familiares, especialmente com os pais e os maridos.

No início me barrava muito, porque na época, quando eu comecei, eu tinha as crianças pequenas. Essa era pequenininha, o outro... Era ó, o maior empecilho era deixar as crianças (informação verbal de Anilda⁶).

6 Entrevista concedida por Anilda em 27 de junho de 2013 na sua propriedade, Remígio-PB.

Minhas irmãs chamavam o Antonio de corno, tudinho foram contra mim. Só que todas foram beneficiadas (...). Ele tinha aquela história de mulher é pra ficar em casa, mulher não é pra sair e pai dando cobertura a ele (informação verbal de Dona Terezinha).

Muitas vezes, a dificuldade a ser superada foi a realização do trabalho doméstico e de cuidados. Em geral elas obtiveram auxílio com mães, tias ou vizinhas, levavam as crianças, cozinhavam antes de sair, ou seja, acumulavam as funções. Em alguns casos, a divisão do trabalho dentro da família foi repensada. No entanto, a responsabilização das mulheres pela criação dos filhos e pelos trabalhos de casa é ainda grande obstáculo a ser superado. Outra dificuldade pontuada faz-se dentro dos próprios movimentos. Elas relatam que escutam muitas piadas machistas ou têm seu trabalho desvalorizado. Também é destacada a dificuldade e a necessidade de trazer os homens para espaços que discutem as relações de gênero, para que eles sejam sensibilizados.

Tem sindicato que não dá oportunidade das próprias mulheres, não reconhece que o trabalho das mulheres é valioso. Uma dificuldade ainda falta, os próprios homens do sindicato, das associações, abrir a sua mente (informação verbal de Marlene⁷).

As mulheres que enfrentaram e superaram as dificuldades iniciais (ou que permanecem) contam as suas conquistas, a começar pela garantia dos direitos trabalhistas, do acesso à terra e à documentação. São bandeiras de luta dessas mulheres o aumento da autoestima, com o reconhecimento como agricultora e a valorização de seu trabalho; a possibilidade de ensinar e aprender, de trocar conhecimentos; a liberdade de ir e vir, de se socializar, conhecer pessoas, fazer amizades, divertir-se; conhecer seus direitos, a história de luta das mulheres, entender as opressões do sistema que as oprime.

Mudou muito, pra mim foi um milagre, eu considero um milagre por aquilo que eu era presa. Sempre quis fazer as coisas na minha vida sem ser presa (informação verbal de Dona Terezinha).

Se eu disser a você que até 98 eu não tinha coragem de falar com ninguém e depois que eu entrei na comissão, tanto das mulheres como da comunicação, eu já comecei a colocar os problemas, né?

7 Entrevista concedida por Marlene em 27 de junho de 2013, na sua casa, em Lagoa Seca (PB).

Porque você, quando tá numa comissão que discute só o ponto da mulher, você começa a se abrir (...) Eu acho que a comissão de Saúde e Alimentação, ela veio melhorar muito, muito, a questão do relacionamento, a questão de gênero mesmo, porque a gente discute tudo nessa comissão, né? (informação verbal de Marlene).

E é descobrindo-se, valorizando-se e decidindo sobre suas vidas que as mulheres da Borborema seguem suas trajetórias, motivadas pelo desejo de trazer mais mulheres para se libertarem, para que saiam de casa, conheçam o mundo e não se calem mais diante de qualquer violência.

Cada vez mais conquistar mulheres, tentar conquistar mais espaço, né, porque a gente sabe que a luta tá aí, (...), porque a gente sabe que tem muitas mulheres que não sai de casa. Aqui na comunidade da gente mesmo, a gente sabe que têm muitas mulheres que é prendida pelo marido, que eles não deixa sair porque muitas têm aquela vontade de participar de fazer as coisas, mais não têm opção, e muitas são oprimida pelos filhos, outras os maridos não quer deixar participar (informação verbal de Anilda).

Podemos notar o reconhecimento do papel de produtora rural, da função política de suas histórias pessoais que, unidas, despontam com maior força, sabedoria e poder de transformação social, como fica expresso nas palavras da camponesa:

É um prazer você estar hoje na minha casa, querendo saber um pouco da experiência, do nosso trabalho, da nossa organização. E, por que não dizer, do nosso movimento de mulheres trabalhadoras rurais?! (Informação verbal de Dona Terezinha.)

Num primeiro momento, a estratégia do Polo de mobilizar as mulheres por meio dos trabalhos nos arredores de casa, com pequena criação e plantas medicinais, pode ser vista como reafirmação da posição da mulher nos serviços do lar. No entanto, pode-se tratar de cativar as mulheres pelo espaço que já lhes é conhecido, no qual desenvolvem e cultivam seus saberes. Não na perspectiva de que elas sejam naturalmente mais aptas a esses serviços, senão pelo fato de a construção social na qual estão inseridas proporcionar-lhes essa vivência. Observei que, a partir da valorização desse conhecimento, rompe-se com o isolamento doméstico, proporcionando o encontro com novos espaços e experiências. Todas as entrevistadas colocaram o intercâmbio como o principal espaço a ser incentivado, pois proporciona o aprendizado simultâneo de todas as participantes.

O trabalho para consolidação da Agroecologia no território é visto por essas mulheres, não apenas como a questão da preservação do meio ambiente ou de uma produção sem agrotóxicos. Elas apresentam-no de maneira mais complexa, envolvendo aspectos da autonomia e saúde familiar, organização social, bem-estar e valorização do trabalho, como se nota nas respostas sobre a visão delas sobre a Agroecologia:

Pra mim, é melhoria de vida, né, é você ter saúde na sua casa e na sua família, porque você já sabe que você tá encampando a agroecologia, você tá contribuindo para o meio ambiente, você não desmata mais, você não polui mais, você só trabalha com produtos saudáveis, você só tem a melhorar. Então, pra mim, significa saúde, amor e liberdade (informação verbal de Anilda).

Agroecologia é qualquer coisa, assim, que a gente planta sem pôr veneno. É muito bom um feijão agroecológico, um tomate... Pra mim, agroecologia é muito bom. Tem as mulheres que está bem dentro dessa dinâmica (informação verbal de Marília⁸).

A percepção das entrevistadas sobre o valor da terra mostra forte ligação da natureza com religiosidade, como provedora da vida e dos alimentos, o local de construção de sua vida objetiva e subjetiva:

Oxe, o que eu digo mesmo é que eu já não chamo mais nem de “a terra”, eu chamo ela de Minha Mãe, Santa Mãe Terra. É dela que eu me assento num momento de manhã, Deus tá vendo que eu faço isso, eu agradeço a Ela porque é dali que eu tiro o alimento pra minha família, onde tiro o alimento pro meu gadinho, pros meus bichinhos. É onde tem meus recursos pra minha vida, é minha Santa Mãe Terra. Todos os recursos e valores de nós todos é da Santa Mãe Terra. Pra mim, é um valor muito grande. Eu, como agricultora, tenho orgulho de chegar a qualquer lugar que eu for e dizer que eu sou agricultora, que eu amo a terra e amo a agricultura (informação verbal de Dona Terezinha).

8 Entrevista concedida por Marília em maio de 2013, na propriedade de sua família.

Pra mim, a terra é tudo, é a minha mãe, é o que dá o sustento da gente, a gente vive, aqui, da terra pra trabalhar e comer, pra mim ela é tudo, sabe, ela é a vida (informação verbal de Anilda).

Afe, Maria, eu acho que sem a terra eu tô morta, com certeza. Eu amanheço o dia clarinho, eu levanto de manhã, e as minhas galinha tão aqui, eu tenho que tá cuidando das galinha, depois eu vou, tiro alguma coisa, porque, assim, a felicidade da gente ser agricultora é você ver o que você fez e ter o fruto do que você plantou pra casa, pra sua família e pros amigo. A terra... pra mim é tudo (informação verbal de Marlene).

Paulilo (2010), ao refletir sobre a visão de natureza do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), afirma que a visão espiritual da natureza é proveitosa aos movimentos sociais que buscam não só igualdade, mas também equidade para mulheres e homens, ricos e pobres, humanidade e natureza:

Porque a natureza, além de divina, é normativa, contendo, embutida na forma de entendê-la, tanto a igualdade entre todas as criações de Deus quanto seu direito de existir e, portanto, de serem respeitadas, amadas e protegidas. (...) Apesar da contribuição positiva que a associação entre mulher e natureza tem trazido para a luta por igualdade e direitos, há sempre nela o risco de reforçarmos uma visão que, ao colocar a mulher em um plano mais próximo do mundo natural, inferioriza-a, porque os que o fazem não atribuem à natureza uma origem divina, mas, sim, entendem-na como objeto da ação e da dominação dos homens (PAULILO, 2010, p. 932).

Aqui vemos a contribuição da Agroecologia para a percepção da humanidade, como parte da natureza, e não superior a ela. Nota-se, no discurso e nas práticas das mulheres da Borborema, uma mudança não apenas na visão do ser mulher, mas também na visão da natureza (PAULILO, 2010). Essa mudança na visão do ser mulher ocorre com a inserção em movimentos sociais e no trabalho realizado pelo Polo. O que antes era colocado como um lugar sofrido, com a valorização de si mesmas e do seu trabalho, transforma-se em felicidade, como fica claro nos trechos a seguir.

A partir do momento que você se realiza nos seus objetivos, eu acho que ser mulher é, pra você ser mulher você tem que se realizar, se sentir realizada. Eu, hoje em dia, posso dizer que num certo ponto, numa certa coisa eu sou realizada, eu consegui conquistar meus espaços, eu consegui me realizar, então ser mulher pra mim é maravilhoso (informação verbal de Anilda).

Bom, pra mim, eu adoro ser mulher. Eu, no início, quando eu era bem mais nova, eu queria e dizia assim: ah, eu queria ser homem! Mas, hoje, eu jamais diria isso (informação verbal de Marília).

Nossa acho que, mulher, ser mulher é difícil, né, porque se você não se reconhece enquanto mulher... Acho que primeiramente você tem que se reconhecer, tem que se amar, para que as pessoas te reconheça. Então, assim, eu como mulher eu tô feliz, né, mas é preciso ainda muito trabalho (informação verbal de Marlene).

Considerações finais

A luta das mulheres da Borborema tem dado frutos, mostrando que, com organização, é possível alterar a realidade vivida. Isso se faz evidente quando as entrevistadas falam sobre as mudanças na percepção de ser mulher, que passa a ser algo positivo quando conquistam mais liberdade, mais segurança para se colocarem, mais autonomia e qualidade de vida para elas e para as famílias.

Ainda, merece reconhecimento a diversidade metodológica utilizada pelo Polo e AS-PTA para abordar as questões de gênero. Além das atividades relacionadas à produção agrícola, são utilizados depoimentos de casos de violência e libertação, debates, teatro, vídeos, músicas, poesias etc. As atividades sempre têm uma mística inicial ou final, proporcionando um aprendizado por completo, sem descuidar dos fatores subjetivos, emocionais, que também são afetados pela opressão.

A visão de Agroecologia dessas mulheres está ligada não apenas ao trabalho na terra. Vem à tona seu papel como guardiãs das sementes, ervas medicinais, variedades de criações, no acesso à água, no roçado e na segurança alimentar. Está ligada, também, à qualidade de vida para a família e para a comunidade, destacando-se a necessidade de relações mais justas, especialmente

entre mulheres e homens. É por isso que, quando elas vão às ruas, gritam para que todos ouçam: Viva a vida das mulheres! Viva a Agroecologia!

Bibliografia

AVILA, M. B. Divisão Sexual do Trabalho: desafio para a agroecologia. *In: SILVA, C. (Org.). Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia*. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007, p.106-125.

BANDEIRA, L. A Contribuição da Crítica Feminista à Ciência. *In: Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(1): 288, jan-abr/2008.

BRAGA, M. *Margarida Maria Alves: mártir dos canavieiros*. Mossoró (RN): Queima-Bucha, [s.d]. Cordel.

CAMPOS, C. S. S. *A Face Feminina da Pobreza em meio à Riqueza do Agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – O caso de Cruz Alta/RS*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *In: Anais Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Florianópolis, 2005.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no Campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.

DI CIOMMO, R. C. *Ecofeminismo e Educação Ambiental*. São Paulo: Cone Sul, 1999.

DEERE, C. D. Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, jan-abr, 2004.

DUARTE, E. L. *Mobilização Política e Relações de Gênero no Estado da Paraíba*. Simpósio Internacional de Geografia Agrária, João Pessoa, 2013.

FARIA, N. Economia Feminista e Agenda de Luta das Mulheres no Meio Rural. *In: SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBRADI, M. R.; FARIA, N. Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Butto, A (Org). Brasília, MDA, 2009.

- FARIA, N. Mulheres Rurais na Economia Solidária. *In: Feminismo, Economia Solidária e Soberania Alimentar: construindo estratégias para a autonomia das mulheres do campo e da cidade.* Sempreviva Organização Feminista. Cajamar, 2011.
- FERREIRA, A. P. L. A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 2114-2117, nov. 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. Ed. (versão digital). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 107p.
- FREIRE, A. G.; SILVA, M. L. S.; VITOR, R.; LOPES, G. B. As Muitas Portas da Vida de Vanda. *In: Mulheres e Agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras.* Org: ActionAid Brasil, Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, Rio de Janeiro, 2010.
- FREIRE, A. G. As Portas de Muitas Vidas. *In: Mulheres e Agroecologia: sistematizações de experiências de mulheres agricultoras.* Org: ActionAid Brasil, Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, Rio de Janeiro, 2010.
- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000. 653p.
- GUZMÁN, E. S. Uma Estratégia de Sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.
- HECHT, S. A Evolução do Pensamento Agroecológico. *In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.* Guaíba: Agropecuária, pp. 21-52. 2002.
- MIES, M. SHIVA, V. *Ecofeminismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. 433p.
- PACHECO, M. E. L. Agroecologia: mudanças de concepção e prática. *In: Encontros Possíveis: feminismo e agroecologia.* Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007. pp. 126-139.
- PAULILO, M. I. S. Intelectuais e Militantes e as Possibilidades de Diálogo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 336, set-dez/2010.
- ROMÃO, M. M. A. Agroecologia e Feminismo: uma prática possível – A experiência do Grupo de Mulheres Xique-Xique. *In: Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia.* Recife. SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2007. p. 20-25.

SANTOS, M. K. C. A. **Rompendo a Cerca do Isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero.** Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFPE. Recife, mai. 2012.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável. UNB. Brasília, 2009a.

SILIPRANDI, E. Um Olhar Ecofeminista sobre as Lutas por Sustentabilidade no Mundo Rural. *In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.* Org: PETERSEN, P. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2009b.

SILVA, L. C. Fortalecendo fios para uma ação feminista em rede. *In: Mulheres no Semiárido: um olhar feminista.* GUEDES, M.V.; ARANTES, R. (Org.) Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVEIRA, L. M.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. Saindo de trás do Birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. *Agriculturas*, v. 4, n 2, jul de 2007. pp 10-14.

GESTÃO FEMININA, LUTA E RESISTÊNCIA EM ÁGUA BOA II, MINAS GERAIS

Lívia Tavares Mendes Froes

Resumo

Com base no estudo de caso empreendido na localidade rural de Água Boa II, em Minas Gerais, apresento, neste texto, relato sobre a iniciativa e o envolvimento de mulheres na constituição da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas de Água Boa II (COOPAAB). Dedico-me a discutir sobre a cooperativa de maneira ampla, considerando suas múltiplas facetas e desdobramentos, além de registrar suas conquistas e atuais percalços. Trata-se de um contexto no qual o grupo residencial é caracterizado, há décadas, pela fragmentação recorrente e anual da unidade familiar devido aos constantes deslocamentos da população masculina em busca de assalariamento fora da localidade e do município. Nesse cenário, o desempenho produtivo, afetivo e político das mulheres não é somente relevante, mas sim imprescindível para a viabilização da vida familiar na localidade.

Introdução

De maneira geral, a rotina de mulheres do campo é bastante ativa e envolve uma sobrecarga de atribuições. Em Água Boa II, localidade rural pertencente ao município de Rio Pardo de Minas, localizado ao norte de Minas Gerais, o grupo residencial é caracterizado, há décadas, pela fragmentação recorrente e anual da unidade familiar devido aos constantes deslocamentos da população masculina em busca por assalariamento fora da localidade e do município.

O número de famílias residentes em Água Boa II é de aproximadamente 100, e, devido às constantes idas e vindas efetuadas por membros da localidade, é difícil precisar o número de moradores. A comunidade¹ é organizada especialmente em residências habitadas por famílias

1 Em Água Boa II, o termo “comunidade” relaciona-se, principalmente, à atuação e frequência às atividades da Igreja Católica da localidade, já que, inúmeras vezes, ouvi as afirmações: “Antes não havia comunidade, cada um rezava o terço em casa! A comunidade foi criada em 1982. Nem todo mundo participa da comunidade.” Todavia, o termo também é apropriado para designar o agrupamento local das famílias dessa comunidade, como ressalta Neves (2008) no artigo Organização Comunitária e Ação Política: os “ribeirinhos” e o Movimento de Educação de Base,

conjugais, ou seja, mulher, homem e filhos e, em casos excepcionais, algum agregado (na maioria das vezes, aparentado).

A união matrimonial entre comunitários é bastante recorrente, o que leva a alto grau de aparentamento entre as famílias, mesmo que distante. Nesse sentido, os laços de vizinhança são reforçados pelos laços de parentesco e, muitas vezes, pelas relações de compadrio.

Da mesma forma, como descrito em Heredia (1979, p. 47), com referência às relações de compadrio, os laços de vizinhança e de parentesco são ainda mais reforçados. No contexto analisado pela autora, o compadrio adquire grande importância devido à quantidade considerável de filhos em cada família, razão pela qual, muitas vezes, pode-se ser compadre da mesma pessoa várias vezes.

De modo geral, em Água Boa II, o número de filhos por mulher, que hoje se encontram na faixa dos 20 aos 40 anos de idade, diminuiu em relação ao número de filhos na família de sua mãe e avós. Ainda assim, as relações de compadrio permanecem atuais.

Mesmo sendo parentes, os compadres passam a ser denominados como tais, rotineiramente, pois como comenta Heredia (1979), a relação entre eles é formalizada. Nesses termos, as relações de parentesco consanguíneo, afinidade e compadrio são centrais nessa organização social.

Recorrentemente, após o casamento, os descendentes formam uma nova unidade doméstica, ou seja, por regra neorresidencial ou em residência separada, mas que, no entanto, podem ser construídas em pequeno pedaço de terra concedido pelos pais.

As casas da comunidade estão distribuídas ao longo do ribeirão Água Boa e seus tributários, que são chamados pelos locais de “vareda” ou “vereda”². A área média das propriedades é de aproximadamente 15ha, com área agricultável média de 3ha, segundo dados do levantamento realizado por Correia (2005, p. 41) entre 2003 e 2005. No entanto, a fragmentação da terra tem sido intensificada nos últimos tempos, principalmente por causa da compressão impulsionada pela implementação da monocultura de eucalipto e pelos casamentos ocorridos entre comunitários.

cujos cenários são a Amazônia. Segundo a autora, os significados concernentes ao termo “comunidade” são situacionais e diversos. No entanto, ela ressalta que, grosso modo, a diversidade de sentidos obrigatoriamente reconhecida está referida à concepção geral de agregado populacional, residindo em território contíguo, integrado por uma experiência e um destino social, construídos como comuns (NEVES, 2008, p.77). Feita essa consideração, farei uso do termo para especificação de maneira genérica do espaço geográfico compartilhado e habitado pelos que, por tal inserção construída e reconhecida, pensam-se comunitários.

2 Em nota, Correia (2005, p. 41) alerta para o fato de que o termo vereda, utilizado em Água Boa II, diferencia-se do uso em outras áreas do Cerrado, onde a palavra qualifica ambiente úmido ao longo de cursos d'água, com predominância de árvores de buriti.

Essa fragmentação, acarretada pela combinação dos fatores citados, relaciona-se ao aumento populacional da comunidade, gerado, principalmente, pela implementação das empresas de eucalipto na região. Correia (2005, p. 45-46) relata, por exemplo, que a chegada das plantações de eucalipto na década de 1970 estimulou a mudança de várias pessoas em direção à localidade.

Com base em informações dos moradores, o número de casas naquela década, nas quais coabitavam, por vezes, mais de uma família, não ultrapassava dez. Em 1982, o número de famílias subiu para sessenta e, atualmente, esse número gira em torno de 100.

A maioria das pessoas que ali chegava, atraída pelo trabalho de plantio em áreas de eucalipto, tinha alguma relação de parentesco com os moradores residentes na área. Correia (2005) comenta que a geração de empregos foi temporária, pois se concentrou no período de implementação dos eucaliptais, conseqüentemente, a necessidade de mão de obra para manutenção da cultura florestal foi reduzida, levando ao desemprego a maioria dos trabalhadores.

Considerando que os biomas predominantes da região são o cerrado e a caatinga e que uma das características de ambos são os longos períodos de estiagem, as condições climáticas e físicas do meio foram profundamente agravadas pelos impactos socioambientais ocasionados pela devastação da mata nativa. Se, historicamente, os períodos de seca já afetavam a população, a implementação das monoculturas inviabilizou ainda mais a atividade produtiva na terra³.

Além disso, como foi exposto anteriormente, a união matrimonial entre comunitários é prática usual na região, o que contribui consideravelmente para a fragmentação dos terrenos herdados entre as gerações. Conseqüentemente, a produção de artigos alimentícios excedentes, para fins de comercialização, é inconstante e por vezes bastante baixa. Portanto, há um quadro socioeconômico local de grande vulnerabilidade.

A produção de artigos alimentícios é voltada, especialmente, para o consumo interno do grupo familiar, e as principais culturas plantadas atualmente são o feijão comum, o feijão andu, o milho, a mandioca, a cana, o arroz e a banana. Conforme descreve Correia (2005, p. 51), o sistema de plantio consorciado por culturas distintas é similar ao utilizado por gerações

3 Além do trabalho de Correia (2005), é possível encontrar informações detalhadas a respeito dos impactos e conflitos socioambientais decorrentes da implementação de empresas de eucalipto em Rio Pardo de Minas na dissertação de Brito (2006). Para um panorama sobre processos de expulsão e expropriação fundiária no Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, que impulsionaram fluxos migratórios, consultar Moura (1988) e Silva (1999). Sobre uma análise atual em torno das ameaças que o bioma Cerrado vem sofrendo devido às políticas de incentivo à agropecuária, consultar o trabalho de Afonso (2012). A autora também avalia os resultados e as perspectivas da política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi no norte de Minas Gerais.

anteriores: o arroz, por exemplo, é plantado junto com o milho, e este, com o feijão, plantados juntos, tradicionalmente.

A diferença do sistema, segundo o pesquisador, é que, em vez de plantar o feijão no momento do pendoamento⁴ do milho, prática usual entre pequenos agricultores, em Água Boa II, a maioria prefere plantar as duas culturas ao mesmo tempo, devido ao curto período de chuvas.

O autor explica que, normalmente, o feijão seria plantado em consórcio em janeiro. No entanto, as chuvas na região só são relativamente seguras até o referido mês. Como não há garantia de que elas ocorram após esse período, os agricultores optam por plantar milho e feijão simultaneamente.

Em relação às atividades produtivas e no que concerne à atuação das mulheres, seu desempenho extrapola as funções correntemente citadas na literatura sobre grupos camponeses, em que a presença feminina e a execução de suas tarefas são mais restritas ao espaço doméstico (casa e quintal) e, em algumas situações mais pontuais, na roça e na feira. As mulheres de Água Boa II circulam com desenvoltura em outros espaços sociais, como participação em reuniões e grupos organizados fora do município ou da correspondente localidade.

Essa participação pode estar relacionada às reuniões de grupos de mulheres, ambientalistas ou religiosos. Na comunidade, a frequência das mulheres na Feira Municipal de Rio Pardo de Minas, por exemplo, não é pontual. Elas são maioria na feira que se organiza semanalmente, todos os sábados pela manhã.

A renda das famílias, originadas de produtos locais, advém, principalmente, do artesanato de argila (vasilhas, potes, cofrinhos, filtro de água), de hortaliças e biscoitos caseiros, e da extração e do beneficiamento de frutos do cerrado, principalmente do pequi e da mangaba. Esses produtos, em sua grande parte, senão exclusivamente, são resultados do trabalho feminino, sendo comercializados na feira municipal pelas próprias mulheres.

Ainda a respeito das fontes de geração de renda da população local, a compressão das áreas de terra cultiváveis aliada à escassez de empregos na região tem impelido a população masculina a intensificar a busca por assalariamento fora do local de origem, evento que foi intensificado nos últimos vinte anos.

Diante dos constantes deslocamentos temporários de companheiros e parentes, a atuação das mulheres na manutenção desta unidade, não só no provimento das condições materiais de existência, mas também sociais ou morais, portanto, também culturais e afetivas, é fortemente

4 O pendoamento do milho é o momento em que ele está amadurecendo, soltando os pendões, que são os pólenes a serem fecundados e que formarão a espiga do milho. O pendoamento é, então, o início do processo de formação da espiga.

exigida durante os momentos de dispersão física dos homens. Vale ressaltar que a rotina feminina, nos mais variados contextos, rural ou urbano, é sobrecarregada mesmo quando seus cônjuges estão presentes. Isso porque, salvo raras exceções, as atribuições das tarefas domésticas, por exemplo, permanecem sendo relegadas ao espaço de atuação feminino.

É nesse panorama que, em meados de 2008, após várias reuniões, conversas, dúvidas e muitas incertezas, sucedeu, por iniciativa de algumas mulheres, a fundação da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas de Água Boa II (COOPAAB).

A constituição da cooperativa, assim como foi registrado por Bruno *et al.* (2013, p. 218) com referência a outros grupos produtivos de mulheres rurais, extrapola motivações de ordem econômica. Passa pelo fortalecimento da autoestima das mulheres, pela possibilidade de estreitar laços de amizade, pela autoafirmação, pelo exercício de posicionamento em espaço público e pela defesa de um projeto coletivo de gestão do território de forma sustentável.

Configura-se, portanto, como espaço de ampliação de saberes, conhecimentos, mudanças e reflexão de condutas. Vale acrescentar ainda que, no universo social de Água Boa II, a possibilidade de sucesso do empreendimento embala o sonho de várias mulheres, para que, no futuro, seu companheiro se insira ativamente nas atividades da cooperativa.

Elas avaliam que tal inserção poderia diminuir ou até mesmo cessar as ausências dos companheiros que, constantemente, saem de sua residência em busca de assalariamento temporário.

Mediante os resultados e reflexões decorrentes de minha dissertação de Mestrado⁵ em Antropologia, defendida em 2012, apresento, neste texto, relato da iniciativa e do envolvimento dessas mulheres na constituição da COOPAAB. Pretendo refletir sobre a cooperativa de maneira ampla, considerando suas múltiplas facetas e desdobramentos, além de registrar suas conquistas e atuais percalços.

Minha aproximação com frações da dinâmica social de Água Boa II não se iniciou em seus limites geográficos, e sim a alguns quilômetros de distância, em uma fazenda de café, no município de São Sebastião do Paraíso, sul de Minas Gerais. Durante o período de 21 a 25 de julho de 2010, acompanhei um grupo de trabalhadores rurais temporários, originários daquela localidade e de outras pertencentes ao município de Rio Pardo de Minas.

5 Tive como objetivo principal de pesquisa a compreensão da gestão do cotidiano familiar em Água Boa II, oferecendo especial atenção aos modos de construção da atuação e da perspectiva feminina diante do contexto de afastamento periódico de companheiros, pais, irmãos e vizinhos. Dessa forma, busquei me aproximar, por meio de suas narrativas, das experiências, dos sentidos e das emoções decorrentes dos deslocamentos, com base, principalmente, no ponto de vista das mulheres que permaneciam na terra.

Trata-se de um período do ano em que é bastante comum a presença de trabalhadores rurais, principalmente homens, que se deslocam de localidades rurais diversas do norte e nordeste do estado e ali se instalam provisoriamente para o trabalho temporário na safra de café, em fazendas diversas no sul do estado.

Esse contato inicial foi altamente preponderante para melhor compreender a dimensão que a migração temporária exerce na organização social de Água Boa II bem como para estabelecer relações e contatos que possibilitassem o desenvolvimento da pesquisa.

Posteriormente, em fevereiro de 2011, dirigi-me ao município de Rio Pardo de Minas e à localidade rural Água Boa II. A visita durou onze dias e ocorreu de 2 a 13 de fevereiro de 2011. Em junho, retornei a Rio Pardo e Água Boa II e lá permaneci durante 26 dias, de 7 de junho a 2 de julho.

A pesquisa fundamentou-se na observação direta da rotina de algumas mulheres de Água Boa II, tanto no que se referia às atividades produtivas, como a coleta do pequi e seu beneficiamento, quanto aos momentos festivos, de encontro e lazer dos comunitários, como a reza de domingo, os jogos de futebol do time feminino e reuniões diversas. Aliada às anotações do trabalho de campo, pude acessar e analisar suas narrativas, que foram comigo compartilhadas por meio de entrevistas gravadas e conversas informais com algumas mulheres.

Para efeitos de construção deste artigo, estou considerando a perspectiva e a experiência das mulheres casadas, uma vez que não foi registrada, naquele momento, a participação de mulheres solteiras na cooperativa⁶. No decorrer da pesquisa, foram entrevistadas 24 mulheres em diferentes ciclos de vida, cuja idade variava entre os 20 e 68 anos. Todas possuíam filhos, algumas em estágio inicial de formação da família nuclear, com filhos pequenos, outras com filhos maiores e as mais velhas com quase todos os filhos casados.

Importante registrar que o engajamento dessas mulheres em responsabilidades múltiplas variava conforme o ciclo de vida em que cada uma se encontrava, as condições materiais da unidade familiar, as habilidades apreendidas e, claro, as aptidões subjetivas para determinadas funções⁷.

6 Durante o trabalho de campo, não foi possível aprofundar os motivos da ausência de participação de moças solteiras no empreendimento.

7 As aptidões e gostos pessoais foram mencionados em vários depoimentos como motivadores para dedicação à determinada tarefa. Em um trecho de entrevista, por exemplo, uma mulher afirmou sua preferência pelo artesanato de barro ao chapéu de palha, mesmo reconhecendo ser o trato com a argila uma atividade custosa e sofrida. Quando questionada se sua preferência estava relacionada ao maior valor financeiro que poderia ser agregado ao produto, ela respondeu negativamente. O motivo repousava no fato de que aquele era o serviço de que ela mais gostava. Assim: “Eu prefiro vasilha de barro, trabalhar com argila eu acho melhor. A gente sempre tem que pegar um serviço que a gente mais gosta”.

Nos tópicos a seguir apresento o histórico de constituição da COOPAAB, analisando suas diversas facetas e os desdobramentos na vida das mulheres. A COOPAAB: início, desafios e persistência.

1. Histórico de constituição

A formação da COOPAAB é fruto de uma longa trajetória de erros e acertos. Trata-se de um empreendimento majoritariamente feminino, desde a concepção até sua formalização, ocorrida em meados de 2009. A iniciativa de algumas mulheres para concretização da cooperativa emerge do acúmulo de experiências anteriores ao momento de formalização do grupo, efetuadas na própria localidade. Antes mesmo da criação da cooperativa, as mulheres exerciam ativa participação e recebiam reconhecimento de sua importância nas atividades produtivas, bem como em espaços sociais diversos.

No decorrer desse processo de formação do grupo, merecem destaque os esforços e a busca incansável de Dona Lúcia, uma das mulheres mais atuantes para materialização da proposta e forte liderança comunitária. Além da ativa participação na concepção e atual prosseguimento das atividades da cooperativa, ela encontra-se intimamente envolvida na luta pela constituição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais, que será mais detalhada a seguir.

O envolvimento de Dona Lúcia e outras mulheres da comunidade em projetos locais e o estabelecimento de contatos com atores externos à comunidade, vinculados a entidades diversas, como a Pastoral da Criança, a Embrapa Cerrados, o Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas (CAA/NM), a Cooperativa Grande Sertão (sediada em Montes Claros), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), contribuíram para o desencadeamento na constituição do grupo de cooperados.

Entretanto, foi com a inserção de Dona Lúcia ao Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi, mais conhecido como o Núcleo do Pequi⁸, que ela teve acesso ao curso A Cultura da Cooperação, ministrado por um consultor do Sebrae. Segundo seu relato, o objetivo do curso era preparar e capacitar pessoas interessadas em trabalhar em equipe, focando a questão dos relacionamentos entre as pessoas.

8 Entidade sem fins lucrativos, formada por produtores extrativistas e instituições de apoio, como a Universidade Federal de Minas Gerais.

As reuniões eram realizadas em Montes Claros, e Dona Lúcia se incumbia de compartilhar com os comunitários interessados na proposta os conhecimentos adquiridos nesses encontros⁹. De acordo com ela, o esclarecimento, especialmente a respeito das diferenças entre associação e cooperativa, até então uma das várias dúvidas dela e de suas companheiras, e o desejo por comercializarem produtos advindos de sua forma de trabalho impulsionaram a tomada de decisão pela constituição da COOPAAB.

No início do processo de elaboração da proposta e sua formação, havia treze mulheres atuantes e dispostas a levarem o projeto adiante. No entanto, exigia-se a quantidade mínima de vinte associados. Convites para inserção no projeto eram constantemente divulgados no momento final das rezas dominicais. Sem êxito, a solução encontrada para alcançarem o número mínimo de sócios necessários para formalização da cooperativa foi possibilitada por negociação entre as mulheres e seu esposo.

Elas sugeriram, então, incluir o nome dos maridos, mesmo que o envolvimento direto deles fosse muito pequeno ou nulo. Além disso, elas contavam com a colaboração dos companheiros no período de coleta dos frutos. Todos os maridos concordaram com a proposta, dando início à COOPAAB. Atualmente, conforme atualização de Dona Lúcia, o grupo conta com 31 cooperados: 19 mulheres e 12 homens.

No tópico seguinte, registro os principais entraves enfrentados pelo grupo e suas lutas na persistência do projeto coletivo.

2. Desafios e persistência

A vida das mulheres rurais no Brasil tem mudado consideravelmente. De acordo com Heredia Cintrão (2006, p. 104), a implementação de diversas políticas que visam atender à população rural, apesar de nem sempre serem orientadas especialmente às mulheres, acabaram gerando efeitos positivos para atenuar as desigualdades sociais de gênero, que tristemente persistem.

Butto (2011) analisa, por exemplo, as políticas do governo federal do Brasil voltadas para as mulheres rurais e orientadas para a promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero, com o intuito de fortalecer a organização da produção e a comercialização das atividades econômicas que abrangem as trabalhadoras rurais. A autora registra a demanda dos movimentos de mulheres, especialmente a segunda edição da Marcha das Margaridas, em direção à

9 As viagens a Montes Claros, distante do município aproximadamente 234km, eram custeadas pelo Núcleo.

implementação de um Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das Mulheres, centralizado no gerenciamento, na comercialização, na legislação sanitária e nas inovações tecnológicas e crédito.

A autora comenta que, em resposta, o governo federal constituiu inicialmente o Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais, iniciativa que acarretou na constituição do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), vinculado à Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA).

Em agosto de 2014, foi lançado pelo MDA chamamento público, que visa a ampliar o protagonismo de mulheres rurais, sendo que as três modalidades são todas voltadas à produção agroecológica: Apoio às Redes de Organização Produtiva; Apoio a Grupos Produtivos de Mulheres; e Apoio às Feiras e/ou Mostras de Economia Feminista e Solidária¹⁰.

As melhorias socioeconômicas das mulheres rurais e o aumento de ações direcionadas a essa camada são inegáveis. Contudo, os desafios continuam, e muito ainda precisa ser feito para a promoção de uma vida digna e satisfatória para as mulheres e os homens do campo.

Em relação aos obstáculos enfrentados por grupos produtivos, vale registrar as contribuições de Bruno *et al.* (2013), que se dedicaram a analisar a experiência de agrupamentos desse tipo em diversas regiões do país. A pesquisa entrevistou mulheres inseridas em tais grupos, distribuídos em Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Bruno *et al.* (2013) elencaram várias dificuldades que geralmente são enfrentadas pelas organizações, e, entre os principais entraves, estão a precariedade da infraestrutura, as dificuldades de escoamento da produção e acesso a mercados, a necessidade de máquinas e instrumentos adequados à produção, os problemas de acesso a crédito e carência de capacitação apropriada ao mercado.

Além disso, as pesquisadoras expuseram que, acerca da funcionalidade dos grupos, foram listados obstáculos, como falta de sede própria, informalidade, precariedade dos transportes para levar os membros às reuniões e falta de instrumentos adequados ao trabalho (BRUNO *et al.*, 2013, p.220).

Nesses termos, a COOPAAB, por exemplo, tem enfrentado vários desafios semelhantes: até agosto de 2014, a Cooperativa cumpria contrato com a Prefeitura de Rio Pardo de Minas para fornecimento de 800kg de polpa de frutas dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, devido à escassez de recursos, as cooperadas tem encontrado grande dificuldade

10 <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/politica/projetos-de-apoio-a-produtoras-rurais-sao-financiados-pelo-mda-90481n.aspx>>.

para adequar a unidade de produção e registrar os produtos para expor ao mercado. A prefeitura advertiu que, caso o registro não seja formalizado, o contrato não será renovado.

Mesmo diante de possibilidades de financiamentos por meio de chamadas públicas e projetos de empresas privadas, várias cooperativas, como é o caso da COOPAAB, padecem com o grande desconhecimento sobre políticas direcionadas às mulheres rurais (BRUNO *et al.*, 2013, p. 224). Aliada a essa dificuldade, a falta de qualificação pode impedir, por exemplo, o devido preenchimento de editais e formulários.

Durante o período de campo em Água Boa II, foi possível observar diretamente os entraves enfrentados no dia a dia das atividades do grupo: em 2011, a unidade de produção estava passando por reforma, e as reuniões eram realizadas ao ar livre, no quintal da casa de uma das cooperadas. Naquele momento, o grupo havia sido contatado por uma incubadora de cooperativas populares de uma universidade da região para estabelecimento de parceria e possível assessoramento ao grupo.

Aproveitando minha presença, as mulheres solicitaram auxílio no preenchimento do formulário para cadastro da cooperativa. A falta de clareza em algumas questões a serem preenchidas gerou debate e constrangimento interno entre elas, que questionaram a acessibilidade e praticidade do documento. As cooperadas afirmavam e reclamavam, de forma enfática, que o formulário poderia ser mais simples e compreensível para pessoas que possuíam pouca escolaridade.

O transporte para idas constantes a Rio Pardo e Taiobeiras (município vizinho), para resolução de assuntos burocráticos referentes à gestão da cooperativa, é arcado pelas próprias cooperadas. A maioria das mulheres de Água Boa II, em especial, as mais jovens, pilota motocicleta, e é comum observar o trânsito constante de algumas cooperadas na estrada de terra da comunidade.

Em decorrência de limitações variadas, a intensidade na dedicação ao grupo não é igual para todas. Fatores como filhos pequenos, alfabetização incompleta, falta de capacitação para pilotar moto restringem a atuação de algumas delas às tarefas produtivas e de organização. Mesmo em períodos nos quais não há coleta de pequi ou mangaba (os principais produtos de comercialização pelo grupo), as cooperadas mais atuantes possuem uma rotina atarefada, isso porque a atuação no grupo envolve administrar e encaminhar documentos, participar de reuniões (internas e externas à localidade), lidar com normas e regras burocráticas, legislação e outras atividades.

Além dos desafios inerentes à formação de qualquer grupo produtivo como mencionado, as mulheres de Água Boa II lidam diariamente com situações que fragilizam e inviabilizam não só o empreendimento da cooperativa, mas também suas condições gerais de existência.

A defesa pela gestão do território de forma sustentável, baseada nos princípios do modo de vida *geraizeiro*, tem sido uma luta constante para a população rural da região. Como comentado no início do texto, moradoras e moradores vem sofrendo, ao longo dos anos, com a exploração predatória do cerrado por parte de empresas de plantação de eucalipto, que devastou áreas consideráveis de mata nativa nas chapadas e, mais recentemente, pela iminente exploração minerária no Vale do Alto Rio Pardo (BARBOSA, 2014).

Vale recordar que os principais produtos comercializados pelo grupo produtivo referem-se ao beneficiamento de frutos do cerrado, em especial, polpas de mangaba e pequi, ou seja, a principal sustentadora do empreendimento é a coleta extrativista nas áreas de chapada, carinhosamente referida pelos comunitários, como *Gerais* ou *Areião*.

A definição Gerais, encontrada também em outras áreas distribuídas pelo norte de Minas Gerais, é concedida pela gente local aos topos de serra, planaltos, encostas e vales dominados pelo bioma Cerrado (NOGUEIRA, 2009, p. 23). Uma versão que relata a possível origem da denominação é contada por João Antônio de Paula, na orelha do livro *História dos Gerais* (2010), pois, há alguns séculos, antes de Minas Gerais ser assim denominada, quando ainda era capitania, ela era designada pelo seguinte nome: “Minas dos Matos Gerais”. Dessa forma, Gerais, na capitania, não eram apenas as minas, mas os matos e, ainda mais, as paisagens, as águas, os bichos, as gentes.

Nos últimos anos, o substantivo gerais foi adjetivado para definir aqueles que nele moram e compartilham muitos preceitos, sobre a apropriação e o conhecimento desse espaço. Entra em curso a afirmação identitária de geraizeiros, que se constitui, sobretudo, em contraposição ao caráter predatório do monocultivo do eucalipto espalhado pelo cerrado do norte de Minas.

Nogueira (2009) dedica sua tese de doutorado a esse tema, estudando o processo de seleção de traços culturais que vêm sendo enfatizados e transformados em critérios de nomeação e de autoidentificação dos geraizeiros como um grupo culturalmente particular e vinculado ao Cerrado de maneira especial e politicamente relevante.

A área de chapada em Rio Pardo foi reduzida drasticamente, desde a ocupação do município, em meados do séc. XIX. Atualmente, o Areião conta com, aproximadamente, 4.000ha. Segundo informações disponibilizadas por Correia (2005, p. 48) e oferecidas por um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo, em 2011, essa área representa o que era, no passado, a área de chapada em todo o município, quando ocorria a criação de gado à solta e a colheita de frutos nativos, como pequi, cagaita, mangaba e jatobá.

A defesa por esse território, espaço de produção, mas também afetivo, que insufla pertencimentos, chegou a extremos em junho de 2014. No dia 4, representantes de várias comunidades tradicionais dos cerrados de Minas Gerais, entre eles moradoras e moradores

de Água Boa II, entraram em greve de fome e de sede em reivindicação pela criação da RDS Nascentes dos Gerais.

Após 36 horas de greve, depois de reunião com a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, líderes do movimento decidiram suspender a manifestação. Foi formada, então, a Comissão de Monitoramento da Criação da RDS, no intuito de informar as atualizações a respeito do encaminhamento do processo pelo MMA à Casa Civil¹¹.

Infelizmente, até o presente momento, não há nenhuma definição a respeito da tramitação.

3. Desdobramentos: além do fator econômico

Diante do que foi explicitado e discutido no tópico anterior, fica evidente o caráter desafiador da constituição da cooperativa, mas que extrapola os entraves típicos de empreendimentos do tipo, uma vez que seu sucesso e seu desenvolvimento encontram-se diretamente relacionados à garantia de um território e correspondente modo de vida.

Não é de se espantar, portanto, que as mulheres envolvidas ativamente na iniciativa da cooperativa são também aquelas ativamente presentes na luta pela reivindicação da RDS Nascentes dos Gerais. Apesar de se configurarem como espaços de atuação diversificados, eles encontram-se interconectados e motivados pelo projeto coletivo das famílias e, ao mesmo tempo, projeto individual das mulheres.

Nesse sentido, vale a pena, mais uma vez, retomar as contribuições da pesquisa de Bruno *et al.* (2013), ao relatarmos que o envolvimento de mulheres com grupos de produção representam para elas mais do que a possibilidade de obter recursos próprios. O trabalho no âmbito da equipe é considerado uma atividade prazerosa, uma vez que possibilita o convívio e a união entre elas para encarar adversidades (BRUNO *et al.*, 2013, p. 218). Dessa forma,

A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva. Isso fornece, em grande medida, elementos simbólicos para que passem a perceber e a questionar as desigualdades de gênero (BRUNO *et al.*, 2013, p. 218).

11 Para informações a respeito da reivindicação e da proposta de constituição da RDS Nascentes dos Gerais, visitar o site <<http://nascentedogerais.wix.com/nascentesdosgerais>>.

Durante as entrevistas, a maioria das mulheres participantes do empreendimento, demonstrou grande satisfação em atuar na cooperativa. Mesmo diante de todos os obstáculos enfrentados constantemente, elas reconhecem e valorizam os pontos positivos do grupo. Desse modo, elementos como a partilha, a troca de conhecimento e o prazer do trabalho em equipe são bastante prezados, como é claramente evidenciando no seguinte trecho: “A gente pega mangaba e pequi, e nós partilha junto. Trabalhar junto e pra mim é muito bom demais. Adoro quando tem as reuniões!” (Agricultora, 47 anos, casada, entrevistada em 14/6/2011.)

Ao se inserirem em outras esferas de socialização, as mulheres de Água Boa II experimentam e refletem sobre posturas e perspectivas diferenciadas que, muitas vezes, podem questionar o desempenho tradicional das mulheres e das relações de gênero no meio rural.

Nesse sentido, novos acordos e arranjos entre os casais podem emergir ante esse desempenho feminino diferenciado. Dados elaborados com base nas entrevistas e na observação direta dessas dinâmicas indicam variabilidade nos padrões de relações conjugais: presenciei jovens casais empenhados em estabelecerem a relação baseada no diálogo e apoio mútuo entre ambos.

O empenho não se restringia ao plano do discurso, e o companheiro, ainda que com limitações, inseria-se nas atividades domésticas, cuidando das crianças (dando banho, trocando a roupa e arrumando-as), enquanto a mãe se dedicava a realizar o almoço ou encontrava-se momentaneamente ausente do lar devido a uma reunião ou ida à sede do município, e ambos participam ativamente de reivindicações na luta pela defesa do território.

Vale destacar que a esposa, de 28 anos, participava desde adolescente de atividades e reuniões promovidas por entidades externas na região, como a Embrapa Cerrados. Assim, esse jovem casal, paulatinamente, promove mudanças no padrão de comportamento dos gêneros, transmitindo aos filhos uma forma de se relacionar baseada em princípios como o companheirismo e a igualdade entre ambos.

Por outro lado, o acirramento de conflitos no matrimônio decorrentes da postura ativa feminina também foi observado. As mulheres, então, ancoram-se em estratégias variadas para não abrirem mão do casamento e, ao mesmo tempo, satisfazerem seu desejo por adquirir conhecimento, desbravar universos sociais e integrar novas experiências e lugares.

Uma mulher, por exemplo, relatou que, ao notar a insatisfação do marido com suas viagens, diminuía suas saídas, no intuito de “amenizar o clima” em casa. No entanto, ela não abria mão completamente de sua participação em reuniões na comunidade e fora dela. Segundo ela, o contentamento e o aprendizado nesses encontros eram tão compensadores, que ela não deixaria de arriscar e estaria sempre disposta a negociar com o marido esses momentos de tensão.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa, as informações obtidas e elaboradas juntamente com as mulheres de Água Boa II indicaram que, antes mesmo da constituição da cooperativa, a população feminina possuía ativa participação nas atividades produtivas.

Além de constatar o papel ativo em espaços diversos e relativamente menos tradicionais para atuação feminina em contextos camponeses, segundo a literatura de referência consultada, como na feira municipal e na roça, os depoimentos evidenciaram que as mulheres encontram-se fortemente circunscritas ao campo de obrigações familiares. Poderia afirmar que, em certa medida, a iniciativa da cooperativa também se encontra inserida nesse âmbito.

Tomando em conta a análise de situação passível de aproximações interpretativas a que estou considerando, incorporo as contribuições de Maneschy (2001), baseadas em pesquisa realizada com mulheres trabalhadoras da pesca em região litorânea do Pará. A autora pondera que a posição delas em relação ao trabalho deve ser analisada de maneira referenciada ao papel por elas socialmente assumido, investindo na construção de si e da família.

Nesses termos, ao citar Lobo (1991), Maneschy (2001, p.169) alerta que é preciso levar em consideração o processo mais amplo da divisão sexual do trabalho, que direciona as experiências diferenciadas de homens e mulheres na esfera produtiva, quer dizer, o modo específico como vivem as relações de trabalho, pensam e reagem a elas, individual e coletivamente. Assim, a própria organização das atividades econômicas, em geral, reflete as diferenciações atribuídas aos sexos, socialmente reproduzindo ou reforçando assimetrias existentes.

Em referência à realidade urbana de mulheres pobres, Sarti (1997, p.160) comenta que, mesmo diante da inserção histórica da mulher pobre ao mercado de trabalho e ao universo do assalariamento, o trabalho feminino encontra-se inserido na lógica de obrigações familiares e é motivado por elas, não rompendo necessariamente seus preceitos e não significando obrigatoriamente um meio de afirmação individual para a mulher.

O significado do trabalho para a mulher no segmento analisado é, segundo Sarti (1997), constituído em contexto de dificuldades para emergência da noção de individualidade no mundo dos pobres, evidenciada na medida em que, segundo a autora, a identidade dos pobres é marcada por relações de obrigação moral, que compõem uma rede, ao mesmo tempo de ajuda e dependência, em que a família, com suas noções de hierarquia e complementaridade, torna-se o modelo de relações.

Esse modelo também delinea referências comportamentais além da família e parentela imediata, fazendo com que, devido a ele, instaure-se uma ordem e atribua-se sentido a seu lugar

não apenas na família, mas no mundo social, e a família torna-se, portanto, o parâmetro das relações sociais, na casa e fora dela.

Ainda sobre os sentidos do trabalho e de atuação feminina, o trabalho de Fischer (2006), pautado no contexto de luta pela terra no acampamento Engenho Prado, no município de Tracunhaém, em Pernambuco, traz importantes contribuições para o exercício de reflexão que me proponho neste texto.

Segundo a autora, engajar-se na causa da terra insere-se numa decisão orientada pelos seus “lugares” femininos na família, com a luta pela sobrevivência e a solução de outros problemas ligados à pobreza. Nesse quadro, a promessa da terra era irrecusável para aquelas mulheres, uma vez que poderia prover alimento farto e absorver até mesmo sua força de trabalho.

Elas poderiam trabalhar na terra sem se distanciarem de suas obrigações morais no casamento, como as de criar os filhos, cuidar da casa e do marido, dando continuidade, portanto, às relações familiares que vivenciavam. Porém, por outro lado, a ocupação do novo espaço gerado pelo movimento representava nova forma de intervenção feminina, de acordo com Fischer, nova prática guiada pelo desejo de emancipação (FISCHER, 2006, p. 108). Fundamentada em sua pesquisa, a autora analisa que as mulheres somaram valores do âmbito doméstico, social e comunitário, construindo nova identidade de gênero, e adquiriram potencial para promover mudanças na sociedade.

Dessa forma, considerando os mais variados contextos de atuação, como a luta pela terra ou a inserção de mulheres rurais em grupos produtivos, é preciso refletir, conforme sugeriu Fischer (2006): mesmo que inseridas no âmbito de obrigações familiares, a circulação e a atuação em espaços diferenciados instauram novas práticas e formas de ação de mulheres no meio rural.

Ao mesmo tempo em que me aproximo das contribuições de Sarti (1997), ao destacar a importância da família como parâmetro das relações sociais de mulheres, contesto essa perspectiva, pois considero igualmente relevante contemplar a capacidade das mulheres em refletir e questionar sobre seu lugar no mundo.

Avalio que a principal constatação, com base, por exemplo, no registro da experiência de engajamento na luta pela terra, como em Fischer (2006), ou na participação de grupos produtivos é o posicionamento e o reconhecimento das mulheres como agentes articuladas e articuladoras de um projeto de mudança, mesmo que seus rumos não estejam plenamente delineados (FISCHER, 2006, p. 15).

Ao tomar como unidade de análise a COOPAAB, propus incitar reflexões a respeito desse tipo de empreendimento, pensá-la de forma relacionada a aspectos marcantes da dinâmica social local e externa.

Como pesquisadora dedicada a compreender a condição feminina no campo, acredito ser imprescindível estar atenta a toda a complexidade e singularidade de situações que abarcam a diversidade de experiência dessas mulheres, a fim de contribuir para os estudos dedicados à compreensão desse tema e de seus desdobramentos, em prol de melhorias da qualidade de vida da população feminina no meio rural.

Referências

AFONSO, Sandra Regina. **A Política Pública de Incentivo à Estruturação da Cadeia Produtiva do Pequi (*Caryocar brasiliense*)**. 2012. Tese de doutorado em Ciências Florestais. Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Brasília, 2012.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração no Norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água. **Desenvolvimento Social**, n. 11/01, 2014, p. 43-50. ISSN 2179-6807.

BUTTO, Andrea. Políticas para as Mulheres Rurais: autonomia e cidadania. *In*: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRITO, Isabel Cristina B. **Comunidade, Território e Complexo Industrial Florestal: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais**. 2006. 154f. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Social. Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Montes Claros, 2006.

BRUNO, Regina et al. Razões da Participação das Mulheres Rurais em Grupos Produtivos. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde (org.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

CORREIA, João R. **Pedologia e Conhecimento Local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG**. 2005. Tese de Doutorado em Agronomia. Instituto de Agronomia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FISCHER, Maria Izaura Rufino. **O Protagonismo da Mulher Rural no Contexto da Dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e Acesso às Políticas Públicas no Meio Rural Brasileiro: o progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em: <<http://www.mulheresnobreasil.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

MANESCHY, Maria Cristina. Múltiplas Atividades Femininas nas Estratégias de Reprodução Social de Famílias de Pescadores. *In*: COSTA, Maria José (org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: EdUFPA, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Organização Comunitária e Ação Política: os ribeirinhos e o Movimento de Educação de Base. *In*: NEVES, Delma Pessanha (org.). **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOGUEIRA, Mônica Celeida R. **Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do norte de Minas Gerais**. 2009. Tese de doutorado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UNB, 2009.

RIBEIRO, Eduardo M. **Histórias dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 329 p.

SARTI, Cynthia Andersen. A Sedução da Igualdade: trabalho, gênero e classe. *In*: SCHPUN [Org.]. **Gênero sem Fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: UNESP, 1999.

AGRICULTORAS FAMILIARES: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS AO AGRONEGÓCIO

Ludmilla Luciano de Carvalho

Resumo

A agricultura familiar cumpre papel estratégico para a segurança e a soberania alimentar do país. No entanto, é recente a elaboração de políticas públicas voltadas para seu fortalecimento. Os programas recém-criados propiciam acesso a mercados institucionais para comercialização dos produtos agropecuários. Além disso, oferecem alternativas à reprodução do modelo tecnológico do agronegócio e à integração com as agroindústrias, possibilitando produção com bases agroecológicas, que integrem fatores produtivos, biológicos, econômicos, sociais e culturais e que considerem tanto o conhecimento científico quanto os conhecimentos seculares das comunidades tradicionais. Agricultoras de todo o Brasil vêm conquistando papel de destaque, mostrando-se pioneiras e capazes de aliar o conhecimento adquirido durante toda a vida no campo com as exigências burocráticas e tecnológicas necessárias para garantir a participação nos programas. Existem ainda muitos desafios a serem superados, todavia as limitações devem possibilitar um novo olhar para o rural, no intuito de valorizar o trabalho dispensado pelas mulheres, sobretudo pela forma de produção com bases agroecológicas e pelo modo de vida em que se edifica.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Protagonismo. Mulheres. Agroecologia.

Introdução

A compreensão do desenvolvimento rural no Brasil só é possível após o entendimento do que foi a questão agrária em cada momento histórico vivido pelo país e de como os acontecimentos motivaram a implementação de políticas para o meio rural (MIELITZ & ADALBERTO, 2010).

Diante da ebulição da luta pela terra, na década de 1990, o governo federal foi obrigado a reconhecer o protagonismo dos agricultores familiares, instituindo, em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a finalidade de conceder crédito de custeio e

investimento na unidade produtiva familiar. Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi implementado, diminuindo o abismo histórico existente entre os incentivos governamentais concedidos à agricultura patronal e os disponibilizados à agricultura familiar. O Programa busca promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Por último, tivemos a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que desde 2009, devido à forte participação das organizações sociais, firmou-se como um programa de fortalecimento da agricultura familiar, garantindo que 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para aquisição de produtos para a merenda escolar fossem adquiridos desse segmento de agricultores.

Comumente, as famílias assentadas por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) bem como as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas possuem prioridade de participação nos programas voltados à agricultura familiar. Todavia, devido à maior descapitalização, ao menor acesso à assistência técnica e à maior dificuldade em lidar com questões de ordens administrativas e burocráticas, muitas vezes o processo de inserção dessas famílias não ocorre de forma satisfatória.

Apesar de não haver priorização de acesso do público rural feminino, as mulheres se destacam na produção de alimentos comercializados pelo PAA e pelo PNAE, apontados por muitas agricultoras como políticas de estímulo à iniciação ou ao incremento de suas atividades produtivas. Nesse contexto, é de extrema importância que políticas públicas sejam criadas e ampliadas, para minimizar um dos indicadores da maior desigualdade de gênero na área rural: a dificuldade da mulher em se tornar economicamente ativa. Além disso, no Brasil, o agronegócio se apropria cada vez mais de espaços, construindo territórios nos quais tem o poder de condicionar a divisão de trabalho em seus aspectos técnico, espacial e de gênero, relegando às mulheres os trabalhos mais precários, com os menores salários (CAMPOS, 2011).

Mesmo residindo em municípios dominados pelo agronegócio, mulheres trabalhadoras vêm trilhando importante caminho, ao empoderarem-se de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Pioneiras, muitas trabalhadoras instruem-se e inovam as atividades (re) produtivas de suas unidades familiares como forma de garantir a melhoria de renda propiciada pelo acesso aos mercados institucionais. Casos como o da agricultora assentada da reforma agrária Romilda, que, superando todos os desafios, inaugurou um abatedouro de frangos dentro de sua parcela no município de Jataí, em Goiás, e, com o apoio da família, hoje tem a garantia de um forte canal de comercialização de alimentos para a merenda escolar por intermédio do PNAE.

O presente artigo vem abordar, então, o protagonismo dessa agricultora assentada, de modo especial, certo de que ele reflete o protagonismo de tantas outras mulheres do meio rural no Brasil, que se revelam sujeitas ativas dos processos produtivos e das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe há 58 anos e iniciou-se com a Campanha Nacional da Merenda Escolar. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A compra do alimento inicialmente era centralizada pelo governo federal e não respeitava as especificidades do cardápio regional. Além disso, havia grande desperdício de alimentos, devido à enorme distância percorrida até o destino consumidor. Por meio da Medida Provisória nº 11.784, de 14 de dezembro de 1998, instituiu-se a obrigatoriedade de os cardápios serem elaborados por nutricionistas, levando em conta os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semielaborados e aos *in natura*.

Com forte participação das organizações sociais, especialmente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), foi aprovada a Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, que trouxe grandes avanços para o PNAE, como a extensão do programa para toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos e a garantia de que 30% dos repasses do FNDE fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar, sobretudo os oriundos dos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

A lei ainda alterou o instrumento de compra, antes por licitação, para chamada pública, favorecendo a participação do agricultor familiar no processo. Atualmente a comercialização é realizada diretamente pelos produtores, que encaminham seus projetos de venda ao gestor escolar municipal, evitando, assim, a atuação de atravessadores.

Muito embora o PNAE seja um programa caracterizado pela desburocratização, que oferece preços que acompanham os de mercado, somente cerca de 27% dos municípios investem, no mínimo, 30% dos recursos – preconizados na legislação – na compra de produtos da agricultura familiar, sendo que 69% dos municípios efetuam compras, mesmo que abaixo do mínimo exigido. Há barreiras desde uma infraestrutura logística precária até as dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para a entrega dos produtos acordados (SOUZA & CHMIELEWSKA, 2011).

A falta de fornecimento regular e constante de alimentos pelos agricultores é apontada como principal justificativa dos municípios para o não atendimento dos 30% de aquisições. Assim, o planejamento requer verificação das características dos diferentes produtos, pois alguns alimentos possuem ciclo produtivo mais longo, outros são mais sensíveis às alterações climáticas (sazonalidade), o que interfere no abastecimento. Ao mesmo tempo, os agricultores precisam realizar o planejamento da produção dos alimentos de acordo com a demanda, para reduzir as oscilações e garantir oferta estável de produtos.

O planejamento dos cardápios escolares é o primeiro passo para a compra da agricultura familiar, que deve basear-se em novos referenciais: o de promoção da saúde conjugada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social (SARAIVA *et al*, 2013).

Para Saraiva *et al* (2013), o desenvolvimento local poderá ser potencializado, à medida que houver a constituição de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, que envolva agricultores, gestores e escolas. Portanto, o desafio é de que a compra da agricultura familiar supere a diretriz que destaca o mínimo de 30% de compra, para se tornar uma parceria que promova o desenvolvimento sustentável local e regional.

2. História de trabalho e de vida

O município de Jataí, localizado no sudoeste goiano, sofre forte influência do agronegócio, possuindo uma das maiores áreas plantadas com soja transgênica do estado além da presença de grandes latifúndios e várias agroindústrias que convivem lado a lado com a pobreza rural e urbana, com trabalhos precários e temporários e com submissão e integração dos poucos agricultores familiares da região ao sistema agroindustrial capitalista.

Fruto da luta pela terra – que não cessa –, o assentamento Rio Paraíso foi formado nesse município em 1989. Com área total de 5.565,0930 hectares, recebeu 176 famílias de agricultores familiares, entre elas a da agricultora Romilda Borges Rezende da Silva. O pai, Hildo Alves da Silva, e a mãe, Roneide Borges Rezende, ficaram acampados por cerca de cinco anos, com três filhos. Na ocasião do parcelamento da terra para distribuição às famílias, Romilda tinha dez anos. Aos dezesseis anos, casou-se com Uemerson França de Moraes, também filho de assentados do local.

Morando no mesmo lote dos pais de Romilda, os primeiros anos da relação do jovem casal se deram no Assentamento Rio Paraíso, onde iniciaram a labuta no campo, a fim de prover os filhos, Ueyverton Borges de Moraes e Uemyle Borges de Moraes, que logo vieram.

Em 1997 uma das parcelas do assentamento vagou devido à desistência de uma das famílias. Romilda – que já estava dividindo a parcela com seus pais – teve então prioridade em ser assentada com sua família, por ser agricultora e filha de assentados. Deixaram, então, o lote de seus pais e partiram para a própria gleba de terra, em busca de possibilidade de mais autonomia e de melhores condições de auferir renda do trabalho na terra.

Durante doze anos a ocupação principal da família foi a pecuária leiteira. O esposo de Romilda, Uemerson, que já tinha experiência na atividade, foi adquirindo mais matrizes, o que propiciava melhoria sensível da renda. Contudo, pelas próprias características, a atividade não conseguiu abarcar toda a mão de obra familiar existente e a que se formava com o crescimento dos filhos.

Enquanto o marido geria a atividade pecuária, Romilda manifestava a preferência pela avicultura, possuindo um pequeno plantel, que garantia renda complementar à família por meio da comercialização de frangos e de ovos nas feiras do município de Jataí. A atividade exercida pela agricultora foi de fundamental importância, já que propiciou diversificação da produção sem esgotamento da biodiversidade, tão comum na atividade de pecuária extensiva realizada no bioma Cerrado, que favorece a eliminação de todas as plantas nativas em favor de uma monocultura implementada, e pode ocasionar vários problemas, segundo Primavesi (1999).

3. A virada na mesa

Em 2010, porém, a trabalhadora deparou-se com uma nova oportunidade: participar do canal de comercialização propiciado pelo PNAE. O primeiro passo foi filiar-se à Cooperativa Mista Agropecuária do Rio Doce (Coparpa), já que, para acesso ao Programa, necessita-se de certo grau de organização – conferido por associações ou cooperativas. Efetivamente empoderada do Programa, a trabalhadora passou a observar os produtos demandados pela alimentação escolar que ainda não possuíam fornecedor oriundo da agricultura familiar. Entre os produtos não fornecidos estava a carne – sobretudo a de aves – cuja produção mostrava-se mais acessível ao modo de produção da agricultura familiar.

Para garantia de fornecimento de carne de frango ao Programa, havia duas alternativas: fornecê-lo vivo – por um preço mais baixo, nem sempre da maneira desejada pelas escolas – ou abatido, atendendo a regras e normas exigidas para uma agroindústria. Decidida a trilhar o segundo caminho, depara-se, então, com novo desafio: a necessidade de um local apropriado para abate das aves, garantindo, assim, o canal de comercialização institucional.

Desnecessário dizer as dificuldades em encontrar um abatedouro que realizasse a tarefa e, o mais importante, de forma menos onerosa, sem afetar a já pequena margem de lucro das famílias de agricultores familiares. A solução seria, então, a construção de um abatedouro próprio, com capacidade para atender à produção da família e de outras famílias da região que tivessem como atividade a avicultura.

4. Processo de licenciamento

Não foi tarefa fácil o processo de construção e licenciamento do abatedouro. Houve várias exigências tecnológicas e burocráticas – desconcertantes até mesmo para agricultores familiares mais capitalizados – para a instalação da pequena agroindústria. Romilda trilhou uma verdadeira saga para alcançar o objetivo de trabalho e de vida, passando por atividades de instrução sobre leis, normas técnicas e aperfeiçoamento da produção.

A agricultora também esbarrou num dos maiores entraves para a expansão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): o setor bancário público. Na verdade, os bancos são organizações pouco adequadas para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada dos empréstimos (CORRÊA & SILVA, 2004). Segundo Schneider (2010), a especialização produtiva gerada pelo Pronaf leva o agricultor familiar a plantar o que a política pública financia, ou seja, o que é mais fácil e o que historicamente as instituições bancárias possuem tradição de financiamento e de operacionalização. Segundo dados do Banco do Brasil, dos 438 milhões de reais aplicados com o crédito Pronaf em Goiás, 71% foram destinados à atividade de pecuária leiteira na safra 2009/2010. Os bancos muitas vezes se mostram pouco preparados para recepcionar atividades mais audaciosas. Sendo assim, a agricultora precisou superar entraves burocráticos colocados para concessão do crédito.

Após obter a aprovação do Projeto do abatedouro pelo banco – para concessão do crédito Pronaf Mulher – e se certificar da exigência contida em legislação para produtos industrializados, Romilda se reportou ao Serviço de Vigilância Municipal de Jataí, em busca de procedimentos técnicos que deveria adotar para a instalação do miniabatedouro na parcela. A resposta veio em mapas, catálogos e projetos de dimensões inexequíveis para uma família que possuía apenas 31 hectares, nenhuma assistência técnica e pouco acesso a linhas de crédito.

Demonstrando persistência, com diálogo frequente nas instituições responsáveis pela autorização do projeto, a agricultora apontou as especificidades da obra que levantaria (menor porte e localização em meio rural) e obteve, enfim, a aprovação do projeto de seu abatedouro –

que atenderia a todas as normas necessárias, porém teria dimensões reduzidas e apropriadas à demanda e produção. Várias exigências iam sendo colocadas durante a obra e eram cumpridas arduamente – devido aos escassos recursos econômicos da família. Nesse ínterim, a agricultora também teve de buscar na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) a emissão da outorga de água – documento necessário para emissão de licença para funcionamento do miniabatedouro.

5. Ousadia e coragem feminina

Após a construção finalizada, a agricultora ainda necessitaria dos equipamentos indispensáveis para iniciar a atividade de abatimento das aves. Imbuída de um objetivo real, Romilda foi buscar no mundo virtual o maquinário necessário para fazer funcionar o abatedouro. Sem opções de máquinas e equipamentos no mercado local – principalmente no que se refere a dimensões e capacidade –, a agricultora realizou pesquisa, por meio de ferramentas de buscas na internet, para encontrar aquelas indispensáveis para abatimento, limpeza e armazenamento das aves. Encontrou-as numa empresa situada no Espírito Santo.

A negociação exigiu da assentada perspicácia e bastante coragem, tendo em vista que ela garantiu o valor negociado com a empresa, por meio do Crédito Pronaf Mulher, antes mesmo que fosse realizada a entrega dos equipamentos, sem a certeza de que eles bem se adaptariam ao abatedouro construído. Todavia, em poucos dias eles foram entregues no Assentamento Rio Paraíso por intermédio de uma transportadora, e a assentada logo deu início à produção de aves abatidas.

6. Transformando a realidade

A existência de assentamentos de Reforma de Agrária em território do agronegócio os evidenciam, principalmente pela forma de vida e de trabalho em que se edificam. Os imóveis limítrofes ao Assentamento Rio Paraíso estão inseridos na lógica do agronegócio, com predominância de latifúndios, monocultura de soja transgênica, precarização e baixa utilização de mão de obra. Essa forma de agricultura não contribui para reduzir as desigualdades de gênero nos espaços urbanos e rurais, já que promove a exclusão ou a inclusão de forma precária das mulheres no âmbito do trabalho, e esses processos retroalimentam a produção da pobreza no Brasil, uma vez que a maioria das famílias garante seu sustento com os rendimentos do trabalho (CAMPOS, 2011).

Nesse contexto, a determinação e o protagonismo de Romilda ao implementar o abatedouro contribuiu para que outras famílias, sobretudo para que outras mulheres avaliassem as diferentes oportunidades de renda que se apresentavam. A atividade iniciada tornou-se também um contraponto à forma de (re)produção dos latifúndios da região, apontando alternativas à simples integração dos agricultores e agricultoras familiares ao agronegócio. Além disso, reformulou a atividade principal e a forma de participação da mão de obra familiar dentro da unidade produtiva.

Localizada ao lado da casa da família, a pequena agroindústria absorve a mão de obra da agricultora e de seu filho, além de haver uma funcionária. A capacidade máxima de produção, com a atual configuração, é de cinquenta frangos por dia. Atualmente existem outras cinco famílias que levam suas aves para serem abatidas no miniabatedouro de Romilda. O trabalho oferecido por ela consiste no abatimento, embalagem, armazenamento e entrega dos produtos às escolas. A atividade tornou-se a principal fonte de renda da família, e a pecuária tornou-se fonte secundária. Em tempo de grande demanda, Romilda chega a passar mais de dez horas na agroindústria. A assentada vê na atividade a oportunidade para continuidade da família na terra e afirma que o filho demonstra forte interesse no empreendimento, realizando seus estudos no período noturno para conseguir acompanhar a atividade com a mãe.

A agricultora possui plantel de aves de granja e caipiras melhoradas e, mesmo com a modificação da estrutura de produção na unidade familiar, preservou algumas características do modo como realizava o trato das aves, quando ainda não existia o abatedouro. Romilda esforça-se para criá-las da maneira mais natural, sem utilização de hormônios para crescimento, cuidando para que o alimento fornecido seja da melhor qualidade e o mais saudável possível. O abatedouro possui alvará de funcionamento e é registrado pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Jataí. Os frangos abatidos são inspecionados e já saem do abatedouro com a rotulagem, da qual Romilda cuidou pessoalmente, tratando de valorizar a informação de que são produtos da agricultura familiar.

Todo o processo, da construção ao funcionamento, durou cerca de dois anos, o que demonstra a determinação da agricultora até a conclusão daquele que era seu projeto de trabalho e de vida. E ela não se abstém de lançar-se a novos desafios: recentemente, adquiriu, com recursos da linha de crédito Pronaf Mais Alimentos, um veículo Nova Fiorino, da marca Fiat, com o objetivo de melhorar a participação no PNAE, garantindo a entrega dos frangos diretamente a quarenta escolas municipais de Jataí. Eis aí mais um motivo de orgulho para essa aguerrida mulher.

Considerações finais

Mesmo inseridas em territórios fortemente influenciados pelo agronegócio, mulheres trabalhadoras rurais resistem e alavancam atividades produtivas que se contrapõem à dura realidade capitalista calçada na produção de *commodities*¹. O trabalho realizado por muitas delas demonstra que há alternativas à integração com as agroindústrias, às atividades que não absorvem e que desestimulam a permanência dos jovens no campo, à produção mecanizada, sem preocupação com a qualidade do alimento, e à utilização de agroquímicos.

A base da alimentação dos brasileiros é produzida pela agricultura familiar. Sendo assim, é necessário que políticas públicas continuem incentivando a produção e o resgate da identidade e da cultura camponesas, favorecendo as multidimensões da sustentabilidade (CAPORAL & COSTABEBER, 2004), além de oferecerem mais aporte para as atividades protagonizadas – muitas vezes em atitude de resistência ao agronegócio – por mulheres no campo.

Há muitas Romildas pelo Brasil, que necessitam apenas de mais incentivos, mais políticas públicas voltadas para as mulheres, estimulando-as a iniciar ou incrementar suas atividades e permitindo-lhes revelar todo o potencial que possuem para contribuir com o desenvolvimento rural pleno do país.

Referências

CAMPOS, C. S. S. **A Face Feminina da Pobreza em meio à Riqueza do Agronegócio**. Cruz Alta, RS: Ed. Outras Expressões, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATERIICA, 2004.

MIELITZ NETO, C. G. A. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F. **O Novo Desenho do Financiamento Agrícola e as Dificuldades para os Produtores não Integrados**. Anais XVII Congresso da SOBER. Cuiabá, MT, 2004.

PRIMAVESI, A. **Manejo Ecológico de Pastagens**. São Paulo: Ed. Nobel, 5ª Edição, 1999.

¹ É um termo de origem inglesa, plural de *commodity*, que significa mercadoria para a qual existe procura, sem atender à diferenciação de qualidade do produto.

SARAIVA, E. B; SILVA, A. P. F; SOUSA, A. A; CERQUEIRA, G.; CHAGAS, C. M. S; TORAL, N. **Panorama da Compra de Alimentos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Inc: Ciência & Saúde Coletiva, 18(4):927-936, 2013.

SCHNEIDER, S. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, vol. 30, pp. 511-531, 2010.

SOUZA, D; CHMIELEWSKA, D. **Segurança Alimentar como um Caminho para a Inclusão Produtiva: lições do Brasil e da Índia.** Inc: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, One Pager, Nº 127, Brasília, 2011.

PELA VIDA DAS MULHERES E DA AGROECOLOGIA: AS AÇÕES DO POLO DA BORBOREMA E SEUS PARCEIROS NO AGRESTE PARAIBANO

Pablo Melquisedeque Souza e Silva

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a relevância e a atuação do Polo da Borborema no que diz respeito à valorização do papel da mulher para o fortalecimento do campesinato, da Agroecologia e a convivência com o semiárido. As ações descritas culminam na Marcha das Mulheres: pela vida das mulheres e da Agroecologia, dando destaque à comissão de Saúde e alimentação, responsável pelo debate do papel da mulher na dinâmica da organização da unidade camponesa. Para realização dessa pesquisa, foram feitas entrevistas com lideranças e agricultores, bem como acompanhamento e registro de cinco Marchas das Mulheres, realizadas desde 2010. O trabalho de valorização do papel da mulher na dinâmica da unidade de produção camponesa tem como objetivo discutir e desenvolver formas de inserção produtiva da mulher na unidade familiar, tendo em vista a geração de renda, fundamental na estratégia de sua reprodução. A Marcha das Mulheres tem como finalidade dar visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas bem como difundir práticas produtivas que estão sendo implementadas em consequência da atuação de movimentos sociais e entidades, tais como Polo, AS-PTA, sindicatos e parceiros.

Palavras-chave: Marcha das Mulheres. Agroecologia. Polo da Borborema.

Introdução

O campo do Agreste Paraibano é um local que esteve historicamente marcado por ser região semiárida, lugar dos flagelos da seca, terra dos migrantes em potencial para as regiões de atração por empregos e melhorias de vida. Contudo, podemos citar a atuação de organizações e entidades que valorizam o homem e a mulher do campo, pondo, como pauta de trabalho, temáticas que trazem à tona as características do campesinato.

Dentre as entidades, destacamos o Polo da Borborema, cuja ação consiste na articulação de sindicatos, associações e entidades de classes que tenham como bandeira de luta e trabalho a vida no campo. Ele recebe esse nome por reunir os sindicatos e organizações que estão inseridos na escharpa oriental do Planalto da Borborema.

Este artigo tem por objetivo analisar a relevância da atuação do Polo Sindical da Borborema no que diz respeito à valorização do papel da mulher para o fortalecimento do campesinato, da Agroecologia e a convivência com o semiárido. Para realização dessa pesquisa, foram feitas entrevistas com lideranças e agricultores, acompanhamento e registro das cinco Marchas das Mulheres, realizadas desde 2010, assim como pesquisa em artigos e documentários referente à temática estudada. Este trabalho é uma revisão e atualização de parte de nossa dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, intitulada Campesinato, Agroecologia e Convivência com o Semiárido em Solânea (PB).

1. Surgimento e área de atuação do Polo da Borborema

No início da década de 1990, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca, assistidos pela Assessoria a Serviço de Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA)¹ passam a se articular, fazendo trabalhos voltados à agricultura camponesa. Esses trabalhos foram ganhando notoriedade e se irradiando pelas organizações de agricultores do Agreste Paraibano. As experiências que se destacaram foi o trabalho com os recursos hídricos e a armazenagem das sementes. Essas duas experiências foram primordiais para dar mais segurança e estabilidade às famílias camponesas, sobretudo, com o período de estiagem que ocorreu entre 1998 e 1999 (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010).

Esse fato motivou os sindicatos da região, então associados ao espaço de articulação preexistente – o Polo Sindical da Borborema² –, a mobilizarem suas bases nas comunidades para divulgar as experiências em Agroecologia. Dessa forma, o Polo da Borborema passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas

1 A Assessoria a Serviço de Projetos de Agricultura Alternativa é denominada AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Todavia, chamaremos de AS-PTA.

2 Em 1994, sete STRs da região da Borborema se organizaram para reivindicar da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) uma comercialização mais justa e em torno à luta previdenciária (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010, p. 16).

públicas específicas, mas também, fundamentalmente, como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno da construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010, p. 16).

O Polo da Borborema³, também chamado apenas de Polo, é uma organização que atualmente atua em quinze municípios e conta com treze sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e, aproximadamente, 150 associações comunitárias, entre outros. Petersen e Silveira (2007) afirmam:

O Polo vem sendo capaz de articular as ações de inovação, promovidas de forma descentralizada por famílias e grupos comunitários, em um processo sociopolítico de âmbito regional, que se consolida em defesa da agricultura familiar e da agroecologia (PETERSEN E SILVEIRA, 2007, p. 105).

Está também empenhado em fomentar relações de intercâmbio com outras organizações, redes e movimentos do campo agroecológico em outras regiões da Paraíba e do semiárido brasileiro, por intermédio da Articulação do Semiárido (ASA) e da AS-PTA. As ações realizadas pelo Polo da Borborema, pela AS-PTA e pela ASA-PB ocorrem de maneira articulada. Comprovamos isso ao verificar que o Polo da Borborema e a AS-PTA estão sediados na mesma propriedade, no município de Esperança.

Luciano Silveira descreve o contexto da chegada da AS-PTA à Paraíba, afirmando:

O Programa da Paraíba nasce muito de um debate que vinha sendo feito aqui na região com a CUT Brejo, com o departamento rural da CUT, com o Movimento das Mulheres trabalhadoras que vinham atuando a partir da relação com a Diocese de Guarabira, fazendo um debate importante, com os sindicatos do Brejo, Solânea e Remígio também sobre a necessidade de renovar a ação sindical. O sindicalismo, nesse momento tinha passado por um período de muita conquista da luta sindical por sindicatos mais autônomos, menos vinculados ao

3 O Polo da Borborema inicialmente foi chamado de Polo Sindical da Borborema. Já foi chamado de polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema. Hoje assume o nome "Polo da Borborema" tendo em vista não atuar somente com a articulação de sindicatos, mas também de outras organizações voltadas à temas pertinentes a Agricultura Familiar.

poder local, constituição de uma autonomia. Também fazia um debate forte sobre a questão das lutas da reforma agrária, das lutas salariais (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema, assim descreve o momento político da chegada da AS-PTA à Paraíba:

Nós, em Lagoa Seca, tínhamos uma atuação com o PATAC⁴ e nós também tínhamos um interesse muito grande em fazer com que a agricultura familiar, com que o desafio pudesse encontrar saídas, soluções para a agricultura familiar. E nós, em Lagoa Seca, temos uma história política bastante interessante, porque havia uma luta para conseguir tomar a direção do sindicato, três vezes tentando a eleição e nos debatíamos com o tema sobre reforma agrária, muito mais assessorada pela CUT, a formação da CUT do PT (...). Então, fruto do êxodo das décadas de 70, 80 até meados de 90 vai se dando também pela crise que a agricultura enfrentava, o problema do enfraquecimento do solo, do desaparecimento das culturas de renda, e os agricultores queriam vender suas terras para irem morar nas cidades. E também, por outro lado, estimulado por políticas como o *overnight* da caderneta de poupança no tempo do governo Collor. Então, vamos sendo alimentados por Remígio e Solânea e começamos a conhecer a AS-PTA através desse diagnóstico e juntando as dinâmicas dos três municípios, fazendo os estudos, os mapas, estudando a realidade da agricultura e começando a realizar experiências (depoimento do agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010, na sede da AS-PTA).

O objetivo do Polo da Borborema era desenvolver experiências de inovação por meio de melhor manejo dos recursos naturais que pudessem servir de referência para a formulação de propostas de políticas públicas. Para tanto, o Polo da Borborema e a AS-PTA visaram ao fortalecimento das capacidades sócio-organizativas, técnicas e políticas das organizações rurais “para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região

4 Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades (ONG que atua na Paraíba).

baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da Agroecologia⁵. Estavam também empenhados em fomentar relações de intercâmbio com outras organizações, redes e movimentos do campo agroecológico em outras regiões da Paraíba e do semiárido brasileiro, por intermédio da ASA.

Um dos primeiros passos foi fazer um diagnóstico com os agricultores das diversas regiões do Agreste Paraibano, para que, mediante os diagnósticos, fossem traçados os planos de ação para as regiões. Esses diagnósticos ocorreram entre 1993 e 2008, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Diagnósticos realizados no Polo da Borborema

Ano	Diagnóstico
1993	Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema (DRPA)* em Solânea e Remígio
1994	Diagnóstico Ambiental
1995	Diagnóstico Rural Participativo (DRP**) – Criação de Animal
1996	Diagnóstico Rural Participativo – Diversidade de feijões Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema em Lagoa Seca
1997	Diagnóstico Rural Participativo – Gestão da Fertilidade
1998	Diagnóstico Rural Participativo – Plantas Nativas
1999	Diagnóstico Rural Participativo – Circuitos Comerciais Diagnóstico Rural Participativo – Recursos Hídricos Diagnóstico Rural Participativo – Plantas Nativas
2002	Diagnóstico Rural Participativo – Frutas Nativas Diagnóstico Rural Participativo – Uso da Agroecologia em Lagoa Seca Diagnóstico Rural Participativo – Empoderamento dos mais Pobres
2003	Diagnóstico Rural Participativo – Criação de Aves
2004	Diagnóstico Rural Participativo – Mercados e Feiras Livres Diagnóstico Rural Participativo – Ambiental do Polo da Borborema Diagnóstico Rural Participativo – Políticas Públicas
2005	Diagnóstico Rápido Participativo – Ambiental do Polo da Borborema
2007	Estudos de monitoramento econômico
2008	Estudo sobre a desigualdade de gênero

* Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistema (DRPA) é uma metodologia adaptada pela AS-PTA pautada em alguns referenciais metodológicos oriundos das escolas francesa e inglesa de desenvolvimento agrícola. Tem por objetivo descrever e analisar o funcionamento do conjunto de agroecossistema de dada região. São dois os seus produtos: a análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistema presente; e a mobilização das comunidades rurais e organizações locais no processo de análise. O primeiro produto fornece subsídios para formulação de estratégias técnicas de conversão ecológica do agroecossistema. O segundo estimula os atores locais a assumirem um papel de protagonismo nas ações voltadas para o desenvolvimento e a difusão de inovações agroecológicas (PETERSEN, SILVEIRA E ALMEIDA, 2002, p. 30).

* Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/890598>>.*

Fonte: SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010.

5 Disponível em: <<http://www.aspta.org.br/programas/programa-paraiba>>. Acesso em janeiro de 2009.

Esses diagnósticos tratavam, “entre outras razões, de analisar o papel dos agricultores, das suas organizações e das instituições técnicas, como produtores e vetores de inovação” (SABOURIN, 2001, p. 40), por meio do resgate histórico da produção, das inovações, das experiências exitosas, entre outras coisas. Em 2010, o Polo apresentou um mapa descritivo, em que resume e subdivide as regiões dentro dos municípios, traçando e descrevendo suas características peculiares. Por exemplo, há cinco tipos de agrestes, cinco tipos de brejo, dois cariris, três Curimataús e uma outra região denominada de caatinga.

O seu Nelson Pereira descreve o processo com base na experiência de realização de um diagnóstico por ele vivenciada como está posto a seguir:

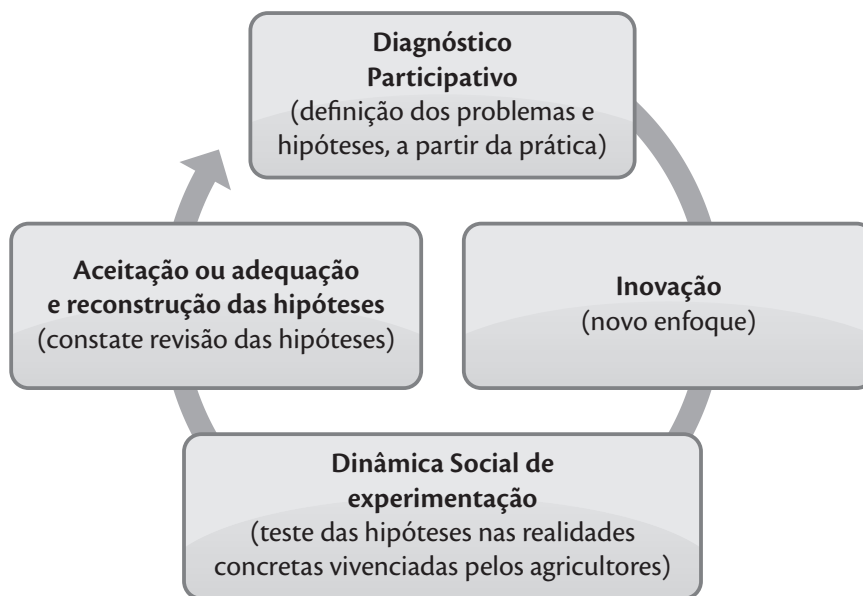
A gente se preparou, montou uma equipe de agricultores, de dirigentes sindicais e mais o apoio técnico da assessoria e fizemos toda uma travessia, rodamos parte do município de Solânea. Em todos os municípios a gente deu uma travessia, olhando e ajustando e fazendo uma leitura coletiva da região (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo Sindical da Borborema. Entrevista realizada em 1º de maio de 2010).

Abordando a mesma experiência, Luciano Silveira ressalta:

Uma coisa importante nesse momento foram as caravanas de quatro, cinco, seis carros, de quarenta, cinquenta pessoas rodando. Então, todo mundo que era do Curimataú, passeava pelo mesmo, fazia a travessia e se discutia com esse grupo as características climáticas da topografia, do relevo, do solo, das características da vegetação natural e dos sistemas da agricultura da região (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada em 1º de maio de 2010).

O Gráfico 1 esquematiza essa metodologia, que visa, ainda, a construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores, em que se institui uma dinâmica social de experimentação, de inovação. Nessas redes, os agricultores passam a produzir coletivamente e a fazer a leitura compartilhada sobre a sua problemática, sobre a sua realidade. Ao mesmo tempo, identificam oportunidades, possibilidades de inovação, começando a produzir uma dinâmica de experimentação, de inovações, ganhando identidade, fortalecendo-se, e vão, dessa forma, ganhando visibilidade e aceitação entre os próprios agricultores.

Gráfico 1 – Metodologia adotada pela AS-PTA



Fonte: CARVALHO (2008), com base nas informações contidas em Petersen e Silveira (2007). Adaptado por SILVA, P. M. S.

Com base nesses princípios, destacamos dois elementos fundantes da ação do Polo e da AS-PTA: a agricultura de base familiar, ou seja, o campesinato, e a Agroecologia.

Afirma Wanderley (2004, p. 45-48) sobre o caráter familiar da agricultura:

Se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2004, p. 45).

Uma das primeiras correntes de pensamento dentro dos estudos campesinos é o narodnismo russo ou populismo russo. Declara Bottomore (2001):

Os narodniks e populistas russos argumentavam que o campesinato representava um modo de produção a parte, antagônico ao

capitalismo. O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar (BOTTOMORE, 2001, p. 42).

O conceito de campesinato se cruza com o entendimento da Agroecologia com base em Angel Palerm, que dedicou seus últimos trabalhos à análise do papel do campesinato no capitalismo, contribuindo para as bases epistemológicas da Agroecologia. Afirma Palerm (1980):

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova ecologia centrada no manejo inteligente do solo e matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital e pouca terra e pouca energia inanimada. **Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já a sua plataforma no sistema camponês** (PALERM, 1980, pp. 196 e 197, *apud* GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 75).

O campesinato, de fato, apresenta as condições necessárias para ser um modelo antagônico ao da empresa capitalista. A racionalidade ecológica, com o manejo inteligente dos recursos naturais, é também uma fuga à indústria dos agrotóxicos que representa não só uma agressão ao ambiente mas também à saúde dos agricultores e consumidores, assim como à economia camponesa.

A agricultura camponesa se organiza e se reinventa também com base na racionalidade ecológica. Esse era, inclusive, o alicerce de sua constituição até poucas décadas atrás, diferenciando-se das formas de manejo e organização que têm na racionalidade econômica seu eixo principal e que no campo têm na agricultura capitalista sua forma de manifestação (CAMARGO 2007 p. 164).

No que se refere ao significado da Agroecologia, Altieri (1989) afirma:

[A agroecologia] É definida como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira. A tendência Agroecologia encara os sistemas produtivos como

uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solo e animais (ALTIERI, 1989, p. 18).

Sendo assim, a Agroecologia, sob o enfoque sistêmico, adota como unidade de análise o agroecossistema⁶, tendo por finalidade proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para corroborar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para formas de agricultura mais sustentáveis. Dessa forma:

(...) mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico (GUZMÁN CASADO *et al.*, 2000, 81). Por outro lado, como nos ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistema sustentáveis”, num horizonte temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica⁷ (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 12).

6 De acordo com Altieri (1989), o agroecossistema é uma unidade fundamental de estudo, no qual “os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 11).

7 Entende-se por transição agroecológica, segundo Caporal e Costabeber (2004), “um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo do agroecossistema, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento

Ressaltamos que, baseados nos princípios da Agroecologia, as ações articuladas pelo Polo da Borborema e seus parceiros se dão pautadas por temas mobilizadores. Todavia, esses temas são debatidos em comissões de trabalhos temáticos, que instigam principalmente os agricultores-experimentadores. Das comissões temáticas, destacamos: Recursos Hídricos, Sementes, Saúde e Alimentação, Criação Animal, Cultivos Ecológicos, Comercialização, entre outros.

2. Do “ao redor de casa” às ruas. A Marcha das Mulheres: pela vida das mulheres e da agroecologia

Em cada comissão temática, a mulher tem atuação relevante. A prática diária indica o papel da mulher, entre outras coisas, na convivência com o semiárido. Das ações da comissão de Recursos Hídricos, destacamos o manejo da “água servida”, o uso racionado e o reaproveitamento da pia e da lavanderia além da limpeza e do cuidado com a Cisterna de placa e Cisterna Calçadão⁸, importantes para superar o *deficit* hídrico.

No tocante às Sementes, as mulheres também atuam como guardiãs nos bancos de sementes comunitárias. Quanto à Criação Animal elas, geralmente, são responsáveis pela criação dos pequenos animais do “ao redor de casa”, principalmente, das galinhas para o abate e a produção de ovos para a família, fato que auxilia na renda familiar.

A agricultora Maria da Luz ressalta a importância da criação animal, ao relatar:

A importância da criação é porque tem a carne. Criando o cabrito, o burrico, a galinha, numa quantidade que dê para se alimentar, não vai ter que comprar carne. Já é uma economia que vai substituir a carne da feira (depoimento da Agricultora Maria da Luz. Documentário Criação Animal, 2009).

No Cultivo Ecológico, entre outras ações, há um destaque para o *fogão ecológico*. Trata-se de um melhoramento do fogão a lenha tradicional, que consome menos lenha e tem acoplado um forno. Para o uso e a confecção do fogão ecológico são empregados menos recursos financeiros e menos recursos naturais além de se preservar uma das tradições camponesas, as comidas

final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais” (p. 12).

8 Segundo o agricultor Nelson Ferreira, a Cisterna Calçadão pode armazenar 52 mil litros de água.

preparadas no forno à lenha. São palavras da AS-PTA, mediadora do intercâmbio que levou as mulheres para conhecer essa tecnologia:

Para as mulheres beneficiadas, o equipamento trouxe muitas vantagens, sobretudo para a saúde, em função da diminuição da fumaça e da fuligem, além de não sujarem as panelas e as paredes das cozinhas. Também avaliam que os ecofogões permitem uma economia financeira para as famílias por reduzir o uso de lenha, gás e carvão⁹.

Há também o cultivo de plantas ornamentais, que, além ser um “lazer”, é uma renda complementar para a renda familiar. No caso de Dona Irene, do Sítio Bom Sucesso no Curimataú de Solânea, ela vende as suas mudas e plantas tanto no seu próprio estabelecimento como na Catequese Familiar. Dona Irene conta que se inspirou a fazer seu viveiro de mudas após uma visita na AS-PTA. Ela usa a fibra do agave para fazer o sombreamento.

Se não fosse isso aqui [sombreamento feito com sisal], as plantas não escapavam não. O sol é quente demais. Isso aqui [sombreamento feito com sisal] eu vi na AS-PTA, só que lá é diferente. Lá é coberto com aquela tela. Eu disse: Ah, já sei o que vou fazer. Eu não tenho tela, mas tenho o pendão do agave. Por isso que é bom sair pra visitar (depoimento de Dona Irene, do Sítio Bom Sucesso, Curimataú de Solânea, Trabalho de campo, 2013).

Ela construiu um andar, um balcão, como forma de economizar água, pois no momento em que ela rega as plantas que estão no balcão, acaba regando as que estão abaixo também, evitando, assim, o desperdício da água.

Esse balcão aqui é uma ideia minha. Eu inventei esse balcão, porque, quando eu aguava aqui nas plantas, só aguava as daqui. Era mais água que eu gastava. Aí eu inventei esse balcão, porque quando eu águo aqui, as daqui debaixo já ficam aguadas também (depoimento de Dona Irene, do Sítio Bom Sucesso, Curimataú de Solânea, Vídeo Vivendo Experiências, ASA, 2002).

9 Disponível em: <<http://aspta.org.br/2011/05/ecofogoes-trazem-melhorias-para-a-vida-de-mulheres-agricultoras-da-borborema/>>. Acesso em: 25/5/2013.

O tema da *Comercialização* entrou na pauta dos debates e das estratégias definidas pelo Polo, com base na experimentação agroecológica. Segundo Freire e Almeida (2005), essas iniciativas de estímulo à estruturação de novas relações de mercado, ao mesmo tempo em que expressam uma postura inovadora e propositiva das organizações, trazem novas questões à pauta do debate sobre a organização dos mercados locais e regionais e suas interações com a formulação de estratégias e propostas de políticas para a sustentabilidade da agricultura de base familiar. Referindo-se à comercialização da produção agroecológica dos agricultores familiares camponeses por meio das chamadas feiras de pequenos produtores ou feiras agroecológicas, Freire e Almeida (2005, p. 25) afirmam o seguinte:

A feira foi apreendida para além de plataforma de relações econômicas, as feiras foram consideradas também como centros de sociabilidade, de troca de conhecimentos e informações, de afirmação de uma cultura produtiva e de consumo, que constituem igualmente elementos integrantes das estratégias de reprodução econômica e social da agricultura familiar na região.

A comissão de Saúde e Alimentação acaba trazendo consigo o debate referente ao gênero. Essa comissão insere a importância e o papel da mulher na agricultura. Há o cuidado com o “ao redor de casa”¹⁰. É um trabalho em que se tem produzido, resgatado e circulado muitas informações e mudas de plantas medicinais. São as mulheres que planejam e trabalham nesse espaço, desenvolvendo suas próprias habilidades para a agricultura. Elas têm construído pequenas cercas no arredor de casa para instalação de hortas de verduras e plantas medicinais e para criação de aves, estão fazendo doces e geleias das frutas nativas e das adaptadas e fazem cursos de beneficiamento de frutas. Têm produzido as multimisturas (uma farinha com produtos locais para complemento alimentar). Adriana Freire, Assessora técnica da AS-PTA relata:

Com a questão das plantas medicinais que a gente chama da “abre porta” de muitas vidas dessas mulheres, utilizando a expressão da Vanda. “como nós vamos abrir a porta para outras mulheres?” esse

10 O arredor de casa ou quintal é onde se criam os pequenos animais como galinhas, perus, porco, coelho e outros; é onde se estabelecem diferentes fruteiras como acerola, goiaba, manga, cajá, caju e outras, disponibilizando frutas para o consumo da família e para beneficiamento e venda, inclusive nas regiões mais secas. É no quintal que estão as verduras como coentro, couve, quiabo e outras que enriquecem a dieta das famílias com vitaminas e ainda é o local onde são cultivadas as plantas medicinais. (Disponível em: <http://antigo.aspta.org.br/programa-paraiba/saude-e-alimentacao> Acesso em 17/09/2013).

também é o papel que a feira tem exercido na vida dessas mulheres, então nós vamos organizar o trabalho para aumentar a participação das mulheres nesse trabalho. (depoimento de Adriana Freire, Assessora técnica da AS-PTA. Entrevista realizada em 1º de maio de 2010).

O trabalho de valorização do papel da mulher no campesinato mostra-se relevante para a reprodução camponesa. Podemos verificar tal valorização também pela atuação do Polo da Borborema, da AS-PTA, dos sindicatos e dos parceiros nas mobilizações em torno, principalmente, de ações como a Marcha pela Vida das Mulheres e da Agroecologia. Essa marcha reúne, na cidade escolhida, camponeses de todo o Polo da Borborema.

A Marcha das Mulheres aborda a relevância da mulher na unidade camponesa e amplia o debate da Agroecologia, além de lutar contra o preconceito e a violência sofridos pelas mulheres.

Em 2010, a primeira marcha foi realizada em Remígio, em 2011, em Queimadas, em 2012, em Esperança e, em 2013, em Solânea, reuniu as famílias do Polo da Borborema, além de movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Centro de Pesquisas Econômico-Sociais (Cepes), entre outros. Foi lembrada a luta sindical feminina, e, em vários momentos, foi feita referência a Margarida Maria Alves¹¹, primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, paraibana, assassinada em 1983, que, três meses antes de sua morte, havia feito a seguinte declaração:

Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles¹².

Outra frase cunhada por Margarida Maria Alves, que virou “grito de ordem” durante toda a marcha, foi: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Além da referência a Margarida Alves, foi lembrado o assassinato da Irmã Dorothy Stang, missionária dedicada à luta dos camponeses na Amazônia.

Durante o agrupamento de agricultores, além das “místicas”, há apresentação de teatro e de repente, que abordam o tema da referida marcha. Durante o evento, é realizada feira agroecológica.

11 Disponível em: <<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens>>.

12 Idem 13.

A marcha de 2013 ocorreu em Solânea e, segundo a organização, reuniu mais de 3 mil mulheres, do Polo da Borborema, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), do Coletivo Estadual de Mulheres do Campo e da Cidade. Foi apresentada a peça “Zefinha Vai Casar”, que aborda a relação patriarcal e a sindicalização da mulher. Outro momento foi o dos relatos e dos depoimentos de superação e luta de algumas mulheres. Em seguida, fez-se uma caminhada pela cidade.

Essas marchas significam o símbolo da luta não só pela figura feminina, mas também por todos os papéis da mulher na estrutura da sociedade, em especial, na estrutura camponesa.

Em 2013, a Marcha lançou uma carta política¹³, em que expressava suas reivindicações. Da carta política da marcha, destacamos:

Com base nos aprendizados que estamos construindo em nossa trajetória de luta e de construção da agroecologia no território, apresentamos a seguinte pauta de reivindicações: 1. pelo reconhecimento e pela valorização do papel histórico das mulheres como guardiãs da agrobiodiversidade e do conhecimento associado à promoção da agricultura. 2. Pelo reconhecimento e fortalecimento das formas de auto-organização das mulheres, como os fundos rotativos solidários, os grupos de beneficiamento e comercialização. 3. Pela garantia da participação das mulheres no debate sobre as políticas públicas para agricultura, saúde e educação. 4. Pela criação de fóruns para debate sobre as políticas públicas voltadas para a mulher, a exemplo do Pronaf Mulher, e pela implementação de propostas de aprimoramento para sua efetiva execução e o *empoderamento* das mulheres; 5. Pela criação de instituições e espaços de defesa e de atendimentos à mulher em situação de violência para a efetivação da aplicação da Lei Maria da Penha nos municípios e no Território da Borborema; 6. Pela capacitação permanente dos agentes dos serviços públicos especializados para o atendimento das mulheres em situação de violência, garantindo atendimento humano e qualificado; 7. Cobramos do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema a realização de um encontro com os diferentes gestores públicos do território, momento no qual possamos apresentar nosso

13 Disponível em <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Carta-Pol%C3%ADtica-da-IV-Marcha-08-03-2013.pdf>>.

trabalho e luta e, ao mesmo tempo, fazer um balanço crítico sobre a equidade com que as políticas das diversas esferas e pastas são implementadas na região (*sic*).

Em 2014, a marcha foi realizada no município de Massaranduba e reuniu, segundo seus organizadores, cerca de 3.500 mulheres, fato que aponta o crescimento da influência e da capacidade de mobilização das parcerias em torno da temática da mulher e da Agroecologia, tanto no campo como na cidade. Para o Polo da Borborema, a marcha faz parte do processo de transformação, inovação, experimentação e construção da Agroecologia em seu território. Ressaltamos, portanto, o caráter político e transformador da marcha, que, ao longo dos anos, tem mobilizado cada vez mais pessoas, ganhando notoriedade e buscando dar notoriedade e provocar mudanças claras nas políticas públicas para melhoria da vida da mulher e da Agroecologia.

Considerações finais

Os movimentos sociais as entidades como o Polo da Borborema, AS-PTA, ASA, entre outras, que têm como base de trabalho centrado na família e na produção camponesa por um viés agroecológico, apresentam ações de importância fundamental para a resistência, a permanência e a recriação do território camponês. Por meio da disseminação das práticas agroecológicas, da integração dos camponeses em redes de solidariedade, da prestação de cursos de formação técnica e cidadã, esses organismos têm obtido importantes resultados na retenção dos camponeses no meio rural, na proteção ao meio ambiente e na consolidação do território camponês no Agreste Paraibano.

Da primeira à quinta Marcha das Mulheres, realizadas pelo Polo da Borborema e seus parceiros, verificamos aumento no número de participantes e parceiros. Em 2010 eram, aproximadamente, 1.000 pessoas, já em 2014 foram cerca de 3.500. Esse aumento denota o crescimento e a difusão das atividades do Polo. As marchas são consideradas, pelo Polo da Borborema, como o ápice de suas ações no processo de formação das mulheres.

A luta dos sindicatos e das entidades de classe mostra-se ainda viva. Nomes como Margarida Maria Alves e Dorothy Stang permanecem presentes e vivos como símbolo de luta cuja pauta de reivindicações e ações continua a se renovar e ganha cada vez mais fôlego e vozes. É comum encontrar nas lideranças das entidades e dos sindicatos a presença de mulher, não como auxiliar, mas como protagonista das lutas e embates em favor da mulher. É possível afirmar, por licença poética, que cada vez mais têm brotado e renascido, no Agreste Paraibano, “novas margaridas”.

A revalorização das mulheres e seu papel no campesinato é parte relevante para o processo de reconstrução do campesinato paraibano, sobretudo, no Agreste Paraibano, região marcada pela luta sindical e pelo seu potencial agrícola.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRITTO, F. B. de. **O Conflito pelo Uso da Água do Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) - PB**. João Pessoa. UFPB. Dissertação de Mestrado, 2008.

CAMARGO, Paula. **Fundamentos da Transição Agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato**. Revista Agrária, São Paulo, nº 7, pp. 156-181, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia-conceitos%20e%20principios1.pdf>>.

CARVALHO, C. X. de. **Agroecologia, Movimento Social e Campesinato no Agreste Paraibano**. Campina Grande, UFCG, Tese de Doutorado, 2008.

FREIRE, A. G.; ALMEIDA, S. G. **Estratégias e Práticas de Acesso ao Mercado das Famílias Agricultoras do Agreste da Paraíba**. *Agriculturas*, v. 2, n. 2, 2005, pp. 24-28.

GUZMAN, Eduardo Servilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, E. S. **Origem, Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável**. In: *Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. NAVARRO, Z.; ALMEIDA, J. (org.). Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997. p.19-32.

MOREIRA, Emília. **Território, Desenvolvimento Rural e Práticas Agrícolas Sustentáveis em Áreas com Risco de Desertificação no Brasil, Portugal e Cabo Verde**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2009.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano. **Construção do Conhecimento Agroecológico em Redes de Agricultores-Experimentadores: a experiência da assessoria do Polo Sindical da Borborema.** Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, Jun. 2007.

SABOURIN, Eric. **Aprendizagem Coletiva e Construção Social do Saber Local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 37-61, 2001.

SILVA, Pablo M. S. **Campesinato, Agroecologia e Convivência com o Semiárido em Solânea-PB.** PPGG-UFPB. João Pessoa-PB. 2013. Dissertação de Mestrado.

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. **Polo da Borborema: ator contemporânea das lutas camponesas pelo território.** Agriculturas, v. 7, n. 1, 2010, pp.13-19.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 21, 2004, p. 42-61.

MENÇÃO HONROSA

FEMINISMO E LIBERDADE NO CAMPO: A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA PARA AS MULHERES RURAIS

Mirla Cisne

Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a
liberdade seja a nossa própria substância...

Simone de Beauvoir

Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a importância da organização política para que as mulheres do campo se reconheçam como sujeitos políticos e adquiram consciência feminista. Para tanto, desenvolvemos pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As duas últimas versaram em torno do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), sujeito central de nossa investigação. Na pesquisa de campo, além da vivência em atos e encontro do MMC, realizamos entrevistas com sete dirigentes de referência nacional do movimento mencionado. Na pesquisa documental, analisamos notas públicas, jornais, carta de princípios e outros materiais produzidos por esse movimento. Como conclusão central da pesquisa, destacamos a importância dos movimentos auto-organizados de mulheres. Por meio deles, é possibilitado o engajamento das mulheres no exercício da política e a vivência no espaço público e coletivo, para romperem com o silêncio, o anonimato e a subordinação que historicamente marcam a vida de muitas mulheres camponesas. É nessa dimensão de organização coletiva que as mulheres se reconhecem como sujeitos políticos, ao enfrentarem as múltiplas violências e violações que sofrem tanto no espaço doméstico quanto na arena pública, ao exigirem políticas, direitos e serviços sociais que atendam às suas necessidades.

Palavras-chave: Feminismo. Consciência feminista. Organização política. Movimento de Mulheres Camponesas.

Introdução

O presente trabalho é parte dos resultados de nossa tese de doutorado¹, defendida em 2013, que versou sobre feminismo e consciência feminista no Brasil. Para tanto, focamos a investigação na organização política e social dos movimentos de mulheres de caráter nacional, com destaque para o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), um dos sujeitos centrais da pesquisa e sobre o qual desenvolveremos nossa análise no presente ensaio. Na pesquisa de campo, além da vivência em atos, marchas e encontros do MMC, realizamos entrevistas com sete dirigentes² de referência nacional do movimento mencionado. Além da pesquisa de campo, realizamos pesquisa bibliográfica e documental em torno do nosso objeto: feminismo e organização política e social em movimentos de mulheres no Brasil contemporâneo.

O destaque que daremos ao MMC no presente ensaio justifica-se pela particularidade das mulheres camponesas, sobre as quais as determinações das relações patriarcais e a precarização das políticas sociais no campo imprimem maiores dificuldades para o enfrentamento das desigualdades sociais.

Partimos da compreensão de que vivemos em uma sociedade com relações sociais patriarcais que imputam às mulheres condição de subserviência e desvalorização. Nesse esteio, muitas mulheres são apartadas da condição de ser sujeito de sua própria vida, submetendo-se, por vezes, a serem representadas por homens, especialmente na esfera da política, das tomadas de decisão. Essa situação é paradoxal diante da importância que as mulheres têm para a garantia, em grande medida, da reprodução social antroponômica³.

Creemos que a divisão sexual do trabalho é uma relação material central para o entendimento dessa situação. Com a divisão sexual do trabalho, o mundo público, da política e da produção, é considerado masculino, e o privado e da reprodução social, o lugar por excelência de responsabilidade das mulheres, com destaque para o trabalho doméstico. Assim, a divisão sexual do trabalho dicotomiza, segundo o sexo, as atividades, os espaços e as profissões e ainda

1 A tese *Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil* foi orientada pela prof. Elaine Behring, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e pela Prof. Jules Falquet durante um ano, enquanto fizemos o estágio doutoral na Universidade de Paris 7, com apoio da Capes. A tese resultou no livro *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*, publicado pela Cortez Editora, em 2014.

2 Para preservar a identidade das entrevistadas, empregaremos pseudônimos nos depoimentos que utilizaremos neste ensaio. Destacamos, ainda, que todas as entrevistadas concederam autorização para as entrevistas serem gravadas e assinaram o termo de consentimento e livre esclarecimento sobre a pesquisa.

3 Reprodução social antroponômica é entendida aqui não no sentido biológico, mas sociológico, que diz respeito a tudo o que é necessário para a garantia das condições básicas para a sobrevivência humana, a exemplo da alimentação e da educação (não apenas a formal).

hierarquiza homens e mulheres, ao convencionar o que se considera masculino como de maior valor, enquanto o que é considerado feminino é desvalorizado.

Se todas as mulheres precisam enfrentar a divisão sexual do trabalho para o exercício da política, às mulheres do campo, pesam ainda mais determinações sociais que dificultam esse processo. Referimo-nos à precarização das políticas públicas e, muitas vezes, à sua ausência para o campo, a exemplo das políticas de trabalho e educação e da rede de proteção às mulheres vítimas de violência, como delegacias, casas abrigos, centro de referência e juizados especiais. Além disso, há o peso ainda mais forte do patriarcado na cultura do campo.

Diante da problemática exposta, no presente ensaio, temos o objetivo de demonstrar a importância da organização política para as mulheres do campo se reconhecerem como sujeitos políticos e desenvolverem consciência feminista. Nesses termos, destacamos que essa consciência associa-se à desnaturalização da condição de subordinação socialmente imposta às mulheres. Isso exige o exercício da política, entendido no seu sentido amplo, da percepção de si como sujeito consciente da história e, portanto, capaz de tomadas de decisão e ações transformadoras.

O fio condutor da nossa análise será a **formação da consciência militante feminista** expressa pelos sujeitos entrevistados, intermediada pelos resultados da pesquisa bibliográfica e documental que realizamos no doutorado, de 2009 a 2013. Antes, porém, de falarmos sobre a consciência militante feminista, cabe-nos esclarecer o que significa a consciência militante. Segundo Iasi (2002, p. 38-39), ela indica “consciência política” e denota:

[...] na acepção da palavra, uma consciência associada, coletiva, que se vê como sujeito coletivo de uma transformação necessária. Evidente que também é política a consciência dos sujeitos coletivos que querem manter a ordem, tema que não constitui o objeto deste estudo. Neste sentido a consciência de classe está inseparavelmente associada à ação de classe.

Percebemos, portanto, que a consciência militante está radicalmente articulada com o processo de formação de um sujeito coletivo. Cabe agora, o entendimento do que seria, então, a consciência militante feminista. Essa traz consigo uma particularidade em torno do sujeito central que a constitui: as mulheres. Então, devemos partir da análise da construção social desse sujeito individual e coletivamente. De início, perguntamos: como um indivíduo marcado por relações sociais de apropriação, dominação e exploração associadas à naturalização dessas dimensões,

adquire consciência militante? Ou seja, como uma mulher consegue superar a ideologia dominante que aliena a mulher de si no sentido de estar voltada apenas para satisfazer o outro?

Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos primeiramente, à percepção da mulher como sujeito individual, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienação dela decorrentes, especialmente, a ruptura com a naturalização da subalternidade que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim, podemos chegar à dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é possibilitada, fundamentalmente, pela formação de movimentos de mulheres.

Por sua vez, é importante deixarmos claro nossa compreensão sobre o processo de formação de um movimento social, particularmente, sobre a formação de um movimento de mulheres. Utilizando as palavras de Souza-Lobo (2011, p. 178), cremos que:

[...] a formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade. É desse processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora.

Assim, o alcance dos movimentos de mulheres não se resume às suas reivindicações, tampouco a seus resultados imediatos. Para compreender o alcance dos movimentos de mulheres é necessário, portanto, buscar alcançar outros níveis de análise, sobre os quais nos esclarece Souza-Lobo (2011, p. 182):

Num primeiro nível ocorrem modificações na esfera das relações familiares e da vida cotidiana, o que certamente gera novos *habitus* na construção social do gênero. Em segundo lugar, de forma confusa e ambígua, mas relevante, se constitui uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos.

Em outras palavras, o que Souza-Lobo ressalta é a capacidade de ocupação do espaço público-político que o Movimento possibilita às mulheres, além, é claro, das transformações que provoca na sua vida privada, até porque público e privado não são esferas dissociadas. Esse processo de quebra de fronteiras e conquista de espaços, obviamente não ocorreu nem ocorre

sem resistências. Poderíamos citar inúmeros exemplos que revelam essas resistências, contudo, cremos que lembrar a proibição das mulheres em frequentar universidade já nos é suficiente para ilustrar a pertinência da luta feminista em romper com resistências e conquistar espaços públicos.

Concordamos com Souza-Lobo (2011, p. 179), ao afirmar que: “a dinâmica dos movimentos [de mulheres] não só rompe com as formas institucionais de reivindicação, mas rompe também com as formas internas de constituição dos grupos em ação na sociedade, estabelecendo novas relações entre indivíduos, grupos e sociedade”.

Destarte, Souza-Lobo (2011, p. 183) destaca duas ordens de conclusões sobre a particularidade dos movimentos de mulheres. A primeira é que “a participação das mulheres nos movimentos está fortemente assentada nas ideias de igualdade de direitos que atravessam a história social”. A segunda refere-se:

[...] a particularidade dos movimentos como momentos de estruturação de novas relações entre vida pública e vida privada, e de novas configurações das relações de gênero nas relações sociais e políticas. **Por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigente nos espaços da sociedade** (*idem*, destaque nosso).

A construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas em uma formulação coletiva da demanda, ou seja, “passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 223).

Esperamos que este ensaio contribua para o fortalecimento de reflexões e lutas em torno da construção das mulheres rurais como sujeitos políticos individuais e coletivos.

1. Movimento de Mulheres Camponesas: breve histórico e princípios de ação

[...] o Movimento é essa expressão de liberdade, essa construção que não está pronta, não está acabada, mas, que cada mulher vai se construindo no coletivo, enquanto movimento e também, a partir da

sua realidade. [...] Um processo de construção da libertação da mulher e das relação [sic] de transformação da sociedade. Isso é o MMC. A gente aprende, a gente ensina, a gente vai desconstruindo muitas coisas que aprendeu e que tinha como verdades (MMC).

Em 2004, o MMC passa a se constituir como um movimento social de caráter nacional, sob esta denominação de Movimento de Mulheres Camponesas. Todavia, segundo o depoimento de uma de suas fundadoras, o MMC tem sua gênese nos anos 1980, no contexto de formação da oposição sindical. Foi no caldo político da oposição sindical rural que muitas mulheres camponesas passaram a se engajar na militância, descobrindo-se como sujeitos políticos particulares no seio desse processo,

[...] como as mulheres participaram da oposição sindical, então... elas vão percebendo que elas faziam parte da luta da oposição sindical, mas não eram sócias, não podiam fazer parte da chapa [...] então a questão da oposição sindical deu um estalo bastante grande, nós fazemos a luta, nós vamos pra rua, nós somos a maioria que faz o debate, no entanto, a chapa é dos homens, a votação é pros homens. E daí, ao perceber-se tarefa de novo...[...] em seguida veio o debate meio colado nessa questão do direito previdenciário, porque que as mulheres da cidade tinham carteira assinada e tinham tais direitos e nós não tínhamos, então veio essa questão da previdência muito forte. E junto veio a participação política da mulher na sociedade porque nós acabávamos indo, eram todos os espaços eram masculinos. [...] (MMC 1).

Segundo o MMC 2, o Movimento de Mulheres Camponesas nasceu das necessidades primeiras das mulheres:

[...] em torno dessas necessidades há sentidos, há significados de luta. Então as mulheres se reúnem e começam a discutir essa realidade. Daí a importância do **trabalho de base** e também a concepção de trabalho de base para além de apenas reunir um grupo a partir das necessidades, mas, ele está profundamente interligado com o processo da formação da consciência nos seus diferentes níveis [...]. **E essa formação da consciência não está desligada das lutas** [...] como os direitos das

mulheres ao estudo, à aposentadoria, ao salário maternidade enfim... toda essa questão previdenciária que mobilizou muito as mulheres [...] a partir dessa realidade, as mulheres nesse caldo formativo, de luta, de trabalho de base, de encontros, de movimento as mulheres começam a entender melhor como se organiza a sociedade, que é um trabalho que nós fizemos no Movimento [...] dentro desse como se organiza a sociedade também quais são os papéis que foram colocados para a mulher, para o homem.

O MMC, apesar de recente como movimento nacional, vem se firmando como um forte exemplo de resistência, autonomia e de enfrentamento às opressões e discriminações sobre as mulheres, bem como defende novas relações entre os seres humanos e esses com a natureza:

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza⁴.

Em um dos objetivos de suas lutas⁵, o MMC explicita sua autonomia e seu compromisso político de enfrentamento às desigualdades:

O MMC tem como objetivo central lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade (não deixar vender terra e água), recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro. Por isso lutamos:

- Contra as políticas impostas pelo FMI - Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio – OMC;
- Contra a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas;
- Pelo não pagamento da Dívida Externa;

4 Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/menu/missao_por.html>. Acessado em 23 de novembro de 2008.

5 Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br>>. Acessado em 23 de novembro de 2008.

- Contra os transgênicos;
- Contra todo o tipo de discriminação e racismo.

Outra dimensão importante que o MMC revela na sua própria necessidade de existência no seio da Via Campesina é a possibilidade de contestação à lógica patriarcal no seio dessa organização, como ressalta MMC 1:

Na Via Campesina, se não for o debate feminista levado pra dentro pelo Movimento de Mulheres Camponesas, segue na mesma lógica patriarcal e, portanto, o novo não se constrói, se mantém na mesma lógica. E aquela leitura de que vamos transformar, vamos fazer o enfrentamento, que quando você superar o capitalismo e tal... isso não é verdadeiro.

Em síntese, podemos dizer que o MMC conseguiu se estabelecer como uma referência nacional em torno da construção de uma luta realizada por mulheres que buscam enfrentar o patriarcado e o agronegócio em suas múltiplas expressões nas violências contra as mulheres e contra a vida digna e saudável. Assim, defende um projeto societário pautado no feminismo, no socialismo e na agroecologia, em especial, na luta contra o latifúndio, o agronegócio, os agrotóxicos e os transgênicos e em defesa de alimentação e vida saudáveis. Por isso, entre várias ações, o MMC desenvolve campanhas contra a violência às mulheres, em defesa das sementes crioulas (não transgênicas), da produção de alimentos orgânicos e de medicamentos alternativos com ervas medicinais etc. Nesse esteio, o MMC, por meio dessas atividades, estimula a organização e a autonomia financeira das mulheres por intermédio de atividades produtivas. Concomitante a esse processo, as mulheres se forjam como sujeitos de sua própria história.

2. A importância do feminismo para a consciência política das mulheres

Neste item, procuraremos abordar como o feminismo, na sua dimensão teórica e no seu exercício político, tanto individual como coletivamente, contribui para a formação da consciência militante das mulheres e para a luta de classes na perspectiva da emancipação humana. Para tanto, abordaremos elementos da formação da consciência militante com base nos depoimentos das nossas entrevistadas, destacando a importância do grupo e da militância em um movimento social para construção da consciência militante feminista.

2.1. A formação da consciência militante feminista

A consciência das mulheres oprimidas muda a definição em si da opressão.

*Delphy*⁶

De uma maneira geral, conseguimos encontrar como elementos comuns, destacados ou demonstrados pelos depoimentos das mulheres entrevistadas, alguns pontos indispensáveis para formação da consciência militante feminista, são eles: (1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (2) o sair de casa; (3) a identificação na outra da sua condição de mulher; (4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que subdividimos esses pontos acima apenas por uma questão didática. De maneira alguma encontramos uma ordem hierárquica de importância entre eles. Ao contrário, cremos que todos se relacionam dialética e organicamente.

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Esse processo estamos denominando de **apropriação de si**, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar com o modelo hegemônico de família e a ideologia de naturalização dos sexos. As mulheres, ao adquirirem consciência feminista, passam a perceber que existem de fato como pessoas, que possuem um corpo que lhes pertence, enfim, que possuem vontades e desejos próprios e que têm o direito de expressá-los e vivenciá-los fora e dentro de sua casa.

A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo. Afinal, como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social, se individualmente uma mulher encontra-se alienada de si, sem autonomia sobre sua vida e restringida a cuidar dos outros em detrimento de si? Esse processo do apropriar-se de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feminista. Passemos a entender o que é ser feminista e o significado que isso alcança para as mulheres individualmente e para a consciência militante feminista.

6 (2009, Tomo I, p. 269; tradução nossa). Texto original: La conscience des femmes opprimées change la définition même de l'oppression.

Segundo Waters (1979, p. 52), ser feminista “[...] é qualquer mulher que reconhece que a mulher está oprimida como sexo e deseja levar a cabo uma luta intransigente para pôr fim a essa opressão” (tradução nossa).

Afirmamos que a importância do feminismo em âmbito individual para as mulheres toca em um elemento fundamental para sua percepção como sujeito social: a confiança em si que, por sua vez, está relacionada à autoestima, ou seja, vai desde a autovalorização do seu corpo de forma livre e autônoma do padrão de beleza socialmente imposto à autoconfiança. Essas dimensões também podemos perceber no depoimento da MMC 6:

[...] O mais importante é essa valorização como pessoa, de que nós tem [sic] valor igual [...] eu não sou menos do que ninguém. [...] Eu me sinto assim, a vontade pra conversar com qualquer pessoas [...] eu na minha formação como agricultora eu posso falar aonde que tenha médico, aonde que tenha advogado, aonde...[...] se fizer uma pergunta daquilo que eu conheço...**O Movimento em si, me deu essa capacidade de que eu posso ser alguém e de que eu posso conversar, e ser igual para igual e isso me ajudou muito** [...] eu não tenho vergonha de ser o que eu sou (destaque nosso).

Outra conquista possibilitada pelo feminismo diz respeito à capacidade não apenas da autoconfiança, mas de se expressar, de se impor, de decidir e, até mesmo, de dizer não, algo muito difícil para as mulheres que historicamente são ensinadas a sempre dizer sim, ainda que seja em detrimento dos seus desejos, das suas vontades. MMC 3 ilustra nossa análise:

[...] o feminismo é você ser dona do seu nariz [...] de você ser livre, respeitar as diferenças dos outros [...] é uma pessoa que tem decisão própria, se eu vou numa reunião eu não posso dizer só amém, eu tenho que dizer não, eu penso assim. O feminismo ensina o valor, a força que você, o direito que você tem [...] ser feminista é ter decisão própria, é ter capacidade pra decidir, pra planejar e pra mostrar o que tá certo, o que tá errado.

Outra dimensão importante em âmbito pessoal é o cuidado consigo mesma. A mulher que historicamente é educada para cuidar e sempre estar disposta a ajudar o outro, muitas vezes,

não consegue fazer esse mesmo movimento para si. O feminismo contribui, portanto, para que as mulheres olhem para si e se preocupem com o seu autocuidado.

Ressaltamos uma dimensão indispensável para a formação da consciência militante feminista: a desnaturalização, ou seja, o rompimento da ideia com uma suposta natureza feminina. Assim,

[...] quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas “opções”, as mulheres já não são mais as mesmas. Se foram trabalhar por necessidade, se viraram chefes de família porque foram abandonadas, se são donas de casa porque não conseguem se profissionalizar, o importante é que muitas também se descobriram como pessoas, como sujeito de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos (SOUZA-LOBO, 2011, p. 251).

O segundo eixo pode parecer simples ou mais fácil de ser alcançado pelas mulheres. Contudo, ele foi apontado como um indispensável passo para a percepção da mulher como sujeito de si e da sua vida, condição primária e ineliminável para pensarmos a construção da consciência militante. Esse ponto foi mais enfatizado pelas mulheres do MMC, talvez pela experiência das mulheres trabalhadoras rurais, em que é ainda mais difícil romper com o confinamento doméstico, pois, segundo MMC 2, o “modelo de agricultura aprisiona a mulher em casa”. Nos explica mais detalhadamente MMC 2:

[...] O sair de casa é um dos primeiros sinais de ruptura de uma proposta feminista. Por quê? Porque a casa ela compreende o espaço do patriarcado. **A casa ela é o aprisionamento das possibilidades da mulher.** Então, tudo gira em torno do aprisionamento da mulher, são os filhos, o trabalho doméstico e no caso do campo, toda a questão da roça, do trabalho na lavoura, do plantio, da colheita que normalmente as mulheres fazem tudo, além de ter a casa. [...] **O sair de casa no Movimento de Mulheres Camponesas é um dos primeiros sinais da luta feminista que as mulheres vão dando passos na sua possibilidade de libertação** (destaques nossos).

Nessa mesma direção, afirma MMC 3: “Uma das maiores lutas não é o enfrentamento [referindo-se às grandes ações de enfrentamento político direto às empresas do agronegócio ou mesmo ao Estado], é tirar a mulher de casa porque é muito complicado, ela se sente responsável por todo o trabalho da casa”. Há, portanto, na luta das mulheres, um enfrentamento particular que nos explica MMC 4:

Quando a gente fala de ação de enfrentamento [...] em casa [...] tem algumas que conseguem fazer o passo e se libertar e outras desistem do Movimento porque não têm o suporte. Mesmo as nossas jovens, elas debatem, a gente planeja...mas, chegam em casa e esbarram onde, esbarra no pai, na falta de terra, na falta de um mínimo de estrutura, de autonomia. O enfrentamento pra luta das mulheres ele acaba sendo meio que particularizado. Porque é diferente você organizar um grupo e nós vamos fazer uma ocupação. Organizar um grupo e ir na frente do banco, vamos fechar uma BR... a gente vai lá e faz, a gente tá junto. Agora, na família a gente tá sozinha. [...] É um dilema, é um conflito. E pra romper a mulher precisa de um suporte muito grande e de uma disposição muito grande [...] é uma luta permanente.

A experiência de sair de casa, geralmente, encontra-se vinculada à vivência em um grupo de mulheres ou mesmo em um movimento social, para participar de formações políticas ou mesmo ações de militância, como manifestações, marchas e ocupações. Nas primeiras vezes que as mulheres ousam sair de casa para uma dessas atividades, elas têm duas opções: “deixar tudo pronto, deixar o pão feito, a comida organizada, a roupa e ir com o consentimento do marido, o marido deixou... ou ir com o conflito estabelecido. Aí começa o significado de uma luta feminista que é de conquista” (MMC 2).

As mulheres se utilizam, muitas vezes, dessa estratégia inicial de deixar o trabalho doméstico antecipadamente realizado para conseguirem ir para as atividades do Movimento sem provocar tantos conflitos com o marido. Isso demonstra que, de fato, a reprodução social é ainda uma responsabilização feminina. Contudo, aos poucos elas vão rompendo com essa responsabilização, à medida que vão estabelecendo questionamentos e percebendo novos horizontes, como podemos perceber no depoimento da MMC 3:

[...] eu fazia umas manobras pra ajeitar em casa. Se eu tivesse uma semana de curso, quando eu voltava, a pia tava cheia. Eu limpava, não ficava brava porque era o começo, né? E fazia comida antes de ir. De repente comecei a deixar menos coisas prontas e fui indo [...] Comecei a mudar, comecei a sentir uma força tão grande dentro de mim que ninguém consegue me barrar desse trabalho. Aí comecei a ir mais longe [...] já não enxergava diante do meu umbigo, comecei a perceber as pessoas, comecei a perceber a natureza [...] também comecei a questionar coisas dentro da igreja [...] eu larguei a teologia de leigos e peguei a agroecologia, peguei a libertação naquele momento porque na teologia de leigos eu ia continuar dizendo amém para que os padres quieram e na agroecologia eu sou dona do que eu faço, do que eu cuido.

Assim, o sair de casa envolve processos de ruptura com a alienação e enfrentamento com instituições como a família e a Igreja, bem como com toda a construção ideológica de que a mulher deve estar, necessariamente, voltada para servir ao outro, ainda que passe por cima de si. Nas palavras de Beauvoir (1980, v. 1), trata-se de desconstruir a concepção da mulher como “O outro” e o feminismo possibilita isso, à medida que as mulheres vão ganhando autonomia, o que é iniciado com a saída de casa. Trata-se, da possibilidade de construção de um projeto próprio com autonomia.

O sair de casa associada à busca de autonomia é, pois, um passo para o estabelecimento de novas relações que possibilitam à mulher a questionar, tanto ideológica como estruturalmente, o modelo de sociedade em que vivemos.

O terceiro eixo já anunciado no depoimento acima, o perceber-se na outra, ou seja, a identificação na outra da sua condição de mulher, possui uma função fundamental para a formação da consciência, pois contribui diretamente para a desnaturalização da opressão feminina, além de fortalecer as mulheres individual e coletivamente.

Radicalmente articulado ao terceiro eixo, encontra-se o quarto: a importância do grupo e da militância política em um movimento social para formação da consciência. No Capítulo 1 da tese que deu origem ao presente artigo, ressaltamos tal importância no processo de formação da consciência e a confirmamos no nosso trabalho de campo por meio de todos os depoimentos das entrevistadas. A importância da vivência coletiva é expressa na análise da MMC 2:

É como se as mulheres entrassem num laboratório e vão se descobrindo e ao olharem o que a outra tem, o que tem aquela, a outra tem outras formas de opressão, de sofrimento, de amargura, elas também começam a romper com algumas coisas que foram ditas, por exemplo: roupa suja se lava em casa. No Movimento elas começam a aprender que não é verdade, que roupa suja pode ser lavada no rio, coletivamente. [...] as mulheres vão se repensando, se recolocando [...].

Comprovando a perspectiva acima citada sobre a importância da participação em um movimento de mulheres, afirma a MMC 3: “O Movimento pra mim significa uma transformação, um jeito novo de vida. [...] ele me ensinou a pular, a superar barreiras. No momento que eu vi que tinha um outro jeito de vida, que ser mulher era importante pro mundo, pra vida [...] a partir disso, eu comecei a participar mais”.

A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas – no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento da condição que provoca tais sentimentos, uma vez que não se crê na perspectiva de transformar sua situação – para o processo de organização política coletiva, quando a perspectiva da possibilidade da transformação é estabelecida.

Podemos comprovar a importância da participação política em um movimento de mulheres, para que elas se percebam como sujeitos de sua própria história e, portanto, com voz e direito de reivindicação, como demonstra o depoimento da MMC 6: “Eu tive uma formação [no Movimento] pra me defender, de falar. **Antes eu me indignava, mas não conseguia falar, achava que tinha que ficar quieta. O Movimento mostrou que a gente podia não só se indignar, mas a gente podia reclamar e denunciar**” (destaques nossos).

A ação do grupo, portanto, “assume a forma, via de regra, de transgressão, de negação do que está estabelecido, de subversão” (IASI, 2006, p. 521). A construção desse processo grupal, contudo, nunca elimina a dimensão individual do ser social, permeado por subordinações, crises e rupturas, como nos explica Iasi (*idem*):

[...] a práxis livre é sempre a negação de determinado campo prático inerte que formou aqueles que agora o negam. O movimento da consciência encontra suas mediações no corpo deste movimento, ora como indivíduos subordinados e moldados a uma determinada ordem, ora habita indivíduos em crise ou em movimento de fusão grupal, em

outro momento encontra sua mediação em um ser social que foi além da cápsula individual, se converteu em classe. O ser humano é, sempre, um ser social mas a forma particular e histórica do ser social sob o capital é de indivíduos.

É no processo de reconhecimento na(s) outra(s) que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força na dimensão pública que o Movimento possibilita para o enfrentamento às opressões. Ao “viver em comum uma impossibilidade, uma injustiça, uma agressão, uma dor, pode produzir as condições de uma ação conjunta quando se torna impossível manter a impossibilidade, quando se torna impossível encontrar um ponto de acomodação” (IASI, 2006, p. 367). Em outras palavras, há um processo de fortalecimento coletivo, à medida que as mulheres se percebem como tais, desnaturalizando as opressões e subordinações vividas, o que desloca, portanto, a acomodação para a ação coletiva e a descrença de que é impossível mudar para força de luta pela transformação do que incomoda.

É por isso que a metodologia do feminismo prima pela valorização da experiência individual e coletiva das mulheres. A experiência é entendida aqui como uma “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). É por meio de conhecimento, socialização e politização dessas experiências, individuais e coletivas, que o movimento vai ganhando forma, e as mulheres vão se identificando como os seus sujeitos. Por isso:

Num grupo pequeno é importante que cada mulher disponha de ar e de espaço para que cresçam suas ideias e sentimentos. A ideia é que não há uma disciplina única que possa ser apreendida de cor e passada adiante injetando-a nas pessoas. Pelo contrário, sabemos que **ossos sentimentos e ideias movem-se e se transformam na relação com outras mulheres. Todas nós precisamos nos expressar e contribuir** (ROWBOTHAM, 1981, p. 48).

À medida que as mulheres socializam suas experiências e as politizam, percebem que a sua experiência individual é, também, coletiva. Considerar, portanto, a experiência das mulheres na dinâmica histórica concreta é fundamental para a metodologia de um feminismo comprometido com a transformação da vida das mulheres. Por isso, como nos afirma Telma Gurgel (2011, p. 42):

Reafirmamos a ideia do feminismo simultaneamente como uma escolha política e como uma proposta metodológica que se desafia, de modo permanente, a buscar os pontos de intersecção entre as clivagens da condição das mulheres, entre suas experiências vividas que se reproduzem e se retroalimentam das novas concretidades construídas na história social.

O salto para a consciência militante, ou seja, para a percepção da necessidade da ação política coletiva para o enfrentamento das opressões e desigualdades é possibilitado com o engajamento da mulher nos processos de formação e nas ações e nas tarefas do Movimento, que vão imprimindo a perspectiva do tornar-se feminista, como ressalta MMC 2:

[...] no momento em que ela [a mulher] começa a estabelecer maiores relações, a conhecer o Movimento, a conversar com outras companheiras, começa o trabalho de base, da formação, então ela vai adquirindo uma perspectiva de que a mulher tem poder [...] E que esse direito vai passar normalmente por conflitos, por disputas, são as relações de poder que estão colocadas... E à medida em que ela vai se envolvendo, assumindo tarefas, organizando o seu grupo, ela começa a trabalhar-se e a se encontrar mais enquanto ser constituído de dignidade. Pra mim começa aí a perspectiva feminista.

Em outras palavras, o que outrora chamávamos de submissão torna-se, no mínimo, revolta e poderá progredir aos estágios mais avançados da consciência como veremos adiante. Declara Souza-Lobo (2011, p. 106):

[...] a ação coletiva integra as humilhações e divisões privadas, um novo sentido é construído através da noção de **direitos**. O Movimento que faz emergir a ação coletiva é tecido pelas demandas “defensivas” ligadas pelo fio condutor da dignidade. Através delas as trabalhadoras e trabalhadores afirmam (ou sonham) um outro mundo possível.

O quinto e último eixo diz respeito à formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. Esse ponto diz respeito ao entendimento de que a consciência militante feminista não se processa apenas com formação política, tampouco a formação dessa

consciência pode se desenvolver apenas com ações políticas, o que levaria ao espontaneísmo. A consciência militante feminista, portanto, desenvolve-se na relação entre ambas, por meio da participação política diretamente realizada pelas mulheres. São palavras de Waters (1979, pp. 158-159):

As massas não aprendem simplesmente mediante a exposição de ideias ou ação exemplar de outros. Somente através de sua própria participação direta, se desenvolverá, crescerá e se transformará a consciência política das massas. Somente através de sua própria experiência, milhões de mulheres serão conquistadas como aliadas na luta revolucionária e entenderão a necessidade de safar-se de um sistema econômico baseado na exploração (tradução nossa).

Nessa mesma direção de percepção da importância pedagógica das lutas para formação das militantes, mas também do seu papel de denúncia e visibilidade do Movimento, acrescenta MMC 5:

A luta é um processo de formação, quando você tira uma mulher de casa para ir pra rua, às vezes, surte mais efeito do que dez seminários. Então é formação, numa pedagogia diferente. Isso mexe desde de você tirar a mulher de casa, isso tem uma importância muito grande. A luta não só processo pedagógico de formação, mas, também, de intervenção. A luta em si ela é um princípio muito importante, é onde a gente coloca pra sociedade pra que que o Movimento veio, o que que a gente quer, o que que a gente protesta, o que que a gente reivindica, o que que a gente bate contra. A luta tem isso, processo de formação, mas também de recado pra sociedade, para as autoridades.

Com base na sua experiência de vinte anos de militância, MMC 2 ainda relata um pouco de como o MMC desenvolve sua metodologia para articular as lutas à formação da consciência e de crítica e enfrentamento ao modelo de sociedade em que vivemos:

Quando há um movimento de luta, **as mulheres vão aprendendo a lutar lutando e no decorrer do processo vai se estudando a sociedade capitalista**, vai se estudando como é que essa sociedade

tá se colocando. **O Movimento faz em todas as atividades análise de conjuntura [...] de como nós estamos vivendo hoje, mas, de como olhar na estrutura, que estrutura, qual a sociedade que nós temos,** por que que isso tá acontecendo aqui. A partir daí, as ações que são as mais diversas, muitas vezes, o trancamento de rua, o trancamento de BR, as ocupações, as paralisações, ocupar o Banco do Brasil para fazer algumas denúncias, as mulheres fizeram muito isso. Isso são ações que coloca a mulher numa perspectiva feminista de enfrentamento a um modelo que as quer submissa, dominadas, quietas no seu canto. [...] No Movimento, uma coisa que nós fizemos um bom tempo, teve várias **caravanas** à Brasília pra questão da defesa dos direitos da previdência, salário maternidade, documentação, aposentadoria e as mulheres que iam pra lá, muitas vezes tinha enfrentamento, com a polícia, com os ministros. Foram barradas, foram chamadas de..., pelas autoridades lá, de que não queriam sentir cheiro de vaca [...] que as mulheres da roça não trabalham, por isso, não tem direito [...] Isso tudo vai criando uma perspectiva de que as mulheres têm direitos e elas vão descobrindo quando vão pra esse tipo de luta. Então elas voltavam [...] nós retomava [sic] o que foi lá: o que vocês fizeram? E aí estudava. Então, **o estudo, a luta, a preparação** (destaques nossos).

Na condição de participante de uma das atividades do MMC de preparação para o 8 de março de 2011, em Santa Catarina, pudemos comprovar essa metodologia. Antes da ação nas ruas, que se deu com uma passeata e falas de denúncia pública em frente a uma empresa de agrotóxico, o Movimento fez um seminário de formação com as mulheres participantes. Em síntese, em todas as mesas e místicas realizadas, buscaram demonstrar a relação entre os agrotóxicos, o capitalismo e a destruição da vida humana e da natureza. Além disso, abordaram temas específicos sobre a história do 8 de março e da luta das mulheres contra esse sistema em foco. Na ação de rua, as falas realizadas na formação voltavam. Elas não gritavam apenas por um direito social, elas gritavam e protestavam pelo direito à vida com a consciência de que o sistema que produz agrotóxico é incompatível com esse direito.

Acreditamos, portanto, que a formação da consciência é articulada por um tripé indissociável: formação-organização-lutas. Nas palavras de MMC 4: “Ela não se dá só você estudando, ela se dá na prática [...], à medida que a mulher consegue pôr na prática aquilo que ela estuda. É o pensar e o fazer. [...] Precisa a gente articular [...] as três dimensões: a gente se manter

organizada, estudar e lutar [...] As ações, elas são importantes, mas, elas precisam ser refletidas, pensadas, avaliadas”.

Assim, com base na nossa pesquisa bibliográfica e de campo, concordamos com a conclusão de Delphy (2009, Tomo I, p. 269; tradução nossa): “A consciência da opressão não é nem anterior nem posterior à luta, ao agir, ela é simultânea, porque é o aspecto consciente da luta; em outros termos, existem dois aspectos do mesmo fenômeno, não dois fenômenos diferentes”.

A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões, ainda que essa reação seja fundamental para a formação da consciência. Ela é um *continuum*, que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o “privado”, à dimensão coletiva, de organização em um movimento social, partido político ou outro tipo de sujeito coletivo.

Conclusão

Buscamos expor o significado da importância da formação de um movimento feminista, especialmente por meio das entrevistas realizadas, para a constituição das mulheres como sujeito político individual e coletivamente, precisamente na particularidade das camponesas. A consciência militante feminista foi escolhida como fio condutor da análise aqui proposta, pois ela nos oferece a possibilidade de perceber não apenas a organização política de um coletivo em torno de reivindicações comuns, mas também a singularidade de cada mulher que constitui esse coletivo. Assim, quando falamos em consciência militante feminista, referimo-nos não apenas à formação de uma consciência associada em prol de uma transformação estrutural da sociedade, mas, também, de uma consciência associada de mulheres que adquiriram ciência da sua opressão e exploração e passam a se constituir como sujeitos políticos inseridos na organização social.

De forma sintética, sistematizamos alguns elementos que identificamos em nossa pesquisa como fundamentais para a formação da consciência militante feminista. São eles: (1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (2) o sair de casa; (3) a identificação na outra da sua condição de mulher; (4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento.

A vivência no movimento de mulheres possibilita a ruptura com a passividade, como o anonimato e com o silêncio que marca a vida de muitas mulheres rurais e dificulta imensamente o enfrentamento às múltiplas formas de violência e violações a que estão submetidas. Por isso, considerando a importância de um movimento social organizado para as mulheres rurais, acreditamos ser fundamental o reconhecimento do poder público a esses movimentos,

especialmente para o desenvolvimento de ações que possibilitem o exercício livre da política [sem criminalização] e da autonomia financeira, que, conseqüentemente, fortalecem as mulheres para enfrentamento às múltiplas violências, desigualdades e discriminações socialmente determinadas.

Assim, por meio de políticas públicas reivindicadas historicamente pelas mulheres, que possibilitem acesso à educação não sexista, à assistência social, ao trabalho não precarizado, à saúde pública, à previdência social pública, à terra, às sementes crioulas, à rede de proteção às vítimas de violência (preconizada na Lei Maria da Penha) e a outros direitos, bem como por meio de reformas estruturais, com destaque para a agrária e a tributária (progressiva), acreditamos que podemos enfrentar opressões e explorações que historicamente impactam às mulheres, mais fortemente às rurais, sem perder de vista nosso horizonte de uma sociedade radicalmente igualitária, livre do patriarcado, do racismo, da homofobia e do capitalismo.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. V. 1. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DELPHY, Cristine. **L'ennemi Principal**. Économie Politique du Patriarcat. V.1 Paris: Éditions Syllepse, 2009.

GURGEL, Telma. O Feminismo como Sujeito Coletivo Total: a mediação da diversidade. *In: Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, N. 4 – dez. 2011.

IASI, Mauro. **O Dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

ROWBATHAM, Sheila. O Movimento de Mulheres e a Organização para o Socialismo. *In: WAINWRIGHT, Hilary (et. al)*. **Além dos Fragmentos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

WATERS, Mary Alice. **Marxismo y Feminismo**. 2ª. Ed. Barcelona: Fontamara, 1979.

COLETÂNEA SOBRE
ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

PRÊMIO MARGARIDA ALVES
4ª EDIÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA

**CATEGORIA RELATOS
DE EXPERIÊNCIA**



MULHERES PROTAGONIZANDO AGROECOLOGIA NO NORDESTE DO BRASIL

Gabriela Monteiro Araújo

Resumo

As experiências relatadas fazem parte de um conjunto de sistematizações de práticas agroecológicas que mulheres no Nordeste do Brasil constroem coletivamente. As experiências demonstram a realidade de luta na construção da produção orgânica, histórias de resistências e de conquistas. Como produto do cultivo da agroecologia, observa-se uma forte mudança na vida das mulheres, que adquirem autonomia financeira, uma das principais bandeiras, e iniciam a construção de um sujeito político, respaldado na bandeira de luta pela vida saudável e pela emancipação da mulher. Relataremos a experiência de três grupos produtivos em estados diferentes do Nordeste, enfatizando seus territórios em disputa e transformação.

1. Unidas Venceremos! A produção de hortaliças e frutas agroecológicas das mulheres de Vila Paraíso

No Assentamento Vila Paraíso, no município de São Miguel do Gostoso, na região do litoral do Rio Grande do Norte, quatro mulheres guerreiras lutadoras e vencedoras iniciaram em 2002 uma experiência de produção agroecológica de hortaliças, que tem trazido para elas, além de oferecer segurança alimentar e ser uma fonte independente de renda, voz ativa e reconhecimento na comunidade e na sua Associação de Moradores.

São essas quatro mulheres: Sônia Maria Pereira Tenório, de 41 anos, Maria Vilma Tenório Eleonora, de 51 anos, Francisca Tenório Gomes, de 50 anos, e Maria Salete Ângela da Silva, de 61 anos. Todas elas são casadas e têm entre quatro e dez filhos. Juntas formam o grupo de mulheres “Unidas Venceremos”.

Antes de começarem sua experiência agroecológica, elas viviam sem ter vez nem voz na Associação de Moradores. “Os homens não nos deixavam nem permitiam que nós

participássemos de nada” contam. Mas o interesse pela organização política, pelos assuntos relevantes para o seu assentamento – constituído em 1997, com 60 agricultores, hoje com 71 famílias assentadas –, existia em todas. Então, convidadas pela Associação de Apoio a Comunidade do Campo (AACC) e pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, as mulheres começaram a participar escondidas de reuniões em outras cidades. Assim, despertaram para nova realidade e adquiriram conhecimentos.

Quando, em 2002, houve uma oportunidade para seguir em frente, as quatro mulheres não hesitaram. Os homens da comunidade tinham conseguido um projeto de irrigação para três hectares de terra para o plantio coletivo, mas logo depois desistiram e abandonaram a área. Então, as mulheres se organizaram, lutaram e ganharam essa terra e, logo após, começaram a produzir. Até hoje são elas que estão realizando esse trabalho.

No início, era necessário muito investimento, porque a irrigação existente era antiga. As mulheres tiveram que instalar outro, que elas conseguiram por meio do Projeto Agroecológico Integrado Sustentável (Pais). Esse foi o único apoio financeiro que o grupo já recebeu.

A nova irrigação deu muito certo, e hoje o grupo Unidas Venceremos planta grande variedade de hortaliças: coentro, alface, rúcula, salsa, quiabo, beterraba e cenoura, couve, repolho, espinafre, acelga, tomate, pimentão, berinjela, jiló, chicória, cebola, pepino e cebolinha. Entre os canteiros da produção, elas plantam manjerição, hortelã, crista de galo, beneditas e outras plantas que servem para evitar pragas nas hortaliças. Além das plantadoras de hortaliças, há fruteiras na terra das mulheres. Elas colhem mamão havaí, maracujá, bananeira, mangaba, acerola, cajueiro e graviola. Só de maracujá, elas plantam três variedades. Fora hortaliças e frutas, elas plantam feijão, macaxeira, milho, melancia e jerimum para consumo das famílias.

A realidade das mulheres, a sua autoestima e a capacidade de participação política vêm sendo fortemente ampliadas pela experiência. Dona Sônia hoje em dia é presidente da Associação do Assentamento, e o grupo, entre outras atividades, participa do núcleo da rede Xique Xique (Rede de comercialização solidária), do núcleo da feira e da Marcha Mundial das Mulheres.

Com o sucesso das quatro, mais mulheres da comunidade começaram a se interessar pelo trabalho produtivo. Outro grupo de quatro mulheres começou a criar galinha caipira. Essa experiência, porém, durou pouco tempo. “Com um tempo, viram que a avicultura não tinha muito resultados, e os dois grupos hoje trabalham com hortaliças e fruteiras”, contam as mulheres. O grupo produtivo todo da horta hoje está formado por oito mulheres, porém dividido em dois grupos de quatro.

O grupo já participou de vários intercâmbios para adquirir experiências e conhecimento sobre fruteiras, hortaliças e comercialização. Essa comercialização está sendo realizada por

intermédio do Núcleo de Economia Solidária, com a venda de produtos nas feiras de São Miguel do Gostoso e de Parazinho e nas escolas para a alimentação escolar. O que impede o grupo a acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são as dívidas dos maridos no banco e o fato de a terra ser um assentamento.

Mesmo assim, o sucesso das mulheres não para: está sendo formado na região um banco de economia solidária. Há pouco tempo, ganharam em primeiro lugar do Nordeste o prêmio Valores do Brasil pela fundação Banco do Brasil. Não ganharam esse prêmio por causa da produção, mas sim por conta da sua organização política. Não é apenas por causa desse prêmio que é importante deixar claro que, unidas, essas mulheres lutadoras vencerão também as dificuldades que virão.

2. Treze mulheres construindo um sonho: a chegada das hortas agroecológicas no Sítio Serraria – Maranhão

Chegando à comunidade Sítio Serraria, no município de Peritoró, no estado do Maranhão, onde vivem 27 famílias, dá gosto de ver a grande horta diversificada e rica, as duas mandalas e o trabalho vibrante e orgulhoso na terra. Quem vem visitar essa linda experiência agroecológica, que tem trazido tantos benefícios para as famílias da comunidade, aprende que quem deu início a essa experiência tão hesitosa foram treze mulheres lutadoras. Com muita fé na própria força de vontade, elas conseguiram trazer segurança alimentar, com alimentos saudáveis de alta qualidade, e autonomia econômica para o assentamento, onde vivem 28 famílias que conseguiram essa terra por meio das suas lutas.

Uma delas é Antonia Luana Macedo Morais, conhecida como Luana. Ela lembra bem como, em 2005, não havia produção agrícola nem uma fonte de renda independente na comunidade. No início estavam envolvidas quinze mulheres, mas duas delas não acreditaram e desistiram logo. Mesmo assim, as treze acreditaram e seguiram em frente, dizendo: “Não queremos desistir”.¹

Relembrando os primeiros passos da experiência, Luana conta: “Em 2005, iniciamos um Projeto de Instalação de Horta, que veio por meio da Secretária de Agricultura. Teve muitas reuniões com as famílias envolvidas no projeto e uma primeira capacitação.” Tratava-se de um projeto do primeiro Pronaf Mulher, que foi beneficiado pelo Banco do Nordeste.

1 Além de Luana, foram estas: Antonia Silene Chaves Silva, Carmelina Chaves Silva, Rosenir Mazedo Morais, Iraci Pacheco da Silva, Maria Domingo dos Santos, Irene Borba Souza, Maria Raimunda Coutinho Costa, Albertina da Silva Magalhães, Maria José Gonçalves do Carmo Lima, Luzia Carvalho, Raimunda da Conceição Carvalho e Teresa Lima dos Santos. Todas elas são casadas, muitas têm filhos.

Mas logo surgiram os primeiros problemas: “Foi um projeto mal elaborado, ficou faltando muitos itens, que eles não colocaram na elaboração. De certa forma, tivemos prejuízo.” Luana recorda o sofrimento das mulheres limpando a área de um hectare, que ia ser a horta da comunidade, para fazer os canteiros. “Tivemos que abrir seis cacimbas para podermos abrir os canteiros. Algumas mulheres ficavam com a mão toda machucada de puxar água com o cordão”. Como se não bastasse, vieram problemas de falta de energia e de encanação. A comunidade tinha mandado fazer os poços de 30m cada uma e uma cisterna de 42 mil litros de água, mas o sistema todo ficou parado durante quatro anos, por falta de energia e de encanação para os canteiros, e as mulheres continuaram a usar os poços cacimbões por falta de energia.

Nesse primeiro momento da experiência, ninguém pensava em produção agroecológica.

Em 2008, a situação começou a mudar devido ao envolvimento do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Maranhão (CMTR-MA). Percebendo o sofrimento das mulheres da comunidade, o CMTR-MA organizou várias reuniões e ofereceu capacitação para as mulheres. “Com a ajuda do CMTR-MA e do Projeto Consórcio, conseguimos o recurso para comprar os canos e um kit de irrigação. Com a ajuda da comunidade, fizeram a implantação dos canos nos canteiros e os deixamos funcionando, jogando água nas nossas plantações”, conta Luana. Também se adquiriu, com participação em atividades do CMTR-MA e em diversas capacitações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), consciência e conhecimentos sobre alimentação soberana, saudável e sem veneno e os efeitos positivos de uma prática agroecológica. Hoje, na produção não são usados agrotóxicos, apenas inseticidas e adubação orgânica. Alho, pimenta do reino, nin ou álcool servem, por exemplo, para espantar diversas pragas. As sementeiras são feitas com pneu, copinho de jornal ou com revista. Também há um técnico do Senai que acompanha.

Dessa forma, a horta produz grande variedade de produtos, – maxixe, quiabo, abobrinha, cheiro-verde, alface, couve e cebolinha, até pimentinha de cheiro e berinjela. O planejamento de plantar as culturas diversificadas é de grande importância, para aumentar a produção. Nos quintais de algumas famílias também há pequenas produções. Luana destaca: “Hoje produzimos um produto orgânico, sem agrotóxicos, levamos para a nossa mesa uma alimentação saudável. Já é muito difícil a gente comprar coisa no mercado”. Ela acrescenta orgulhosa: “Nossa identidade hoje é a horta”.

A infraestrutura da horta é usada por todas as mulheres envolvidas, e as despesas, por exemplo, de energia, divididas. Na hora de plantar, cada uma planta no seu canteiro. “Mas às

vezes a gente se reuniu para trabalhar no canteiro de uma, porque os canteiros são fundos, até de quatro palmas, para poder colocar folha seca em baixo”, conta Luana.

Outros grupos da comunidade se inspiravam no sucesso das treze mulheres e também começavam a realizar duas experiências de produção de hortaliças. Por intermédio das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletrobrás Eletronorte) e de um fundo pedido, dois grupos, um de oito, outro de 25 mulheres, conseguiram construir duas mandalas. Nessa forma de plantação, a produção diversificada está organizada em formato redondo, ao redor de um açude de água. As mandalas do Sítio Serraria também contam com fruteiras ao redor da produção.

Luana esclarece que foi por causa do trabalho de produção já em andamento que esses novos projetos foram conseguidos. “De cento e poucas comunidades na nossa região, só a nossa que tem mandala”, ela explica.

A renda da comunidade hoje vem da produção. A principal forma de comercialização é a venda para alimentação escolar por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). As vezes as mulheres vendem por encomenda. Cada mulher comercializa a sua parte da produção. Luana disse que ainda não existe uma feira agroecológica, mas que, com o crescimento da produção, poderão pensar em outras formas de comercialização.

Relembrando a trajetória de sete anos da experiência, Luana pode claramente dizer que a vida das mulheres envolvidas e a da comunidade toda melhorou bastante. “Muitos não acreditaram, mas hoje tem cada vez mais produção.” Ela afirma também que a experiência contribui para a autonomia das Mulheres: “Contribui muito, porque todas têm sua administração, sua liberdade de ser independente, tomam suas próprias decisões e têm um comprometimento de se fazer presente nas reuniões para decidir o que é melhor para a nossa comunidade.” No início, os homens não acreditavam que as mulheres iriam dar conta, mas elas foram convencendo. “E quando já era um sucesso, eles queriam entrar e passaram a nos ajudar”, conta Luana. Hoje, o trabalho de cada uma e cada um está sendo valorizado, e todos trabalham juntos para tirar o sustento de sua família.

Com tanta beleza, a comunidade até já se tornou um ponto turístico na região. Pessoas interessadas nas experiências regularmente vêm visitar, e as mulheres são muito interessadas em repassar seus conhecimentos. Pensando no futuro, Luana disse: “Queremos mostrar pra outras comunidades que possam fazer o mesmo, incentivar outras comunidades, para que não estejamos só nós fazendo isso aqui na região. Com a união, a gente consegue mais!”

3. Mulheres resistindo e construindo vidas: autonomia econômica e política com a criação de ovelhas

No Alto Sertão de Alagoas, vinte mulheres da comunidade de Pedra Miúda estão realizando uma experiência agroecológica com criação de pequenos animais.

Em 2010, as mulheres de Pedra Miúda se sentiram estimuladas a se organizarem no movimento de mulheres, pois já haviam conhecido uma experiência de mulheres em comunidade vizinha. Procuraram o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural e Pescadora de Alagoas (MMTRP-AL) para falar do interesse em se organizarem junto com o MMTRP-AL, e começaram, então, a ser beneficiadas pelo Projeto Construindo Solidariedade e Cidadania, apoiado pela organização ActionAid Brasil, vinculando as crianças da comunidade.

Foi por essa participação que desenvolveram a atividade de geração de renda com a produção de pequenos animais. As mulheres tinham interesse em atividade que gerasse renda própria, que seria só delas. Pensaram em artesanato, mas não tinham os conhecimentos necessários. Então, escolheram uma algo que sabiam fazer: criar animais. Começaram com experiência de avicultura, mas logo decidiram não seguir adiante, porque os animais morreram, e elas não tinham assistência técnica adequada.

Na comunidade já existia uma experiência do Programa Alagoas Mais Ovinos, em que cada família recebia seis ovelhas e um reprodutor para a comunidade. Mas essas ovelhas eram para a família, não para as mulheres, e elas queriam cuidar das suas próprias ovelhas. Então, por intermédio do MMTRP-AL, aderiram à linha de criação de pequenos animais, e cada mulher recebeu duas marrãs, com o compromisso de repassar a mesma quantidade depois de dois anos. Pela dificuldade de acesso à água no Sertão, escolheram continuar criando esses animais, que consomem menos água.

No início, dez mulheres receberam as ovelhas, para criar individualmente. Como elas só tinham um reprodutor da comunidade, construíram juntas o chiqueiro coletivo, para os animais cruzarem. As mulheres foram para o mato cortar madeira, carregando no carro de boi, e fizeram um espaço adequado, com cochos, coberto de lona plástica e forrado de palha de ouricuri, uma espécie de palmeira.

Ovelhas normalmente comem de tudo. No sertão, isso se torna outra grande vantagem da criação desses animais. A alimentação no período de seca é feita de folhas e frutos do juazeiro e folhas secas de outras árvores nativas. São usados também capim seco e palma. E quando se tem mais nada, são usados quando não se tem mais nada. No caso do mandacaru, as mulheres

vão para o mato, cortam, assam os espinhos e *pinicam* (cortam em pedacinhos). Além de tudo isso, oferecem milho produzido na propriedade em que vivem as ovelhas. As que têm condições compram farelos de milho.

Em relação à água, os barreiros, barragens e riachos temporários da comunidade não são suficientes no período das secas. Em ano de 2012, foi necessário comprar água de carros pipa por custo alto, por causa da falta de chuva. As famílias precisaram se desfazer de alguns animais para comprar água. Zilda Neto, uma das agricultoras do grupo que precisou vender uma ovelha para comprar água de um carro pipa, diz com experiência: “Ovelha é cheque. Quem tem ovelha, tem dinheiro”.

Desde o início da sua experiência, as mulheres já enfrentaram várias dificuldades. As casas da comunidade estão longe uma da outra, o acesso é difícil, o que foi um desafio para o trabalho em conjunto. As mulheres ainda têm pouco conhecimento sobre programas de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Nacional (PNAE), e pouco acesso às políticas públicas. Elas recebem assistência técnica da Secretaria de Agricultura e Meio-Ambiente de Mata Grande, mas é insuficiente. Mesmo com os desafios, elas seguem firmes na criação. “Eu amo criar ovelhas, mesmo no período de seca, eu não me arrependo”, disse Zilda.

Como resultado da experiência, as mulheres do grupo começaram a ter mais autonomia, passando a ter renda própria e a decidir sobre essa renda. Elas atuam unidas, reunindo-se todos os meses e participando de eventos, como assembleias, seminários ou oficinas. Algumas voltaram a estudar, outras estão dando aulas de reforço voluntariamente para as crianças da Comunidade. Zilda Neto faz parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável como representante da Comunidade de Pedra Miúda.

Outra mulher do grupo, Maria José dos Santos, conta que antes ela achava que não sabia falar diante outras pessoas. Depois que participou de uma assembleia do MMTRP-AL, ela tomou consciência de que já tinha responsabilidades e tarefas para a família, seu trabalho não era apenas uma “ajuda”, e passou a se valorizar e tomar decisões. Ela agora está de volta à escola, estudando à noite.

O grupo de mulheres da Comunidade de Pedra Miúda pretende seguir com a criação de ovelhas e a organização política. Atualmente, a jovem Gilda Neto, filha de Zilda, atua como Agente de Leitura na Comunidade, por meio do Projeto Construindo Solidariedade e Cidadania, estimulando as crianças ao aprendizado de cidadania, com leituras, escritos e produção de artesanatos, entre outras atividades. Gilda é também Agente de Campo da Visão Mundial e incentiva as mulheres a se organizarem em grupos e administrarem um fundo rotativo.

As mulheres de Pedra Miúda não desistem de seus objetivos. Estão transformando suas vidas e as vidas de suas famílias. São as verdadeiras mulheres feministas e revolucionárias no sertão de Alagoas!

PROJETO GÊNERO E COMERCIALIZAÇÃO – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Iara Rosi

Cacilda Sueli Mandelli

Resumo

O Projeto Gênero e Comercialização realizou 200 atividades em cinco anos (2009-2014), promovendo a reflexão e a busca pelo conhecimento dos seguintes temas: cadeia de produção, mercados, pesquisa de mercado, *marketing*, gestão financeira, planejamento, melhoria da produção e do produto, inserção do produto no mercado, logomarca, rótulo, regularização, vendas, ponto de vendas e estratégias. Todos norteados pelos conceitos de organização, liderança, empoderamento, participação, política, redes de economia solidária, agroecologia, identidade, ética, ativos, associativismo e cooperativismo, autonomia e geração de renda sob a ótica das relações de gênero. Inicialmente, a quantidade de informação parece assustadora, mas, no decorrer das atividades, as participantes puderam internalizar e identificar os conteúdos no cotidiano delas, resignificando-os com novas perspectivas para o desenvolvimento de suas atividades geradoras de renda, de autoestima, de confiança e de valorização.

Palavras-chave: Gênero. Participação. Geração de renda. Empoderamento. Sustentabilidade

Contexto

Visando a articular as ações para implementação da reforma agrária no Estado de São Paulo, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação Itesp) buscou estruturar políticas próprias, fundamentadas na especificidade e complexidade dos assentamentos e das comunidades remanescentes de quilombos.

Prestamos assistência técnica a 10.100 famílias, distribuídas em 168 assentamentos, localizados em sete regiões de atuação, com forte concentração no Pontal do Paranapanema, além de 814 famílias residentes em vinte Comunidades Remanescentes de Quilombos, concentradas

principalmente no Vale do Ribeira – região com os menores índices de desenvolvimento humano do estado.

As mulheres exercem papel essencial na organização e no desenvolvimento desses espaços, ao mesmo tempo em que constituem um segmento mais vulnerável às dificuldades sociais e econômicas. A desigualdade de gênero, a falta de reconhecimento e a dificuldade de acesso aos direitos sociais são vividas não só na área rural e em populações excluídas, mas também nas cidades.

Dados divulgados pelo Banco Mundial (2000) demonstram que o desenvolvimento econômico e social de um país está diretamente relacionado com a diminuição da desigualdade de gênero, isto é, em países onde os direitos das mulheres são respeitados, e onde elas têm acesso à saúde, à educação, ao trabalho e ao poder, as taxas de desenvolvimento econômico são maiores, e os índices de corrupção são menores (Massula e Melo, 2003).

A desigualdade de gênero e suas consequências negativas se reproduzem também no Brasil, fazendo-se presentes nas áreas rurais, atingindo especialmente as trabalhadoras da área agrícola. Por um lado, as mulheres são parte ativa e essencial na produção agrícola, são responsáveis por grande parte da riqueza gerada nas comunidades; por outro, estão sujeitas a situações que ferem seus direitos, situações perpetradas tanto por aqueles que convivem com elas quanto por órgãos públicos, que, em tese, deveriam lhes prestar assistência e garantir seus direitos.

Assim, as mulheres realizam tarefas que produzem renda tanto agrícola quanto não agrícola, com pouca visibilidade no tocante ao reconhecimento de sua contribuição e relevância.

Apesar de participar intensamente de todo o trabalho agropecuário, a mulher, em geral, não participa da venda nem das decisões sobre a destinação do dinheiro ganho, fruto da comercialização. Em alguns casos, além de serem mão de obra sem remuneração e valorização, as mulheres enfrentam a violência doméstica, o assédio moral, o abuso sexual e a opressão nas relações de gênero.

Atentando-se a essa realidade, estamos estimulando a participação das mulheres na reivindicação de políticas públicas, apoiando por meio de uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural a organização de grupos de mulheres nos assentamentos e comunidades quilombolas, promovendo debates, capacitações e encontros nos últimos treze anos.

Além das discussões sobre saúde, educação, previdência social rural e geração de renda, os encontros geraram espaços de articulação das mulheres, que conseguiram viabilizar a implementação do Programa de Saúde da Família (PSF)/Projeto Qualis (programa instituído no Estado de São Paulo, para complementar os recursos repassados pelo Ministério da Saúde aos municípios para custeio das equipes) nos assentamentos e comunidades de quilombos bem como garantiram a aposentadoria como “segurado especial” aos quilombolas.

Além da articulação para facilitar o acesso das mulheres às políticas sociais, várias atividades formativas com enfoque no fortalecimento dos grupos de mulheres têm ocorrido, por intermédio dos nossos Programas de Formação e Capacitação.

Em 2002 foi desenvolvido no Pontal do Paranapanema um programa intitulado “Tempo de Aprender – Oficinas da Autonomia”, cujo objetivo foi fortalecer as lideranças femininas de cada assentamento, possibilitando sua organização e participação nos espaços de decisão e de poder, de forma autônoma e contínua. Essas oficinas atingiram diretamente 250 mulheres assentadas, representantes de aproximadamente 80% dos assentamentos existentes na região.

As avaliações apresentaram como resultado o aumento da participação de mulheres em organizações sociais, a exemplo dos conselhos municipais e das associações, a formação de novas associações e grupos informais de geração de renda, que reflete diretamente no processo de organização das comunidades.

A execução desse projeto gerou novas demandas de capacitação, que subsidiaram a elaboração de nova proposta, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário: Programa de Formação Continuada de Apoio à Organização das Comunidades – Gênero, liderança, participação e autonomia (Programa de Organização e Gênero), realizado entre 2005 e 2007 exclusivamente para comunidades dos territórios do Pontal do Paranapanema e do Vale do Ribeira, com atividades diferenciadas para cada um deles, considerando-se as suas particularidades, o contexto histórico de desenvolvimento e o processo de formação e informação sobre o tema.

No Pontal, as atividades envolveram as diferentes Políticas Públicas e Conselhos Municipais, Elaboração de Pequenos Projetos, Planejamento e Gestão. Fruto desses trabalhos, observou-se o aumento do interesse e participação nos espaços de decisão municipal, a elaboração de um expressivo número de projetos com temas voltados, principalmente, para o desenvolvimento da horticultura, de granjas, de panificadas, de artesanato e de educação ambiental. Observou-se ainda a necessidade de planejamento e gestão na administração do lote e das atividades de geração de renda desenvolvidas pelos grupos de mulheres.

Nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, buscou-se a reflexão sobre os conceitos de organização, liderança, poder e empoderamento, participação, política, redes de economia solidária, identidade, estereótipo, cidadania, violência, ética, ativos, associativismo, autonomia e geração de renda sob a ótica das relações de gênero. A metodologia utilizada (educação popular) e a parceria com a Rede Mulher de Educação garantiram os resultados alcançados, uma vez que se baseou no método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta dos sujeitos, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos. Além disso, realizaram-se oficinas de elaboração e implementação de pequenos projetos de geração de renda

para as seguintes atividades: panificação, artesanato, turismo, fabricação de farinha de mandioca e piscicultura. Como resultado concreto de todo o processo de formação e capacitação dessas mulheres, podemos citar o projeto de panificação de um grupo de mulheres de Morro Seco (município de Iguape), que foi contemplado pela empresa Multibrás, com financiamento de equipamentos para cozinha.

Identificamos nas regiões do Estado de São Paulo vários grupos de mulheres que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas de forma coletiva e com os mais variados arranjos, seja na forma de produzir, processar, seja na forma de comercializar os produtos. Tais grupos encontram-se em estágios diferenciados quanto à geração de renda, porém percebemos que todos necessitam de formação mais sistemática para ter uma produção com melhor qualidade, a fim de inserir seus produtos no mercado. Necessitam, sobretudo, de se apropriarem das ferramentas de planejamento e gestão, adotando-as na rotina do grupo e de sua atividade. Isso porque, em atividades semelhantes de capacitação, observamos que, em regra, as mulheres não incorporam as horas trabalhadas no projeto coletivo nos custos de produção. Tal prática pode ter uma íntima relação com a falta de visibilidade do trabalho da mulher no meio rural, ou seja, as mulheres ainda não conseguem valorar seu trabalho mesmo nas atividades produtivas sob sua total coordenação. Esse fato leva a uma sensação de “fracasso”, isso é, o negócio não gera lucro, pois não conseguem se autorremunerar, o que, muitas vezes, leva à dissolução do grupo e à perpetuação de condição subalterna em relação aos homens, de forma geral, abalando sua autoestima, contribuindo ainda mais para os conflitos familiares, dentro do grupo e no interior das comunidades onde vivem.

Por essa razão, em continuidade, executamos outro projeto em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Projeto de Planejamento e Gestão de Atividades Econômicas das Mulheres Agricultoras: da produção à comercialização. Esse projeto foi desenvolvido sob a perspectiva de gênero, de 2009 a 2014, para vinte grupos de mulheres do Estado de São Paulo. Buscamos capacitar as mulheres para melhorar a geração de renda e incluir seus produtos no mercado consumidor, de forma sistemática e exclusiva. Trabalhamos em vários conteúdos, desde a pesquisa de mercado, o desenvolvimento do produto até as técnicas de venda, passando pelo planejamento, questões legais, tributárias, fiscais, de forma localizada, ou seja, as atividades do projeto foram desenhadas objetivando tratar de temas recorrentes a qualquer atividade produtiva, porém foram trabalhadas de forma específica à atividade produtiva de cada grupo. Embora o projeto tivesse sido elaborado com vistas à inclusão social por meio da melhoria da renda, o foco do trabalho incluiu respeitar os valores socioculturais e ambientais, as realidades regionais e as

diversidades e especificidades étnicas, de gênero e de geração para o desenvolvimento sustentável das assentadas e quilombolas.

Os vinte grupos participantes foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios: a) grupos localizados prioritariamente nos territórios rurais instalados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA; b) grupos já organizados e em funcionamento, que produzissem e comercializassem há mais de um ano; c) grupos que ainda não tivessem recebido nenhum tipo de investimento; d) atividade com potencial para se inserir no mercado/comércio solidário; e) grupos que respeitassem o meio ambiente, com produção agroecológica.

Entendemos que a abrangência é ainda muito tímida ante os inúmeros grupos de mulheres que desenvolvem atividades de produção e geração de renda no interior de sua comunidade – assentamentos ou quilombos –, mas temos convicção de que esse projeto representa mais um passo em direção ao fortalecimento da autonomia das mulheres, à consolidação de uma política de formação e capacitação e ao desenvolvimento sustentável das famílias.

1. Descrição da experiência

Objetivo geral

Propiciar às mulheres assentadas e quilombolas condições para que possam buscar a garantia de seus direitos na sociedade e na própria família e serem reconhecidas como agentes produtivas no campo.

Objetivos específicos

- Fortalecer as atividades econômicas dos grupos de mulheres agricultoras e quilombolas, por meio de capacitação sistemática e exclusiva.
- Trabalhar questões de mercado, planejamento e gestão, de acordo com as atividades de geração de renda dos grupos.
- Expandir e melhorar a qualidade da produção agrícola, de alimentos processados e produtos não agrícolas, valorizando as produções agroecológicas.
- Gerar possibilidades de renda para a comunidade.
- Propiciar elevação da autoestima e do autoconhecimento das mulheres assentadas e quilombolas.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a da educação popular, que se configura em método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta dos sujeitos – o pensar, o sentir e o agir –, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos.

As atividades se realizaram com a aplicação de dinâmicas e uso de recursos audiovisuais, com o intuito de facilitar o processo de incorporação do conteúdo exposto e a obtenção dos objetivos propostos, explorando o potencial lúdico do grupo, para que a aprendizagem fosse consequência de um conhecimento internalizado, apreendido. Nesse processo de aprendizagem, tanto o conhecimento quanto a metodologia foram interiorizados por suas integrantes, tornando-as mais críticas e criativas. Consideramos que tal ação educativa implica, em alguns casos, mudança de paradigmas pautada em processo, aprendizagem contínua, continuada.

É uma metodologia participativa, que busca, em esforço organizado de pessoas, fortalecer as relações de cooperação e as atividades de geração de renda, destacando a valorização dos saberes das mulheres, sem hierarquizá-los. Assim, o processo de facilitar a construção do conhecimento implica articular esses diferentes saberes, estabelecendo trocas e sinergia entre teoria e prática. Partindo do conhecimento da realidade das mulheres, analisando e compreendendo o contexto em que se inserem, é que foi possível sugerir propostas que envolviam participação e capacitação. Ressaltando que a participação é uma conquista e um exercício de cidadania, princípios devem ser observados e tratados como orientadores da ação, para que o papel das mulheres agricultoras não seja apenas o de executar, mas também de refletir, opinar e decidir: ver, analisar e agir.

2. Diretrizes metodológicas que permearam todas as atividades do programa

Para realizar as atividades do projeto, foram utilizadas técnicas vivenciais, com enfoque dialético, humanista e construtivista, proporcionando construções coletivas e protagonismo das participantes, como se pode verificar na descrição das atividades. Além disso, propiciou-se a compreensão de um conteúdo denso e difícil para agricultoras e artesãs assentadas e quilombolas, cujo cotidiano está direcionado à produção, estimulando a democratização do acesso aos conhecimentos de gestão de negócios, fortalecendo a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e sua autoestima, incentivando mudanças.

No planejamento das atividades, foram consideradas as dimensões do desenvolvimento sustentável, da cultura local e do meio ambiente em que estavam inseridas, bem como as relações de trabalho, a amizade, a cooperação e o parentesco, com o intuito de incentivar a formação de

redes solidárias e de associações e valorizar a troca de experiências e saberes. Avanços significativos foram obtidos quando as mulheres aumentaram as vendas, procuraram praticar preços justos e tiveram resultados positivos em sua contabilidade, demonstrando ações concretas para a autonomia de gestão e financeira dessas mulheres, norteadas pela construção da equidade social e da valorização da cidadania, visando a superar a discriminação, a opressão e a exclusão das trabalhadoras rurais assentadas e quilombolas.

O monitoramento e a avaliação das atividades, de forma participativa e interativa entre monitor, organização e participantes, proporcionaram melhoria na qualidade da relação conteúdo e ferramentas utilizadas, buscando-se um modo de gestão democrático para o projeto.

Assim, o desenvolvimento das atividades do projeto foi norteadado por princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER), contribuindo para a sua implementação no estado de São Paulo.

Atividades realizadas

- **Módulo 1 – Estudo de Mercado – Atividade 1 – Cursos de Embasamento Teórico**

Objetivou conceituar e apresentar as cadeias produtivas de cada atividade econômica dos Grupos de Mulheres em vinte atividades, com duração de 8 horas cada uma, para 307 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos e quilombos paulistas e agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), no período de 5/11/2009 a 7/2/2010.

- **Módulo 1 – Estudo de Mercado – Atividade 2 – Oficinas de Pesquisa Participativa de Mercado e Atividade 4 – Análise dos Dados Coletados na Pesquisa de Mercado**

Objetivou formar e capacitar as integrantes dos grupos participantes em Metodologia de Pesquisa Participativa de Mercado como uma das ferramentas estratégicas para conhecer o mercado local e regional e para aplicar a pesquisa de mercado local, regional e estadual *in loco*, buscando informações sobre a estrutura e a lógica de mercado e identificando novas alternativas em seu município, sua região e seu estado para comercialização da produção agrícola e não agrícola dos agricultores – assentados e quilombolas.

Foram realizadas vinte atividades, no período de 27/9/2010 a 30/11/2011, com duração de 24 horas cada uma, para 495 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos e quilombos paulistas e agentes de Ater, sendo 254 na Atividade 2 e 241 na Atividade 4.

- **Módulo 1 – Estudo de Mercado – Atividade 3 – Visitas Técnicas**

Objetivou conhecer outras experiências sobre os produtos semelhantes ou de interesse de cada grupo de mulheres, para observar e entender seu funcionamento, suas dificuldades e os ganhos obtidos com a atividade; firmar e/ou reforçar intercâmbio de informações com os grupos visitados, para troca de experiências em vinte atividades com duração de 8 horas cada uma, para 221 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos, no período de 28/9/2010 a 27/6/2012.

- **Módulo 2 – Planejamento da Atividade Econômica – Atividade 5 – Análise Econômica do Grupo**

Objetivou identificar quais os possíveis mercados, a ligação entre produto e mercado, observando as especificações levantadas, quais as adequações do produto ao mercado, considerando a estrutura atual da atividade, e promover de forma participativa a elaboração de plano em curto e médio prazos, de acordo com a realidade do grupo e dos mercados possíveis. Ocorreram vinte atividades com duração de 16 horas cada uma, para 253 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos, no período de 2/5/2012 a 5/6/2012.

- **Módulo 3 – Desenvolvimento do Produto – Atividade 6 – Oficinas de Criatividade para o produto e Atividade 7 – Oficinas de *Design* para o Produto**

Objetivou apresentar alternativas e novas tecnologias para melhoria da produção e da qualidade dos produtos agrícolas e não agrícolas e na gestão do empreendimento em vinte atividades, com duração de 16 horas cada uma, no período de 24/6/2013 a 28/11/2013, para 789 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos, sendo 396 na Atividade 6 e 393 na Atividade 7. As oficinas realizadas tiveram os seguintes temas, de acordo com a necessidade de cada grupo de mulheres: produção de mudas orgânicas, manipulação de ervas medicinais, agroecologia, melhoria na produção de doces, cultivo do urucum, *design* para artesanato, classificação de hortifrúti, processamento de pães e doces e produção de mel.

- **Módulo 3 – Desenvolvimento do Produto – Atividade 8 – Oficinas de Desenvolvimento da Identidade do Produto**

Objetivou elaborar, de forma participativa, logomarcas para serem utilizadas nas embalagens existentes ou naquelas a serem desenvolvidas, ressaltando a qualidade dos produtos e o trabalho do grupo, discutir sobre a elaboração e utilização de embalagens e rótulos, considerando os estudos de mercado realizados e a adequação de produto, e promover a discussão sobre a relação entre produto e mercado, visando a adequação e

melhor apresentação do produto ao mercado identificado. Ocorreram vinte atividades com duração de 16 horas cada uma, para 284 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos, no período de 17/6/2013 a 5/11/2013.

- **Módulo 4 – Estratégias para Inserção do Produto – Atividade 9 – Curso de Estratégias e Ferramentas de Inserção do Produto no Mercado.**

Objetivou apresentar estratégias, ferramentas e técnicas para ampliar a participação nos mercados em vinte atividades com duração de 16 horas cada uma, para 275 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos, no período de 11/6/2014 a 2/8/2014. Os cursos realizados tiveram os seguintes temas, de acordo com a necessidade de cada grupo de mulheres: legislação para regularização de agroindústria e para panificados, técnicas de vendas, ponto de venda e legislação fiscal.

- **Módulo 5 – Avaliação – Atividade 10 – Reuniões de Avaliação da Execução do Programa**

Objetivou avaliar o Projeto Gênero e Comercialização, discutir sobre o desenvolvimento do grupo nos últimos cinco anos e estabelecer propostas de melhoria de alguns pontos em curto e médio prazos, em vinte atividades com duração de 4 horas cada uma, para 155 mulheres agricultoras e artesãs dos assentamentos, de 27/6/2014 a 21/8/2014.

Destaques de Grupos de Mulheres e Agroecologia

Dos vinte grupos de mulheres participantes do Projeto Gênero e Comercialização, podemos fazer o recorte de seis grupos de mulheres que estão inseridas em áreas de proteção ambiental, ou que promovem produções agroecológicas.

A maioria das comunidades quilombolas do Estado encontra-se na região do Vale do Ribeira, que abriga um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Brasil, porém, com os menores índices de desenvolvimento humano do estado.

As comunidades convivem com a floresta harmonicamente há muitas gerações. Quilombolas cultivam uma relação muito especial com a terra e moldam seus espaços de forma peculiar, respeitando o meio ambiente circundante. Exercem suas atividades de plantio visando à subsistência de suas famílias, nas roças tradicionais, aliando geração de renda com preservação do ecossistema, premissa do etnodesenvolvimento.

Nesse contexto, destacamos os Grupos de Mulheres Raízes da Cultura Quilombola, Quilopam e do Porto Velho (Vale do Ribeira) e o Grupo Formiguinhas (Litoral Norte).

Raízes da Cultura Quilombola (Quilombo Sapatu)

Foram realizadas atividades com o grupo de mulheres artesãs da Comunidade Quilombola Sapatu, localizada no município de Eldorado, no Mosaico do Parque Estadual Jacupiranga, área denominada Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), o que garante a preservação da maior área contínua de Mata Atlântica preservada. Hoje essas mulheres possuem uma oficina de alvenaria, teares e máquinas de costura e ponto de venda na estrada, participam de feiras e fazem parte do Circuito Quilombola, que promove o ecoturismo e o turismo de base comunitária na região. A comunidade tem uma área pequena de plantio de bananas, com isso a prática do artesanato com palha de bananeira difundiu-se na comunidade desde 1998. A fibra utilizada é tratada com produtos naturais. Hoje, além de ser uma atividade de geração de renda, contribui para a sustentabilidade ambiental dessas comunidades, pois aproveita resíduos da bananeira que seriam descartados e é um material substituto para outras matérias-primas, que usualmente são coletadas na mata, como cipó e madeira.

Quilopam (Quilombo Morro Seco)

Participaram do trabalho mulheres da Comunidade Quilombola do Morro Seco, localizada no município de Iguape, litoral sul do estado, próximo ao Parque Estadual da Serra da Jureia. Além de trabalhar nas roças de subsistência, as mulheres, a partir de 2006, buscaram novas alternativas de geração de renda na produção de pães artesanais, utilizando receitas de família e as aprendidas nas capacitações, e produtos da roça, como mandioca, cenoura, beterraba e ovos. Possuem uma área de produção de alvenaria com equipamentos e utensílios doados pelo Fundo de Solidariedade do Estado de São Paulo e pelo Consulado da Mulher (consórcio Brastemp e Consul). Comercializam cerca de 3.200 pães por mês para os moradores do bairro e de bairros vizinhos na área rural, com pouco acesso à cidade, uma vez que distam 40km da sede do município.

Porto Velho (Quilombo Porto Velho)

O Quilombo do Porto Velho, localizado no município de Iporanga – próximo ao Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – Petar (faz parte do Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba), possui 22 famílias e uma pequena área agricultável de 10 alqueires. Para poderem gerar renda, organizam-se em grupos de produção de hortaliças, legumes e mel, para atender aos Programas Institucionais de Compras, o mercado regional e outros mercados. Comercializam 4.000 quilos de mandioca, alface, abobrinha, rúcula e couve por mês, 1.200 quilos de farinha de mandioca por mês e 2 toneladas de mel por ano. A comercialização é feita por

jovens da comunidade. Possuem a Casa do Mel, equipada por meio da parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e o Banco do Brasil. Em projeto realizado em parceria com o Instituto de Botânica do Estado e o Instituto Adolfo Lutz, o mel está sendo analisado e mapeado para verificar se os pólenes encontrados no mel são de plantas da Mata Atlântica.

Formiguinhas (Quilombo Caçandoca)

O grupo de mulheres artesãs Formiguinhas é da Comunidade Quilombola Caçandoca, localizada em Ubatuba, no litoral norte do estado. Buscam diferentes estratégias de subsistência, com destaque para o artesanato, utilizando recursos naturais, por meio de manejo sustentável, uma vez que estão localizados em área próxima ao Parque Estadual da Serra do Mar, uma reserva florestal. Os trabalhos são feitos com palhas de taboa, junco, coco-pindoba, fibra de bananeira, papel de fibra, fibra de coqueiro como açaí, jussara, e outros, conchas de mariscos e ostras de cultivo, retalhos de tecidos e sementes caídas. Com o manejo adequado dos recursos naturais, o grupo produz 1.200 peças de artesanato por ano, vendidas no ponto de venda da comunidade, na Praia da Caçandoca, em feiras e em pontos das cidades de Caraguatatuba, Ubatuba e Paraty (esta localizada no estado do Rio de Janeiro). A maior fonte de recursos é o turismo de temporada.

Cooplantas (Assentamento Pirituba)

A Cooplantas é uma cooperativa que produz ervas medicinais no Assentamento Pirituba, que está localizado nos municípios de Itapeva e de Itaberá. Tem 33 cooperadas e foi fundado em 1993, com o apoio de um casal de suíços (André e Isabelle) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O empreendimento social iniciou com uma sede provisória de madeira, onde moravam os intercambistas suíços no assentamento rural. Em 1996, com uma pequena construção de 35m², as mulheres assentadas iniciaram as atividades de cultivo, manipulação e processamento de plantas medicinais. Contudo, somente em 2012, elas conseguiram novos equipamentos, máquinas e oficina de 50m², construída de alvenaria. O projeto Farmácia Viva da Cooplantas possui hoje sala de processamento, viveiro de mudas, estufa de produção, secador de plantas medicinais, uma área de cultivo comunitário de 4 alqueires de plantas medicinais, cultivadas sob enfoque orgânico, além de uma área em Sistema Agroflorestal (SAF) na reserva legal do assentamento. Sua produção agrícola atende à demanda da Farmácia Viva informal, por meio de uma pequena escala de comercialização de plantas desidratadas. Para 2015, o grupo tem projetos aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Saúde (MS), por meio da Prefeitura de Itaberá e do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento (Consad) no valor de R\$420.000,00 para aquisição de equipamentos, veículo

e estrutura para processamento de plantas medicinais, drogas vegetais e fitomedicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para viabilização das políticas públicas nacionais referentes às plantas medicinais e aromáticas, uma cadeia produtiva organizada e bem estabelecida é necessária para garantir o suprimento de matéria-prima de boa qualidade a todos os segmentos desse setor como farmácias de manipulação públicas e privadas, indústrias farmacêuticas, alimentícias e de cosméticos. Um arranjo produtivo local, realizado nos municípios de Itapeva e Itaberá, permitirá o estabelecimento de diferentes atividades, com a finalidade de reforçar e/ou consolidar várias delas, entre as quais a produção agrícola.

Casa do Mel Ribeirão Bonito (Assentamentos de Teodoro Sampaio)

O grupo de produtoras assentadas de mel é formado pelos Assentamentos Santa Edwiges, Vale Verde, Santa Rita da Serra, Santa Zélia, Santa Terezinha da Água Sumida e Santa Vitória, localizados no município de Teodoro Sampaio, região Oeste do estado de São Paulo, denominada Pontal do Paranapanema, onde está concentrado o maior número de assentamentos do estado. Produzem mel e própolis desde 2003, com abelhas africanizadas e jataí; os apiários estão a 100 metros do Morro do Diabo, com Mata Atlântica semidecídua, uma transição entre a Serra do Mar e a região de Cerrado. O destaque é para o mel de coquinho da palmeira-jerivá. Atualmente, há 33 associadas, que produzem 5 toneladas por ano. Possuem aprovação de recursos para construção e aquisição de equipamentos para a Casa do Mel, com expectativa de produção de 17 toneladas/ano, envolvendo todos os assentamentos do município e alguns de municípios próximos.

3. Resultados

Todos os grupos participantes em graus diferentes de desenvolvimento buscam por alternativas econômicas viáveis, com a garantia de acesso de todos nos processos de tomada de decisões, com a preservação da diversidade e da identidade cultural. Nos grupos em destaque, também há a responsabilidade com a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico em harmonia com o ambiente, mantendo os biomas.

Durante o desenvolvimento das atividades do Projeto Gênero e Comercialização, foram realizadas 200 atividades de capacitação, com 2.168 horas e 2.779 participantes, com o recurso da parceria de R\$286.074,39, além de complementação com recursos próprios no montante de R\$100.529,09 para atividades complementares, cuja necessidade foi-se apresentando ao longo do desenvolvimento das atividades do projeto.

Com as capacitações realizadas, as mulheres puderam conhecer os possíveis mercados e a viabilidade de seus empreendimentos. Houve significativa contribuição para que as integrantes entendessem a importância de incorporar o acompanhamento financeiro, da formação de preço e da decisão sobre produção e melhoria do produto. Como resultado desse processo, a maioria dos grupos pôde escolher capacitações com consciência e clareza, para adequar seus produtos ao mercado. Os grupos aumentaram as vendas, e alguns estão trabalhando para equacionar as falhas encontradas, principalmente na gestão administrativa e financeira das atividades econômicas. Houve desenvolvimento de novos produtos, os quais foram incorporados às vendas locais já realizadas, bem como a abertura de novos mercados, principalmente os institucionais. Com essa perspectiva, muitos grupos informais estão buscando a regularização dos produtos processados para entrar nos Mercados Institucionais dos governos federal e estadual. A maioria dos grupos está utilizando as novas logomarcas, alguns estão na fase de elaboração dos rótulos, que será por conta de cada grupo, não estando contemplado nesse projeto.

Assim, registramos a participação e o interesse das mulheres na melhoria de seu negócio, tanto no que se refere ao aumento das vendas quanto ao avanço para uma produção mais competitiva no mercado regional, buscando a regularização do empreendimento, a utilização de técnicas de vendas e o trabalho dos pontos de vendas.

Na avaliação, percebemos que os conceitos principais de cada atividade ao longo dos cinco anos de realização das atividades de formação foram assimilados. Muitas mulheres alteraram sua forma de agir em relação ao negócio, adequando seus produtos aos mercados, verificando quais os produtos mais rentáveis e os que davam prejuízo, aumentaram suas vendas e estão avaliando as escolhas e decisões tomadas, fortalecendo a sua autonomia e estabelecendo um lugar de destaque na composição da renda familiar.

Portanto, destacamos os principais resultados alcançados:

- maior autonomia da mulher em relação aos seus próprios projetos agrícolas e não agrícolas, como forma de aumento de renda;
- ampliação de conhecimentos e, conseqüentemente, maior acesso da mulher e dos grupos aos seus respectivos mercados, mantendo a valorização da cultura e preservando o meio ambiente;
- melhoria e adequação dos produtos, segundo as exigências do mercado e das próprias participantes;
- obtenção de elementos para subsidiar a modificação da forma de produção e de comercialização de alguns produtos, visando à ampliação das vendas;

- busca e ampliação dos conhecimentos para regularização fiscal, ambiental e sanitária de cada empreendimento;
- desenvolvimento de estratégias para divulgação e venda dos produtos, aprendendo técnicas e ferramentas de *marketing* e ampliando as vendas.

Produtos

Apostilas, relatórios, levantamento de dados de mercado (pesquisa), catálogo de produtos utilizado durante as pesquisas de mercado, logomarca, avaliação e fotos foram entregues, fisicamente e em CD-ROM, em cada fase do projeto. Faremos a impressão, com recursos próprios, de 1.000 *tags* para cinco grupos de artesanato. Foi utilizado o *software* gratuito Acant para gerenciamento de caixa.

Impactos

Aumento de renda das mulheres participantes do projeto, maior disposição para enfrentar as dificuldades de mercado, buscando-se novas alternativas para enfrentar futuras crises e aproveitar oportunidades, uma vez que estão confiantes em si mesmas e nas suas atividades econômicas.

Potencialidades e limites

Ao longo da execução das atividades do projeto, observamos a necessidade de pensarmos em processos, que poderiam ser redefinidos e acrescidos de atividades complementares. Assim, na avaliação, utilizamos a matriz de planejamento Fofa (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) para obter indicativos de continuidade, identificando as dificuldades e as possibilidades de superação. Ao terminarmos todas as comparações e estatísticas dos dados levantados durante as reuniões de avaliação, poderemos promover novas ações de acordo com a necessidade de cada grupo. Portanto, estamos trabalhando para fortalecer um programa de apoio às mulheres trabalhadoras rurais que possa ser desenvolvido de forma continuada, não somente com os grupos que estão no Projeto Gênero e Comercialização, como ampliar para os demais. Tal atitude necessitará de novas diretrizes, de tempo e de recursos financeiros e humanos.

Os desafios para a implementação de tal programa serão: pensar de forma integral (conhecimento, recursos financeiros e infraestrutura), avaliar a viabilidade econômica de novos grupos sob a ótica do desenvolvimento sustentável, garantindo a preservação ambiental, e provocar a superação da baixa autoestima e da falta de confiança das mulheres, fruto da cultura patriarcal, para que elas possam conseguir empoderamento e equidade de gênero.

Referências

- Alatorre, Baldivia. **Os Ativos das Mulheres: a aplicação prática da riqueza acumulada no campo econômico, educacional, político, social e cultural.** Tradução Beatriz Cannabrava. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2005.
- Banco Mundial (World Bank), **Engendering Development**, mimeo, 2000.
- Brandão, C. R. **O que é Método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- Cannabrava, Beatriz. Fadiga, Hilda. Duailib, Miriam. (org). **Negócio de Mulher – Capacitação em gênero e liderança para geração de trabalho e renda.** São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003.
- Corrochano, Maria Carla *et alii*. **Elaboração Participativa de Projetos: um guia para jovens.** São Paulo: Ação Educativa – Assessoria, pesquisa e informação, 2002.
- Fadiga, Hilda. **Transformando Habilidades em Renda.** São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2006.
- Freire Paulo. Educação “Bancária” e Educação Libertadora. *In*: Patto, M.H.S. **Introdução à Psicologia Escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares. *In*: <www.ibge.gov.br>, julho de 2004.
- Massula, L. e Melo, M. **Tráfico de Mulheres: prevenção, punição e proteção.** São Paulo: CLADEM e United States Consulate General, 2003.
- Prezotto, Leomar Luiz. **A Sustentabilidade da Agricultura Familiar – Implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- Ruas, Elma Dias *et alii*. **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte: EMATER-MG, 2006.

Redes de contato

Rede Mulher de Educação

(25 anos trabalhando com educação popular e o movimento feminista).

Endereço: Rua Coriolano, 28 – São Paulo – SP. Tel.: (11) 3873-2803. E-mail: <rdmulher@redemulher.org.br>. Website: <www.redemulher.org.br>.

Instituto de Economia Agrícola;

Endereço: Praça Ramos de Azevedo, 2º e 3º andares – São Paulo – SP. Website: <www.iea.sp.gov.br>.

PARA ALÉM DA ESPERANÇA, A MUDANÇA: MULHERES AGRICULTORAS E AS ALTERNATIVAS À CULTURA DO FUMO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

Lauren Albrecht Bastos

Em 8 de março de 2014, o Projeto Esperança/Coesperança realizou uma programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher. Foram reunidas, numa mesma mesa, várias mulheres cuja trajetória as tornou sujeitas e protagonistas de muitas transformações ao longo de sua vida.

Uma profissional da reciclagem, uma advogada no ofício da política, uma dedicada à vida religiosa, ativistas de movimentos sociais e étnicos, todas foram convidadas a contar suas experiências de luta e, sobretudo, relatar suas memórias. Mais do que biografias, foi possível ouvir a celebração do espírito de liberdade, de trabalho e engajamento, de desafios lançados e objetivos alcançados.

Entre elas, ainda meio tímida, havia uma agricultora. Escolhida entre as tantas participantes do Projeto para representar a mulher na agricultura familiar, apressou-se em contar que aquela era uma de suas primeiras participações no Feirão Colonial Ecológico, no terminal de comercialização direta. Suas palavras se esforçavam para transmitir a alegria de estar ali, uma alegria que ia além de estar compondo a mesa e confraternizando com outras mulheres no dia dedicado a elas. Ia além de estar experimentando um espaço de fortalecimento do comércio justo e consumo solidário.

Era o contentamento por consolidar uma mudança efetiva em sua realidade: ela estava ali compartilhando um novo momento, um novo *status*, por haver deixado de ser uma produtora de fumo e se tornado uma agricultora que cultivava alimentos ecológicos.

Poucos meses depois, por ocasião da realização da 21ª Feicoop¹, essa mesma agricultora foi entrevistada por um programa da televisão local, que fazia a cobertura do evento. Solicitada a

1 21ª Feicoop – Feira de Santa Maria Uma Experiência Aprendente e Ensinante e 10ª Feira Latino Americana de Economia Solidária e eventos complementares. A Feira de Economia Solidária faz parte do Programa Nacional de Feiras – Feiras em Rede, Projeto Esperança/Coesperança, Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, Cáritas Brasileira, Cáritas/RS, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Gaúcho de Economia Solidária (FGES), Instituto Marista Solidariedade (IMS), SENAES/MTE, Conselhos Populares, Prefeitura Municipal de Santa Maria e muitas organizações de Santa Maria, do RS, do Brasil, da América Latina e outros continentes.

falar sobre a relevância de participar de uma feira de grandes proporções, contou como o Projeto Esperança/Cooesperança realmente transformou a sua vida.

Ela e sua família haviam sido produtores de fumo por longos anos, tendo se mantido subordinada à lógica da indústria fumageira. Muitas vezes ela sentiu vontade de deixar aquele tipo de produção, tão extenuante para sua família e sua terra, mas as condições nunca se apresentavam favoráveis. Às vezes eram as dívidas com a própria indústria, outras era a falta de alternativas de renda que a impediam.

Assim, foi passando o tempo, e as inquietações, aumentando. Os filhos cresceram e se afastaram da propriedade para estudar. A saúde e a energia não pareciam as mesmas, o trabalho, por sua vez, parecia mais duro. Porém, ela e a família perseveravam. Queriam continuar na terra, vivendo da terra, mas as dificuldades não eram poucas. Um dos filhos não estava disposto a voltar para casa e continuar produzindo fumo, atendendo às necessidades do mercado tabageiro, que em nada se assemelhavam aos seus anseios. Havia prometido: somente retornaria a casa e voltaria a plantar se a família abandonasse o fumo.

É de conhecimento geral que a cultura do fumo demanda mão de obra intensiva e exige uma quantidade considerável de pesticidas e outros agroquímicos. Riscos à saúde e danos ao meio ambiente, resultantes do uso inapropriado de pesticidas e do desmatamento, assim como o uso extensivo de trabalho familiar no cultivo do tabaco e o endividamento de pequenos agricultores com grandes empresas fumageiras são apenas algumas das questões controversas relacionadas a esse sistema de produção.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), uma pesquisa realizada pela Área de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente do Instituto Nacional de Câncer em um município fumicultor verificou que 63% dos fumicultores relataram manipular agrotóxicos diretamente. Foram 54 produtos citados como de uso frequente, sendo os principais o glifosato, herbicida largamente usado no Brasil para “capina química” e vários inseticidas organofosforados, estes sabidamente neurotóxicos, além de trazer outras consequências danosas à saúde.

A exposição aguda e crônica aos agrotóxicos pode causar diversas doenças, como vários tipos de câncer, lesões hepáticas, lesões renais, distúrbios do sistema nervoso, esterilidade masculina, reações alérgicas, fibrose pulmonar irreversível e hiperglicemia. Estudos têm indicado que, entre os fumicultores, há maior risco de desenvolver alterações neurocomportamentais capazes de evoluir para quadros de depressão e suicídio (Inca).

Além disso, há a questão do tabagismo que onera o sistema de saúde. Conforme demonstra pesquisa recentemente divulgada pela Aliança de Controle ao Tabagismo (ACT), intitulado Carga das Doenças Tabaco Relacionadas para o Brasil. A pesquisa analisa os gastos do país com doenças

relacionadas ao tabaco, e é o maior já feito no Brasil. Analisou dados de 2008 referentes a quinze dessas doenças e atualizou os valores monetários para 2011. As conclusões indicam que quase R\$21 bilhões foram gastos em saúde pública e privada com doenças relacionadas ao fumo (ACT).

Porém, pouco a pouco vêm se construindo alternativas à cultura do fumo. Algumas sugerem a adoção de estratégias de diversificação e as medidas de controle voltadas à redução da produção do tabaco, mas outras se estabelecem no sentido do enfrentamento direto, propondo a substituição dessas culturas, saindo do monocultivo e apostando na diversificação de produção.

O Projeto Esperança é um dos setores do Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, integrado com a Cáritas Regional – RS, datado em 15 de agosto de 1987, e vem construindo o associativismo, o trabalho coletivo, a solidariedade, a cidadania, um novo modelo de desenvolvimento solidário sustentável, territorial, autogestionário, por meio da economia solidária, a inclusão social. Tem como principais parceiros Misereor/Kze, Cáritas Brasileira, Caritas/RS, governo federal por intermédio de vários ministérios, Instituto Marista Solidariedade e Prefeitura Municipal de Santa Maria. Desde 29 de setembro de 1989, a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança (Cooesperança) atua em conjunto com o Projeto. Trata-se de uma central que congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos solidários associados do campo e da cidade. A partir de 1991, incluiu-se nas atividades do Projeto Esperança a proposição afirmativa de gerar alternativas de combate à cultura fumageira.

Dessa forma o Projeto Esperança/Cooesperança se integrou ao programa Tabaco Zero, realizando, já em 1991, em Cachoeira do Sul, o I Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo, promovido pelas Dioceses de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e por Cachoeira do Sul. Também estiveram presentes nesse Seminário membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Adventista.

O evento contou com oitenta participantes: bispos, agricultores, sindicalistas, técnicos agrícolas, professores, enfermeiros, jornalistas, religiosos, médicos, engenheiros agrônomos, secretários de saúde, secretários de agricultura, prefeitos, vereadores, estudantes, funcionários públicos, Cáritas regional do Rio Grande do Sul, seminaristas, coordenadores do Programa de Combate ao Fumo nos âmbitos estadual e nacional, todos reunidos com o objetivo de somar esforços na luta contra o fumo, que significa luta pela vida. Teve como brado inicial “O fumo é um instrumento de morte, e a nossa passividade frente a ele não é mais possível”.

Esse seria o primeiro passo na construção da mudança, ainda como um caminho de esperança, porém muito significativo no sentido da ação. É do resultado dessa semente plantada há mais de vinte anos que nasce a transformação na vida daquela agricultora, que há tanto

percebia a cultura de morte na qual estava inserida, mas que precisou que toda uma história antes que a sua fosse construída.

Nos anos seguintes, os Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo² intercalaram sua realização entre as cidades de Santa Maria, Rio Pardo, Cachoeira do Sul e Sobradinho, mais tarde passando a ser realizado em outras cidades da região central do Rio Grande do Sul. Esses seminários se construíram como espaço privilegiado de discussão de temas relevantes, e muitas vezes inéditos, em especial para um público tão variado como o que compunha a assistência no evento. Serviu também como lugar de afirmação e reafirmação de propostas e reivindicação, que ia além da busca de alternativas à cultura do fumo. Era possível, desde o princípio, verificar a busca de dupla alternativa à cultura do fumo e ao modo individualista de produção, da economia de mercado.

Sendo assim, estabeleceu-se um ambiente de reflexão possível sobre todas as formas de opressão, especialmente a fim de conscientizar os pequenos agricultores, sobretudo os familiares, incentivando-os na formação de associações e cooperativas. Em muitos momentos, esse processo assumiu com mais força a voz das agricultoras, interlocutoras basilares na intermediação das mudanças e transformações.

Passou-se a incluir, no relato dos presentes, constante na Carta final dos seminários, os termos “agricultores e agricultoras” e “produtores e produtoras rurais”, conferindo a real significância das mulheres na organização e no associativismo na qualidade de meios eficazes e indispensáveis à libertação e prosperidade humana, baseada na ética da solidariedade, respaldando cooperativas, grupos ecológicos, movimentos femininos e outros então existentes.

Sempre evidenciando a produção de alimentos agroecológicos como via primordial para uma mudança radical de compreensão, visando, além de preservar e promover a saúde, a ser competitiva, no que se refere a qualidade, durabilidade e rentabilidade. Foram concebidas propostas, a fim de que as iniciativas de agricultura ecológica, orientadas para a produção de alimentos, como alternativa ao fumo, viessem a ser aceitas e levadas à prática.

Na oitava edição do Seminário, aparece explicitamente, pela primeira vez no texto da carta final, como proposta sobre a agricultura familiar, a reivindicação de “estabelecer novas relações participativas, igualitárias e solidárias entre homens, mulheres, crianças e o meio ambiente”. Tal colocação evidencia a visão das mulheres como protagonistas nítidas na construção de alternativas à cultura do fumo.

No 13º Seminário incluiu-se como denúncia da cultura de morte propagada pela cultura do fumo e pelo tabagismo o seguinte texto, que cita os riscos para a saúde, em especial da mulher:

2 Incluímos, anexa, ao final do texto, uma lista com os anos e os respectivos locais de realização dos Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo. Nessa lista, também foi possível resumir os principais temas e lemas colocados em foco, bem como alguns fatos relevantes na trajetória do evento.

“Na gestação está associado a maior risco de aborto espontâneo, morte perinatal, prematuridade e recém-nascidos de baixo peso. Entre outras doenças” e ainda: “A estratégia de marketing para propagar a dependência e vender cigarros se utiliza da figura da mulher, sendo estas as maiores vítimas, pois além das doenças comuns aos homens, elas são suscetíveis a outras doenças peculiares do gênero feminino – como queda do estrogênio, câncer de mama, menopausa precoce, entre outras. Em mulheres grávidas quem sofre as consequências, principalmente, é o feto”.

No ano seguinte, é incluída uma proposta de “apoio às iniciativas que venham a inibir o consumo do tabaco entre a população local, em especial entre os jovens e mulheres”, fato que denota a preocupação com a mulher além da produção, incluídos os aspectos do consumo e a publicidade sobre tabaco. Já no 22º Seminário Estadual e 4º Interestadual de Alternativas à Cultura do Fumo o tema “Mãe terra, saúde e o bem viver do agricultor e agricultora”, não apenas integrava o feminino à narrativa como também conclamava as mulheres como sujeitas e atuantes no processo da “construção de outro mundo possível entre mulheres e homens comprometidos”.

O protagonismo feminino, a importância das mulheres no transcurso das graduais modificações nas formas de estruturar as relações, sejam elas intrafamiliares, sejam culturalmente mais amplas, e as preocupações com a afirmação do feminino por sua diferenciação são elementos que foram se fazendo presentes na narrativa dos Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo, repercutindo uma realidade maior de toda a sociedade.

Foi a partir de toda essa experiência que se tornou possível compartilharmos com aquela agricultora ex-produtora de fumo a perspectiva de uma evolução real e efetiva da esperança para mudança. Graças ao caminho construído, às propostas e às reivindicações e, sobretudo, às práticas ensejadas pelos Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo, que a Dona Miraci, a personagem deste relato, agricultora que simboliza cada um dos membros de todas as famílias agricultoras, pode, tendo superado o cultivo do fumo, dizer confiante que produz e comercializa o mesmo alimento que serve na mesa de sua casa para seus filhos, saudável e sem agrotóxicos.

Hoje o filho da Dona Miraci já voltou para casa e ajuda na produção e comercialização daquilo que produzem. Talvez precise sair novamente, mas, dessa vez, para estudar e se especializar nos alimentos agroecológicos e orgânicos produzidos pela família. Foi isso que a Dona Miraci contou em sua entrevista para a televisão.

Todo esse movimento de reconversão se dá em razão das ações e proposições para geração de alternativas de combate à cultura fumageira, inscritas em uma proposta geradora mais abrangente que se constitui no Projeto Esperança/Cooesperança. A coordenação dessa tarefa cabe a uma mulher, a Irmã Lourdes Dill, que, a propósito desse trabalho, nos concedeu a entrevista transcrita em seguida.

1. Entrevista com a coordenadora do Projeto Esperança/Coesperança – Ir. Lourdes Dill – Sobre as alternativas à cultura do fumo

1. O que é o programa Tabaco Zero e de que forma os participantes do Projeto Esperança/Coesperança se integram nessa proposta?

O Programa do Tabaco Zero é uma oportunidade de fomentar alternativas à cultura do fumo para quem deseja diversificar a cultura por produção de alimentos saudáveis, com viabilidade econômica. Muitos grupos que optaram pela reconversão do tabaco estão satisfeitos com a mudança de cultura e não voltariam a plantar fumo. A integração na proposta é espontânea a partir da motivação realizada.

Ao longo da história dos 24 anos de alternativas à cultura do fumo, é possível ver a mudança que aconteceu. É uma luta que vale a pena. Muitas mulheres são sujeitas dessa mudança histórica e hoje estão felizes por essa opção.

2. Em sua opinião, como é a participação das mulheres agricultoras na construção e implementação de alternativas viáveis à cultura do fumo e qual a importância dela?

A participação das mulheres é muito importante, pois a mulher é geradora e cuidadora da vida.

O fumo é uma cultura de morte e agride a vida de quem produz pelos venenos e a de quem consome. Por isso, a mulher é mais sensível sobre essa questão. Ele percebe o quanto é salutar produzir alimentos saudáveis e orgânicos. A mulher tem grande preocupação com a saúde da família e de toda humanidade. Sabemos que os agrotóxicos são ofensivos à vida e à saúde. A participação e a consciência da mulher é de fundamental importância para a luta pela vida e do planeta Terra.

3. De que forma a senhora se insere e qual seu papel nas transformações efetuadas pelas mulheres agricultoras no combate à cultura fumageira?

Insiro-me, com o papel nas transformações efetuadas pelas mulheres agricultoras, no combate ao tabaco pela formação, articulação e motivação das alternativas à cultura do tabaco. Há também uma grande motivação de participação das feiras, movimentos, seminários, durante 24 anos ininterruptos, cujas provas estão em anexo na parte do

histórico dos 24 seminários. Tive a alegria de contribuir na organização e realização de todos os 24 seminários ininterruptamente.

É com interesse e alegria que acompanho essa liderança junto às mulheres fumicultoras e às que deixaram a produção do tabaco e hoje são produtoras de alimentos saudáveis e orgânicos.

4. Na história do Projeto Esperança/Coesperança, alguns casos de participação de mulheres no combate à cultura da fumageira devem ter ficado mais marcados. A senhora poderia falar sobre alguma ou algumas dessas memórias?

Sim. Muitas memórias de mulheres marcaram essa transição. É emocionante perceber o quanto é importante essa mudança de paradigmas no combate às alternativas à produção do tabaco. Envio-te um texto e o testemunho de uma mulher que foi entrevistada por uma pesquisadora. O nome dela é Miraci Sippert Schú do Grupo COOLMÉIA vinculado ao Projeto Esperança/Coesperança do município de Agudo/RS. Em anexo vai uma entrevista feita pela pesquisadora Denise cujo material poderá ser anexado ao trabalho que vem sendo feito.

Por fim, desejo-lhe muita alegria ao trabalhar esse tema das alternativas à cultura do fumo, pelo qual contribuimos com o cuidado pela vida e saúde especialmente com o trabalho das mulheres. Concluo com o sábio e importante provérbio africano: "Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas mudarão a face da Terra".

2. Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo

1991 – I Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Tema: Fumicultor e antitabagismo

1992 – II Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Santa Maria, RS

Tema: Experiência alternativa e agroindústria familiar

1993 – III Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Rio Pardo, RS

Tema: Agrotóxicos e o associativismo

1994 – IV Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Cachoeira do Sul, RS

Tema: Agricultura ecológica e a luta pela vida em mutirão

Fato: Reconhecimento da Organização Mundial a Saúde (OMS), que conferiu uma medalha de honra aos organizadores dos seminários anteriores, na pessoa de Dom Ivo Lorscheiter, em reconhecimento pelos serviços prestados à saúde.

1995 - V Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Santa Maria, RS

Tema: Planejamento e comercialização de culturas alternativas

1996 – VI Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Rio Pardo, RS

Tema: Em busca de uma agricultura justa, sadia e viável.

1997 – VII Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Sobradinho, RS

Tema: Créditos rotativos e formas de cooperação

1998 – VIII Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Santa Maria/RS

Tema: Agricultura familiar os desafios da comercialização direta qualidade de vida

Lema: Trabalho e alimento para todos

1999 – IX Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Rio Pardo, RS

Tema: Agricultura ecológica frente aos desafios da cultura do fumo e os transgênicos

Lema: Agroecologia e comercialização, sem transgênicos é a solução.

2000 – X Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Soledade, RS

Tema: Agricultura familiar, políticas públicas – Outros 500.

Lema: Produção ecológica, gerando vida e esperança.

2001 – 11º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: São Paulo das Missões, RS

Tema: Agricultura familiar com diversificação, organização e políticas públicas.

Lema: Cultive a vida, e não o fumo

2002 – 12º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Sobradinho, RS

Tema: Terra sem males, soberania em segurança alimentar.

Lema: Terra viva, mesa farta.

2003 – 13º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Santa Maria, RS

Tema: Programa Fome Zero

Tema: Fumo: riqueza ou miséria?

Lema: O fumo alimenta o quê?

Fato: O 13º Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo destaca o município de Schroeder, em Santa Catarina, pela coragem e pelas conquistas obtidas na luta e nos resultados contra a cultura do fumo e na implementação das culturas alternativas de produção.

2004 – 14º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Rio Pardo, RS

Tema: Cultura de morte ou cultura da vida

2005 – 15º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Sobradinho, RS

Tema: Convenção-Quadro: é possível viver sem fumo?

2006 – 16º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Santa Maria, RS

Tema: Alternativas à cultura do fumo e as políticas públicas

Lema: Por um mundo sem tabaco

Fato: Ratificação da Convenção-Quadro, que é o 1º tratado internacional de saúde pública em favor da diminuição da produção e do consumo do tabaco no mundo³

2007 – 17º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Santa Cruz do Sul, RS

Tema: Agricultura ecológica e soberania alimentar

Lema: Uma outra economia é possível

2008 – 18º Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Tucunduva, RS

Tema: Agricultura familiar constrói alternativas.

3 Desde 2006 o Brasil é signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, em que a OMS recomenda aos países membros a adoção de medidas eficazes, de caráter legislativo, executivo e administrativo, para proteger seus cidadãos.

2009 – 19º Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo

Local: Salto do Jacuí, RS

Tema: Cultura de Alternativas e Políticas Públicas de Comercialização

Lema: Agricultura: para onde vamos?

**2010 – 20º Seminário de Alternativas à Cultura do Fumo
2º Interestadual Sul (PR, SC e RS).**

Local: Santa Maria, RS

Tema: Economia solidária: um modelo de desenvolvimento solidário e sustentável

Lema: Alternativa possível e necessária

**2011 – 21º Seminário Estadual de Alternativas à Cultura do Fumo
3º Interestadual Sul (PR, SC, RS).**

Local: Novo Cabrais, RS.

Tema: A realidade da agricultura camponesa com políticas públicas e reforma agrária

Lema: A criação geme: da semente de indignação brota esperança e vida

**2012 – 22º Seminário Estadual
4º Interestadual de Alternativas à Cultura do Fumo**

Local: Dom Feliciano, RS

Tema: Mãe terra, saúde e o bem viver do agricultor e agricultora.

Lema: Não precisa ser filho de doutor, jovem da roça também tem valor.

**2013 – 23º Seminário Estadual
5º Interestadual de Alternativas à Cultura do Fumo**

Local: Porto Vera Cruz, RS

Tema: Agricultura familiar, alternativa de vida melhor.

Lema: Alimentos ecológicos: vida e saúde não têm preço!

**2014 – 24º Seminário Estadual
6º Interestadual de Alternativas à Cultura do Fumo⁴**

Local: Arroio do Tigre, RS

Tema: Agricultor/a, produzirá o alimento? Como? Para quem?

Lema: Trabalho, organização e produção: menos fome na população.

4 Carta anexada na íntegra.

3. Carta do 24º Seminário Regional de Alternativas à Cultura do Fumo



Arroio do Tigre - Diocese de Cachoeira do Sul/RS -

20 de agosto de 2014

Tema: Agricultor/a, produzirá o alimento? Como?

Para quem?

Lema: Trabalho, Organização e Produção:

Menos Fome na População.

Nós, mais de 728 participantes credenciados das Dioceses de Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Santo Ângelo, Arquidiocese de Santa Maria, Cáritas Regional RS, Comissão Pastoral da Terra, representantes de 34 municípios do Rio Grande do Sul, de entidades e organizações sociais, agricultores/as familiares, camponeses/as, diaristas, estudantes, gestores públicos, autoridades políticas, pastorais sociais, movimentos populares, comunicadores, igrejas, sindicatos, cooperativas, associações, fumicultores, educadores/as e agentes de saúde entre outros participantes nos encontramos em Arroio do Tigre, na Diocese de Cachoeira do Sul, no **24º Seminário Estadual e 6º Interestadual de Alternativas à Cultura do Fumo**, no dia 20 de agosto de 2014. Convivemos e compartilhamos com tantas e diferentes experiências de vida e de organização da economia, de onde tiramos o sustento com o nosso trabalho. Fizemos memória de uma bonita história que começou em 1991 na Arquidiocese de Santa Maria. Aprofundamos o debate sobre a urgência em avançar na produção e no consumo saudáveis e na ampliação da luta contra a fome de ainda boa parte de nossa população, o que só será possível quando não for mais o lucro a qualquer preço e a acumulação de riquezas o motor da nossa sociedade, mas a busca do bem comum, numa relação de respeito mútuo e de cooperação em todos os níveis, para que todas tenham uma vida digna garantida.

Sentimos muitos sinais de esperança, como chamamos que aquecem o nosso coração:

1. Nosso trabalho é a favor das alternativas a cultura do fumo e das monoculturas e não contra o fumicultor;
2. Organização, economia popular solidária, resgate da medicina natural e formação;
3. Diversificação da produção na agricultura familiar preservando as sementes crioulas;
4. Agroecologia que significa produzir organizadamente, com calma, sem veneno, com insumos biológicos visando a alimentação saudável e para o consumo próprio;

5. Fortalecimento das redes de comercialização direta através de feiras, pontos fixos, centros públicos, Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Mas muitos são ainda os desafios que precisam do melhor de nossas energias e nossa disposição para construir um modelo de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e promotor da justiça e do bem estar de todos e todas.

- Agronegócio que domina o mercado, o adubo, o veneno, o crédito, transformando os alimentos em pura mercadoria;
- A agricultura moderna facilitando as monoculturas e conseqüentemente gerando dependência dos agricultores/as a esse mercado;
- Acesso a políticas públicas, geração de renda, lazer saudável, diversão e cultura aos jovens rurais considerando que existem 34 milhões de jovens no Brasil e desses, 17% vivem no meio rural;
- Contracenar com a valorização do jovem no campo e fornecer condições materiais, espaços de sociabilidade, possibilidade de continuar os estudos sem necessitar migrar para grandes centros urbanos;
- Principais entraves para o agricultor/a familiar como o preço mínimo e instabilidade do mercado; intempéries climáticas; mão de obra; assistência técnica; legislação ambiental; conhecimento dos direitos; problemas estruturais e dilapidação dos recursos naturais.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), temos produção suficiente para alimentar 12 bilhões de pessoas no mundo, quase o dobro da população do planeta. A questão da fome e da pobreza deve ser compromisso ético e político. Tudo o que nasce pequeno vira processo, tudo que nasce grande vira mostro, esse arrasa, aquele liberta, por isso acreditamos que se faz urgente a mudança da matriz tecnológica do agronegócio para a agricultura ecológica, familiar e camponesa, que viabilize a produção de bens e produtos com função social.

Voltaremos animados e embalados pela certeza de que vale a pena continuar esta boa luta, e sentindo-nos protagonistas importantes na construção de um Outro Mundo Possível e até mesmo urgentemente necessário, fruto da nossa união, organização e mobilização.

Arroio do Tigre/RS, 20 de agosto de 2014.

Referências

ALIANÇA DE CONTROLE AO TABAGISMO. **Custo do Tabaco Para o Brasil**. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/741_final.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

FERNANDES, D. M. M. **Perspectivas da Agricultura Familiar em um Processo de Pransição**. Texto gentilmente enviado por *e-mail* pela Ir. Lourdes Dill.

OBSERVATÓRIO DA POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE AO TABACO. *Fumicultura e Saúde*. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_saude>. Acesso em: 24 ago. 2014.

_____. *Fumicultura e Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_meio_ambiente>. Acesso em: 24 ago. 2014.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. **Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2012, vol. 50, n.1, pp. 157-174. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000100010>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

MULHERES E AGROECOLOGIA: MULTIPLICADORAS AGROECOLÓGICAS TRANSFORMANDO O SEMIÁRIDO

Magnólia Azevedo Said

Sarah Luiza de Souza Moreira

Resumo

O artigo trata da sistematização de uma experiência de trabalho desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar, em 2010/2011, de capacitação de vinte multiplicadoras agroecológicas, de nove municípios do semiárido cearense, para que elas pudessem realizar formação e acompanhamento a grupos de mulheres trabalhadoras rurais para o desenvolvimento de atividades produtivas baseadas na Agroecologia e para o fortalecimento do seus processos de auto-organização. Para identificação dessas mulheres, contamos com o apoio de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e de organizações e movimentos que realizam e apoiam ações na defesa de mulheres naquela região. Além da formação em temas como agroecologia, feminismo, soberania e segurança alimentar e economia feminista e solidária das vinte multiplicadoras agroecológicas, o trabalho resultou na formação e/ou no fortalecimento de 22 grupos de mulheres, realizando acompanhamento a um total de 264 agricultoras. Por meio desse trabalho, foi possível ver o empoderamento e o aumento da visibilidade e da valorização dos trabalhos das mulheres, tanto as multiplicadoras agroecológicas quanto dos grupos, expressas no fortalecimento de suas organizações e articulações políticas, na construção de estratégias para a luta contra todas as formas de violência e de convivência com o semiárido, com uma intervenção mais propositiva tanto em sua comunidade como nas políticas públicas que interferem na vida das mulheres.

Palavras-chave: Agroecologia. Mulheres. Multiplicadoras agroecológicas. Formação. Organização política. Autonomia. Abordagens metodológicas. Semiárido. Violência.

Introdução

Vivemos em um mundo marcado por muita desigualdade e pobreza. As mulheres ainda são as mais pobres, com menos poder de decisão sobre sua vida, seu corpo, seu trabalho, sua renda. A falta de autonomia e igualdade se expressa nas várias e cotidianas formas de discriminação e violência vivenciadas pelas mulheres; na sub-representação nos espaços de poder e decisão; no baixo controle e acesso à terra e à produção, gerida, quase sempre, pelos homens, pelos patrões, pelos bancos e pelos governos. Essa realidade que não considera as mulheres como sujeitos é resultado de uma conjunção de fatores econômicos e sociais relacionados às questões de gênero e raciais, que expressam um modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal.

Tendo como cenário o meio rural, essas relações desiguais são expressas e vivenciadas por meio de códigos, regras, valores e atitudes, que perpassam o cotidiano familiar, social, político. Desde pequenas, as crianças são levadas a se identificar com modelos do que é feminino e masculino, para melhor desempenhar os papéis correspondentes. Os atributos das mulheres não são apenas diferentes daqueles determinados para os homens, são também desvalorizados e invisibilizados. Dessa forma, as mulheres vivem em condições de inferioridade e subordinação em relação aos homens.

A divisão sexual do trabalho é a base material da opressão das mulheres. Ela consiste na separação e na hierarquização da produção e reprodução, assim como na exploração diferenciada das mulheres no mercado de trabalho. No campo, as mulheres lutam pelo reconhecimento de seu trabalho como produtoras. Muitas atividades que elas executam são fundamentais para a subsistência, mas são desvalorizadas, sendo consideradas como extensão do trabalho doméstico. No entanto, sabe-se que tanto na casa quanto nos quintais – espaços considerados tipicamente femininos – as mulheres desenvolvem trabalhos agrícolas e não agrícolas que geram renda.

No Diagnóstico de Gênero realizado pelo Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar no Sertão Central, em julho de 2007, constatamos que as mulheres realizam 40% das atividades agrícolas da unidade familiar, mas é o trabalho masculino no roçado que é socialmente visibilizado. A diferença entre o tempo dedicado pelos homens (58,7%) e o tempo dedicado pelas mulheres (40%) no roçado não é, nesse caso, proporcional à ideia socialmente instituída de que “mulher não vai pra roça” ou “roça não é lugar de mulher”.

No que se refere às cadeias produtivas, a participação das mulheres nos processos de comercialização da produção – um dos entraves à geração de renda no campo – ainda é bastante tímida. Em geral, a comercialização (negociação de compra e venda de produtos) tem sido responsabilidade dos homens, assim como decidir sobre o destino da renda da família. O tipo

de comercialização que as mulheres em geral praticam, como a venda de doces, ovos, galinhas, queijos, hortaliças, não demanda afastamento ou desobrigação de suas atividades reprodutivas. É por isso que essa atividade, considerada “marginal” ou subsidiária, é aceita pelos homens. Romper com essa lógica significa a possibilidade da independência, da liberdade, da autonomia. Significa a possibilidade e o poder de tomar decisões sem a tutela masculina.

É este o grande desafio e a responsabilidade demandada para uma ação de assistência técnica: apoiar iniciativas que venham desconstruir o mito de que o mercado é domínio masculino, estimulando a participação das mulheres na comercialização.

As relações patriarcais extrapolam portas e janelas das casas e se reproduzem no mundo público. Neste espaço, que também é lugar de decisão, há uma visível subordinação e exclusão das mulheres. A crescente participação feminina nas organizações de representação política, tais como os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e Associações de Assentados/as, tem sido considerada um avanço. No entanto, nem sempre significa o estabelecimento de relações igualitárias de poder. A exclusão das mulheres se traduz, ainda, nas dificuldades e entraves referentes a posse, título, acesso e controle da terra.

O acesso a políticas de crédito, assistência técnica e capacitação adequada são também problemas vivenciados pela população rural. Entretanto, é sentido de forma mais acentuada pelas mulheres, pelo fato de não serem identificadas como agricultoras rurais, pois o trabalho que elas fazem é tido como complementar.

Ainda há muito o que fazer para que as mulheres consigam acessar os diferentes tipos de crédito, até mesmo os específicos (Pronaf Mulher), pois existe uma estrutura machista tanto nas instituições oficiais de crédito quanto nos técnicos que elaboram projetos desse tipo. Os dados do referido diagnóstico nos mostram que 62,8% de agricultoras rurais não acessaram nenhum tipo de crédito, em relação a 32,6% que acessaram algum tipo de crédito.

Além de tudo isso, algumas das políticas públicas e projetos de desenvolvimento são elaborados e executados de modo que reforcem a tradicional divisão sexual do trabalho, responsabilizando as mulheres pelas atividades reprodutivas. Muitas vezes, a busca de “inserção” das mulheres nessas políticas e projetos se dá pela utilização das habilidades tradicionais femininas e do trabalho não remunerado das mulheres, para a promoção do desenvolvimento familiar e/ou comunitário.

Nesse sentido, promover o desenvolvimento de modo que as mulheres sejam vistas também como sujeitos significa, essencialmente, compreender as estruturas em que se constroem as relações de gênero, considerando as desigualdades existentes, no intuito de questioná-las e

transformá-las, possibilitando, assim, a constituição de homens e mulheres com autonomia sobre seus saberes, suas experiências e sua vida.

Para além desse contexto de desigualdade entre homens e mulheres, nosso país coexiste com dois modelos de produção marcados por grande contradição e incompatibilidade: o agronegócio e a agricultura familiar. O primeiro aposta no monocultivo e na elevada utilização de agrotóxicos, além da exploração de mão de obra com o uso de uma tecnologia que tem acarretado consequências irreversíveis para a saúde da população e para o meio ambiente, com forte impacto sobre as mulheres. O segundo aposta na agricultura diversificada, desenvolvida em pequenas áreas com capacidade para satisfazer as necessidades básicas por alimento da população e gerar mais empregos no campo.

Considerando uma realidade de desigualdade, pobreza, concentração de terra e água e destruição dos bens naturais do semiárido cearense, o Esplar, ao longo dos últimos quarenta anos, vem desenvolvendo atividades voltadas para a promoção da agricultura familiar, fundamentadas na agroecologia, na soberania e na segurança alimentar, na justiça ambiental e no empoderamento das mulheres em uma perspectiva feminista.

Para nós, a agroecologia é uma proposta viável para o semiárido, uma vez que se utiliza de práticas sustentáveis de adaptação para uma convivência harmoniosa entre o ambiente e as pessoas, proporcionando-lhes melhores condições de vida. Conviver ou viver com não se trata de tentar modificar características naturais, mas de respeitá-las. A agroecologia se apresenta, portanto, como uma possibilidade de interação e aceitação com o meio ambiente, que irá possibilitar reciprocidade e equilíbrio entre os diversos seres vivos. Tem sido resistência e, ao mesmo tempo, solução para um modelo agrícola dependente em energia e em insumos, que não reconhece nem valoriza o trabalho das mulheres na agricultura familiar. Há resistência ao sistema capitalista, ao monopólio de empresas; resistência ao agronegócio, aos químicos e à crise alimentar. Na construção de um mundo justo e igualitário entre homens e mulheres, agregamos à teoria agroecológica, partindo dos fundamentos de sua visão sistêmica, os sujeitos que agem e interagem na unidade familiar e fora dela, mostrando como se veem, como são vistos e como se posicionam no cotidiano das relações. Lidando com esse universo, foi possível identificar a intimidade entre patriarcado e poder no semiárido como expressões de dominação e observar como são construídas as subjetividades, as ideologias, os valores e as culturas.

Embora conscientes de que a prática agroecológica não responde por si aos problemas sociais e de gênero resultantes das relações que se estabelecem na unidade produtiva, consideramos que essa prática abre a perspectiva de promover transformações nas relações de produção. Daí que, se essas relações são estabelecidas por pessoas (homens e mulheres), é possível transformá-las. Nessa

perspectiva, fomos buscar na teoria feminista as bases para compreendermos as diferentes vias de dominação e exploração das mulheres como novos elementos para desvendar essa intrincada rede de dominação, poder e afetos. Para nós, o feminismo é uma teoria e uma ação política que luta pela transformação de uma sociedade machista e desigual, que oprime e violenta as mulheres, em uma sociedade com justiça, igualdade, liberdade, solidariedade e paz para todos/as.

Este artigo é uma forma de divulgar não apenas uma ação desenvolvida pelo Esplar, mas também de apresentar mudanças e aprendizados que essa experiência trouxe, especialmente, para as mulheres que dela fizeram parte, identificadas a partir daí como Multiplicadoras Agroecológicas. As protagonistas dessa narrativa são moradoras das regiões do Sertão Central, dos Sertões de Canindé e da região de Sobral do Ceará, que, ao longo de décadas, vêm registrando oralmente o que querem, por que querem, o que conquistaram e o que desejam conquistar, para ter o reconhecimento individual e coletivo de seus direitos como trabalhadoras rurais.

1. Trocando em miúdos

Considerando esse contexto e nosso desejo de transformar uma realidade de desigualdade e opressão vivenciada pelas trabalhadoras rurais do semiárido cearense, elaboramos uma proposta que pretendia, pela organização política e pelo fortalecimento do trabalho produtivo das mulheres, conhecendo e valorizando seu cotidiano, possibilitar um espaço de formação, produção de conhecimento e multiplicação de práticas agroecológicas. Para isso, construímos ações que pudessem fortalecer agricultoras com capacidade de influenciar grupos de mulheres tanto pelo viés das práticas agroecológicas quanto pelo viés da ação política. Pretendíamos que elas refletissem sobre sua vida, seus trabalhos, suas relações e pudessem desenvolver um conhecimento e multiplicá-lo, possibilitando sua inserção no desenvolvimento, com base na valorização de seu trabalho produtivo e reprodutivo, potencializando suas práticas de cuidado com a terra, as águas, as plantas, os animais e as pessoas.

As mulheres cujas histórias serão contadas aqui estiveram relacionadas com o Projeto “Agricultoras Construindo a Autonomia no Caminho da Sustentabilidade”, ação desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre 2010 e 2011. Para sua realização contamos com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) dos municípios de Canindé, Choró, Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú, Santana do Acaraú, Massapê, Forquilha e Sobral. O objetivo desse projeto era visibilizar, valorizar e potencializar a ação das Agentes Multiplicadoras agroecológicas dos municípios citados, com base na ampliação do conhecimento em diferentes campos do

desenvolvimento. Assumimos também a tarefa de possibilitar a articulação de técnicas e agricultoras nos âmbitos regional e estadual.

Propusemo-nos, então, a capacitar, em diferentes temas relacionados à agroecologia, as Agricultoras Multiplicadoras, de modo que elas pudessem repassar conhecimentos a grupos de mulheres que vivem em comunidades e assentamentos rurais em oito municípios de duas regiões do estado (Norte e Sertão Central), e fortalecer a organização e a articulação políticas dessas mulheres numa perspectiva feminista e agroecológica.

Para tanto, definimos como ação capacitar quinze Multiplicadoras Agroecológicas para realizar o trabalho de formação e acompanhamento a grupos de mulheres que vinham se organizando e desenvolvendo práticas baseadas na agroecologia. Nossa estratégia era, desde a dimensão sistêmica da agroecologia, contribuir para que as mulheres se sentissem empoderadas o suficiente para, a um só tempo, enfrentar situações de opressão e violência vivenciadas em seu cotidiano, assim como fortalecer práticas agroecológicas em suas atividades produtivas. Essa ação não seria possível, portanto, sem o apoio de entidades representativas de trabalhadores e trabalhadoras rurais – os STTRs e organizações de defesa das mulheres que atuam nas regiões, como a Marcha Mundial de Mulheres, o Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da ASA Ceará e o GT de Mulheres da ANA.

Na escolha das multiplicadoras, partimos da referência, dos contatos e das percepções que construímos com o trabalho já realizado pelo Esplar com grupos de mulheres na maioria desses municípios, desde 1997. No processo de definição de quem seriam as Multiplicadoras Agroecológicas, foram consideradas aquelas com potencial para realizar articulação e dar acompanhamento às mulheres tanto no que se refere ao trabalho produtivo quanto ao processo organizativo. Mulheres que já dispunham de relativo conhecimento sobre agroecologia e feminismo e eram referência em suas comunidades, tanto no que se refere às práticas agroecológicas como a atitudes cotidianas pela igualdade entre mulheres e homens. Percebemos que, dentre aquelas mulheres, algumas se destacavam por ter uma visão de mundo mais ampliada, além de suas unidades produtivas, bem como na apropriação da agroecologia e do projeto feminista. Tinham, portanto, potencial vivencial, discursivo e metodológico tanto para repassar conhecimentos quanto para envolver mais mulheres na luta por outro projeto de desenvolvimento para o campo.

Vale salientar que as definições de quem seriam as mulheres a fazer parte desse processo de formação e ação se deram, em sua maioria, após conversas realizadas com os sindicatos locais e com grupos de mulheres organizados. Algumas dessas mulheres já compunham o quadro das diretorias das organizações, outras eram delegadas sindicais, e outras, lideranças dos grupos na comunidade. Isso era, para nós, uma forma de contribuir com o processo de

capacitação e fortalecimento das ações dos sindicatos, assim como das organizações feministas e de mulheres na região.

2. Desvendando o processo

As atividades desenvolvidas pelo Esplar foram distribuídas por metas, organizadas como se segue.

Meta 1

Capacitar quinze agricultoras Multiplicadoras Agroecológicas, realizando duas oficinas sobre agroecologia, economia solidária e feminismo e duas oficinas sobre políticas públicas e comercialização, cada uma delas com duração de 24 horas.

Meta 2

Fortalecer a organização e a articulação política das mulheres, realizando dois encontros regionais sobre agroecologia e feminismo, com duração de 20 horas, e um encontro estadual com o mesmo tema, com duração de 12 horas.

Meta 3

Acompanhar as atividades agrícolas e não agrícolas de 22 grupos de mulheres, correspondendo a 264 agricultoras, por meio da realização de 480 visitas a serem feitas pelas multiplicadoras.

Essas metas eram relacionais e complementares, assim como a relação que se estabelecia entre Esplar, multiplicadoras e grupos de mulheres e, ainda, entidades de representação das trabalhadoras rurais e dos movimentos de mulheres. Dessa forma, a teia que se construía possibilitava a articulação tanto no plano do conhecimento quanto no plano da política entre o micro e o macro, de modo que posicionasse um entendimento comum sobre a realidade do semiárido conforme a visão das mulheres, considerando todos os elementos que contribuem para a pobreza e a desigualdade em nosso estado. Os encontros regionais e Estadual se constituíam na síntese dos aprendizados e, com base neles eram elaborados documentos de posição que tanto expressavam o pensamento das mulheres sobre o modelo de desenvolvimento em curso e seus impactos na vida das pessoas quanto alternativas a ele.

Esperava-se que, em um ano, cumpridas as metas, as agentes multiplicadoras estivessem capacitadas nas temáticas de agroecologia e economia feminista e solidária, realizando sua difusão no campo; as agricultoras que participavam dos grupos de mulheres estivessem, tanto com um grau de compreensão maior sobre a importância da biodiversidade e da economia solidária para sustentação de suas comunidades quanto com autonomia para continuar o manejo agroecológico de suas unidades produtivas; as mulheres se sensibilizassem para a implementação de casas de sementes em suas comunidades; fosse criada uma articulação, na esfera estadual, entre movimento feminista e de mulheres, em torno da agroecologia, bem ainda que houvesse fortalecimento dos grupos de trabalho de mulheres da ANA e da ASA. A realização de nossas expectativas sustentava-se também na articulação entre esse e outros projetos e ações realizados pelo Esplar, como os Consórcios Agroecológicos, a Certificação Participativa, o beneficiamento e o processamento caseiro do gergelim, a construção da Campanha Permanente contra o Uso dos Agrotóxicos, que vinham estimulando uma visão ampliada de desenvolvimento sustentável.

As ações se deram por meio de encontros de formação sobre diferentes temas: agroecologia, soberania e segurança alimentar, economia feminista e solidária, políticas públicas para mulheres rurais, feminismo. Na preparação desses momentos tivemos a preocupação de não apenas realizar debates sobre os temas, mas também de trazer um bom material que desse subsídio ao trabalho que elas desenvolveriam depois com as agricultoras, em seus grupos e comunidades. Fazíamos leitura de textos e cartilhas, que contribuía com os debates conceituais e teóricos, levávamos metodologias participativas e vídeos que assistíamos e debatíamos. Em todos os encontros, tínhamos um momento em que as Multiplicadoras Agroecológicas elaboravam as propostas metodológicas das atividades que realizariam com os grupos.

Após cada atividade de capacitação, as multiplicadoras iam ao encontro dos grupos para fazer o trabalho com as mulheres em suas comunidades por meio da realização de reuniões, oficinas, debates, com os temas e as metodologias discutidas no momento da formação anterior. Para não sobrecarregar a vida das mulheres em seus grupos, propusemos entre quatro a oito dias de trabalho por mês para cada multiplicadora, os quais seriam remunerados. O compromisso posterior das multiplicadoras era elaborar um relatório de cada um desses momentos, realizando o exercício da escrita, da elaboração, com o relato das experiências e das impressões de cada uma delas.

Conseguimos realizar a formação de vinte Multiplicadoras Agroecológicas, que acompanharam 22 grupos de mulheres, correspondentes a 264 agricultoras, que desenvolviam atividades produtivas agrícolas e não agrícolas em seus quintais produtivos, em consórcios agroecológicos, em artesanato em palha de carnaúba, com algodão agroecológico e com materiais recicláveis (PET), apicultura, horticultura, caprinocultura, produção de doces e bolos.

3. O que construímos no caminho

Durante as visitas e acompanhamentos realizados pelas Multiplicadoras Agroecológicas, tanto em momentos coletivos com os grupos quanto em visitas individuais a casa e quintais de cada uma das mulheres, era possível identificar as dificuldades vividas por essas agricultoras em seu cotidiano. Ao fazer o levantamento dos problemas relatados pelas multiplicadoras, percebemos que eles se repetem nas diferentes localidades e regiões, o que demonstra serem alguns deles expressões de questões estruturantes que incidem sobre o espaço local.

No que se refere às desigualdades de gênero e ao impacto da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres, os relatos referentes às diferentes formas de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial) vivenciadas pelas mulheres são os mais recorrentes. Também foi muito citada a exploração, a invisibilidade e a desvalorização do trabalho das mulheres, em especial como agricultoras. Alguns casos foram destacados como denúncias: pagamento diferenciado entre homens e mulheres pelo mesmo serviço – o valor pago para juntar castanha para o homem é de R\$15,00 e para a mulher é de R\$5,00, mesmo que ela colha uma quantidade maior. No trabalho de seleção do caju, os homens derrubam os cajus, e as mulheres apanham do chão – a diferença no pagamento é pelo fato de eles considerarem o trabalho feminino mais fácil. Para as jovens, esse processo dificulta o reconhecimento delas como agricultoras.

Foram relatados casos de mulheres sem documentação e sem acompanhamento técnico. Aquelas que recebem alguma assistência técnica consideram que, em geral, essa assistência reproduz visões estereotipadas do que é “trabalho de mulher”, centrando as capacitações realizadas em atividades que são extensões do trabalho reprodutivo. Vimos também relatos de mulheres que estão endividadas em virtude de empréstimos feitos pelos maridos em nome delas, além de homens que têm se apropriado do cartão e do dinheiro do Bolsa Família.

As mulheres trouxeram ainda das comunidades questões como a situação de fragilidade dos solos que está impactando na diminuição da produção e a falta de coleta pública de lixo e/ou de programa de reciclagem da gestão pública. No caso da coleta pública do lixo e da reciclagem, houve importantes desdobramentos, também resultado do acompanhamento realizado por uma equipe do Esplar que trabalhava com consórcios agroecológicos na região: as mulheres das comunidades de Pedrinhas/Sobral denunciaram a situação de descaso da prefeitura, e, em Poço Salgado/Santana do Acaraú, elas conseguiram a coleta – a comunidade coletava o lixo em carroças, selecionava, armazenava, colocava no prédio da associação, e a prefeitura mandava um carro pegar sistematicamente.

4. Temas e metodologias trabalhados

Ante os relatórios feitos das atividades desenvolvidas pelas Multiplicadoras Agroecológicas com os grupos, pudemos ter a dimensão do quanto elas contribuíram com a vida das mulheres. A lista de temas discutidos nos remete a quantos debates, reflexões e informações elas conseguiram possibilitar em virtude desse processo de escuta-diálogo-ação. Os temas debatidos buscavam dar resposta às demandas das mulheres, especialmente aos problemas identificados em seus relatos.

Os assuntos relacionados às questões de gênero e de organização das mulheres foram: feminismo/movimento feminista; Marcha Mundial das Mulheres; Marcha das Margaridas; participação política das mulheres; 8 de março; sindicalização; violência sexista e Lei Maria da Penha; divisão sexual do trabalho; economia feminista e solidária; saúde sexual e reprodutiva; preconceito contra as mulheres separadas ou solteiras no meio rural. Refletiram ainda sobre os direitos das mulheres e as políticas públicas, sobre documentação das trabalhadoras rurais, previdência social, salário maternidade, aposentadoria, além das diferentes formas de acesso a financiamentos e crédito para mulheres.

Em relação aos temas ambientais e produtivos, as agricultoras debateram e trocaram experiências sobre agroecologia, quintais produtivos, consórcios agroecológicos, casas de sementes, agrofloresta, soberania e segurança alimentar, alimentação saudável, justiça ambiental, cuidados com saúde, água, sementes e mudas. Discutiram sobre os perigos dos agrotóxicos, das queimadas, dos desmatamentos e dos transgênicos para os solos, águas, sementes e clima. Sobre a organização da produção e a comercialização, conversaram sobre as feiras feministas agroecológicas e/ou da agricultura familiar, sobre as possibilidades de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Refletiram sobre a importância e os limites atuais da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); as dificuldades de acesso e retirada do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP); a necessidade da reforma agrária e da educação do campo para a juventude; e o interessante trabalho das mulheres cisterneiras.

Falei nos consórcios agroecológicos como bandeira de luta contra o agronegócio, mas também contra o machismo, pois com os quintais, as mulheres conseguem autonomia nas discussões que envolvem renda, produção (...). Falei da importância do voto feminista nessas eleições de 2010, para que tenhamos o cuidado na escolha de quem

irá nos representar (...). Descobri que faço parte da economia solidária quando estou no mercado fazendo compras e quando estou em casa preparando alimentos (...) (trechos de falas das Multiplicadoras Agroecológicas).

Durante as formações, trabalhamos com textos, vídeos e metodologias sobre os temas relacionados à agroecologia, soberania alimentar, gênero e feminismo, economia feminista e solidária. Pelos relatos, pudemos ver que as Multiplicadoras Agroecológicas não apenas utilizaram o material apresentado por nós mas também buscaram outros documentos e vídeos, construíram outras propostas e dinâmicas para trabalhar com as mulheres.

Os vídeos utilizados por elas ao longo do trabalho foram: O Arredor de Casa, AS-PTA; Ação 2005 – MMM/SOF; Acorda Raimundo, Acorda!, CETA-IBASE; As Mulheres e o Mundo do Trabalho, PACS; Tecendo Solidariedade, Casa da Mulher do Nordeste; Vida Maria, VIACG Produção Digital. Além desses, vídeos sobre consórcios agroecológicos, casas de sementes, produção de lixo no Brasil e o baixo índice de reciclagem.

Os textos debatidos nos encontros e utilizados como subsídios para as oficinas com os grupos de mulheres foram: Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural, de Emma Siliprandi; Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?, de Cristina Carrasco; Cartilha Construindo cisternas, desconstruindo tabus: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água, do Centro feminista 8 de Março; O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para a discussão das relações de gênero, de Nalu Faria e Miriam Nobre; Cartilha Mulheres em luta por uma vida sem violência, da SOF; Relações de gênero e agricultura familiar, de Miriam Nobre; Cartilha Soberania Alimentar – Uma resposta às mudanças climáticas, da SOF; Diálogos entre economia solidária e economia feminista, de Miriam Nobre. Foram usados ainda textos, pôsteres e cartilhas sobre a Marcha das Margaridas, a organização produtiva e econômica das mulheres, queimadas, direitos previdenciários, transgênicos, políticas públicas para mulheres.

Em relação às dinâmicas utilizadas, foram citadas algumas conhecidas, outras criadas e/ou adaptadas por elas, como o autorretrato; batata quente/repolho; quebra cabeça; construção do boneco; relógio/cotidiano; pingue-pongue; dança da amizade; nó humano; tempestade de ideias; debates com base em figuras; dança dos balões; troca de bombons.

5. Ações e desafios

Tivemos como resultado direto desse trabalho diversas ações construídas com base no trabalho das Multiplicadoras Agroecológicas com as mulheres dos grupos, com as comunidades e os movimentos de mulheres e/ou feministas da região. Nas visitas aos quintais produtivos, roçados, consórcios agroecológicos e áreas de manejo agroflorestal, foram levadas orientações sobre podas e plantios, sobre práticas para o reaproveitamento da água, possibilitando momentos de trocas de mudas e de sementes de fruteiras e hortaliças. Apoiaram a construção de canteiros, a implementação de quintais coletivos de plantas medicinais e de hortaliças e o plantio de roçados coletivos com culturas consorciadas. Algumas afirmaram que “(..) a maior batalha que as mulheres conseguiram foi os seus companheiros não usar mais veneno e diminuírem as queimadas” (Poço da Pedra-Choró).

As Multiplicadoras Agroecológicas incentivaram ações de mutirões, campanhas, mobilizações, realização de feiras e elaboração de propostas políticas em parceria com as organizações da região, tais como mobilização para a Feira Feminista e Solidária, realizada em Quixadá; campanha de combate à dengue, com visita casa a casa; mutirão para limpeza no poço do Jerimum, na comunidade de Santa Rita/Choró; pesca de piabas para serem colocadas nos tanques das casas como prevenção da larva do mosquito da dengue; campanha na comunidade, com visita de casa em casa, e distribuição de panfletos informativos sobre o tratamento do lixo, com a participação do grupo de jovens da comunidade; apresentação do projeto de Reciclagem de Lixo da Federação das Associações de Quixeramobim; construção do plano de comercialização para a instalação de barracas em rodovia próxima ao assentamento. As multiplicadoras elaboraram propostas de pauta para a Marcha das Margaridas/2011, realizaram distribuição e debates de textos sobre a Lei Maria da Penha; elaboraram propostas para trabalho com agrofloresta; acompanharam e contribuíram com o planejamento das apicultoras de Alvaça/Santana de Acaraú, para 2011; visitaram escolas para falar sobre a valorização da identidade das agricultoras jovens; organizaram a 1ª Feira do grupo de mulheres das Cajazeiras/Forquilha com a produção de um vídeo que mostra o momento da Feira.

É interessante destacar a importância dos encontros regionais e do encontro estadual sobre Agroecologia e Feminismo, momentos pioneiros no Estado, que tiveram uma grande contribuição no processo de ampliação de uma visão articulada dos temas, assim como para fortalecimento da articulação entre as organizações do campo agroecológico nas esferas regional, estadual e nacional.

Os desafios fundamentais para as multiplicadoras estão relacionados à continuidade do trabalho com o apoio dos sindicatos, e que se possa levar os temas debatidos durante todo

esse período também para as assembleias; à reativação das casas de sementes que estão sem funcionar; à inclusão de mais mulheres nas diretorias das associações e sindicatos; e à ampliação do debate sobre gênero e feminismo para todos os espaços onde estão as agricultoras.

6. “Mas é preciso ter força, é preciso ter raça sempre...”

A decisão por executar as atividades desse projeto foi balizada pelo que consideramos um diferencial em projetos de curto período: capacitar um grupo de mulheres para que sejam multiplicadoras de nossa missão. Partimos da concepção de que a assessoria não deve ser eternizada. Seu papel/tarefa acaba quando ela consegue democratizar o saber e perceber, ao mesmo tempo, que o grupo que está sendo acompanhado tem diferentes demandas. Às vezes, não são explicitadas diretamente, mas são vistas pela assessoria por ter uma relação de aproximação com os grupos para além da técnica. São aquelas demandas que irão exigir da assessoria tanto uma abertura para enfrentá-las quanto a sabedoria necessária para dar “um passo fora”, sem deixar “a área descoberta”. É aí que entra outro atributo necessário a quem se coloca no papel de assessoria: a capacidade de articulação, de discutir com o grupo alternativas que venham suprir aquela necessidade. Para o Esplar, as multiplicadoras são uma aposta de que os movimentos são os próprios protagonistas da construção de seus projetos de contra-hegemonia.

Por outro lado, essa experiência no acompanhamento e na assistência a processos organizativos de mulheres produtoras tem mostrado que mudanças significativas acontecem na vida delas não apenas no âmbito da produção, mas também nas relações que estabelecem consigo mesmas, na família e na sociedade.

Apesar das conquistas que se acumulam no sentido de superação das desigualdades de gênero e do empoderamento das mulheres na efetivação de políticas públicas pelo seu reconhecimento como promotoras do desenvolvimento, ainda são evidentes as precárias condições em que vivem. São evidentes também as mais variadas formas de violência pelas quais elas passam cotidianamente. Esse pode ser considerado o fator que mais contribui para que as mulheres tenham dificuldade de superar as desigualdades de gênero no âmbito político e social, seja no campo, seja na cidade.

A tensão culturalmente imposta pelo patriarcado ainda não permite às mulheres, mesmo àquelas que se consideram empoderadas, realizar novos acordos nas relações de gênero. Sua condição secundarizada no processo produtivo e no mundo do trabalho, de um modo geral, vem sendo reproduzida ao longo dos anos com consequências irreparáveis para sua autonomia econômica, social e política. No caso do projeto realizado, some-se a isso limitações institucionais,

climáticas e de gestão nas regiões abrangidas, que contribuem para mantê-las com baixa capacidade de articulação para incidência coletiva, para inserção no mercado, para incidência nos espaços de poder e nas instâncias em que se decide sobre políticas públicas.

A experiência trocada com as mulheres sugere que, disponibilizando para elas um suporte efetivo no campo da proteção jurídico-institucional, que lhes provenha a autonomia e a garantia do direito ao seu corpo, dando-lhes as condições para que desenvolvam capacidades de aprimorar seu potencial produtivo por meio do fortalecimento e do incentivo às suas capacidades de organização e intervenção política, é possível que elas consigam se reconhecer e ser reconhecidas e respeitadas como protagonistas nos processos produtivos e de inserção no mercado. Mas é preciso que essas duas intervenções estejam calcadas em estratégia política de reconhecimento das mulheres como sujeitos do desenvolvimento, com ações de governo interinstitucionais e integradas.

A tarefa é complexa e difícil, principalmente se considerarmos o tempo como um aliado duvidoso. Um ano de trabalho com grupos dispersos territorialmente, atravessado por momentos de descontinuidade por força do período eleitoral, não poderia ser suficiente para dar conta do essencial na vida das mulheres. Mas pode ser tempo suficiente para sensibilizá-las a tomar essas pautas como agenda política.

Ciente disso, o Esplar procurou assegurar processos de reflexão e informação, com proposições de práticas locais de redução da pobreza e inserção no mercado, de modo que as mulheres pudessem vivenciar melhores condições de vida e desenvolver capacidades de influenciar os municípios a partir da ação, para práticas de uma agricultura sustentável em base ao comércio justo.

Mesmo tendo como público direto mulheres marcadas pelo itinerário recorrente das secas que ensejam ainda mais as diferentes formas de opressão sobre seus direitos, seu trabalho e seu corpo, o Esplar viu ser possível pensar para aqueles municípios uma atuação balizada por relações de parceria, que nos remetessem a: viabilizar ações de valorização do trabalho produtivo das mulheres; favorecer a informação na perspectiva do acesso a projetos governamentais; favorecer seus conhecimentos e as habilidades necessárias à inserção nos mercados; facilitar o debate sobre a violência e se colocar como aliado nele; sensibilizar para a importância da ação política por meio da organização.

O que, em especial, chamou-nos a atenção foi a capacidade das multiplicadoras de se apropriarem de conteúdos e de abordagens metodológicas, colocando-se, de fato, como militantes que acumularam aprendizados no debate da agroecologia. Isso fica bastante presente quando olhamos os relatórios das atividades feitas por elas. Neles, conseguimos perceber: a capacidade de aprofundar os temas; de articular os temas entre si a cada oficina ou de articular temas que aparentemente não guardam relação entre si, como segurança alimentar, desigualdade

de gênero no trabalho; capacidade de improvisar tanto para tratar melhor o tema quanto para facilitar a compreensão ou, ainda, diante de imprevistos na execução da metodologia pensada para usar em determinado tema; sensibilidade e capacidade de introduzir novos temas diante do imponderável na realização das atividades; capacidade de articular a teoria com a prática com base nas experiências apresentadas pelas mulheres no campo da produção; capacidade de usar diferentes dinâmicas para estabelecer envolvimento e atenção por parte do grupo.

Há que se valorizar ainda o fato de uma trabalhadora rural estar se colocando no papel de assessora. O fato de se ver com condições de repassar conhecimentos, de conduzir uma reunião sem a presença de uma observadora “de fora”, ou seja, com liberdade para criar, improvisar, sem precisar de aprovação. O fato de ter a aprovação do grupo, no sentido de estar, de fato, trazendo como contribuição a informação e a reflexão sobre as mais diferentes questões.

A quantidade e a qualidade das ações realizadas pelas multiplicadoras por meio desse projeto e articuladas com outros atores da região nos surpreendeu e nos fez perceber a importância de trabalhos que valorizem os conhecimentos das mulheres, que incentivem suas potencialidades e possibilitem ações militantes e transformadoras da realidade de opressão e desigualdade em que vivemos.

Percebemos ainda o impacto que as ações do projeto tiveram na vida pessoal, social e política das mulheres, proporcionando-lhes reconhecimento e visibilidade desde suas comunidades até a esfera nacional. Algumas mudanças podem ser observadas na vida das multiplicadoras e das mulheres que participaram do projeto. Isso se expressa em algumas falas e em atitudes das multiplicadoras:

Achei muito bom a experiência de sair do local para se encontrar com outros grupos de mulheres e movimentos. É importante para o nosso crescimento político e social (...) Achei boa a oportunidade de conhecer as políticas do governo federal para as mulheres (...) Importância de mostrar o trabalho produtivo que as mulheres realizam” (trechos de falas das Multiplicadoras Agroecológicas).

Durante o anúncio do encerramento do projeto feito pelas multiplicadoras aos grupos, a representante de um dos grupos fez o seguinte comentário:

Nós esperamos que continue este projeto, porque foi através do trabalho das multiplicadoras que ficamos conhecendo o que se passa lá fora. E os temas que elas debatem com a gente, fez com que nós

“tivesse” autonomia de fazer coisas que não fazíamos antes, como participar de reuniões, por exemplo (trecho de fala de uma das Multiplicadoras Agroecológicas).

A experiência de quatro décadas de assessoria a mulheres rurais nos confirma como a aceitação na comunidade no desempenho de outro papel é fundamental para a autoestima, a segurança, a autovalorização e o empoderamento das mulheres. É como se fosse o ponto de partida para voos mais altos, conquista de outros espaços de poder, sob uma perspectiva feminista, em universo eminentemente masculino.

As reflexões, os diálogos e as vivências no desenvolvimento das ações do projeto nos indicam que uma experiência nesses moldes pode muito bem ser difundida em âmbito estadual e ainda com perspectivas de melhores resultados.

Para viabilizá-la, é importante que se tenha uma articulação consolidada com as organizações de referência em cada região e com mulheres com potencial tanto para o exercício da liderança quanto para apropriação de conhecimentos e capacidade de repassá-los.

É interessante que seja visto pelas mulheres/multiplicadoras como um trabalho que vai lhes demandar tempo técnico nos locais, em contato com outras mulheres, e tempo técnico para reflexão. Portanto, deverão receber remuneração pelo serviço. Que tenham, de fato, acompanhamento direto da organização responsável nas ações que desenvolvem, com momentos de reflexão e revisão de conteúdos e metodologias.

Podemos afirmar com os resultados constatados que, diferente do que diz o dito popular, santo de casa faz milagres sim!

7. Considerações finais – Ninguém nasce sabendo... E continuamos aprendendo!

Fazer a articulação entre mulher e agroecologia, de modo que esta não seja apenas uma agregação de valor, continua sendo um desafio para organizações da sociedade civil. Um desafio para aquelas que sabem que não se pode tratar da questão do desenvolvimento sem considerar que as mulheres sejam sujeitos nesse debate (ainda há quem pense assim: “a gente discute aqui, e depois vê como colocar a questão de gênero”). Para quem aceita o desafio, são vários os campos a ser problematizados.

No plano institucional, é preciso superar as dificuldades e as resistências, quando se trata de aceitar discutir e/ou reconhecer a dimensão das desigualdades de gênero na agricultura familiar.

Superar a transversalidade como “solução” para o “problema”, que seria incorporar a questão das desigualdades de gênero na instituição. Refletir sobre as diferentes formas de exploração das mulheres, tendo o feminismo como construção teórica, que abre espaços para problematizar sobre as raízes da dominação e da exploração, que resultem na construção criativa de novas ações políticas. Com essa referência, deve-se rediscutir a identidade coletiva como caminho para um projeto coletivo, mantendo as singularidades.

No plano do trabalho prático no meio rural, com grupos mistos, considerar a dominação como construção histórica e, portanto, contribuir para que sejam superadas as relações de poder na família. Rechaçar a concepção funcionalista sobre a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do trabalho da mulher, levando em conta que a divisão social do trabalho justapõe-se à divisão sexual do trabalho. Considerar a importância de incentivar e fortalecer grupos de mulheres como forma de trazer para a unidade produtiva o reconhecimento e a valorização da mulher como trabalhadora. Trazer a necessária visibilização do conflito, para que se tenha elementos para superar as desigualdades na unidade familiar. Sem enfrentar esses dois campos com a profundidade que eles requerem, “a pedra vai continuar no caminho”.

Instituições que atuam no meio rural, numa perspectiva agroecológica, devem ter em conta que o uso de referenciais teóricos e abordagens metodológicas com potenciais transformadores deverão considerar a unidade familiar como o lugar ainda não devidamente visibilizado da dominação masculina, da sutileza da opressão. Devem ter em conta também que a relação entre produção e consumo pode ser potencializadora de injustiças de gênero. De um lado está quem detém os meios de produção e o poder para decidir sobre o que produzir em um ambiente de dominação; de outro, quem tem acesso ao consumo.

Dar um novo significado à agroecologia e, ao mesmo tempo, contribuir para a superação da pobreza das mulheres significaria introduzir novos significados aos nossos pressupostos, agregando outros e atualizando aqueles referenciais teóricos que estejam demandando novas análises. E é por isso que o Esplar continua trabalhando para viabilizar processos locais de formação, que agreguem conhecimentos e práticas capazes de influenciar mulheres organizadas a buscar melhorias para a vida delas, seja no plano material seja no plano das felicidades.

Referências

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Mulher e Trabalho**. Recife, 2013.

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. Disponível em: <http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2014.

NOBRE, Míriam, SILIPRANDI, Emma *et al.* (Org.). **Gênero e Agricultura Familiar**. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção cadernos Sempre Viva).

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAID, Magnólia de Azevedo. Ser Mulher no Brasil: desenvolvimento e desigualdades de gênero. *In: Um Campeão Visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. p. 106-117.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Perspectivas Feministas para a Igualdade e Autonomia das Mulheres**. São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

8. Anexos

Tabela 1 – Nome das mulheres multiplicadoras agroecológicas

REGIÃO NORTE	SERTÃO CENTRAL
SOBRAL Francisca Albertina Teixeira Nascimento Antônia Lucy Nascimento Aragão	CHORÓ Alzeni Correia Vieira Maria Eliane Lôbo Ramos Maria Deusilane Ferreira da Silva
FORQUILHA Cleide Maria Pereira Expedita Maria Nascimento Pereira	QUIXADÁ Lucilene Lopes Sousa de Paulo Cleane Xavier de Germano
MASSAPÊ Antônia Idenilda Aguiar Maria Neuma Silvino Maria Aurilene Viana da Silva	BANABUIÚ Francisca Josélia de Souza Paulino Aldenir Lopes Sousa Silva
	SERTÕES DE CANINDÉ CANINDÉ Antônia Antonieta Santana da Silva Maria das Graças Braz Cavalcante Maria Aucineide de Sousa Lima

Tabela 2 – Nome dos grupos de mulheres acompanhados

REGIÃO NORTE	SERTÃO CENTRAL
<p>SOBRAL Acompanhamento realizado por Albertina (com apoio de Aparecida) Ipueirinha/Jaibaras Boqueirão Pedrinhas/Rafael Arruda São Francisco/Jordão</p> <p>Acompanhamento realizado por Lucy Casinhas Picada Ruzy Campo Grande Oiticica</p> <p>SANTANA DO ACARAÚ Acompanhamento realizado por Liduina Águas Belas Floresta São Luís Alvaça</p> <p>Acompanhamento realizado por Lucileide Águas Belas Floresta São Luís Alvaça</p> <p>Acompanhamento realizado por Aurileide Salgadinho São Damião</p> <p>MASSAPÊ Acompanhamento feito por Neuma Pé de Serra Acompanhamento feito por Idenilda Meruoquina Morgado Morro Vermelho Acompanhamento feito por Maria Júlia</p> <p>FORQUILHA Acompanhamento realizado por Expedita Humaitá Rocha Acompanhamento realizado por Cleide Rocha Cajazeiras</p>	<p>BANABUIÚ Acompanhamento realizado por Josélia Valência 1 Boa Água Boa Água – Trapiá Sítio dos Lopes</p> <p>CHORÓ Acompanhamento realizado por Alzenir Vicentão/Ouro branco Riacho do Meio Santa Rita São João da Conquista</p> <p>Acompanhamento realizado por Deusilane Ouro Branco – Sede Riacho do Meio Croata Santa Rita</p> <p>Acompanhamento realizado por Eliane Poço da Pedra Pião Fonte Nova Feijão</p> <p>QUIXERAMOBIM Acompanhamento realizado por Audeni Olho d'Água Parelhas</p> <p>QUIXADÁ Acompanhamento realizado por Lucilene Ibiapaba Oliveira Palmares Floresta Sítio Veiga</p> <p>Acompanhamento realizado por Cleane Iracema</p> <p>CANINDÉ Acompanhamento realizado por Antonieta Nova Conquista Ipiranga Rancho Primavera Oiticica II Jacurutu</p>

continua

continuação

REGIÃO NORTE	SERTÃO CENTRAL
	Acompanhamento realizado por Aucineide Juá Nova Olinda Jacurutu Juá Nova Olinda Baixa Fria
	Acompanhamento realizado por Graça Tiracanga I Tiracanga II Barra Cancão Juá Nova Olinda Jacurutu-Estreito Jacurutu-Gázea Baixa Fria Jacurutu-Agrovila

A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E LIDERANÇA DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO LAGOA D'OUTRA BANDA

Mauricélia de Sousa Silva

Resumo

Este documento apresenta relato da experiência das mulheres do Assentamento Lagoa d'Outra Banda, no município de São José do Egito, no Sertão de Pernambuco, na luta pela conquista da terra e pelo seu uso e controle em contextos comunitários da propriedade coletiva e individual. Mostra a influência da luta pela terra na mudança de comportamento das mulheres na perspectiva da emancipação política e da elevação da auto-organização, agregando a esse novo contexto as relações de gênero entre homens e mulheres no processo da luta. As mulheres do Assentamento Lagoa d'Outra Banda trazem, em suas trajetórias de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, denúncias acerca da estrutura fundiária do país. Elas se organizam em grupo e são referência de luta e militância no acesso das mulheres à terra e aos meios de produção no território do Pajeú, trazendo a agoecologia como uma alternativa de convivência com o semiárido brasileiro, afirmando-se como sujeito de suas próprias histórias.

Introdução

O pouco acesso das mulheres à propriedade da terra e aos meios produtivos é realidade no território de sertão do Pajeú. Segundo o último Censo Agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o total de hectares dos quais mulheres são as proprietárias chega a 45.556, e, para os proprietários, homens, chega a 403.316 hectares.

Nos tempos atuais, há esforço em curso no governo federal no sentido de realizar ações afirmativas que reconheçam a pluralidade e a diversidade do campo e da agricultura familiar no Brasil. Mas, antes de entendermos esse novo caminho tomado pelo governo, é necessário analisarmos, minimamente, como se deu a formação social do Brasil.

A análise da presença das mulheres nas políticas de reforma agrária deve considerar dois elementos estruturantes na formação econômica e social do Brasil. O primeiro se refere à forma de apossamento da terra, decorrente de uma estrutura agrária baseada no latifúndio resultante da grande empresa colonial. O regime de sesmarias consolidou as bases produtivas e econômicas que se assentavam na grande fazenda, voltada para a exploração, e na utilização da força de trabalho barata disponibilizada pelo trabalho escravo. Tal situação vigorou mesmo após a promulgação da Lei de Terras, de 1850, uma vez que, entre outras coisas, estabelecia a compra como única forma de acesso à terra e abolia o regime de sesmarias (BUTTO e HORA, 2008).

Essa nova situação não oportunizou aos/as negros/as libertos/as e trabalhadores/as rurais, que não tinham com o que pagar a terra, condição necessária para o acesso à terra. A história nos mostra que, embora tenha havido formas diferenciadas de uso da terra, prevaleceram relações desiguais, que reproduziram situações de opressão e subordinação do/a pequeno/a produtor/a e de toda a sua família ao proprietário da terra.

Se, de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco ampararam o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres, com a consolidação de uma sociedade patriarcal (BUTTO e HORA, 2008).

No Brasil, os direitos das mulheres à terra e ao desenvolvimento rural só entraram na agenda pública com a redemocratização, no final dos anos 1980 e em decorrência das lutas das mulheres rurais pela igualdade (BUTTO e HORA, 2008).

No entanto, mesmo com a implementação de políticas direcionadas ao reordenamento da terra, visando o seu desenvolvimento agrícola – a exemplo do I Plano Nacional da Reforma Agrária, da concepção do Novo Mundo Rural e da constituição do Fundo Banco da Terra –, a situação da mulher não aparecia na década de 1980. Manteve-se por muitos anos, e até hoje predomina, a noção da família como unidade produtiva, tendo como núcleo a figura masculina, que tem como objetivo o aumento da produtividade da agricultura por meio da modernização.

A partir de 2003, a reforma agrária teve a inserção do conteúdo de gênero, e houve mudanças com a implementação de iniciativas de ampliação dos direitos econômicos e políticos das mulheres rurais. A elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) tentou superar a ausência dessas questões pelo Estado.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em sua Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), o II PNRA reconhece as relações de gênero como um dos pontos estruturantes das relações sociais no meio rural e inclui as mulheres como agentes políticos na construção da reforma agrária. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resgata essa questão e reafirma a luta dos movimentos sociais de mulheres no campo e dos demais movimentos sociais comprometidos com suas bandeiras. O acesso das mulheres à terra é um passo importante para a superação da pobreza e da desigualdade. Com a Portaria nº 981, de 2 de outubro de 2003, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória (MDA, 2011).

Essa titulação já estava prevista na Constituição de 1988, mas até então não contava com instrumentos legais que a tornassem obrigatória. Por isso, apesar de ser um direito constitucional, sua implementação vinha ocorrendo precariamente. A ausência da titularidade conjunta e obrigatória gerava práticas de subordinação ao pai, ao marido ou ao irmão. A titularidade conjunta da terra deve ser em nome do homem e da mulher nos lotes de assentamentos constituídos pelo casal em situação de casamento ou de união estável. Essa é uma regra obrigatória e vale também para os Títulos de Concessão Real de Uso. Essa garantia permite à mulher usufruir a renda e os benefícios econômicos e sociais (MDA, 2011).

Nesse momento, é importante retomar o que o último Censo Agropecuário nos revela já em 2006: diante das novas iniciativas governamentais, ainda há uma tendência desigual na apropriação da terra, e ainda resiste a concentração de terras para homens, o que sugere a manutenção do patriarcado.

Sabemos que não se esgota aqui o debate sobre a situação da mulher e o acesso à terra, pois este também pressupõe a manutenção da vida digna, o respeito aos recursos naturais, a produção sustentável e o empoderamento político e econômico de todas as pessoas do núcleo familiar.

Nesse contexto, o presente documento apresenta um relato sobre uma experiência pontual, mostrando um processo sobre como as mulheres do Assentamento Lagoa d'Outra Banda, no município de São José do Egito, em Pernambuco, Brasil, exerceram e exercem seus direitos sobre a terra, como elas acessam, controlam e usam a terra em contextos comunitários de propriedade coletiva e de propriedade individual.

1. Fundamentação teórica

No resgate histórico da vida das mulheres até os dias atuais, é incontestável a conquista de uma série de direitos que procuram garantir a igualdade de gênero. Porém, tomar como superada a influência que a relação patriarcal tem exercido sobre a sociedade é um grande equívoco. Podemos constatar isso nas diversas formas em que a ordem patriarcal se materializa: no mercado de trabalho, em que a mulher é desvalorizada, sendo remunerada inferiormente, mesmo que suas atribuições sejam as mesmas de um homem; na sua escassa participação em posições de

liderança; nas relações conjugais, quando a mulher se torna constante alvo de agressões físicas cometidas por seu companheiro; e nas relações intrafamiliares, em que a mulher sofre retaliações pelos seus próprios familiares.

Essa desigualdade histórica nas relações de gênero, quer seja em sua vida privada, quer seja em sua vida pública, causa situações de desvantagem para as mulheres. Desvantagens no acesso a políticas essenciais, como o direito à educação, à saúde, à moradia; e a políticas específicas, como o direito à terra, ao crédito, à assessoria técnica especializada e à documentação da mulher rural.

O primeiro Código Civil Brasileiro foi discriminatório, uma vez que excluía a mulher como sujeito de direitos. Após a sua reforma, a partir das reivindicações do movimento feminista, sofreu mudanças que favorecem relações igualitárias a partir de um marco legal. A Constituinte de 1988, devido à forte participação do movimento feminista no Brasil, também contribuiu fortemente para constituição de outro marco jurídico.

Porém, ainda é preciso superar valores culturais e morais presentes na nossa sociedade. Esses valores fortalecem o sistema patriarcal e impossibilitam o empoderamento da mulher e o seu reconhecimento como sujeito de direitos.

Nesse momento, faz-se necessário resgatar alguns conceitos, como os de *patriarcado* e *empoderamento*, para compreender historicamente as desigualdades e os referenciais teóricos do presente estudo de caso. Para Buarque e Santos (2002), o *patriarcado* é um sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade, e as relações sociais são determinadas pela opressão e subordinação da mulher, por meio do controle de sua capacidade reprodutiva, da sua sexualidade, da sua capacidade de trabalho e da interdição do seu acesso ao poder.

Na perspectiva de León (1997), o termo *empoderamento* é entendido como um processo educativo em que as pessoas, tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo, vão adquirindo consciência crítica sobre a cultura de poder e sobre as diversas formas por meio das quais as relações de poder se instituem na sociedade em geral e entre mulheres e homens. Possibilita o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos, o exercício do poder de decidir sobre sua vida, a elevação da autoestima e da confiança e o crescimento para participar dos espaços de poder, o que favorece, então, a ocupação da esfera pública e o fortalecimento da fala pública, assim como a definição de suas agendas e necessidades.

Vimos que a reforma agrária no Brasil, além de explicitar os conflitos de classe e de gênero, evidencia as relações desiguais de raça e etnia na história do nosso país. Destacamos também o processo de exclusão das mulheres na divisão do patrimônio, reforçando ainda mais o patriarcado como um sistema dominante e presente na sociedade brasileira.

Sob o enfoque de gênero, a reforma agrária significa uma política pública redistributiva, não somente entre as classes sociais, mas também, no interior dessas classes – entre indivíduos dos diferentes sexos (BUARQUE e SANTOS, 2002).

Para Butto e Hora (2008), apenas no Brasil o direito da mulher à terra é reconhecido em lei, conta com instrumentos necessários e está sendo efetivamente aplicado. Porém, é importante destacar que a reforma agrária é acompanhada por uma série de mecanismos e aparelhagens do governo que, muitas vezes, torna-a complexa para o acesso efetivo das mulheres.

Para Oliveira (2006), a realidade da vida das mulheres nos assentamentos¹ da reforma agrária no semiárido é caracterizada pela aridez do clima quente e seco da região e, principalmente, pelas relações históricas de poder expressas na concentração da terra e pelas relações de opressão e consequente subordinação. Assim, as desigualdades de gênero têm se evidenciado na vida cotidiana dessas mulheres e se traduzem em situações de exclusão da participação nas instâncias e nos mecanismos de controle social na comunidade (associações comunitárias, sindicatos e conselhos), nos programas e nos projetos de produção e geração de renda para agricultura familiar, nos cursos de capacitação da área agrícola e nas políticas públicas (de saúde, educação, cultura, transporte).

Nesse sentido, é importante destacar a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária e do Plano de Políticas para as Mulheres do Brasil. Nesses dois instrumentos, há previsto o direito igualitário à terra (titulação conjunta obrigatória, acesso preferencial a mulheres chefes de famílias), além de ações de apoio à organização produtiva (crédito, capacitação e assistência técnica) e à participação nos espaços de controle social das políticas públicas.

O que de fato afirmamos que ainda não foi consolidado no Brasil, sobretudo para as mulheres rurais do nordeste do país, é uma reforma agrária igualitária, que garanta os direitos das mulheres. O presente estudo de caso irá explicitar alguns elementos que ilustram a situação em debate.

1 Assentamento: para o conjunto do Movimento dos Sem Terra (MST), significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, aquela onde já se pode produzir e morar, constituindo-se um novo espaço social. In: <http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/h20054111652culturacampesina.pdf> Pág. 3. Acesso: 12/1/2012.

2. Conhecendo o Grupo de Mulheres Nova Esperança do assentamento Lagoa d'Outra Banda

2.1. Uma pausa para conhecer a região

Segundo o Programa Territórios da Cidadania, do governo federal, o sertão do Pajeú, em Pernambuco, foi ampliado para uma área de 13.350,30km² e é composto por vinte municípios: Afogados da Ingazeira, Igaraci, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Tabira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Itapetim, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Solidão, Triunfo, Tuparetama e Ingazeira².

A população total do território é de 395.293 habitantes, dos quais 153.673 vivem na área rural, o que corresponde a 38,88% do total. Possui 33.804 agricultores familiares, 1.810 famílias assentadas, 16 comunidades quilombolas e uma terra indígena. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), médio é de 0,65³.

Outra característica da região é o seu clima semiárido quente, com temperaturas que variam entre 20°C e 36°C, uma pluviosidade média inferior a 800 milímetros e predominância de vegetação que se adapta às adversidades climáticas, o que forma o bioma caatinga.

O município onde foi efetuada a pesquisa, São José do Egito, foi fundado em 1881. Mas, muito antes de sua fundação, fazendeiros que ocupavam as margens do Rio Pajeú resolveram ampliar suas terras, localizadas no vale meridional da Serra da Borborema, e ocupá-las. Assim, chegaram ao local onde hoje está estabelecida a cidade.

Segundo o último censo demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, a cidade tem uma área territorial de 798.873 quilômetros quadrados, limitando-se, ao norte, com os municípios de Itapetim e Brejinho; ao sul, com os municípios de Ingazeira e Tuparetama; ao oeste, com os municípios de Tabira e Santa Terezinha⁴; e, ao leste, com o estado da Paraíba.

É nesse município com características geográficas, climáticas e ambientais bem definidas e singulares que o Assentamento Lagoa d'Outra Banda está localizado. Para se chegar lá, é preciso percorrer 12 quilômetros por estradas precárias, além de atravessar um trecho por onde passa o Rio Pajeú.

2 Programa Território da Cidadania: grifo das autoras. <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertodopajepe/one-community?page_num=0>

3 Fonte: Sistema de Informações Territoriais <<http://sit.mda.gov.br>> <www.territoriosdacidadania.gov.br/>

4 Fonte: IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

O assentamento tem uma área total de 249 hectares⁵ de terra, onde oito famílias foram assentadas. Cada família assentada é composta por uma média de sete pessoas. Pela legislação em vigor, um porcentual de terra, referente à mata ciliar do rio que corta o assentamento e às áreas de caatinga nativa (reserva legal), deve ser preservado⁶. Para os órgãos ambientais, federais e estaduais, o assentamento é um projeto de empreendimento rural capaz de gerar danos ao ambiente. Nessas condições, cada família foi assentada em um lote que tem, em média, 19 hectares.

2.2. A história contada

Para entender o processo de luta e conquista das mulheres até se tornarem assentadas, tomemos como base um rápido resgate histórico a seguir.

- Entre 2000 e 2002 havia uma efervescência no Brasil da questão agrária, visto que, nessa época, a reforma agrária estava em pauta pelos movimentos sociais, principalmente pelos movimentos das mulheres rurais, que observaram que, no I Plano Nacional da Reforma Agrária, não havia o reconhecimento da participação delas como sujeito político e produtivo, e não estava pautada a inclusão e a visibilidade da mulher. Isso mais tarde, em 2003, seria incluído no II Plano Nacional da Reforma Agrária.
- Nessa mesma época, de 2002 a 2003, na região do sertão do Pajeú, os movimentos sociais, sindicais e religiosos ligados à terra, a exemplo dos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), tinham ações de organização das populações rurais sem terras para acesso à política da reforma agrária.

Com essa premissa, o Sindicato Rural de São José do Egito e a Comissão Pastoral da Terra iniciaram o processo de organização das famílias para serem assentadas na Fazenda Lagoa d'Outra Banda.

Uma família já era antiga moradora da fazenda – a família de Dona Maria Helena Moisés de Brito – e permaneceu, em comum acordo com o fazendeiro, como uma das famílias a compor o assentamento. Na mesma época, a mulher (esposa), que já participava de associação rural, recebeu o convite para participar da luta junto com a CPT e tomou a decisão de participar. Ela começou a se destacar como liderança, pois também começou a atuar no Sindicato Rural de São José do Egito e a participar de várias mobilizações e de outros espaços de discussão e formação política.

5 1 hectare = 10.000m².

6 Para saber mais: Licenciamento Ambiental Federal e Estadual: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/> e <http://www.cprh.pe.gov.br/>>.

Outra família sem terra vivia no município de Tuparetama. A família de Dona Maria José de Oliveira estava sendo mobilizada pelo Sindicato Rural local para acessar a terra. No entanto, foi a mulher, Dona Maria (esposa), que tomou a iniciativa de reivindicar seus direitos, após ter informações de que, no Sindicato Rural de São José do Egito, havia um projeto de assentamento prestes a ser conquistado. Então toda a família mudou-se em 2002, para morar num acampamento na Fazenda Buenos Aires e ficou aguardando a desapropriação daquela terra ainda por quase dois anos seguidos. No entanto, no final de 2004, a negociação entre o dono da terra da fazenda e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se consolidou primeiro. Mais uma vez, a iniciativa da mulher fez com que a família fosse incluída nesse projeto de assentamento.

Outras seis famílias tiveram uma história parecida, todas vieram de municípios vizinhos a São José do Egito, mobilizadas pela CPT ou pelo Sindicato Rural de São José do Egito.

Todas as famílias passaram à condição de assentadas, porém não havia muitas benfeitorias na Fazenda Lagoa d'Outra Banda. Não havia casas para todas as famílias. Apenas uma das moradoras da fazenda – Dona Helena –, a mais antiga delas, passou a ser assentada e recebeu, como negociação por parte do serviço de sua família, prestado ao longo de mais de trinta anos ao antigo dono, a casa que era a sede da fazenda. Uma moradia que não dispunha de saneamento básico e eletrificação rural, mas com uma estrutura bem conservada.

As sete novas famílias moradoras passaram a ser assentadas, porém vivendo em condições de moradia parecidas com as dos acampamentos.

Nesse período, final de 2004, o Projeto Dom Helder Câmara possibilitou a realização, em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste (CMN), do Perfil Diagnóstico do Assentamento Lagoa d'Outra Banda. Esse perfil diagnóstico serviu para apoiar a elaboração do planejamento da assessoria técnica, com a participação das famílias assentadas.

Em 2005, com o apoio da Casa da Mulher do Nordeste, da CPT e do Sindicato Rural do município, o assentamento começa a sua auto-organização, fundando juridicamente a Associação de Desenvolvimento Rural do Assentamento Lagoa d'Outra Banda. Também nessa mesma época é fortalecida a discussão de formação de grupos de interesses produtivos para a criação de galinhas e roçados diversificados e agroecológicos⁷, a formação de banco de forragens e outras tecnologias de convivência com o semiárido.

7 Para saber mais: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. MDA/SAF/DATER-IICA. Brasília. 2004. Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia-Conceitos%20e%20principios1.pdf>>.

2.3. A superação das dificuldades

A constituição jurídica do assentamento possibilitou que as famílias e as mulheres obtivessem outros direitos. No entanto, foram as mulheres que tomaram a iniciativa de fundar e assumir a gestão da Diretoria da associação. Na época, os companheiros preferiram não participar do movimento, que, muitas vezes, necessitava da participação das mulheres em reuniões com outras associações, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Local, em reuniões com o Incra e até em atos públicos. Essa foi a primeira dificuldade superada pela organização das mulheres em busca de seus direitos.

Com a legalização da associação e com o projeto de assentamento formalizado pelo Incra, os/as beneficiários/as foram credenciados/as para receber o crédito de implementação, subsídio financeiro que permitiu que os/as assentados/as iniciassem suas atividades produtivas. Essa foi a segunda dificuldade enfrentada pela liderança das mulheres.

Por meio do crédito de implementação, as famílias conseguiram receber algumas cestas básicas com gêneros alimentícios. O técnico do Incra foi encarregado da distribuição dos alimentos. Mas o que aconteceu foi a demora na continuidade da entrega, e, quando os alimentos chegavam, muitas vezes já estavam fora do prazo de validade. As mulheres e familiares enfrentaram um período longo, vivendo apenas do que produziam e, como na época o que produziam ainda era pouco, passaram por muitas privações de ordem alimentar.

A água para o consumo humano e para os animais vinha de um açude que recebia as enxurradas das chuvas, e, com elas, eram arrastados todos os tipos de impureza. Sem ter como tratar a água ou outra fonte hídrica, as mulheres na liderança questionavam a demora na liberação dos créditos e a falta de políticas públicas que atendessem às necessidades básicas do assentamento.

O alento foi a liberação do crédito, que ajudou na aquisição de ferramentas e sementes, além de pequenos animais para estimular a produção.

Em 2011, o assentamento começou a receber a última parcela do crédito de implementação destinado à construção das moradias. Aqui aparece mais um desafio a ser superado, pois, para receberem a última parcela do crédito, é necessário que os lotes sejam demarcados pelo Incra. Essa intervenção do Incra, realizada no final de 2011, provocou conflitos internos no assentamento e conflitos com o próprio Incra, pois a equipe responsável pelo trabalho de demarcar as terras não considerou os acordos de demarcação anteriores, realizados com o apoio da CPT, para que os/as assentados/as pudessem ter um mínimo de organização, para planejar a sua produção.

Ao longo de quase sete anos, as famílias organizaram a produção em lotes, respeitando o acordo e a demarcação feitos com apoio da CPT, e realizaram investimentos em infraestrutura

e outros. As organizações parceiras do assentamento e o Projeto Dom Helder Camara também realizaram, junto com as famílias, investimentos, como construção de um poço e de uma mandala⁸ na área destinada a ser coletiva. Com a intervenção do Incra, a área coletiva está com a sua continuidade ameaçada. Esse é um desafio que as mulheres, como lideranças, enfrentaram a partir de 2012, pois essa área coletiva era mantida por elas para geração de renda, e a produção agrícola das áreas das mandalas (como é chamada) já estava sendo comercializada na feira livre do município. Além disso, contribuía para que as mulheres acessassem a outra política pública que prioriza a compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo municipal para alimentação nas escolas da rede pública de ensino, a Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Nos três últimos anos de estiagem – 2011, 2012 e 2013 –, as mulheres enfrentaram muitas dificuldades com perdas de plantio e de animais. As mulheres relataram que tiveram de se desfazer de grande parte dos animais e das fruteiras, das hortaliças, e que houve diminuição da produção. No entanto, as mulheres tinham um estoque de plantas forrageiras e um estoque de alimentos para os animais. As plantas nativas forrageiras garantiram a sobrevivência de 20% da criação. Isso foi grande destaque na região, pois, por conta dessa reserva, as mulheres conseguiram manter uma parte da sua criação.

2.4. A participação das mulheres

Segundo a nossa observação, e a partir do relato das mulheres, foi a participação das mulheres que impulsionou a organização do assentamento.

Elas constituíram uma associação e formaram um grupo produtivo de mulheres, chamado Grupo de Mulheres Nova Esperança – metade dele é composto por mulheres jovens. Com o apoio da assessoria técnica da Casa da Mulher do Nordeste, elaboraram um estatuto que auxilia na gestão do grupo, o que mostrou o seu potencial em se organizar, possibilitando que elas participassem como sócias-fundadoras de uma rede de mulheres rurais, chamada Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. A Rede articula cerca de trezentas mulheres organizadas em grupos distribuídos em diferentes comunidades e municípios na região.

O Grupo de Mulheres Nova Esperança é hoje uma referência de luta e militância no acesso das mulheres à terra e aos meios de produção no território do Pajeú. São oito mulheres participantes, que, além das suas atividades da vida privada, dos seus afazeres domésticos e das suas atividades produtivas em seus quintais e roçados, dividem seu tempo com a vida pública, na

8 Mandala: tecnologia de convivência com semiárido, que tem como objetivo a produção de alimentos de forma sustentável.

representação do assentamento e de seu grupo em espaços de acesso a políticas públicas, como em conselhos municipais, e espaços de construção de políticas, como os fóruns e as conferências.

O grupo também é uma referência na contribuição e na participação no Fórum de Mulheres de São José do Egito. Essas mulheres são exemplos de resistência e demonstram que, ao longo da formação do assentamento e da constituição do grupo, foram discriminadas, até mesmo por muitas outras mulheres e, no entanto, não se deixaram abater.

No campo da produção, atualmente a associação começou a participar da Associação Agroecológica do Sertão Pajeú (Aasp), que articula produtores/as e grupos que trabalham agroecologicamente nas feiras agroecológicas de alguns municípios do Pajeú.

2.5. As conquistas

Para as mulheres, a maior conquista é ter a terra, pois é dela que conseguem manter a sua vida (tiram o seu sustento). Viveram um processo que as tornou conhecidas e respeitadas no município. Sentem-se mais fortes. É assim que elas se expressam.

Aprofundando essa questão, entendemos que elas, ao mesmo tempo em que se tornaram sujeitos econômicos e políticos, não têm a total segurança de que, de fato, serão donas da terra. A relação com o governo por intermédio do Incra é conflituosa, e o crédito subsidiado pelo governo e recebido pelos/as assentados/as, quer seja em tempo oportuno e ágil, quer seja com lentidão (como foi o caso), será devolvido ao governo quando vencer o tempo de carência desse empréstimo. E essa morosidade no processo atrapalha a produção e a geração de renda, com parte da qual se planejou usar para pagamento dos subsídios.

No entanto, elas listam várias conquistas no campo produtivo e de geração de renda, como:

- o parcelamento realizado com o apoio do sindicato deu condições às famílias de terem conhecimento da sua área e de se organizarem melhor;
- melhorou a condição de vida de cada família, pois passaram a ter mais conhecimento e, com isso, puderam se inserir em outras políticas voltadas para o campo, como o seguro-safra, as campanhas de vacinação de animais contra a febre aftosa;
- acessaram créditos na Ecosol⁹ para investir na produção ou usá-los em momento de emergência para compra de alimentos ou para cuidar da saúde;
- por intermédio do Projeto Dom Helder Camara, cinco famílias acessaram o Fundo de Investimento Social e Produtivo (Fisp), para produção de forragem, para garantir a segurança alimentar na criação de animais de pequeno e médio porte;

9 Ecosol: sistema de cooperativas que trabalham com uma metodologia da Economia Popular Solidária.

- ainda com o apoio do Projeto Dom Helder Camara, por meio da assessoria da Casa da Mulher do Nordeste, o Grupo de Mulheres Nova Esperança (as oito mulheres do grupo) conquistou sete Unidades Demonstrativas (UDs) para criação de galinhas;
- o Grupo de Mulheres conseguiu o apoio do Projeto Dom Helder Camara para reativar a área produtiva das mandalas;
- conquistaram, por intermédio do Programa Um Milhão de Cisternas, as cisternas para consumo humano e para pequena produção;
- as mulheres conquistaram um poço artesiano, que foi construído pela Secretaria de Agricultura do Município de São José do Egito. Esse poço é coletivo, com condição de beneficiar toda a comunidade;
- por intermédio da assessoria da Casa da Mulher, em parceria com o Projeto Dom Helder Camara e outras instituições, as mulheres participaram de um projeto de formação em hortas e pomares realizado pela Diaconia;
- por intermédio da assessoria da CMN com o Projeto Mulheres na Caatinga, as mulheres conseguiram fogões agroecológicos e plantio de plantas nativas para reflorestamento da caatinga;
- a conquista da eletrificação do assentamento, por meio do Programa Luz para Todos;
- melhorou a condição de vida das famílias, na questão da venda e do consumo de alimentos saudáveis, por conta do plantio agroecológico que as mulheres passaram a desenvolver.

2.6. O que ainda precisa melhorar

Para as mulheres, no assentamento ainda falta muita coisa que precisa ser melhorada. Falta o término da construção das habitações. Falta as famílias acessarem o crédito de investimento, como também acessarem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), definitiva, pois até o momento só três famílias receberam a DAP provisória.

No entanto, é a relação com o governo que é a prioridade entre as questões do que precisam melhorar.

Como relatamos nas dificuldades a serem superadas pelas mulheres, a equipe técnica do Inca (órgão que regulariza e implementa a política da reforma agrária no Brasil) tem dificuldade em compreender e valorizar as questões referentes às relações de gênero.

3. Lições aprendidas

- A primeira lição aprendida foi que o assentamento é constituído com luta.
- Mesmo nos momentos de acordos coletivos, ainda é preciso enfrentar conflitos por parte das lideranças de mulheres, ou seja, as mulheres sabem que os conflitos nas relações de gênero ainda são muito presentes no assentamento.
- O sentimento de posse da terra não é sentido pelas mulheres participantes do grupo. Há preocupação constante e insegurança em relação à titulação da terra.
- Quanto mais apropriação de informação sobre o direito das mulheres, mais dificuldades são superadas.
- Existe um dilema entre o direito à terra e a posse de fato.
- O II PNRA pode ser visto como um avanço na legislação de terras em favor das mulheres, pois garante a prioridade para as chefes de família na titulação bem como inclui o nome das mulheres casadas, parceiras ou com união estável como titulares.
- Mesmo após a vigência do II PNRA, a sua efetividade na vida das mulheres ainda está muito distante.
- No caso do Assentamento Lagoa d'Outra Banda, cada mulher assentada carrega uma história privada cercada por questões culturais resistentes de uma sociedade ainda patriarcal.
- O empoderamento das mulheres no processo de luta para conquista do assentamento é fundamental.
- O reconhecimento por parte das instituições que assessoram o assentamento é de que as mulheres têm habilidades e administram melhor os recursos financeiros.
- A coragem das mulheres em enfrentar o machismo, rompendo as barreiras do espaço privado (da casa) para ocupar os espaços públicos (políticos e de decisão), participando de cursos, oficinas, capacitações, seminários e viagens, representa tanto os interesses delas quanto os interesses coletivos.

Considerações finais

Pretendemos, nestas considerações finais, discorrer acerca de alguns elementos suscitados ao longo deste relato, procurando, ao mesmo tempo, afastar-nos da ideia de que trazemos dados conclusivos. Tratamos de questões que consideramos capazes de contribuir para a compreensão do envolvimento das mulheres do Assentamento Lagoa d'Outra Banda no processo de luta pela terra.

Para tanto, procuramos nos pautar no relato das mulheres, entendendo-as como sujeitos da história e como elas foram se apropriando dessa luta à medida que as dificuldades e os desafios iam sendo colocados. Isso proporcionou ao Grupo muitos aprendizados e o empoderamento na condição de sujeito político dessa história.

A realidade das mulheres no Assentamento Lagoa d'Outra Banda é marcada pela histórica desigualdade de gênero, que se evidencia nas relações vivenciadas na coletividade. Percebemos que há um contexto que reforça a exclusão das mulheres no processo de tomada de decisão e de participação nos espaços coletivos.

Entre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, ressaltamos a difícil relação com o Poder Público, por intermédio do Incra. Este ainda não reconhece as mulheres como lideranças dentro do contexto. Tomamos como exemplo a postura do representante desse órgão, que, quando vai ao assentamento, ignora a presença das mulheres e procura os homens para passar as informações e encaminhar as orientações em relação a ações a serem executadas nos lotes.

No entanto, percebemos, pelos relatos, que as mulheres vêm mudando essa realidade no assentamento. Elas não se intimidam com as críticas. Ao contrário, as mulheres têm enfrentado com muita garra as desigualdades, que tentam, a todo tempo, excluí-las do processo de participação.

Atualmente, segundo o relato das mulheres, essa atitude tem se agravado, porque as questões não têm sido dialogadas nas reuniões da associação, como era antes. É procurado um ou dois representantes (homens) do assentamento para o repasse das informações.

Outro obstáculo enfrentado é a demora da execução das políticas públicas no assentamento. O crédito de investimento para o plantio e a aquisição de animais ainda não foi liberado. A área foi parcelada diferentemente da maneira como as famílias haviam definido anteriormente, ou seja, não foi considerado o pré-parcelamento realizado pelo/as assentados/as conjuntamente com as instituições que assessoraram o assentamento no início (CPT e Sindicato de Trabalhadores Rurais de São José do Egito). A construção das casas ainda não foi concluída. Essa morosidade em efetivar as políticas causa muitos transtornos às famílias e à vida das mulheres. Para a maioria das agricultoras, causa uma sobrecarga de trabalho, na medida em que o fazer doméstico não é compartilhado com toda família nos momentos em que é preciso fazer a representação do assentamento, e, ainda, somado a isso, resta o trabalho produtivo que elas desenvolvem.

O trabalho da Casa da Mulher do Nordeste com as mulheres fundamenta-se em uma perspectiva feminista. Nesse sentido, o trabalho de assessoria técnica é realizado numa perspectiva emancipadora, desenvolvendo métodos e estratégias, por meio de atividades que proporcionem às mulheres o conhecimento sobre a sua condição e o seu papel de sujeito na transformação.

Diante do contexto vivenciado pelas mulheres do Assentamento Lagoa d’Outra Banda, fica claro que as mulheres, historicamente, passam por situações de subordinação, dominação, discriminações e opressões – de diferentes formas e graus – em todas as sociedades.

Sob a perspectiva feminista, a Casa da Mulher do Nordeste, na sua proposta metodológica, buscou se aproximar da realidade das mulheres rurais, absorvendo elementos singulares de seu cotidiano, valorizando experiências, saberes, sentimentos e necessidades, buscando, assim, articular teoria e prática, conhecimento e experiência, realidade local e global.

Referências

BUARQUE, Cristina; SANTOS, Graciete. **O que É Gênero**. Gênero e Desenvolvimento Rural: Manual de Orientação para os Agentes da Reforma Agrária. Brasília: INCRA/FAO, 2001. Págs. 19, 25.

BUARQUE, Cristina. Texto: Introdução ao Feminismo. *In*: SANTOS, Graciete. (Org.) **Escola Feminista de Formação Política e Econômica nos Bairros: referências teóricas e práticas metodológicas**. 1ª Edição, Recife. Casa da Mulher do Nordeste. Parceria: Centro das Mulheres do Cabo, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste. 2008. Pág. 122 e 123.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. *In*: MDA /NEAD. Mulheres na Reforma Agrária. Brasília: MDA, 2008, p. 23, 19-38.

LEÓN, Magdalena. **El Empoderamiento en la Teoría y Práctica del Feminismo**. *In*: Poder y empoderamiento de las mujeres. Santafé de Bogotá: TM Editores: 1997. *In*: OLIVEIRA, Maria Lúcia L. Transformação das desigualdades de gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do cariri paraibano. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007. P. 142-143 <<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert07/Maria%20Lucia%20Lopes.pdf>> Acessado: 11/1/2012.

LERVOLINO, Solange Abrocesi. PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. **A Utilização do Grupo Focal como Metodologia Qualitativa na Promoção da Saúde**. <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a03.pdf>>. Acesso em 23/11/2011.

MDA – Diretoria de Políticas para as mulheres rurais. <http://www.mda.gov.br/portal/aegre/institucional/Direito_da_mulher_%C3%A0_terra>. Acesso 23/12/2011.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. Trabalho

apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais, Brasil. 2002. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf>. Acesso em 23/11/2011.

OLIVEIRA, Maria Lúcia L. **Transformação das Desigualdades de Gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2007. 156 p. <<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert07/Maria%20Lucia%20Lopes.pdf>>. Acessado: 11/01/2012.

SANTOS, Graciete. ALMEIDA, Marli. **As Relações de Gênero na Agricultura Familiar.** Diagnóstico do Pajeú/Pernambuco. Série Cadernos-diagnósticos1. Casa da Mulher do Nordeste. 2003. Pág. 7.

MENÇÃO HONROSA

RESGATE DA CULTURA ALIMENTAR NA LINHA SIMONETTI, MUNICÍPIO DE IVORÁ (RS)

Angela Beatriz Araújo Pereira

Leani Bertoldo

Leila Ghizzoni

Magda Aparecida Limberger Tonial

Resumo

A comunidade da Linha Simonetti, no município de Ivorá (RS), iniciou, no em 2010, o resgate da cultura alimentar e, nos anos seguintes, avançou no resgate das sementes crioulas¹. Para tanto, a comunidade construiu parcerias locais, avançando também no resgate histórico-cultural e na valorização dos aspectos da cultura local como fator de autoconhecimento, fortalecimento da autoestima e manutenção dos laços de identidade, pertencimento e solidariedade. A presente sistematização tem como objetivo apresentar a história da comunidade no que se refere à conservação e reprodução da cultura alimentar, bem como reconhecer a mulher rural como protagonista nas ações de segurança e soberania alimentar. A experiência destaca ainda a ligação entre a preservação da cultura alimentar e a agrobiodiversidade crioula como estratégia de resistência à modernidade alimentar, o que contribui para assegurar a reprodução social da agricultura familiar no meio rural.

Palavras-chaves: Resgate da cultura alimentar. Sementes crioulas. Linha Simonetti.

Introdução

A presente experiência sistematizada se refere à comunidade da Linha Simonetti, pertencente ao município de Ivorá, na região central do Rio Grande do Sul (RS). A comunidade

1 São sementes naturais, sem mudanças tecnológicas ou genéticas, passadas de geração a geração pelos(as) agricultores(as).

mantém vivas suas identidades e tradições na memória coletiva e no saber-fazer das mulheres agricultoras e suas famílias, convertendo-se em sinais de resistência à modernidade alimentar.

A identidade cultural relacionada à alimentação se constitui em espaço privilegiado para aprender determinados processos nos quais os grupos sociais marcam sua distinção, reconhecem-se e são reconhecidos, construindo, assim, sua identidade social (MACIEL, 2005). Nesse universo de análise, Maciel (2005) chama atenção ainda para o fato de que a alimentação não se limita a ser um ato imprescindível de sobrevivência, pois, se os homens necessitam sobreviver (logo, necessitam alimentar-se), eles sobrevivem de maneira “culturalmente forjada e culturalmente marcada”, ou seja, o ato de se alimentar tende a indicar a diversidade cultural de uma região, da localidade ou de um grupo. E nessa diversidade, os valores, as crenças, os preconceitos, a religião e a história, entre outros aspectos, são fundamentais na decisão do que consumir. Conforme Wedig, Pacheco e Menasche (2008) afirmam que as escolhas alimentares são parte de uma cultura em que se está inserido.

Assim, pode-se compreender que as formas de alimentação estão carregadas de elementos culturais que, ao manterem a diversidade, constituem-se no reconhecimento da forma tradicional de se alimentar. O ato de comer é uma das manifestações mais importantes dessa relação. Assim, as culturas têm muito a dizer sobre o quê, como, por quê, quando e quanto se deve comer (POLLAN, 2008, p. 147).

Em 2010, inicia-se o trabalho de valorização e fortalecimento da cultura alimentar no município de Ivorá, com as mulheres rurais da Linha Simonetti, construindo parcerias locais, avançando no resgate histórico-cultural da comunidade. Em 2011, ocorreu o primeiro evento denominado Resgate Histórico-Cultural da Linha Simonetti, com a apresentação da história da comunidade e jantar com pratos típicos da cultura alimentar local.

O trabalho foi ampliado com a realização do 1º Seminário de Agrobiodiversidade Crioula, em que as mulheres e sua família puderam apresentar as sementes crioulas cultivadas na comunidade, proporcionando o intercâmbio de sementes, visando à conservação do patrimônio genético e garantindo a segurança e soberania alimentar. Em 2012, foi organizado o 2º Encontro Histórico Cultural, da comunidade da Linha Simonetti, e 1º Dia de Troca de Sementes Crioulas. Nesse momento, já haviam sido identificadas 75 espécies de sementes crioulas, sendo que, além de haver incentivo para o cultivo pelas famílias, elas foram (e estão sendo) disponibilizadas para horta escolar da comunidade. Os alimentos ali produzidos também estão sendo utilizados como elementos pedagógicos de referência para o município e a região.

Assim, numa comunidade com mesa farta de alimentos, tem-se sabores, sentidos, afetividades e simbologias, constituindo um ritual de comensalidade e de imagens de mundo

e de histórias. Isso possibilita, por meio do alimento, múltiplas reflexões sobre a produção e o consumo de alimentos, daquilo que permanece e daquilo que foi transformado e de uma cultura alimentar impregnada de práticas e saberes tradicionais.

O trabalho traz, ainda, aspectos sociais e culturais da comunidade e resgata a cultura alimentar, os saberes e as práticas alimentares representativas.

O registro das atividades desenvolvidas se fez necessário para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres no município e na região.

Na metodologia empregada, utilizou-se, inicialmente, uma reunião de sensibilização com o grupo de mulheres da comunidade. Após, houve uma mobilização da comunidade para registrar esse processo de trabalho, bem como esclarecimentos sobre sua importância. Durante essas etapas, foram utilizadas metodologias participativas e ferramentas, como linha de tempo, diagrama de Venn, entrevistas semiestruturadas e Fofa – metodologia que preconiza o conhecimento das fortalezas/oportunidades e fraquezas/ameaças da comunidade. As informações coletadas com o apoio de técnicos da Emater/RS-Ascar e da Prefeitura Municipal de Ivorá permitiram o registro dos processos vividos na comunidade.

1. Contexto

O município de Ivorá situa-se na região central do Rio Grande do Sul (RS), a 360km de Porto Alegre e a 50km de Santa Maria. Está localizado na Serra de São Martinho, a uma altitude média de 200 metros, o que torna sua temperatura amena durante o ano todo, em média de 17°C. Atualmente conta com uma população de 2.156 habitantes: 705 na zona urbana e 1.451 na zona rural. A base da sua economia é voltada para a agricultura e a pecuária.

Historicamente, o povoamento de Ivorá esteve vinculado ao processo de imigração italiana ocorrida no RS durante o Segundo Império, quando então o município pertencia ao quarto núcleo de povoamento italiano de Silveira Martins, na região central do estado do RS.

O meio rural de Ivorá possui, entre vários atrativos, lindas cascatas, um abrigo indígena, um balneário, belas capelas e capitéis, trilhas de ecoturismo, os quais fazem parte da Rota Gastronômica da Quarta Colônia. Além disso, foram surgindo iniciativas que vêm agregando valor a esse espaço rural, como agroindústrias e cantinas.

A comunidade da Linha Simonetti é formada por vinte famílias de agricultores familiares, descendentes de italianos, abrigadas em pequenos estabelecimentos, cuja produção de alimentos é diversificada. Em muitos casos, há transformação das matérias-primas produzidas

(agroindústrias) de forma artesanal, como é o caso da cachaça, do açúcar mascavo, do suco, do vinho e do mel. Tais produtos são responsáveis por agregar valor à economia familiar, criando novas oportunidades de geração de renda. Apesar dessas iniciativas, a comunidade Simonetti tem se caracterizado por preservar os valores e a cultura dos seus antepassados.

No processo de transição alimentar e nutricional, o patrimônio cultural vem sendo subvalorizado, desde seus hábitos alimentares até a agrobiodiversidade. Tal constatação leva as parcerias envolvidas nessa experiência a valorizar os aspectos da cultura local, responsáveis em servir como fator de fortalecimento da autoestima e da manutenção dos laços de identidade, pertencimento e solidariedade nas comunidades rurais. Tais fatores são importantíssimos para avançar na construção de estratégias que promovam o desenvolvimento rural sustentável.

A presente sistematização tem como objetivo apresentar a história da comunidade no que se refere à conservação e à reprodução da cultura alimentar bem como reconhecer a mulher rural como agente de transformação nas ações de segurança e soberania alimentar. Tal protagonismo tem sido exercido a partir da conservação das sementes, dos cuidados apresentados no trato com a horta e o pomar, bem como no processamento de alimentos, por meio da conservação do saber-fazer” tradicional.

O protagonismo dessas mulheres rurais torna-se ainda mais relevante por tratar de alimentação, um direito humano essencial à vida e à conservação da cultura alimentar e da agrobiodiversidade, que pode operar como elemento de resistência à modernidade alimentar e contribuir como uma das estratégias na reprodução da agricultura familiar.

2. Descrição da experiência

O trabalho iniciou em 2010 com o resgate da cultura alimentar na organização social das mulheres da comunidade da Linha Simonetti, que, juntamente com as parcerias locais, avançou no resgate histórico-cultural que caracteriza a identidade da comunidade. Segundo a Articulação Nacional de Agroecologia (2008), as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação da biodiversidade e da cultura alimentar, ao atuar como guardiãs das sementes e mudas, ao promover a diversidade de espécies nativas nos quintais e ao criar práticas alimentares alternativas.

A partir de então, as famílias da Linha Simonetti se mobilizaram e se engajaram no resgate da cultura alimentar local e de toda a sua história até os dias de hoje, contando com o apoio das lideranças municipais, secretarias municipais de Agricultura e Educação e da Emater/RS-Ascar. A evidência dessa ação conjunta foi relatada pela agricultora da comunidade, Edite Simonetti:

Este trabalho está sendo muito importante, pois está valorizando uma cultura das famílias descendentes de italianos, que são maioria na comunidade, que é o plantio de sementes crioulas para o cultivo de grãos, verduras e legumes para o consumo das próprias famílias e que acabam produzindo alimentos saudáveis além de diminuição de custos com a compra de sementes.

Em 2011, Ivorá participou da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural² (Ater), sendo uma das temáticas prioritárias a segurança e soberania alimentar. Na comunidade da Linha Simonetti, todas as famílias foram contempladas na referida chamada pública, e o trabalho em segurança e soberania alimentar foi aprofundado e fortalecido.

Ainda em 2011, realizou-se o primeiro evento denominado Resgate Histórico Cultural da Linha Simonetti, no qual houve apresentação da história da comunidade e um jantar com pratos típicos da cultura alimentar. Posteriormente, o trabalho foi ampliado com a realização do 1º Seminário de Agrobiodiversidade Crioula. Esse evento serviu de elemento motivador para a mobilização das mulheres em reconhecer as espécies vegetais, coletar as sementes e identificar os tipos de sementes crioulas cultivadas na comunidade. Dessa forma, foi possível realizar intercâmbio de sementes crioulas, visando à conservação do patrimônio genético e à garantia da segurança e soberania alimentar das famílias. Segundo Meirelles (2004), a criação de bancos de sementes crioulas, a produção de alimentos em bases sustentáveis, a articulação de novas redes de distribuição e o consumo de alimentos são condições indispensáveis para garantir o acesso aos alimentos saudáveis.

Conforme Altieri e Toledo (2011), os sistemas de produção fundamentados nos princípios agroecológicos constituem a base de uma estratégia produtiva fortemente vinculada à soberania alimentar. Ainda segundo os autores, a soberania alimentar se assegura na autonomia das comunidades rurais, no fortalecimento dos mercados locais, nos circuitos locais de produção e consumo e nas redes de agricultores que promovem inovações e ideias agroecológicas. Para Caporal e Costabeber (2004, p. 6), “a Agroecologia é uma ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”.

Em 2012, ocorreu o 2º Encontro Histórico Cultural, da comunidade da Linha Simonetti e 1º Dia de Troca de Sementes Crioulas. No encontro, as mulheres agricultoras já haviam identificado

2 Política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltada ao desenvolvimento de ações com a agricultura familiar.

75 espécies de sementes crioulas na comunidade. As sementes identificadas e colhidas foram destinadas ao cultivo das famílias e disponibilizadas para cultivos na horta escolar da comunidade, onde os alimentos produzidos foram utilizados como elemento pedagógico de referência para o município e região. Conforme André Simonetti, agricultor da comunidade:

O trabalho acabou valorizando e despertando a ideia nas pessoas da comunidade de que as sementes de culturas crioulas são mais saudáveis e com maior valor nutritivo, e que, com a entrada de sementes transgênicas, as famílias estavam deixando de lado a tradição de colher sementes e cultivar com sementes próprias, que são um patrimônio das famílias da comunidade. Com o evento, ocorreu uma maior diversidade de espécies e o resgate de algumas culturas que estavam sendo substituídas pelos transgênicos. Na parte alimentar as famílias da comunidade já têm por tradição alimentar-se principalmente daqueles alimentos herdados dos antepassados e, com a realização do evento, está se oportunizando para que outras pessoas conheçam a forma e o modo de fazer desses alimentos, além de conhecer a cultura e a história da comunidade.

Todo o processo de resgate da cultura alimentar e das sementes crioulas sensibilizou os gestores públicos municipais de Ivorá. Um exemplo que ilustra muito bem esse momento é o Projeto de Educação Alimentar que vem sendo desenvolvido junto com a rede municipal de ensino pela Secretaria Municipal de Educação e Emater/RS-Ascar. O projeto tem oportunizado a interação dos pais, mães, escolares e professores na reflexão e construção de estratégias que promovam a segurança e a soberania alimentar das famílias rurais. Conforme a nutricionista da Secretaria Municipal da Educação, Greici Cerezer Uliana:

O projeto de segurança e soberania alimentar proporciona um resgate da cultura alimentar, no incentivo ao consumo de alimentos produzidos em casa, ao cultivo das plantas para autoconsumo, mostrando aos alunos a importância destes na alimentação, já que são mais saudáveis, apresentam menor utilização de agrotóxico e substâncias químicas, têm sabor e qualidade inigualável. Mostrar às nossas crianças a importância da produção do alimento e o modo de preparar com o uso de receitas coloniais, o manejo da terra na horta

escolar, o conhecimento das sementes crioulas, saber de onde vem o que consumimos, sem dúvida traz grandes resultados na educação nutricional em busca da alimentação saudável e qualidade de vida.

Na comunidade da Linha Simonetti, em parceria com a escola David Simonetti, foi implementada uma horta, utilizando sementes crioulas da comunidade, uma forma didática de trabalhar com os alunos, demonstrando a importância da horta doméstica na produção de alimentos para a família. O agricultor Alberto Simonetti, da Linha Simonetti, destaca a importância do envolvimento dos escolares neste trabalho:

Eles (os alunos) vão aprender desde pequenos a guardar as sementes. A outra semente se pega no mercado e pronto. A semente crioula não tem no mercado, temos que guardar ou conseguir nas outras famílias. Mas é a nossa semente e confiamos nela.

A troca de sementes crioulas de Ivorá é realizada no Encontro Histórico e Cultural da Comunidade da Linha Simonetti, promovido anualmente. Esta preserva e cultiva sementes de hortaliças, feijão e milho que perpassam gerações e, ainda hoje, são cultivadas e guardadas pelas famílias. Isso tem garantido uma produção diversificada para o autoconsumo das famílias, assim como uma mesa farta de alimentos geradores de saúde produzidos de forma sustentável.

Numa dieta tradicional, alguns pontos se destacam: as práticas e os hábitos alimentares e a forma de se alimentar de uma determinada cultura. Segundo Pollan (2008), as dietas tradicionais retratam um processo longo e progressivo, em que as culturas descobrem o que funciona e a melhor maneira de conciliar as necessidades humanas com o que a natureza tem a oferecer. Os métodos tradicionais resistem ao tempo e incorporam uma lógica nutricional que mantém as pessoas bem nutridas, geração após geração. Por isso, devemos pensar antes de abandonar uma dieta tradicional.

A culinária é uma das formas pelas quais uma sociedade expressa sua identidade e suas diferenças, resistindo às mudanças do tempo. As práticas culinárias tradicionais estão profundamente enraizadas na natureza e nas combinações de alimentos. As formas como são preparados constituem um acúmulo de conhecimentos e de história sobre dieta, saúde e lugar. De acordo com Pollan (2008), “[...] costuma-se dizer que o último lugar para se procurar sinais de assimilação na casa de um imigrante é na despensa”.

Em 2014, as mulheres agricultoras da Linha Simonetti juntamente com a Emater/RS-Ascar organizaram uma publicação que resgata as histórias e sabores dos alimentos, simbologias presente no plantio, no preparo e no consumo de alimentos vivos na memória alimentar. Assim, numa

comunidade com mesa farta de alimentos, temos sabores, sentidos, afetividades, simbologias, constituindo um ritual de comensalidade e uma imagem de mundo e de histórias, o que nos possibilita por meio da comida, múltiplas reflexões sobre a produção e consumo de alimentos.

O trabalho articulado na comunidade tem oportunizado a divulgação desse conhecimento no município e na região. Isso tem promovido, na comunidade, o fortalecimento da autoestima e a manutenção dos laços de identidade, pertencimento e solidariedade. Ela, com todo o seu potencial (características endógenas), mantém vivas suas identidades e tradições na memória coletiva e no saber-fazer das famílias agricultoras, convertendo-se em sinais de resistência à modernidade alimentar.

Resultados

Entre os resultados obtidos, podem ser mencionadas as seguintes conquistas:

- a. reconhecimento do protagonismo e das ações desenvolvidas pelas mulheres;
- b. resgate e preservação dos hábitos e práticas alimentares da cultura da comunidade;
- c. resgate de 75 espécies de sementes crioulas;
- d. realização de evento anual de troca de sementes crioulas que mobiliza público do município e da microrregião;
- e. implementação de uma horta escolar na Linha Simonetti, usando as sementes crioulas resgatadas na comunidade;
- f. melhoria da autoestima das pessoas que vivem na comunidade;
- g. relato da experiência nos fóruns de Segurança Alimentar da Região de Santa Maria;
- h. projeto municipal que promove o resgate da cultura alimentar e as sementes crioulas na rede municipal de ensino de Ivorá, ação provocada pela experiência da Linha Simonetti;
- i. publicação do livro *Histórias e Sabores da Linha Simonetti* que apresenta prosas, crônicas e receitas que traduzem a cultura alimentar.

Considerações finais

O trabalho protagonizado pelas mulheres rurais da comunidade Linha Simonetti gerou novas motivações na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Por meio da revalorização dos conhecimentos tradicionais, buscou-se gerar maior autonomia para as famílias agricultoras

na escolha dos alimentos que produzem e consomem, assim como a valorização dos alimentos regionais na alimentação da família. O resgate da cultura alimentar fortaleceu identidades locais e regionais, em que o alimento e a cultura estabeleceram e mantiveram uma articulação permanente.

As iniciativas agroecológicas articuladas no resgate da cultura alimentar, na revalorização das práticas alimentares e nos cultivos tradicionais puderam se caracterizar como espaço promotor da soberania alimentar.

Nesse sentido, fazem-se necessárias ações de Ater que valorizem a cultura alimentar, o conhecimento endógeno das comunidades rurais e que priorizem a Agroecologia nos processos de desenvolvimento rural. A nova proposta de Ater se configura como um instrumento capaz de contribuir para a construção de uma agricultura mais sustentável na perspectiva do desenvolvimento rural, por meio de uma produção qualificada de alimentos, melhorando as condições de vida da população rural.

Na Linha Simonetti, as ações de valorização da agrobiodiversidade crioula têm oportunizado o resgate e o intercâmbio de sementes, favorecendo a produção agroecológica e a diversidade na produção de alimentos. A valorização dos alimentos regionais e do autoconsumo contribuem para conservação da biodiversidade e para valorização de cultivos alimentares locais.

As mulheres rurais têm sido as protagonistas no resgate da cultura alimentar, na troca de sementes e na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis.

Os processos agroalimentares e de segurança e soberania alimentares devem estar baseados nas realidades locais, tendo a Agroecologia como promotora das transformações sociais na produção e no consumo de alimentos, gerando as bases para o fortalecimento da agricultura familiar.

Colaboradores

André Simonetti – Agricultor e coordenador da comunidade da Linha Simonetti

Edite Zancan Simonetti – Agricultora

Greici Cerezer Uliana – Nutricionista

Lenita Peripolli – Agricultora

Nilmar Stefanello – Emater/RS-Ascar Ivorá

Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres Construindo a Agroecologia:** caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Grupo de trabalho Mulheres da ANA. Rio de Janeiro: ANA, 2008.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Víctor M. The Agroecological Revolution of Latin America: rescuing nature, scuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, jul. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

POLLAN, Michael. **Em Defesa da Comida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. *In*: CANESQUI, Ana Maria (org.); GARCIA, Rosa Vanda Diez. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v6rkd/05>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MEIRELLES, L. Soberania Alimentar, Agroecologia e Mercados Locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

WEDIG, Josiane Carine; PACHECO, Pauline Müller; MENASCHE, Renata. R. Somos o que Comemos? **Mundo jovem: um jornal de ideias**. Porto Alegre, n. 389, p. 20, 2008.

MENÇÃO HONROSA

GUERREIRA E TRANSFORMADORA – SEU NOME É LENIR

Maria Laudenice Alves Oliveira

Ela nasceu na Paraíba, em um lugar chamando Canto Alegre. Saiu da sua terra aos dezessete anos de idade, junto com seus pais. O destino foi a Região Metropolitana do Recife, precisamente o município de Abreu e Lima, em Pernambuco. Seu nome, Lenir Ferreira Gomes Pereira, nascida em 1960. Mudar de estado também foi uma porta para mudar sua história de vida, transformá-la em uma oportunidade de viver melhor e contribuir para melhoria de vida de outras mulheres e de outras famílias agricultoras. Trabalhar com os Sistemas Agroflorestais (SAFs)¹ lhe trouxe a possibilidade de dedicar-se ao beneficiamento e comercialização da produção familiar, gerando-lhe renda e autonomia.

Na Paraíba, Lenir trabalhava na roça junto com irmãos, irmãs e seus pais. A lida era grande, já que a família também era grande, formada por onze pessoas. Cuidar da terra, plantar, semear, colher e, ainda, dar conta das tarefas domésticas era um trabalho árduo para uma adolescente. Sem falar das dificuldades em conseguir água e fazer com que a plantação prosperasse.

Era um lugar sofrido. A gente saía para buscar água de cinco e meia da manhã e só voltava de sete, sete meia. Carreguei muita lenha. A gente era uma pessoa, assim, muito sofrida. Trabalhava na enxada, apanhava algodão. Trabalhei de aluguel pra ganhar alguma coisa e poder comprar roupa, calçado que meu pai não podia dar.²

Estudar não foi fácil. Driblar a resistência do pai, que não permitia que as filhas frequentassem a escola para “não aprender a escrever bilhetes para namorado”, foi mais uma barreira enfrentada

1 O Centro Sabiá conceitua Sistemas Agroflorestais (SAFs) ou Agrofloresta da seguinte forma: “É um sistema de produção que imita o que a natureza faz normalmente. Deixa o solo sempre coberto pela vegetação e muitos tipos de plantas juntas, umas ajudando as outras, sem problemas com ‘pragas’ nem ‘doenças’, sem causar erosão e dispensa o uso de veneno” (SOUSA, 2007).

2 PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudenice Oliveira.

por Lenir. Com esforço, ainda fez o que se chama hoje de oitavo ano, na época a sétima série. Com esses conhecimentos, ao chegar a Pernambuco, a adolescente deixou de estudar e saiu à procura de emprego. Lanchonetes, supermercados, lojas e tantos outros lugares ela buscou para conseguir trabalho e ganhar alguma renda para contribuir nas despesas da família. Durante algum tempo, trabalhou em uma fábrica de tecidos.

Nas idas e vindas da vida, a garota Lenir Ferreira conhece um rapaz, namora e casa ainda jovem. Aos 21 anos, nasce o primeiro filho e, logo em seguida, fica grávida de sua filha. Os cuidados com as crianças e a casa fizeram com que deixasse o emprego. Foram tempos difíceis. Seu esposo, Jones Severino Pereira, agricultor e filho de agricultor, trabalhava na terra de seu pai, tentando tirar dela o sustento da família. Na comunidade de Inhamã, no sítio São João, também em Abreu e Lima, plantar num solo já quase sem vida, em decorrência dos plantios extensivos de mandioca, queimadas, desmatamento e uso de agroquímicos, era uma tarefa árdua. A necessidade e a esperança de dias melhores mantinham o casal na lida agrícola.

A produção, a gente levava para vender na feira livre de Abreu e Lima. Macaxeira, inhame, banana. Eu lembro que a gente saía com dois carros de mão. Jones com um e eu com outro. Saía de quatro horas da manhã. Eu deixava ele lá e voltava para cuidar da lida da casa e do sítio. E minha vida era essa!³

Naquela época, sonhar era uma ousadia, e o tempo não permitia, tantas eram as obrigações de Lenir, que sempre estava envolvida em todas as dinâmicas da casa e do sítio. Além de comercializar o que se produzia na feira livre, vendia outra parte para os atravessadores, que eram quem mais lucrava com a produção da família da jovem mulher. Mas, para Lenir, a vida seguia em frente, já que não se esmorecia com as dificuldades e com o trabalho que alimentava o seu dia a dia.

A dificuldade de obter da terra o suficiente para garantir o bem-estar da família levou Lenir a procurar emprego na área urbana novamente. Só a produção agrícola não dava mais. Dessa decisão, nasceu a oportunidade de ser Agente de Saúde, depois de passar por uma seleção, na sua comunidade e em outras circunvizinhas. Feliz com essa conquista, até hoje Lenir lembra do que fez com seu primeiro salário.

3 PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudence Oliveira.

A gente tava numa dificuldade bem grande, faltava até colchão para as crianças. Eu lembro, como se fosse hoje, que, com o primeiro salário que eu recebi, eu comprei uma cama beliche, que veio completa. Comprei lençol e uma cortina pra elas, que ficaram felizes da vida.⁴

A luta para permanecer na terra era uma máxima da família. Seu esposo, Jones, passou a se envolver com grupos de assessoria que trabalhavam na perspectiva de contribuir com agricultores e agricultoras, para melhorar o uso do solo e a produção de alimentos. Desse envolvimento, surgiu o convívio com o Centro Sabiá, em 1994. A partir daí, nasce uma outra história e uma outra Lenir Ferreira.

Trabalhar a terra de forma diferente foi o desafio lançado. Deixar de plantar no formato convencional: desmatando, queimando, utilizando a extensão da terra para poucas culturas e lançando mão de fertilizantes industrializados. Lenir e sua família, então, foram apresentadas aos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Um novo olhar sobre a agricultura e o futuro se apresentou para Lenir. Planejar a propriedade junto com o esposo – considerando as curiosidades e as propostas que as crianças também expressavam nesses momentos – são doces lembranças daquele início que Lenir guarda.

As crianças participavam. A gente se sentava, planejava como era que ia fazer no outro dia. Tudo sempre junto.⁵

As melhorias na produção do sítio, as novas dinâmicas de formação e estudos sobre Agrofloresta, Agroecologia e comercialização da produção levaram Lenir a deixar o emprego de Agente de Saúde. Seu propósito foi de se dedicar à produção agrícola e à comercialização. A decisão tomada não lhe causou nenhum arrependimento. Até hoje, ela investe no beneficiamento e na comercialização da produção excedente do seu sítio.

Quando eu vi a produção da gente, eu senti que cada coisinha daquela que a gente tirava pra trazer pra casa, pra comer e o que sobrava para fazer o beneficiamento já não era mais sofrido como antes. Vinha de uma forma mais saudável. Foi uma mudança grande.⁶

4 PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudénice Oliveira.

5 *Idem.*

6 *Idem.*

O aumento da produção garantiu a segurança alimentar da família e a comercialização do excedente. No entanto, grande parte do que se produzia começou a ser desperdiçada, já que vender apenas *in natura* não permitia escoar todos os produtos agrícolas existentes na propriedade. Aprender a beneficiá-los para reaproveitá-los e agregar valor à sua produção foi o caminho encontrado por Lenir, que procurou se capacitar para isso.

A gente fez treinamento também sobre culinária; aqueles que queriam trabalhar com lanches, com comida, fizeram treinamento em um restaurante macrobiótico. Eu aprendi a fazer pão, gersal, e muitas outras coisas eu fui criando. Financeiramente a mudança foi ainda melhor, porque o ganho é maior do que o de assalariado.⁷

Com a assessoria do Centro Sabiá e de organizações parceiras, a família de Lenir e outras famílias agricultoras que mudaram a forma de plantar fundaram o Espaço Agroecológico – uma feira de produtos agroecológicos – no Recife, em 1997. Esse espaço existe até hoje, com uma feira no bairro das Graças, Zona Norte do Recife, e outra, inaugurada posteriormente, no bairro de Boa Viagem, Zona Sul da cidade. Essa iniciativa inspirou e influenciou a implementação de muitas feiras de produtos agroecológicos no território pernambucano e em outros estados do Nordeste. No Espaço Agroecológico, Lenir chegou à função de coordenadora, contribuindo na gestão do projeto.

A gente, depois do Espaço Agroecológico, não sofreu mais com o atravessador e o desperdício da produção, porque beneficiamos e vendemos na feira.⁸

Os aprendizados de Lenir atravessaram as fronteiras de Abreu e Lima. No Agreste, no Sertão e na Zona da Mata de Pernambuco, mulheres, jovens e homens receberam capacitações ministradas por ela para beneficiar a produção e aproveitar frutas, raízes, tubérculos etc., no preparo de polpas, licores, geleias, bolos, pastéis, doces, entre tantos outros itens.

Quando o pessoal vinha pra cá fazer intercâmbio, eles viam as coisas que eu fazia, os doces, as geleias, as comidas, e me chamavam para ir ensinar lá onde eles estavam. Eu fui pra Bom Jardim, Rio Formoso, Serra

7 PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudence Oliveira.

8 *Idem*.

Talhada, Afogados da Ingazeira⁹. Uma das meninas de Rio Formoso disse que deu continuidade ao que aprendeu, que criaram outras coisas. Isso me deixa muito feliz¹⁰.

Criar e buscar novos sabores e novas ideias para inovar seu cardápio agroecológico faz parte da rotina criativa de Lenir. Os pastéis de carne de jaca é uma das iguarias mais procuradas na sua barraca. Bolos sem adição de açúcar, sanduíches naturais diversos e sucos com misturas de sabores tropicais atraem a clientela, que gosta de fazer seu desjejum do sábado no Espaço Agroecológico das Graças. Chegar à sua barraca depois das sete horas da manhã é correr risco de não encontrar os deliciosos pastéis nem os sanduíches de massa de fruta-pão ou de abóbora. São tantos sabores e gostosuras feitos com os saberes e o carinho de Lenir Ferreira, que não é difícil exagerar e comer mais do que pede a fome. Os elogios da freguesia deixam a agricultora feliz. Só entre pães, bolos, pastéis, doces e polpas, são mais de vinte diferentes sabores. Há uma diversidade criativa.

A satisfação também é financeira. As novas possibilidades proporcionadas pela agricultura familiar de base agroecológica para a vida de Lenir e sua família também tiveram ressonância no orçamento da casa. Com a renda gerada pelo beneficiamento e pela comercialização da produção, foi possível melhorar a estrutura da casa onde moravam, comprar móveis, adquirir um carro para levar os produtos até a feira e para o deslocamento da família. Também proporcionou melhor qualidade de vida e estudo para os dois filhos, que chegaram a fazer faculdade e, hoje, já são graduados. Um deles trabalha fazendo assessoria na área da extensão rural.

A gente comprou carro, móveis para dentro de casa. Quando há as condições, a gente sonha mesmo¹¹.

As melhorias realizadas no sítio também entram nesse rol de gastos garantido pela renda vinda da produção, do beneficiamento e da comercialização da produção agrícola. Foi construído um alojamento para receber agricultores, agricultoras, técnicos e técnicas de organizações, assim como estudantes de universidades para intercâmbio e vivência prática na propriedade. Hoje, o sítio de Lenir e sua família é quase um laboratório para pesquisadores e pesquisadoras e pessoas interessadas em adquirir, construir e trocar conhecimentos sobre Agrofloresta e seus desdobramentos. Durante o ano, centenas de pessoas em grupo ou de forma particular visitam a

9 Municípios do Estado de Pernambuco.

10 PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudénice Oliveira.

11 *Idem*.

propriedade. O número de visitantes se encontra em um caderno, organizado pela família, para que todos e todas possam colocar sua assinatura e o nome do local de onde vêm. Até de outros países, há visitantes, motivo de orgulho para Lenir, que aproveita a oportunidade para mostrar seus dotes culinários e sua criatividade na preparação de alimentos naturais e nutritivos para consumo daqueles e daquelas que lá chegam.

Hoje, Lenir Ferreira é uma mulher reconhecida no seu trabalho, e ninguém tem dúvida do quanto é guerreira. Transformou sua vida e contribui para transformar a vida de outras mulheres e de quem mais chegar. Já é avó de quatro crianças e sonha que elas venham a conservar e construir outras histórias de qualidade de vida e sustentabilidade.

Hoje, eu me sinto mais segura no que faço e mais realizada. Feliz e satisfeita, porque não tem nada mais gratificante do que você ter a certeza de que ajudou outra pessoa a ter qualidade de vida também. Isso não tem preço¹²!

Referências

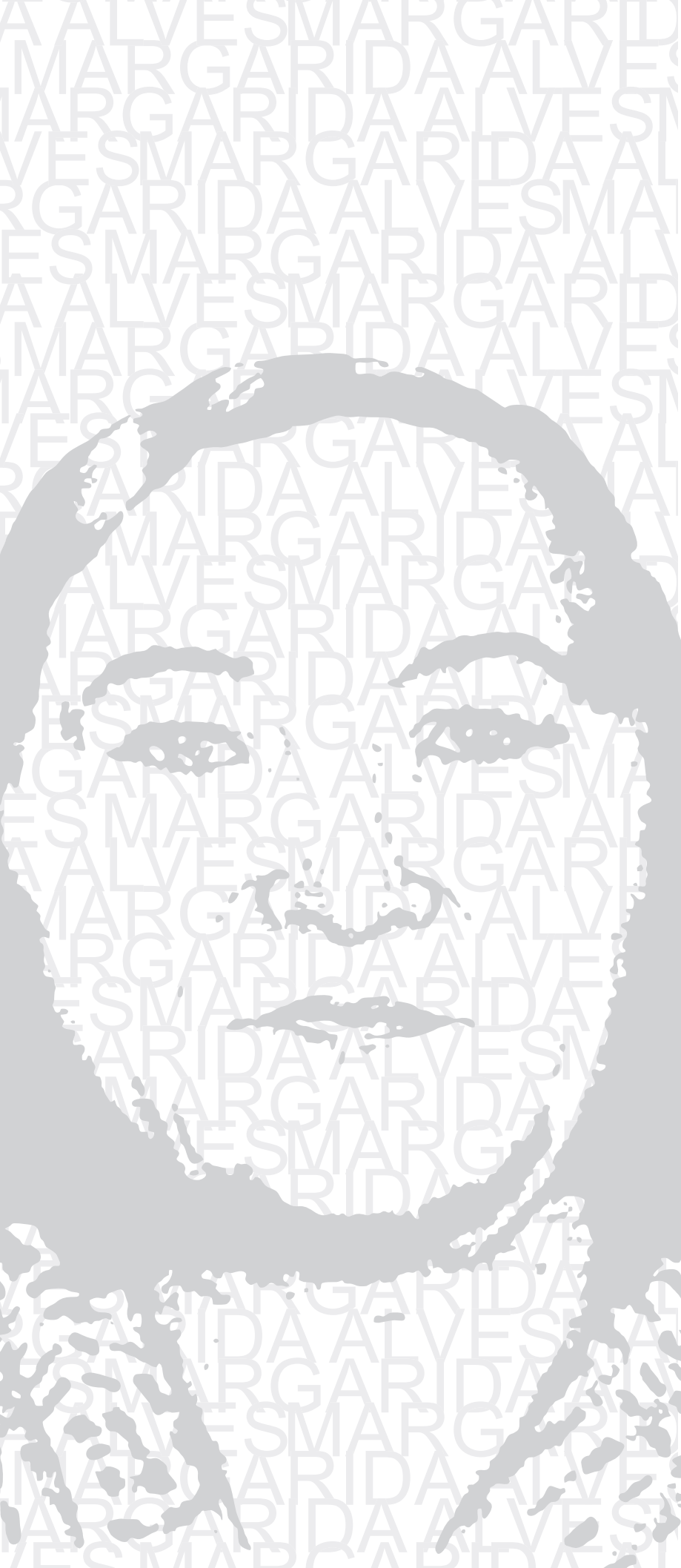
JORNAL DOIS DEDOS DE PROSA. Recife: Centro Sabiá, n. 41, jun. 2004.

PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudence Oliveira.

Sabiá – A experiência com comercialização agroecológica. **Série Sistematização**. Brasília, out. 2006, v. 6.

SOUSA, Joseilton Evangelista de. **Agricultura Agroflorestal ou Agrofloresta**. Recife: Centro Sabiá, 2007.

12 PEREIRA, Lenir Ferreira Gomes. Abreu e Lima-PE, 24 ago. 2014. Entrevista concedida a Laudence Oliveira.



COLETÂNEA SOBRE
ESTUDOS RURAIS E GÊNERO

PRÊMIO MARGARIDA ALVES
4ª EDIÇÃO

MULHERES E AGROECOLOGIA

**CATEGORIA
MEMÓRIAS**

MULHERES QUE MUDARAM O DESTINO DE UMA COMUNIDADE

Ângela Líbio da Paixão

É difícil falar da agroecologia sem resgatar a história e a memória do povo que a constrói.

Em 30 de março de 1999, ocorria a ocupação de uma fazenda improdutiva na região do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. Cerca de vinte famílias, oriundas de comunidades vizinhas, filhos e filhas de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, meeiros, organizaram-se no movimento Sem Terra e, nesse histórico dia, ocupavam aquela área com o intuito de produzir, gerar renda e sustento para famílias.

Nos primeiros dias, com os trabalhos de construção dos barracos e limpeza dos terrenos, a segurança que era feita 24 horas por dia, e mesmo a preparação da comida era feita de forma coletiva para garantir que todos tivessem acesso. Assim, o que cada família podia contribuir era preparado e partilhado. Essa necessidade do momento ajudou a construir nas famílias um espírito de coletividade e cooperação.

O plantio e a produção para comercialização também eram feitos de forma coletiva. As lavouras eram feitas por grupos, e cada grupo continha dez famílias. Essas famílias preparavam a terra, plantavam, limpavam e colhiam os produtos de forma manual e rudimentar. Quando a produção era vendida, pagavam-se os credores, e o que sobrava de lucro era dividido em partes iguais entre as famílias, o que garantia a sobrevivência dessa comunidade.

Esse sistema de produção foi viável apenas nos primeiros dois anos. A partir desse período, começou grande ofensiva das empresas locais para que as famílias investissem em agrotóxicos, sementes híbridas, adubos químicos etc. Com o pouco conhecimento, a comunidade foi adotando esse modelo de produção, que podemos admitir, dava menos trabalho, mas também menos lucro, e conseqüentemente mais endividamentos, contaminação das pessoas, da terra, das águas e de toda a natureza.

Essa nova forma de agricultura só os homens faziam, a mão de obra das mulheres foi se tornando cada vez mais desnecessária.

Totalmente excluídas do modelo de produção recentemente adotado, as mulheres garantiram que se fizesse uma pequena distribuição de uma área de terra, para que pudessem

produzir alimentos para o sustento familiar, nesses espaços elas produziam de tudo: arroz, feijão, mandioca, batata doce, cebola, tomate, abobora, pipoca, amendoim entre outros, o que reduzia muito o custo de vida e, por que não dizer, garantia a permanência das famílias na luta pela terra.

Para assegurar que o trabalho de produção de alimentos fosse feito, as mulheres adotavam um sistema de cooperação que favorecia a todas, pois todas precisavam trabalhar. Como todas tinham filhos pequenos, elas se organizavam para o trabalho: uma cuidava das crianças da outra enquanto ela trabalhava; no outro dia, a mulher que trabalhou no dia anterior ficava no acampamento cuidando das crianças.

Sem esse trabalho de cooperação tão importante, sutil e invisível era impossível que as mulheres trabalhassem. Esse trabalho coletivo marcou um tempo da vida das mulheres, em que a solidariedade de uma para com a outra era subentendida, e elas nem notavam o quanto estavam contribuindo para um processo de coletividade e com a luta pela reforma agrária.

Com o passar do tempo, as colheitas diminuía, o endividamento aumentava quase todos os homens estavam inadimplentes com as empresas de insumos agrícolas. Quase todos tinham sofrido alguma contaminação direta ou indireta pelo uso de agrotóxicos, as infecções aumentavam nas crianças, e às vezes boa parte delas chegava a ficar internada nos hospitais por vômitos e diarreias. Contudo, as mulheres continuavam a produzir comida, não totalmente sem veneno, pois o ambiente já estava contaminado, mas com um pouco mais de qualidade e com uma grande diversidade.

Em 2006 encerrou para a comunidade, principalmente para as mulheres, o ciclo daquela agricultura convencional inviável tanto economicamente, como social e ambiental. Já não era mais possível produzir daquele jeito.

Como o Estado não criava o assentamento, as famílias decidiram dividir a terra provisoriamente. Com isso, intensificou a preocupação com as nascentes que iam abastecer as casas onde ficariam os lotes já que muitas estavam contaminadas. Foi então feito um mapa considerando todas as fontes, nascentes, córregos, rios, banhados.

Foi definida uma metragem bem maior que aquela prevista na lei para a preservação, as condições de saúde e econômicas instigavam as mulheres a seguir avançando com a produção de alimentos limpos de agrotóxicos e agroquímicos. As mulheres nomearam a comunidade de Recanto da Natureza, fazendo com que o compromisso da preservação fosse assumido publicamente por todos.

A luta das famílias pela conquista da terra e por dignidade se arrasta desde 1999, quando foi ocupada, até hoje. São quase dezesseis anos de lutas, sofrimentos, descobertas, inovações e

muitas conquistas. Jovens que nasceram no primeiro ano de ocupação já completaram quinze anos e ainda não viram o tão sonhado assentamento.

Nem por isso desistimos de sonhar, construímos nossas moradias, adquirimos energia elétrica, que deu um salto de qualidade na produção, e, principalmente, adquirimos conhecimento político e consciência de classe, avançamos na participação das mulheres em todas as instâncias, e, com isso, a agroecologia permanece e avança a cada dia com mais intensidade.

Esse é o contexto do surgimento da agroecologia na comunidade com grande protagonismo das mulheres. Avançamos no conhecimento ecológico e técnicas de produção, mas no fundo a agroecologia para nós é o convívio harmonioso com todos os seres vivos.

Convivemos com todos os seres vivos, sabendo que todos na natureza têm a mesma importância, e que cada um tem sua função. Quando a agroecologia se consolidou no sentimento da gente, ela teve um grande poder, que é aquele que consegue te inverter os valores. Se uma pessoa fica feliz quando é um consumista, na agroecologia ficamos felizes por produzir nosso alimento, por mudar o hábito alimentar, por consumir apenas o necessário para não ser um produtor de lixo.

Nos demos conta que homem e natureza se completam quando se respeitam e que a raça humana é totalmente dependente das demais para se manter viva, ao contrário das outras espécies de vida, que dependem umas das outras, mas não dependem do ser humano. Com isso, nos colocamos em uma situação de dívida com a natureza, e o cuidado com ela passa a ser o principal objetivo da comunidade.

Há algum tempo, temos observado as mudanças que toda a comunidade adquiriu desde que a produção deixou de ser agressiva e passou a ser integrada. Uma delas foi o aumento gradativo da produção das lavouras, hortaliças, frutíferas. Isso se deve tanto ao enriquecimento do solo, como pela polinização, tendo em vista que distribuímos vários apiários para a produção de mel dentro da comunidade.

Plantamos flores e começamos a “produzir” abelhas, atrair borboletas, e o ambiente foi a cada dia se transformando para todos, homem e natureza, e aos poucos vamos mudando a paisagem de nossa comunidade.

Estamos em processo de aceleração e aumento da produção com inovação de tecnologia adequada para a produção ecológica, com o intuito de atingir o máximo possível de pessoas consumidoras principalmente da periferia da cidade. Queremos levar alimentos de qualidade para os bairros, com produtos bem diversificados e a preços acessíveis a população.

Para aumentar a produção, dar mais qualidade aos produtos e agregar valores, as mulheres organizaram a agroindústria comunitária de processamento mínimo de alimentos, que processa mais de dez produtos agroecológicos, que são comercializados nos programas institucionais PAA e PNAE, no comércio local e feiras livres. Também aproveitamos os recursos naturais que hoje temos, como as florestas, águas, para produzir mel. Estamos produzindo uma boa quantidade de mel que é comercializado e também enriquece a alimentação das famílias.

Esse trabalho, que está se tornando um compromisso imprescindível para nós, foi condicionado pelo próprio agronegócio capitalista, tendo em vista que o modelo de produção convencional implantado a partir da revolução verde é responsável pelo grande êxodo da população do meio rural, indo formar as favelas na cidade, responsável pela contaminação e destruição do meio ambiente.

Esse modelo causa também a contaminação de alimentos pelo uso excessivo de agrotóxicos, gerando inúmeros problemas de saúde pública, entre eles o câncer e o desequilíbrio do meio ambiente. Pesquisa recente da Anvisa mostrou que aproximadamente 36% dos alimentos são impróprios para o consumo, por terem padrões de contaminação por agrotóxico acima do permitido pela legislação brasileira.

Contudo, vemos uma crescente conscientização dos consumidores, que vêm buscando, a cada dia, consumir alimentos mais saudáveis, livre de agrotóxicos, insumos químicos, que respeitem o meio ambiente e tenham um verdadeiro compromisso social, e que não apenas usem isso como uma ferramenta de *marketing*.

Fruto do trabalho de enfrentamento ao modelo da Revolução Verde, hoje se encontram organizados no acampamento vários grupos, organizados no Núcleo Regional Luta Camponesa, vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia. A Ecovida que faz a certificação, envolvendo as vinte famílias, a qual tem papel decisivo no processo de organização da comercialização e agregação de valor na produção das famílias. As mulheres atualmente já fazem a feira agroecológica municipal uma vez por semana na sede do município.

O protagonismo de nós, mulheres do Recanto da Natureza, na produção e comercialização de produtos agroecológicos vem se tornando visível para a sociedade, em especial do município de Laranjeiras do Sul, por meio da feira agroecológica que é realizada todas as quintas feiras da semana. As mulheres são as principais responsáveis, além da produção, pela organização dos produtos a serem levados para a feira, bem como a própria comercialização destes. No entanto, ainda enfrentamos grandes dificuldades para conseguir transporte adequado para comercializar os produtos.

Para manter unidas trabalhando, cooperando e crescendo em conhecimento e consciência, o grupo definiu quais os objetivos e os valores que norteiam a nossa caminhada: Respeito; Conhecimento; Formação; Espírito de sacrifício; Disciplina; Cooperação; Companheirismo; Solidariedade; Agroecologia.

Consideramos esses valores essenciais para construir uma nova sociedade, na qual homens, mulheres e natureza possam conviver em igualdade com os mesmos direitos e deveres e com as mesmas condições socioeconômicas.

Sabemos o quanto nós, agricultoras, estamos carentes de uma atenção especial das políticas públicas, pois se sabe o quanto é dificultoso a mudança de um modelo tecnológico de produção, e essa política de desenvolvimento sustentável da comunidade visa fortalecer a iniciativa das agricultoras e suas famílias na produção de alimentos limpos com base na matriz tecnológica da agroecologia, podendo agregar valor através da agroindustrialização e comercialização dos produtos nos programas institucionais como PAA, PNAE e tantos outros já citados.

Se pudéssemos definir a nossa história em poucas palavras, concluiríamos que nossas vidas são definidas por uma condição de vida sem terra igual para todas. Essa condição de exclusão em que nos encontramos nos foi imposta pelo sistema capitalista, machista e patriarcal em que vivemos. Porém, seguiremos unidas para construir uma sociedade mais igualitária e mais humanizada.

Temos clareza de que todas as mulheres do mundo sofrem preconceitos, discriminações, exclusão do mercado de trabalho, salários mais baixos do que os homens, carga excessiva de trabalho, cuidado com os filhos e tudo mais. Mas ser mulher camponesa, pobre e, principalmente, sem terra é uma tarefa realmente árdua e precisamos lutar todos os dias com muita coragem, provar a todo instante que temos as mesmas capacidades que os companheiros, e antes mesmo de provar nossas qualidades para a sociedade, temos que provar para a própria comunidade, fazer as tarefas com um desempenho maior e melhor que eles para ter nosso espaço reconhecido.

Se nós participamos de uma atividade de formação, imediatamente temos que apresentar resultados práticos, para que eles não considerem que a comunidade investe na participação das companheiras em vão, pois nos dias em que as companheiras saem o cuidado com os filhos, com a limpeza, alimentação, higiene e todas as demais tarefas domésticas precisam ser mantidas, o que é uma enorme dificuldade para a maioria dos homens.

Eles chegam a alegar que o acúmulo de tarefa é muito grande para eles, quando as mulheres saem e os resultados posteriores que elas apresentam são pequenos demais. Também percebemos e sentimos algumas questões latentes, como a centralidade, o autoritarismo, relações machistas, subalternidade, intimidação, arrogância. Contudo, estamos reagindo diante dessas

situações e ainda precisamos aprofundar formas e métodos de lidar com essas situações dentro da comunidade, dos espaços de trabalho e de militância.

Apesar de fazermos parte de um movimento social e organizado e que tem como uma de suas pautas a igualdade entre homens e mulheres, sabemos que a construção desta tão sonhada igualdade ainda é tarefa pela qual devemos lutar, nos organizar e resistir a cada dia. Resistir ao machismo que enfrentamos muitas vezes por nossos próprios companheiros e pela organização coletiva de modo geral.

Percebemos que precisamos avançar muito na participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, ou mesmo de formação, cursos, capacitação mesmo tendo que driblar os limites que a sociedade nos impõe. Consideramos que essa realidade aos poucos vem mudando. Depois que as mulheres passaram a participar ativamente da produção, elas estão conquistando muito espaço, tendo em vista que as mudanças são palpáveis, e a própria crise desse sistema de produção favorece a agricultura de amor e harmonia com a natureza e a necessidade de novas relações de gênero.

Nossa responsabilidade é muito grande, pois além de toda essa carga de preconceitos, machismo, sistema patriarcal, principalmente os nossos próprios preconceitos, pois não estamos ilhadas. Temos a consciência de que precisamos produzir alimentos saudáveis e diversificados e quebrar esse muro de pré-determinação de que a mulher é a rainha do lar e tantos outros estereótipos que sobre nós são colocados.

E isso só é possível com o exercício do fazer prático de tomadas de decisões, mostrando que temos capacidade de produzir bastante, com boa qualidade, com respeito e cuidado ambiental e ainda participando das discussões políticas de igual para igual, já não está sendo mais possível que a sociedade esconda nossa capacidade.

Concluimos que temos uma história de lutas e conquistas e podemos contribuir com as outras mulheres, já que só é possível avançar de verdade quando muitas mulheres avançarem juntas. Por isso procuramos não isolar o saber, a prática da luta, relatar as experiências e ser exemplo prático, estar sempre atentas a acolher e contribuir com as mulheres em processo de vulnerabilidade seja econômica, social ou alguma forma de violência.

Precisamos criar uma ampla relação com as mulheres urbanas para quebrar as barreiras que nos separam, pois sabemos que todas as mulheres enfrentam os mesmos problemas, que é o sistema, e que elas têm muito para contribuir conosco. Todas as mulheres pobres têm uma história de luta, que começa com luta pela sobrevivência, educação dos filhos, e todos os mesmos problemas já citados, relacionados ao enfrentamento do machismo. Estando ou não organizadas em movimentos sociais, as mulheres do campo ou da cidade precisam compartilhar as formas

de organização para a luta diária, pois essas conquistas que foram citadas no relato de nossa memória não foram um presente que essa sociedade patriarcal nos concedeu, mas sim uma conquista de luta coletiva e individual de todas.

Este relato tem como objetivo resgatar a memória de luta das mulheres do acampamento Recanto da Natureza. Seguindo a nossa trajetória e a importância da organização coletiva de nós mulheres, preferimos que esta memória se remetesse a todas elas, a cada uma que torna possível a construção da agroecologia e da igualdade de direitos entre homens e mulheres na nossa comunidade e na sociedade em geral.

Apesar das dificuldades que enfrentamos, em especial o acesso à terra, que nos impossibilita de acessar recursos para melhorar a produção e infraestrutura do acampamento, sabemos da importância de nos maternos unidas, firmes e organizadas para mudar esta situação.

Por isso estamos cada vez mais interessadas em buscar recursos e oportunidades que nos ajudem a tornar os nossos sonhos realidade. Queremos garantir uma vida melhor do que a que tivemos para nossos filhos e filhas. E sabemos que este caminho não pode ser traçado, sem que consigamos fortalecer a agroecologia enquanto modo de viver que nos possibilite viver dignamente e em harmonia com a natureza.

É por acreditar que a nossa tarefa não é em vão, que cada semente plantada no solo um dia brotará, acreditamos que nossa missão é seguir na luta para continuar a transformar a nossa comunidade em um lugar mais digno, saudável e feliz para se viver. Queremos esse destino ainda para nós, mas principalmente para nossos filhos e filhas que a cada dia crescem mais e aprendem o valor da luta de cada mulher que aqui vive.

A maior conquista para nós será, de fato, a criação do assentamento, o seu reconhecimento legal perante o Estado. Assim, teremos ainda mais chances de buscar formas que nos ajudem a construir nossos projetos, sempre coletivos. Atualmente, temos uma pequena agroindústria tocada pelas mulheres da comunidade.

Parcerias e projetos neste sentido são fundamentais para que nós possamos seguir, com um passo de cada vez, com nossos e projetos. Ainda precisamos trazer mais mulheres para a nossa organização, pois sabemos o quanto a coletividade é importante. Projetos de produção, capacitação, comercialização etc. que sejam tocados por nós na comunidade são essenciais para reconhecer e resgatar a nossa importância enquanto sujeitos de nossa história.

Mas não se trata apenas disso, precisamos ainda chegar a cada coração, tocar a cada mulher, levá-la a ter esperança, a sonhar, a acreditar que nós somos capazes e podemos ser feliz sendo o que somos, fazendo o que gostamos: cuidando de nossa terra, semeando nosso alimento, difundindo a vida e a agroecologia.

Curar as feridas, resgatar a dignidade, interromper o silêncio são tarefas que devemos fazer. Porque a luta que enfrentamos é somente contra o capitalismo, as injustiças e desigualdades sociais por ele criadas. Devemos antes de tudo enfrentar o discurso internalizado dentro de nós de que somos inferiores, de que precisamos da proteção de homens.

Enquanto não acreditarmos e sentirmos profundamente dentro de nós a capacidade que nós temos de gerar e manter a vida, e de transformar o que não nos agrada, ainda que esta tarefa não seja fácil, não poderemos ser protagonistas de nossa história. Para mudarmos o destino do país e do planeta de forma geral, precisamos antes de mais nada mudar a nossa própria vida e assim as relações que criamos com as outras vidas que nos cercam. A agroecologia tem tudo a ver com esse objetivo.

NAS TERRAS DE AREIA UMA ENTRE TANTAS MARIAS SEMEIA SABERES HÁ QUASE UM SÉCULO

Francisca Regilma de Santana Santos

Essa velha aqui tem sangue de negro,
tem sangue de caboco, de índio[...] E tem disposição.

Dona Roxa

Como disse o poeta, compositor maranhense João do Vale¹, “A ciência da abelha, da aranha e a minha, muita gente desconhece”. O poeta, como sábio que é, antecipa que, nessas terras de areia, há muito a ser descoberto, contado e recontado. Assim, ouvindo o poeta e convivendo com elas, as “Marias”, é que nos propomos a ser instrumento para contar e escrever suas memórias, para que muitos possam conhecer e reconhecer essas valorosas mulheres das bandas de cá. Nossa missão é unir as memórias de Dona Roxa às de Dona Flavica e Dona Francisca, e dar passos para a construção de uma memória maior sobre o fazer agroecológico feminino do Maranhão.

A protagonista dessa história é Maria Almerinda Veloso, 93 anos, nascida em 21 de março de 1921, no município de Brejo na Região Baixo Parnaíba, no Maranhão, conhecida carinhosamente por Dona Roxa. Negra de corpo franzino, traços fortes, mãos e pés grossos, pequena em estatura, gigante em sabedoria e estórias. Tem vigor e disposição para a vida, o que ela mesma atribui à vontade de viver e fazer sempre mais coisas, não se cansa, não se entrega. Filha de gente humilde, negros do norte do Maranhão, aqui entendidas como as terras de areia. Ainda menina, depois de morar na capital e em povoados da região, veio para o povoado Pai João, uma comunidade onde viviam lavradores e pescadores. Essa comunidade tradicional, há um pouco mais de dez anos, tornou-se o Projeto de Assentamento São João do Rosário, localizado no município de Rosário (MA). O Projeto de Assentamento São João do Rosário é separado em três comunidades. Ao todo, há um pouco mais de 200 famílias de pescadores, pescadoras, trabalhadoras e trabalhadores rurais. Dona Roxa veio para o assentamento com a família em busca de terra para plantar e de bom pescado para alimentar a todos. “Ah, eu não lembro o ano que a gente veio pra cá [...] me criei aqui, casei e hoje tô só eu e meus filhos [...] dantes, todo mundo era lavrador e pescador, não

1 Cantor, poeta e compositor, nascido no município de Pedreiras – MA em 1934. Conhecido por compor a letra Carcará. A letra referida no texto é da canção Na asa do vento, “muita gente desconhece”.

tinha divisão”. Mãe de doze filhos, avó de 24 netos e bisavó de 13 bisnetos, uma das coisas que mais orgulha Dona Roxa é o fato de ter sido parteira. Na comunidade é comum ouvir os pedidos de benção à madrinha Roxa. Como parteira ela carrega as rezas, os dizeres, as preces e as técnicas desenvolvidas a partir da prática “[...] também fui parteira desde os quinze anos, já peguei mais de 100 crianças. Pra tudo tem que ter ciência, mais tem que gostar de fazer também”.

Pescadora artesanal, lavradora, parteira, quebradeira de coco babaçu como a maioria das mulheres dessa região, Dona Roxa, como é carinhosamente conhecida nas redondezas, é síntese da mulher maranhense, campesina, trabalhadora rural, guardiã dos saberes e da cultura dessa gente. Talvez a chamem de Roxa por sua pele morena quão cor de jabuticaba madura, pele que ela faz questão de assumir como identidade “eu sou negra, tá vendo, minha filha”. Dona Roxa mal aprendeu a assinar o nome, nunca teve a oportunidade de aprender a ler e escrever, pois logo cedo teve de trabalhar.

Meu primeiro trabalho foi na pescaria, pescando de curral, de anzol, fazendo rede de fio de náilon [...] depois vim trabalhar de roça, sou fazendeira de remédio caseiro, já levantei muita gente doente. Trabalharei quebrando coco babaçu, depois aprendi a trabalhar com andiroba (fazia azeite), hoje sou trabalhadora com hortas, a gente da roça sabe fazer de quase tudo, mas escrever mesmo eu não sei.

Para Maria Roxa, a roça é um lugar de viver e fazer cultura, não apenas o plantio por si só. Diz-se roça o lugar onde a trabalhadora e o trabalhador rural vivem, constroem cultura, saberes, valores. E de cultura popular ela entende bem, hoje coordena o bumba meu boi de São João do Rosário e lembra: “Aqui dantes tinha tambor de crioula, brincadeira de salão, o povo saía brincando e tocando matraca. Fiz quadrilha [...] eu trabalho com bumba meu boi há mais ou menos vinte anos”. Na comunidade, as mulheres organizam a festa junina, o festival da Jussara, além de fazerem parte da Diretoria da associação, organizam as atividades da igreja católica, os festejos, as rezas, os cultos, e Dona Roxa é a mãe de todos, aquela que, entre outras coisas, dá conselhos e tem voz ativa nas tomadas de decisões, aquela que semeia saberes há quase um século, e já tem colhido frutos.

1. A produção agroecológica como modo de vida de Dona Roxa

Dona Roxa sustentou a família praticamente sozinha com o resultado do trabalho na roça e relata:

Mesmo sem saber que era agroecologia que a gente já fazia, era o nosso jeito de viver na roça, não tinha isso de vender, era plantar pra comer, e dar para os vizinhos, trocar, era assim [...] nunca trabalhei usando veneno, por que nunca foi preciso, eu capinava mês de março e abril, e o mato era arrancado por nossa mão [...] capinava de “chacho”, quando terminava de capinar uma roça já tava comendo o milho da outra[...] era assim [...].

Além da lida na roça, trabalhou com apicultura juntamente com outras mulheres da comunidade.

Faz um ano que eu não trabalho mais, por que não tenho mais força, mais se as meninas for eu ainda vou, eu acho que posso ensinar o pouco que eu aprendi” [...] “Eu aprendi muito trabalhando com esse serviço, foi um prazer pra mim eu vim me levantar e conseguir dinheiro depois que eu comecei a trabalhar com hortas [...]

Experiente, Dona Roxa conta que trabalhou por muito tempo com medicamento caseiro e aprendeu com o mato mesmo:

Ainda hoje vem gente aqui atrás de remédio [...]. Ah, tem lambedor de casca de jatobá, tem sumo de algodão, mastruz com ovo de galinha da terra, burdão de velho, pau d’arco, leite de mapá, janaúba, jatobá, azeite de carrapato, alfazema, fumo [...]. Ah, tem muito remédio que o mato oferece, a gente é que não sabe usar [...] eu só não faço é benzer, isso eu não aprendi... Tem muito médico de butiquim, eu não, eu sou médica do mato, e agora tem pouco médico do mato por aqui”.

Dona Roxa hoje trabalha com horta e tem uma pequena criação de galinha no quintal. E é do quintal que ela tira maior parte dos produtos que consome e comercializa. “Tem banana,

acerola, abacate, limão, macaxeira, o que não dá para plantar aqui, aí planto na roça com a ajuda dos filhos e pagando serviço. Aqui a gente faz puxirão, que é um jeito de mutirão comunitário para ajudar nas roças.” Orgulha-se ao mostrar os canteiros no quintal e faz planos. Conta também que, para viver da e na roça, tem de perceber e conhecer a natureza, principalmente as fases da lua: “Pra tudo... pra plantar, colher, pescar, tirar remédio do mato, tem que saber a lua certa”.

2. A comercialização dos produtos agroecológicos

Dona Roxa comercializa produtos da agricultura familiar na comunidade e na feira agroecológica, além de entregar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Feira agroecológica de Rosário é uma iniciativa das agricultoras familiares de Rosário em parceria com a Associação Agroecológica Tijupá², já em funcionamento há mais de um ano. Na feira participam cerca de 30 a 32 trabalhadoras e trabalhadores rurais de doze comunidades, sendo a maioria (95%) mulheres, que comercializam o fruto de seu trabalho na agricultura familiar de forma solidária. A feira é organizada em dois grupos diferentes. Um deles é o grupo do Posto de Atendimento São João do Rosário, em que 100% das participantes são mulheres. Entre essas mulheres guerreiras, Dona Roxa tem se destacado: “Eu levo o que eu planto e o dinheiro da venda me ajuda a comprar o que eu não tenho e pagar as contas... Levo de tudo um pouco”. Entre os principais produtos comercializados, estão legumes e verduras, como cheiro verde, macaxeira, abóbora maxixe, quiabo, pimenta de cheiro, pimenta malagueta (*in natura* e molho), alface, couve, rúcula, pimentão, pepino, vinagreira; produtos do agro extrativismo, como azeite de andiroba, azeite de babaçu, leite de mapá, tucupi, corante de urucum; frutas, como limão, maracujá, mamão, manga, banana, caju, bacuri, buriti, cana de açúcar, cajá, coco, murici, melão, melancia; polpa de frutas, como acerola, bacuri, cajá, cupuaçu, goiaba, buriti, manga, murici; aves vivas, como galinha caipira, pato; comida caseira pronta: arroz, galinha caipira no leite de babaçu, bolo de tapioca, bolo de macaxeira, café pronto, leite, bolo de massa puba na palha de banana. Além disso, há ervas medicinais, xaropes, mel, milho verde, feijão verde, farinha seca e farinha de puba, massa puba, arroz torrado, plantas ornamentais, sabão de andiroba.

A Feira também é um espaço de troca de saberes e experiências. Diz Dona Roxa entusiasmada e com ar de preocupação ao falar da Feira Agroecológica:

2 A Associação Agroecológica Tijupá é uma entidade sem fins lucrativos. Atua na defesa da agroecologia no Maranhão, especificamente na região do Munin, há 25 anos, e atualmente executa contrato de Assessoria Técnica e Extensão Rural com o Incra (Contrato INCRA/TIJUPÁ nº 15.000/2012).

Quando eles vêm comprar aqui na nossa feira, eles acabam conhecendo coisas que não sabiam, e nós também vamos aprendendo, por exemplo: a gente traz cascas pra vender, e temos que ensinar como preparar, como tomar. A feira é bem organizada, a gente faz reunião antes de ir, acerta o preço dos produtos, faz reunião lá no final da feira, tem o fundo, que é um dinheirinho que a gente deixa com a comissão para comprar barraca, mesa, essas coisas para o grupo [...] mais também não é fácil, não. Nós não tem local certo, nem transporte nosso, faltam barracas, mais mesas, bancos. A gente sai de casa bem cedo pra poder pegar um lugar pra montar as barracas, o pessoal da Tijupá é quem ajuda nessa parte, mas vamos começar a cobrar da prefeitura algumas coisas,

Outra forma de comercializar os produtos da agricultura familiar é o PNAE³, gerido pelos poderes públicos locais. Do PNAE, Dona Roxa já participa da segunda chamada pública juntamente com um grupo de doze mulheres da Comunidade São João do Rosário. Elas entregam seus produtos na sede da Secretaria de Educação de Rosário, e de lá a alimentação é repassada às escolas. “Eu coloco bolo, polpa, banana, só produto feito por nós e produzido da agricultura, sem veneno”. Quando perguntamos se vale apenas participar do programa, Maria Roxa nos apresenta os resultados financeiros:

Ano passado eu tirei o primeiro dinheiro foi R\$1.546,00 e comprei um congelador, em dois meses entreguei R\$3.035,00” [...] Esse ano eu já tirei R\$1.500,50 com entrega de polpa de cajá, acerola, pamonha, bolos, vinagreira e vou entregar R\$ 5.000,00 em produtos até o final do ano.

E continua:

É uma satisfação saber que nas escolas as crianças comem produtos sem veneno, produzidos aqui na comunidade. [...] Mas não é fácil fazer parte, esse projeto veio com ajuda da equipe da Tijupá, porque tudo que vem pra nós trabalhadoras é difícil de conseguir, com eles tem muita reunião, explicação.

3 Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.

O grupo de mulheres de que Dona Roxa faz parte é informal, e isso limita sua participação em projetos, como no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴.

O Mercado Institucional, ou a compra de gêneros alimentícios pelo governo, no qual estão inseridas os programas de comercialização para a agricultura familiar, principalmente PAA e o PNAE, configura-se hoje como instrumento em disputa na região, pois assim como ocorre na maioria do território nacional, a burocracia para acessar e a falta de informação sobre o funcionamento, legislação e, sobretudo, a falta de assessoria técnica social e produtiva dificultam o acesso e/ou desmotivam a continuação. No município de Rosário, o PNAE está em seu segundo ano de execução. Em 2013 foram, em média, 65 fornecedores no total, em 2014 esse número dobrou. Dona Roxa e o grupo de mulheres de São João do Rosário são exemplos de que, para o PNAE se efetivar, carece ser desburocratizado, assumido pelo poder público e monitorado pela sociedade civil. Esse monitoramento, em parte, tem sido feito pelas mulheres do Posto de Atendimento São João do Rosário e de outros três Projetos de Assentamento na região com apoio da Associação Agroecológica Tijupá. Retomando à nossa protagonista, ela não está só nas lutas Maranhão adentro. Como ela, outras Marias seguem.

3. Outras Marias das terras de areia

As memórias de Dona Roxa são memórias das mulheres que lutam cotidianamente para conquistar espaços, seja de produção, seja na comercialização e nas organizações sociais. Quando jovem, provavelmente não imaginava que defenderia conceitos para ela complexos, como agroecologia, políticas públicas, e recusaria outros, como agrotóxicos, monocultura. Desde muito cedo, sabia de que lado estava e que não estava ali por escolha, mas por uma condição social construída historicamente. “Ninguém quer ser pobre, todo mundo quer viver bem, mas não depende do nosso querer” (Dona Roxa).

Olhando a história escrita aqui, nos parece comum que haja muitas Marias nesse Brasil adentro, mas o que nos provoca nessa memória de Maria Roxa é o fato de, aos 93 anos, continuar firme na luta pela efetivação de políticas públicas para as mulheres do campo e em defesa da agroecologia como modo de vida. Os quase um século de vida dessa mulher campesina não podem ser contados em poucas páginas, mas merecem ser registrados juntamente com a história

4 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006.

de tantas outras mulheres, Margaridas dos sertões, dos cerrados, dos cocais, dos mangues, dos lençóis do Maranhão, como é o caso da história de Dona Flavica.

Flaviana Silva Boa Vida, sessenta anos, nascida em 5 outubro de 1953, no povoado Santa Rosa, município de Axixá (MA), é mãe de onze filhos, avó de dezessete netos. Mudou-se para o povoado Pai João em 1983, onde hoje é o Posto de Atendimento São João do Rosário. Flavica, como gosta de ser chamada, é filha de pescadores, lavradores, uma entre tantas outras Marias do Maranhão.

Criei meus filhos já morando aqui, e foi aqui que eu e a Roxa nos conhecemos [...] A primeira atividade da gente, umas vinte mulheres, foi a produção de mel, sem recurso sem nada, ganhamos material [...] a gente trabalhava sem ajuda de técnico e ia perdendo, porque não sabia como fazer, depois foi que começamos a aprender e melhorar. A segunda atividade exercida pelas mulheres da comunidade foi a de horta, um tentativa coletiva que despertou nelas o desejo de seguir trabalhando juntas.[...] Hoje nós fazemos parte do grupo de mulheres que fornece pro PNAE e temos a feira agroecológica também. Isso é importante, porque antes a produção se perdia [...]A minha história aqui no assentamento é igual à de Maria Roxa, a gente corre junto pra conseguir as coisas. Agora nossas filhas tão junto no grupo de mulheres que é a filha da Roxa, a Lucinha e a minha filha a Maria José, elas é que vão continuar essa luta por nós. As mulheres da comunidade travam lutas cotidianas [...] Outra luta nossa aqui no Assentamento é a luta pelas melhorias na comunidade. Formamos comissão, vamos no Incra, na prefeitura. aonde for preciso pra reivindicar melhorias nas estradas, segurança e saúde.

Hoje Dona Flavica participa da feira agroecológica, do PNAE e é referência na comunidade e no município na defesa dos juçarais. “Aqui a gente tem muita juçara, ela é base de nossa alimentação e também vendemos na época da safra [...]. Aqui nós lutamos pra conservar, fizemos uma lei em que fica proibido a retirada da juçara verde, mas não é fácil cumprir”.

Todo mês de novembro a comunidade se organiza para realizar a Festa da Juçara do Posto de Atendimento São João do Rosário, um momento de celebração e festa.

Das terras de areia para os cocais, Francisca de Santana, 63 anos, nascida em 29 de março de 1951, na cidade de Caxias (MA), mãe de cinco filhos, avó de quatro netos, é trabalhadora rural,

formada em Pedagogia da Terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁵, assentada da Reforma Agrária no Posto de Atendimento Engenho d'água, município de Caxias (MA). Dona Francisca teve sua militância marcada por inúmeras lutas e conquistas. Foi uma das lutadoras incansáveis na organização das mulheres Sem Terra na região do Bico do Papagaio na década de 90, especialmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). “As CEBs e o movimento de educação popular foram minha escola, aprendi muito com as comunidades e naquela época tínhamos o apoio e a parceria das irmãs dominicanas, era a igreja pé no chão.”

Dona Francisca teve também papel fundamental nas ações realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto com os padres da região do Bico do Papagaio, em 1996, esteve atuante nos movimentos de luta pela terra ao lado de nomes como Pe. Josimo Tavares⁶ e Dom Afonso Felipe Gregori, ambos religiosos combativos nesse período de repressão e criminalização de lideranças religiosas que defendiam ideais de Reforma Agrária. Na região Tocantina, no sudoeste do estado do Maranhão, atuou nas ocupações de terras que culminaram na consolidação do MST,

Ajudamos a conquistar o P. A. Serafim, no município de Estreito (MA) um dos acampamentos mais antigos do Brasil [...]. Lá ficamos em condição de acampadas e acampados por dez anos. Nesse período realizamos marchas, mobilizações, formações[...], perdemos a conta de quantas vezes fomos ao INCRA em São Luiz junto com outras companheiras pautar a desapropriação da fazenda Serafim [...]. Além das lutas pra conquistar a terra, lá começamos a nos organizar em grupos de produção para fazer as roças, organizamos o espaço da escola para as crianças e assim resistimos.

Além da conquista do Posto de Atendimento Serafim, Dona Francisca contribuiu para conquista de outras áreas onde hoje são assentamentos de Reforma Agrária na região Tocantina do estado, em especial a Fazenda Criminosa, em meados de 1986, uma das primeiras ocupações de terra que posteriormente deram origem ao MST. “A luta pela conquista da terra não era fácil, houve momentos de tensão, violência armada por parte da polícia e dos latifundiários, tínhamos medo, mas a luta era pra valer”. Na Fazenda Gameleira, 1998, acompanhou todo o processo de lutas e depois da conquista do assentamento, organizou, junto com a comunidade, um horto

5 MST. Movimento de luta pela terra, reforma agrária e transformação nacional. Fundado em 1986. No Maranhão, o MST foi fundado em 1986.

6 Liderança religiosa com atuação na Comissão Pastoral da Terra (CPT), na região Tocantina, no Maranhão. Assassinado em 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz. Defensor da reforma agrária.

medicinal, objeto de seu estudo Medicina Alternativa como de Resistência e Organização Popular, apresentado à Universidade de Ijuí (RS), onde se formou pedagoga.

Me formei no Rio Grande do Sul, na UNIJUI – Universidade de Ijuí, com a primeira turma de pedagogia do MST, terminamos em 2001. Esse curso abriu portas para outras parcerias dos movimentos com outras universidades Brasil afora. Sei que hoje minha filha e muitos outros militantes fizeram graduação, pós-graduação através das conquistas dos movimentos.

Outras lutas e conquistas foram as Fazendas Califórnia e Fazenda Juçara, onde atuou sempre organizando mulheres na luta por educação do campo, saúde e reforma agrária. “Muitos companheiros e companheiras perderam a vida em defesa da reforma agrária e na luta pela terra. Um deles foi Pe. Josimo, mas nós continuamos [...]. Como ele dizia, se calarem a voz dos profetas, as pedras falarão [...]. Não foram as pedras, fomos nós mesmas, mulheres e homens, que continuamos”.

Atualmente, Dona Francisca vive no Posto de Atendimento Engenho D’Água, na comunidade Fortaleza.

Hoje estou em Caxias, minha terra de origem, vim para cá movida pelo reencontro com meu companheiro Pedro, de quem eu tinha me separado ainda criança. Infelizmente perdi Pedro há dois anos para uma leucemia, mas ganhei muitos desafios [...]. Hoje estamos organizando grupos de estudo em dezoito comunidades rurais. Aqui na comunidade organizamos um grupo de mulheres e realizamos cursos, oficinas, além das atividades religiosas [...]. Na produção, trabalhamos da forma tradicional, aquela que aprendemos desde cedo, sem uso de veneno. Extraímos da natureza boa parte do que precisamos, como azeite do babaçu, plantas, cascas para os preparados naturais. No mais, cultivamos quase tudo que precisamos, nos quintais, nas roças [...]. Nada é fácil, mas posso dizer que hoje sou uma mulher completa, realizada, e sei que ainda tenho muito a contribuir.

A luta de Dona Francisca hoje está centrada na organização social das comunidades para defesa dos recursos naturais e da água. Há mais de dois anos, as comunidades do Posto

de Atendimento Engenho D'água vêm sendo alvo das políticas de desenvolvimento que têm sugado os recursos naturais dos povos originários, sem diálogo com eles. A protagonista da apropriação dos recursos naturais – a água – nessa região é a empresa COMVAP⁷, produtora de álcool e açúcar, proprietária de áreas de produção de cana de açúcar irrigada com água do riacho que abastece as comunidades.

“O Riachão abastece mais de quarenta comunidades, e a empresa tá sugando toda a nossa água para irrigar plantação de cana, nossa luta é para parar com essa destruição, queremos que a empresa deixe nossa água correr livre, essa é a única água que temos”. As comunidades estão buscando apoio junto a parlamentares e movimentos sociais da região para impedir a expansão da produção de cana de açúcar na região. “Não é certo a produção somente da cana para álcool, nós produzimos alimento, sem veneno, sem agredir o meio ambiente”. Solicitam que haja investigação para suspeita de trabalho análogo ao escravo em decorrência dessa monocultura. “Queremos que as terras onde seja comprovado trabalho escravo seja destinada para assentamentos e, se isso não for possível, queremos que a empresa deixe nossa água correr livre, e vamos lutar até conseguir, pois água é vida, sem água não somos nada, não produzimos, não vivemos dignamente”, diz Dona Francisca, convicta de sua luta em defesa da água e da terra.

O Encontro de Dona Francisca com Dona Roxa e Dona Flavica se deu no I Encontro de Troca de Saberes dos Feirantes agroecológicos de Rosário, organizado pela Associação Agroecológica Tijupá em junho de 2014, em que Dona Roxa foi homenageada.

É um prazer conhecer outras mulheres trabalhadoras rurais no estado do Maranhão que, assim como eu, dedicaram e dedicam suas vidas à luta por conquistas no campo. Tem muito a se fazer ainda, mas, quando vejo as feiras, a produção, a organização por aqui, sinto que este trabalho também é meu” (fala de Dona Francisca).

Para essas três mulheres lutadoras, o desafio comum hoje é organizar melhor as mulheres para produção, comercialização e luta pelo direito aos recursos naturais e por políticas públicas. Nos diálogos, foi comum ouvir que muito se avançou, mas é preciso ir além. Por isso, elas, cada uma a seu modo, em seu tempo e lugar, fazem a luta coletiva dar resultados positivos e desafios cada vez maiores.

7 A empresa COMVAP Cana de Açúcar e álcool, com sede no município de Caxias, está irrigando mais de 300 hectares de cana, 24 horas por dia (segundo documento apresentado à Câmara dos Deputados 3.9.2014 – Dep. Domingos Dutra).

Dona Roxa, Dona Flavica, assim como Dona Francisca, Mucuruna, Lucinha, Luzia, Dagmar, Lucidalva, Domingas, Alice, Lourdes, Magnólia, Dió, Querubina, todas Marias, fazem parte da história do fazer agroecológico no Maranhão. Elas se encontram quando sistematizamos informações sobre as lutas, histórias, conquistas e desafios da vida do campo e da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, são personalidades desconhecidas e histórias comuns. A elas e a tantas outras Marias, nosso reconhecimento em vida pelas lutas e resistências enfrentadas cotidianamente e nosso agradecimento pelos ensinamentos, que possibilitarão às novas Marias ir além em nossas lutas militantes feministas.

Dona Roxa: “Foi um prazer conversar sobre minha vida com vocês”. Dona Flavica: “Estamos na luta, enquanto tivermos força vamos fazendo e convocando mais gente”. Dona Francisca: “É sempre bom saber que, assim como nós, tem tantas outras mulheres guerreiras nesse Maranhão, e o melhor é saber que a luta não para, que nossas filhas herdaram de nós a militância e a coragem de lutar”.

Por fim, transcrevemos o poema O Importante É Decidir, de Cora Coralina, como retrato das atitudes dessas Marias aqui apresentadas ao prêmio Margarida Alves 2014:

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

TRAJETÓRIAS DAS AGRICULTORAS EM SIMONÉSIA (MG): CONQUISTAS E DESAFIOS

Sonia Aparecida de Souza

1. O processo de organização social: como foi nossa caminhada?

A Comissão Municipal das Trabalhadoras Rurais (CMMTRS)¹ foi constituída em 1999, com incentivo da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais² de Simonésia (MG). No final dos anos 90, houve uma exigência advinda da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), de que 30% da Diretoria dos sindicatos fossem mulheres. Essa obrigatoriedade de cotas fez com que o sindicato estendesse o convite em 1999, para que as mulheres se reunissem. Assim foi o início de uma longa caminhada de auto-organização. Segue um relato do processo organizativo, que será contado pelas mulheres que mais participaram de suas várias fases.

Era um processo muito doloroso, porque as mulheres que participavam das reuniões no início não sabiam nem aonde queriam chegar. Era doloroso, porque o sindicato as chamou, mas, ao mesmo tempo, as largou para lá. Agia como se esse processo organizativo não fosse responsabilidade sua. Ficávamos até uma hora da tarde sem tomar nem café, não tínhamos nenhum centavo no bolso e íamos a pé para as reuniões. Cada dia essas reuniões ocorriam em um lugar diferente – ou no salão da paróquia, ou no salão da prefeitura, ou no salão do próprio sindicato, no meio dos materiais de construção. Naquele momento, ainda não tínhamos visão política nenhuma, porque nosso mundo era restrito à lavoura, à horta e a casa.

Em nossa cabeça, era o sindicato que tinha de assumir esse trabalho com as mulheres. Vimos que eles não iriam assumi-lo como trabalho “seu”, porque o trabalho com as mulheres não era importante para eles. Quando não nos assumiram, nós assumimos o sindicato. Foi o inverso.

1 A CMMTRS se tornou um departamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 2004.

2 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simonésia é uma entidade que atua no município há mais de trinta anos e hoje está filiado à (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Tem como objetivo principal defender os direitos e interesses (coletivos e individuais) dos seus representados. Na época da fundação da CMMTRS, o sindicato estava filiado à FETAEMG.

Eram poucas mulheres associadas, e muitas de nós que estávamos à frente da organização naquela época ainda nem eram sócias.

Fizemos várias reuniões nas comunidades mostrando a importância das mulheres fazerem parte do sindicato e de se identificarem como trabalhadoras rurais. Percebíamos que a maior parte das mulheres tinha costume de se identificar como “donas de casa” e falavam para os outros que apenas ajudavam na roça. Nós fizemos um trabalho de conscientização para que elas reconhecessem sua profissão como trabalhadoras rurais. Era um passo importante na luta para conseguir sua documentação, garantir seus direitos previdenciários e acessar linhas de crédito. Sem essa identificação, elas não conseguiriam ter acesso a tais benefícios.

Então, pensamos: Vamos filiar e vamos enfrentar o desafio. Vamos entrar no quadro de sócios. Associando as mulheres, nós fomos para dentro da estrutura do sindicato, e aí, começou a consciência crítica. O que nos ajudou a desenvolver esse senso crítico também foi nosso contato com a Marcha Mundial das Mulheres³, a partir de 2005. Nossa participação na Marcha Mundial das Mulheres nos despertou para tantas questões que fazem parte do “feminismo popular”: a violência contra a mulher, a divisão sexual de trabalho e a importância da auto-organização. Também contamos com apoio de algumas técnicas da REDE⁴, que acompanhavam o processo de organização nessa fase inicial.

Logo percebemos que é importante organizar, e que esse processo de organização tem de partir de dentro do sindicato, e que o sindicato era um instrumento, uma ferramenta de luta. Mas, quando viemos para dentro do sindicato, foi pior que bater a cabeça lá fora. Lembramos do desgaste que era, até o ponto que chegamos a chorar dentro de várias reuniões da Diretoria. Era choro, choro de verdade. Era choro por colocar uma proposta, e a proposta voltar de novo, e a gente jogar aquela proposta de novo. Era aquele “vai e vem”, pois os diretores na época não aceitavam nossas ideias com facilidade. E a gente pensava: Por que estamos aqui? Mas aí, pensamos: Como você constrói um processo com as mulheres separado da entidade?

Nós nos aproximamos da Associação de Mulheres de Tombos, na Zona da Mata, e começamos a participar de oficinas e eventos lá onde estavam discutindo a questão da documentação das mulheres agricultoras. Assim, começamos a participar das reuniões com a Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵ de Minas Gerais e planejar os

3 A *Marcha Mundial das Mulheres* é uma articulação feminista internacional, que reúne mais de 6.000 grupos de mulheres urbanas e rurais de todo o mundo, em torno da luta contra a pobreza e a violência.

4 A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) é uma organização não-governamental, criada em 1986, que tem como missão melhorar a qualidade de vida de comunidades do campo e da cidade. A REDE atua em cinco municípios da região leste de MG.

5 Às Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, localizadas em cada estado, compete monitorar, supervisionar

mutirões da Campanha de Documentação aqui em Simonésia e nos municípios vizinhos. O mutirão de documentação em Simonésia, que ocorreu em 2007, definitivamente foi um marco em nosso processo de organização. Tanto as autoridades da Prefeitura quanto os diretores do sindicato começaram a olhar para nós com outros olhos, especialmente pelo fato de que o Delegado da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de MG, Rogério Corrêa, acompanhou justamente o mutirão do município de Simonésia e elogiou a participação da CMMTRS nessa iniciativa.

Logo depois, começamos a discutir a questão de geração de renda e o processo de comercialização. Nós percebemos que muitas coisas amarram a vida das mulheres justamente por elas não terem autonomia financeira. Nós passamos por uma época de focar no artesanato, pensamos que poderíamos comercializar o artesanato para ter uma renda extra. Entretanto, vimos que a cidade não tinha mercado para o artesanato, e que não iria dar retorno para nós de fato.

Também começamos a fazer uma reflexão crítica: que nossa autonomia financeira está na propriedade, e não fazia sentido inventar serviço para fazermos, além do trabalho que já fazíamos. Percebemos que o grande eixo de nosso trabalho era no sentido de nos valorizar como trabalhadoras rurais e entender que nossa autonomia tinha de vir de onde as mulheres passam a maior parte do tempo – no espaço da propriedade.

Assim, nas reuniões da CMMTRS, começamos a discutir sobre o nível de conhecimento que cada uma tinha de sua propriedade. Perguntávamos: Qual é a área de sua propriedade? O que planta em sua propriedade? Qual é o tamanho? Quanto pé de café tem na sua propriedade? Quanto se produz? Quanto dá de dinheiro? Por quanto que vende o café? Qual é sua participação na discussão sobre o que fazer com este dinheiro?

Dentro dessa discussão, percebemos que nós, mulheres, nem sabíamos quanto de dinheiro tinha gerado a produção de café. Percebíamos que as mulheres colhiam café o tempo inteiro, mas não discutiam o que iriam fazer com o dinheiro. Começamos a entender que nós temos de participar das decisões dentro da propriedade. Tentamos mostrar para as mulheres que, enquanto elas não se apropriarem desse conhecimento sobre o que ocorre dentro da propriedade, não teriam domínio sobre um montão de outros assuntos. Por exemplo, levamos essa orientação a elas, para que, na hora de ir ao INSS para garantir seus direitos previdenciários, elas pudessem responder as questões sobre a propriedade e não ficassem prejudicadas. Hoje, sabemos que as mulheres podem até perder benefício por falta de documentação, mas não por causa de falta de informação sobre o processo de produção que faz parte de sua condição como trabalhadora rural.

e gerenciar as atividades relacionadas às atribuições legais do Ministério, sob orientação da Secretaria Executiva.

Houve um momento no qual pensamos que as mulheres do município de Simonésia já estavam bem organizadas, e já era hora de ajudar na organização dos outros municípios da região. Pensamos assim: Como vamos nos fortalecer, se as mulheres não estão dentro das diretorias dos outros sindicatos? O passo foi dado, e foram feitas reuniões em Santa Margarida, São João e Santana de Manhuaçu (MG).

2. A organização em torno da produção e comercialização: como nós, mulheres, juntamo-nos a essa luta?

A Associação dos Agricultores Familiares de Simonésia (AGRIFAS)⁶ foi constituída em 2002, uma iniciativa que partiu do próprio sindicato, porque os diretores percebiam que o sindicato em si não poderia coordenar o processo de comercialização no município, e que precisariam de outra organização que pudesse encaminhar essas demandas por parte dos agricultores. Assim, a primeira ação planejada para encaminhar esse processo de comercialização foi a Feira de Agricultura Familiar. A ideia, na época, era investir na feirinha e, a partir daí, criar o Mercado de Agricultura Familiar, além de um restaurante popular ou uma cozinha comunitária. Algumas de nós participávamos da feirinha, mas percebemos que, para que esse espaço pudesse se fortalecer, precisaríamos de uma parceria mais efetiva com poder público local.

O primeiro projeto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁷ foi elaborado no final de 2006. Era um projeto pequeno, no valor de 16 mil reais. A AGRIFAS contou com uma assessoria da REDE na época, para elaborar o projeto e negociar este recurso com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).⁸ Começou apenas com oito famílias, sendo que várias mulheres da CMMTRS participaram dessa primeira experiência. Foi possível fechar mais um projeto em 2012, que abrangia trinta famílias, no valor de R\$125 mil reais. Esse projeto passou a trabalhar com a política do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁹, e os produtos eram entregues às escolas estaduais do município.

6 A AGRIFAS é uma entidade civil sem fins lucrativos, constituída em 2002, com o objetivo de atender aos agricultores familiares nos aspectos da organização, produção, comercialização e agregação do valor aos seus produtos. Hoje, 60% dos sócios são mulheres.

7 O PAA, instituído em 2003, visa a aquisição de alimentos diretamente de agricultores familiares e suas organizações com dispensa de licitação, para serem doados a instituições sociais (hospitais, entidades assistenciais, escolas).

8 A CONAB tem suas operações coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É responsável por organizar o abastecimento alimentar do país. A CONAB efetiva a gestão do PAA.

9 O PNAE, criado em 2009, requer que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros destinados à merenda escolar sejam adquiridos de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, sem licitação.

Um desafio que temos enfrentado é organizar e qualificar a produção. Muitas famílias entregam os mesmos produtos para PAA e PNAE, e precisamos buscar formas de se complementar dentro do planejamento da produção. Hoje, todas essas famílias estão muito voltadas para as hortas, mas temos de debater mais a questão da diversificação da produção nas lavouras. Hoje, a AGRIFAS sozinha não dá conta de fazer esse debate. Sua função não deveria ser apenas de receber e entregar os produtos. A AGRIFAS, junto com o Departamento de Agricultura¹⁰ do sindicato, precisa incentivar um debate mais político sobre a produção agroecológica com as famílias envolvidas.

3. Práticas agroecológicas x monocultura de café: experiências concretas de plantio na horta e na lavoura

Cada uma de nós tem tido uma experiência diferente com produção, tanto na lavoura quanto na horta. Mas quase todas nós tivemos de enfrentar resistência, ou por parte de nossos maridos ou filhos, dentro de casa, ou por parte de nossos patrões, nas lavouras onde algumas de nós trabalhávamos com contrato de parceria, justamente porque tínhamos um pensamento diferente sobre como produzir. Hoje sabemos que essas práticas tem o nome de agroecologia. Isso porque passamos a participar de muitos movimentos e organizações que trabalham diretamente com a agroecologia, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)¹¹. A seguir, contamos as experiências de algumas das companheiras que fazem parte de nossa organização e que tiveram de enfrentar alguns desafios no que diz respeito aos processos agroecológicos nas suas propriedades.

Teresinha

Eu e meu marido começamos a praticar agroecologia há 18 ou 19 anos atrás, mas nunca imaginava que ia ter este nome. Morávamos, na época, numa propriedade que não era nossa. A gente trabalhava em contrato de parceria, e a forma como o proprietário cuidava da propriedade

10 No Estatuto Social e Regimento Interno do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Simonésia (MG), constata-se que compete ao diretor desse departamento coordenar todas as atividades que envolvem a Política Agrária e Agricultura Familiar.

11 A ANA foi instituída em 2002, e desde então vem se construindo de forma horizontal e descentralizada, ampliando o debate de temas mobilizadores e das experiências concretas de promoção da agroecologia, além de influenciar a formulação de propostas de políticas públicas. Dela, participa um conjunto de movimentos, redes e organizações da sociedade civil em todas as regiões do país que visa a promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento rural com base na agricultura camponesa e familiar e na agroecologia.

era totalmente o contrário do que nós queríamos fazer. No dia a dia, meu marido passava muito mal quando jogava veneno e chegava em casa com mal estar e vômitos.

Como esta região é dominada pelo café, todo contrato de parceria cita que tantos metros em volta da casa são do agricultor e que não tem que dividir esta parte com o proprietário. O único espaço no qual poderíamos exercer algum tipo de autonomia era no quintal. Aí a gente poderia plantar tudo que quisesse plantar, sem restrições. A gente gostava de plantar banana e mandioca, além de outras coisas, e eles não gostavam que plantássemos isso na lavoura. Se plantasse abóbora e ela começasse a alastrar no meio do café, para eles era a pior coisa do mundo.

No quintal, jogávamos esterco, palha de feijão, palha de milho, cinza de fogão e esterco de gado. Tínhamos de tudo – tínhamos cana, batata, mexerica, manga, abacate, plantas medicinais – tudo o que dava para plantar naquele espaço pequeno ali, além da horta, e das criações, galinhas, porcos e dos poços de peixe. Era um momento de contradição na vida da gente, porque não tínhamos terra, mas tínhamos um modo de vida que era totalmente diferente da realidade do dono da terra. Conseguíamos plantar esta diversidade de espécies dentro de um espaço pequeno que era nosso.

Naquela época, nasceu dentro de mim um desejo grande de comprar nosso pedaço de terra, para que pudéssemos trabalhar do jeito que a gente queria. Sabia que ia fazer bem para a gente. Hoje, temos dez litros¹² de terra. Entretanto, continuamos trabalhando com contrato de parceria, porque não dá para viver com esses dez litros.

Neste espaço que é nosso, temos a liberdade de plantar a semente que quisermos e de usar o insumo que quisermos, em vez de comprar adubos e venenos. Em nossa terra, há café, mas tem um espaçamento muito maior do que geralmente é usado, porque nas lavouras convencionais não dá para plantar nada no meio do café. Plantamos café com espaçamento grande e, assim, dá para plantar milho, feijão e inhame neste mesmo espaço, junto com café.

Entrei nos projetos de PAA e PNAE e acredito que um dos momentos mais maravilhosos na minha vida é aquele dia no qual faço entrega dos produtos. Quando comecei a participar, o projeto era pequeno, porque tínhamos acabado de comprar a terra e na época não estava produzindo muito. Mas na última entrega, trouxe inhame, amendoim, banana, almeirão, cebolinha e couve. Foram, no total, seis produtos. Dependendo do ciclo da produção, em determinadas épocas, consigo trazer mais de seis produtos.

12 Litro é um termo de medida utilizado mais pelos antigos no meio rural. Dez litros equivalem a 1,21 hectares.

Lucia

Em volta de minha casa eu tenho a horta onde planto alface, couve, cebolinha, salsa e rúcula, e no pomar tem chuchu, mexerica, laranja, jabuticaba, limão e banana. No início, quando falei que ia fazer uma horta, meu marido ficou somente duvidando e eu ficava insistindo na ideia. Comecei com uma horta pequena, e agora ele quer ajudar a fazer uma horta grande. Nós dois percebemos que a renda que entra a partir dos alimentos que estou entregando para PAA e PNAE não é igual ao retorno que o café proporciona.

O esterco que coloquei lá na horta é de cabrito. O que faz a diferença é o jeito que você lida com a terra. Uma coisa que aprendi é que não existe *terra fraca*. O que faz a terra ficar boa é a gente. Por mais que os outros falam “isso aí não produz não”, se você se dedicar e se você vai lá e modifica, ela produz.

Lá em casa somos eu e Geraldo. Nossa lavoura é grande para duas pessoas. Eu não concordo que jogue nenhum tipo de veneno na lavoura, mas quem assegura? Nunca concordei com a introdução de defensivos. O manejo das lavouras é feito hoje com roçadeiras, pois a enxada caiu de moda. Eu não consegui ainda criar esta consciência – de que a lavoura vai ser prejudicada e nossa saúde também – se continuarmos jogando veneno.

O que pesa é a consciência. Se você achar que pode jogar e não vai prejudicar ninguém, vai continuar fazendo. As pessoas estão jogando veneno, achando que aquilo não faz diferença, porque não percebem que aquele ato gera consequências negativas. Nem percebem que jogar veneno pode causar uma doença porque ela se manifesta de forma silenciosa e invisível.

Sonia

Eu pelejo muito com meu marido, para que ele não use “*roundup*” nas plantações. Acho que “*roundup*” é o pior veneno que tem, justamente porque as pessoas acham que ele é menos venenoso. Falam que é um “remédio”, como se funcionasse apenas para corrigir as fraquezas na terra e melhorar o rendimento da plantação. Essa mentalidade foi implantada há um tempo atrás, quando tinha os cursos de Emater¹³, dos quais meu marido participava. O técnico desses cursos falava que o “*roundup*” nem contaminava a terra; falava que somente sufocava a respiração da planta. Também falava que, quando misturava “*roundup*” com a terra, ele perdia o efeito, porque a terra cortava o efeito dele.

13 Emater é um órgão público que atua no campo da assistência técnica e tem sido presente na região, desde os meados de 1950.

Sempre a justificativa para usar “*roundup*” ou qualquer outro tipo de veneno nas plantações é que economiza tempo e poupa serviço, pois não precisa mais capinar. Ter que ir para roça e capinar é colocado como se fosse um castigo ou um pecado.

Meu marido e meus cunhados plantaram um pedaço de milho transgênico Estão deixando de plantar o milho, se for o milho caseiro, porque dizem que “*roundup*” não funciona com semente nativa.¹⁴ Sabem que, se usar semente crioula, será necessário capinar. Falei com Teco, meu marido: “Vamos colocar no projeto¹⁵ fubá este ano”. Aí, ele falou “Vamos colocar – vamos plantar milho – o preço é bom.” Aí, falei: “Com uma condição: desde que use semente crioula e capine de enxada ouroçadeira.”

Quando me comprometia a entregar produtos no projeto de PAA, à primeira vez meu marido Teco não acreditava que ia conseguir produzir o suficiente para atingir a meta. Lembro que o teto do projeto poderia ser de R\$4.500, e não chegou ao valor de R\$3.000. Mas, quando nossas iniciativas afetam a questão da renda, na maioria das vezes a gente nota que crescem os olhos dos homens. O ano passado, a renda gerada pelas entregas que fiz para PAA e PNAE foi o que manteve a maioria das despesas da casa durante o ano inteiro, porque o café não teve preço.

Há dois anos, um grupo de seis mulheres se juntou na comunidade São Vicente, onde moro, para fazer uma horta agroecológica. Hoje, entregamos dez produtos para PAA e PNAE, via Agrifas.

A maior parte das mulheres enfrentam o problema da falta de autonomia na propriedade. Aí, o desafio é muito grande, porque muitas vezes os maridos não concordam em “plantar misturado” e em ter, dentro de um canteiro apenas, uma grande variedade de plantas. Eles acham que tem de ter *monocultura* dentro da horta.

4. Conclusão – Quais são as alternativas? Até que ponto a agroecologia é a solução?

Todo o mundo fala que a economia principal aqui na região leste é o café. Mas, nós temos percebido que é uma economia que não se sustenta. O povo fala assim: “Um ano a lavoura veste o dono. O outro ano, o dono veste a lavoura. Mas, há alguns anos, são somente os agricultores

14 Afirma-se que, no caso de semente crioula, se for usado o “*roundup*”, não vai produzir, porque a semente fica asfxiada, isto é, vai matar o milho junto com o mato. As pessoas das comunidades rurais costumam dizer que a semente geneticamente modificada “já vem com resistência dentro dela”; isto é, a semente comprada possui um tratamento com uma camada de veneno para garantir mais durabilidade. Para muitos, isso é um ponto a seu favor.

15 Refere-se aqui ao contrato que cada família tem de fazer, constando tanto os tipos de produtos quanto a quantidade que conseguirá produzir ao longo do ano. Tal contrato compõe o projeto mais global que é negociado com a CONAB para entrega dos produtos da agricultura familiar do município (para PAA e/ou PNAE).

que estão vestindo a lavoura.”¹⁶ Não sobra quase nada para os agricultores, e ainda ficam com um montão de dívidas. O mercado de café derruba quem é pequeno, porque, infelizmente, somente vendemos café para os atravessadores, e são eles que ficam com o lucro.

Nós, mulheres, temos uma visão mais ampla, porque percebemos que o café é nossa economia principal, mas, ao mesmo tempo, sabemos que, se outras coisas forem agregadas na propriedade, poderemos sobreviver com muito mais tranquilidade. O café dá uma vez por ano, e as outras culturas podem ser vendidas ao longo do ano. Percebemos que a agroecologia é a solução para nossas famílias, justamente porque proporciona mais diversidade na produção.

5. Conclusões finais

Dentro das propriedades, reconhecemos que nós, mulheres, tomamos frente das experiências agroecológicas, e em muitos casos, enfrentamos uma série de desafios para que a agroecologia seja de fato incorporada pela família como em tudo. Precisamos pensar em estratégias para *criar consciência* sobre a importância da agroecologia com públicos diferentes – homens, jovens, crianças, adolescentes. Também precisamos lutar, para que políticas específicas que apoiem a agricultura familiar com foco agroecológico sejam implementadas dentro de nosso município e nos municípios vizinhos.

Uma de nossas grandes lições, adquiridas de nossa experiência de organização social, é que, somente a partir do momento em que você entra para a entidade, compra briga e enfrenta o desafio, é que a mudança ocorre.

16 Vale destacar o significado da palavra “vestir” para os agricultores das comunidades rurais em Simonésia (MG). Nas palavras de uma agricultora: “Se não tratar da lavoura, fica peladinha, cai a folha toda. Então, dizem que “tem que vestir a lavoura”. “Quando a lavoura está totalmente verde, é sinal que vai produzir.”

MENÇÃO HONROSA

A GARRA DAS MULHERES NAS GERAIS

Roberta Linkevieius Pereira

Lígia Pontes Brasileiro e Silva

Isabel Olívia da Cunha Neder

Não sabia como seria difícil escrever a própria história. De agricultora para escritora há uma diferença muito grande. Seria tão mais fácil apenas contar, mas vamos tentar!

Tudo começou lá atrás, em meados dos anos 1970. Nasci em Sobragy, distrito de Belmiro Braga, onde morei somente até os dois anos. Em seguida, minha família quis sair da roça, e nos mudamos para Juiz de Fora, cidade vizinha e muito maior, onde lá fiquei até os vinte e dois anos. Estudei pouco, mas não me arrependo por isso. Aos doze anos de idade eu já sentia o peso do trabalho quando subia as escadarias dos prédios antigos, que não tinham elevador, lá do bairro em que morávamos, para vender aos vizinhos e amigos os frutos que meu pai trazia de nosso pequeno sítio, herdado do meu avô paterno, aonde íamos todos os finais de semana. Meu avô materno também era fazendeiro, e foi lá na fazenda Santo Antônio que o meu amor pelo campo cresceu. A cada férias passadas lá, minha vontade de ficar na roça aumentava cada vez mais.

Ainda em Juiz de Fora, trabalhei em muitos lugares: de publicidade a estofaria. Foi na publicidade que descobri que podemos fazer tudo o que queremos, independente de já ter feito ou não. Com vinte anos me vi rodando todos os pontos de Juiz de Fora para visitar parceiros de um campeonato de Kart. Detalhe: até então, além de nunca ter feito esse tipo de trabalho, a responsável viajou e deixou tudo para que eu resolvesse. Foi difícil, mas consegui. O Campeonato foi um sucesso. Na tapeçaria, aprendi técnicas que ainda hoje uso, principalmente para reformar meus móveis e da família.

Mas o que eu gostava mesmo era de cuidar da terra. Fiz de tudo para minha mãe me deixar fazer agronomia ou veterinária, mas, como teria que ir para outra cidade, ela nunca deixou. O medo de sua única filha sair de casa era maior do que a vontade de vê-la formada.

Tinha concluído o ginásio e havia arrumado um emprego de carteira assinada. O patrão havia me oferecido um valor que eu achei valer a pena trancar a minha matrícula no colegial. Porém, dois meses depois, quando ele foi assinar a minha carteira para me registrar, disse que não

podia me pagar o que foi combinado. Isso foi a gota d'água. A decepção foi tão grande que decidi que não trabalharia para mais ninguém, prometi que passaria por qualquer dificuldade, mas seria minha única patroa.

E eu ia empurrando com a barriga, sem gosto por nada, até que resolvi largar tudo em Juiz de Fora e fui morar no pequeno sítio em Simão Pereira do meu pai, aquele herdado do meu avô.

Na época havia visitado uma feira que estava sendo realizada em Juiz de Fora, de pequenos animais. Me apaixonei pelos escargots e resolvi começar uma pequena criação. Juntei as minhas coisas pessoais e pedi a um amigo que tinha uma kombi para fazer o carroto da minha mudança para o sítio.

A mudança foi radical, não foi nada fácil, pois, bem ou mal, eu estava acostumada com um certo conforto que a cidade nos dá. Minha mãe achou que eu não ficaria no sítio nem um mês. Afinal, nem luz elétrica tinha! Era banho frio ou de caneca, luz de lampião, vela ou lamparina, sendo os dois últimos mais usados, porque a estrada era praticamente um trilho de boi, eu tinha que trazer o lampião nas costas e quando chovia, às vezes, ficava uma semana sem passar carro na pequena estrada.

Os primeiros dias foram mesmo muito difíceis, afinal era mais de vinte anos num bairro movimentado, sentia uma falta danada de ver televisão. Isso, por um lado, foi bom, pois aqui adquiri o gosto pela leitura e consegui um conhecimento melhor que qualquer escola pudesse me dar. Na época não tínhamos luxo, mas quando ficamos sem a comodidade que a energia nos proporciona é que sentimos falta. Sem luz, dormíamos às seis da tarde (18:00h), junto com as galinhas.

Como não tinha nada pronto, e eu ainda não tinha dinheiro, as galinhas que eu trouxe de Juiz de Fora ficaram mais de um mês amarradas em árvores para não estragar as plantas, enquanto eu construía o galinheiro. Para a construção, a dificuldade estava na obtenção do bambu. Eu percorria mais de um quilômetro para tirá-los e levá-los até o sítio, carregando-os nas costas. Depois do galinheiro, vieram as plantas, ou seja, mais bambu para cercar a horta. Seria mais um trabalho pesado para eu fazer, mas pelo menos eu já podia manter a galinhada solta.

Em Belmiro Braga, conheci um chef de cozinha que trabalhava em Juiz de Fora, o qual me ensinou a preparar os escargots gratinados na manteiga. Como eu já estava criando os bichinhos, comecei a prepará-los e vendê-los para fazendeiros da região. Refogava-os, colocava em bandejas e fazia as entregas sempre a pé. E foi assim que eu comecei a ganhar dinheiro e conseguir me manter. Porém, outro fato que me dispendia bastante tempo e caminhadas era a compra de cigarros. Para isso, precisava caminhar para o bar mais próximo, que ficava a dois

quilômetros, e, muitas vezes, eu só conseguia comprar fumo de rolo. Fazer o quê... isso também fazia parte do pacote.

No princípio, as coisas estavam ruins, mas nada que não possa piorar, né? Alguns meses depois, minha mãe, vendo que eu não voltaria, resolveu ir para o sítio, morar comigo. Tudo estava caminhando até que, algumas semanas depois, ela passou mal e eu tive que levá-la a Juiz de Fora, para ela fazer exames. Como eu sabia que isso iria render alguns dias longe do sítio, coloquei comida suficiente para que os escargots se mantivessem vivos e sem problemas durante três dias. Porém, qual foi minha triste constatação ao voltar? A minha criação, minha única fonte de renda, havia se perdido por completo. O cheiro da ração dos escargots atraiu ratos, os quais contaminaram as caixas e me fizeram perder tudo. Quase fui à loucura! Não pela perda dos bichos, mas pela falta de perspectiva do que fazer num lugar onde eu mal conseguia sair de casa pelas dificuldades. Na época eu só tinha cerca de duzentos reais em dinheiro, nada de estrutura e muito menos de onde arranjar mais verbas.

Como não conseguia pensar em nada, apesar de coragem, dedicação e esforço, os quais nunca me faltaram, comecei a me desesperar! Sai de casa numa terça-feira pela manhã a pé, pois ônibus não passava pela estrada do sítio, com o objetivo de ir até o vilarejo de Sobragy, cinco quilômetros de estrada de chão, para ver se conseguia um emprego. Apesar de saber que provavelmente não encontraria nada por lá (imagina, um distrito rural com aproximadamente quinhentos habitantes), resolvi tentar a sorte. Acho que queria mesmo caminhar para pensar, tentar colocar a cabeça no lugar.

No caminho, reparando o pasto do meu vizinho (dizem que o pasto do vizinho a grama sempre é mais verde, né?), constatei que tinha muitos pés de goiaba. Foi então que tive uma ideia. Procurei o administrador e pedi que ele colhesse as goiabas para eu fazer doces. Ele prontamente me deu as frutas e, como tinha carro, me levou para comprar sessenta quilos de açúcar. Eu, sozinha, levava os baldes de vinte quilos de goiaba nas costas, até o trilho, e depois colocava num carrinho de mão ao qual eu empurrava mais um quilômetro até em casa.

Apesar de toda a dificuldade nesse momento, carregar as goiabas não era meu maior problema. Minha maior dificuldade era conseguir a lenha, pois no sítio não havia mais nada. Há muito tempo já tinham acabado com tudo. Bom, nesse momento a solução foi recorrer novamente à vizinhança. Por fim, consegui a lenha. Com isso, produzi cento e oitenta quilos de goiabada que comecei a levar para Sobragy, nos finais de semana, para poder vender e recomeçar novamente. Cada goiabada era vendida por dez reais o quilo, e, como só levava 30% de açúcar, além da economia, tinha também a propaganda que pude promover: era um doce *light*. Vendia

o doce, comprava o meu fumo e voltava para casa, agora não mais por escolha, mas sim por necessidade. Apesar disso, eu não ligava, pois sempre fui muito pé no chão.

Durante essas caminhadas, tive uma outra ideia: goiabada com queijo. Ótimo, mas como faria para produzir o queijo? Comprar o leite estava fora de cogitação, pois era muito caro. Então, como fazer? Bom, o jeito seria comprar uma novilha.

Com o dinheiro que eu consegui com a goiabada comprei uma novilha que dava doze litros de leite por dia, o que me renderia pelo menos três queijos pequenos. Só que, então, arrumei outro problema. Como tirar o leite? Apesar de sempre visitar meus avós na roça (praticamente todo final de semana), nunca tive essa real experiência, mas era uma questão de sobrevivência. Tive então, que aprender à força. No começo, o braço parecia que ia cair de tanta dor, mas depois fui acostumando. Porém, o pior nem foi isso. Quando comprei a novilha, estávamos no período de seca, portanto tinha que cuidar muito bem da alimentação da bezerrinha.

Achando que os problemas estavam diminuindo, me esqueci que haveria a época das águas e não me preparei para acolher a novilhinha em um local adequado. Então, quando veio a chuva, sem curral, tive que começar a tirar o leite com minha mãe segurando um guarda-chuva. Hoje lembrando, fica até cômico, mas na época foi bem difícil. Além disso, para não deixar a bezerrinha tomar chuva (afinal de contas era a única que eu tinha), colocava-a para dormir dentro do rancho, onde era a cozinha.

Foi então que iniciei a construção do curral. Mais uma vez recorri ao meu vizinho para me ajudar com as madeiras, já que eu não tinha dinheiro para comprar. Ele deixou que eu tirasse da mata dele, a qual ficava a dois quilômetros de caminhada morro acima. Para chegar lá, saía de casa às seis da manhã, eu e o seu Chico (um senhor de setenta e quatro anos, que trabalhava para o meu pai plantando milho, feijão e arroz), o qual me ensinou a tirar leite. Levávamos marmita, água e café, isso pois ficávamos até as cinco da tarde cortando a madeira. O mato tinha uma estrada estreita, por isso tirávamos a madeira nas costas até um ponto onde o trator pudesse chegar para puxar. Arranquei a pele dos ombros de tanto carregar peso. Como o dinheiro era contado, e não dava para investir na construção, acabei fazendo de sapé. Ficou lindo! Foi uma festa meu primeiro curral! Se eu não tivesse tão “estrupiada” daria para comemorar melhor, mas as mãos eram pura bolha, os ombros não podiam nem encostar neles, mas valeu o esforço.

Eu tirava o leite e fazia dois queijos por dia e como não tínhamos geladeira, os colocava numa tábua para curar, assim como os doces, os quais eu vendia nos finais de semana. Juntava o dinheiro e no final do mês comprava um bezerrinho, um porco ou, até mesmo, galinhas, sempre para negociar. Esse dom de negociação, de comércio, acho que herdei dos meus avós paternos, que eram libaneses. Já o meu dom para cuidar da roça eu herdei dos meus avós

maternos, pois foi na fazenda deles que aprendi a matar porco, boi, galinha, fazer chouriço, linguiça e carne de gordura.

Um ano após a compra da primeira novilha eu já tinha oito cabeças de gado, um cartão de produtor rural e uma vontade imensa de trabalhar.

Aí, sim, veio o progresso. Uma empreiteira foi contratada para fazer a estrada, o asfalto. O meu sítio não tinha divisão de pasto, tínhamos apenas uma pequena área de uma casinha velha, que foi a primeira a ser construída. Era cerca de ½ hectare onde os meus animais ficavam presos, porque tinham que tirar a cerca para alcançar a estrada. Mais uma luta! A empreiteira que construiu a estrada não me ajudou em nada.

Eu tinha que passar o dia inteiro cortando brotos de capim para tratar do gado, pois ainda não tinha luz e tinha que picar o capim no facão. Havia dias que eu trabalhava até as onze da noite, sendo essa “labuta” por dois meses. Éita vidinha mais ou menos! Quando eu achava que estava melhorando, piorava.

Nessa época eu já tinha conseguido um veículo movido a botijão ecológico: uma velha égua que consegui trocando por uma bicicleta. Nesse momento, meu problema de locomoção foi resolvido, porém não o da mercadoria, porque a coitadinha trotava tanto, que a mercadoria chegava toda misturada.

Mas as coisas estavam melhorando. Após um ano, por meio do Programa Luz para Todos, a energia elétrica chegou. Quando eu ainda estava no perrengue da falta de luz, tomava banho de água gelada. Com a chegada da energia, comecei até a sentir saudade disso durante o trabalho. Mas confessarei uma coisa: de todos os eletrodomésticos existentes, o que eu mais tinha saudade era do liquidificador! Uma vez uma amiga veio me visitar e não sabia que não tinha luz. Eu disse a ela que eu estava com uma vontade danada de tomar vitamina, mas estava muito cansada para fazer. Ela se prontificou de imediato! Dei, então, uma peneirinha de arame, uma colher e uma coqueteleira. Sem entender nada, mostrei a dificuldade de amassar a fruta na peneira, deixá-la como se fosse uma pasta e depois bater na coqueteleira. Segundo ela, foi a vitamina mais custosa que ela já tomou na vida, mas também a mais gostosa. Porém, ela disse que ficaria o resto da vida sem tomar vitamina caso tivesse que fazer desse jeito. Fazer o quê, né, tem gente que desiste fácil. Mas eu sempre acreditei que dias melhores viriam!

Depois de três anos, meu gado aumentou, e com a ajuda da EMATER formamos uma associação de produtores de leite para conseguir vender o leite com melhor preço e realizarmos compras em conjunto. De doze litros diários, passei a tirar setenta. Até tinha chegado a ficar fácil, já que eu estava treinada a tirar leite. O que precisava agora era de um carro, porque não aguentava mais carregar peso pelas estradas da região.

Consegui juntar três mil e quinhentos reais e fui comprar um Fiat 147. Foi uma loucura! Comprei o carro numa quinta-feira, e meu vizinho foi buscar comigo, porque ainda não sabia dirigir. Quando cheguei em casa, foi uma festa! Uma alegria saber que tinha conseguido comprar um carro com dinheiro de meu trabalho na roça!

Como tudo na minha vida parece mais difícil, tinha que arrumar tempo para aprender a dirigir. Meu vizinho, então, se ofereceu para me ensinar, porque não tinha tempo nem dinheiro para frequentar a autoescola.

Como sempre, muito doída e pra frente, em um sábado pela manhã fui pegar o carro. Entrei, liguei e já sai pulando, pois não sabia passar a marcha. Da casa do meu vizinho até Belmiro Braga dá uns doze quilômetros. Eu não sei como, mas consegui chegar até lá. No meio do caminho havia um posto, e eu precisava abastecer o carro. Encostei quase dois metros de distância da bomba de gasolina. O frentista, muito gentilmente, e sabendo que eu não sabia dirigir (cidade pequena tem dessas coisas: todo mundo sabe de tudo), pediu para que eu encostasse um pouco mais perto, para que a mangueira da bomba conseguisse alcançar o tanque. Aí, eu disse para ele que era mais seguro tirar num galão e colocar. Imagina, ele morreu de rir, achando que era sacanagem! Mas, eu estava falando sério, pois tinha medo de bater com o carro na bomba! Com muito custo consegui abastecer e logo em seguida pedi a ele que calibrasse os pneus. Foi então que o engraçadinho me disse: “Dá uma rezinha e encosta ali”. E eu, na maior calma, perguntei a ele: “Ré? Eu não sei andar nem para frente, quanto mais para trás!”. E ele, não se sabe por quê, não quis pegar no carro. Como sempre, com toda a tranquilidade do mundo descii do carro, fui até a pista, parei o ônibus escolar que vinha passando e pedi ao motorista que manobrasse o carro e que o colocasse de frente para Sobragy, que, assim que calibrasse, eu iria voltar para casa. Esse trajeto eu fiz durante sessenta dias diariamente, indo e vindo, sempre sozinha. Aprendi a trocar pneu, mecânica e tudo mais. Só que teve um problema: o rapaz que me vendeu o carro sumiu e não me entregou o documento do carro. Bom, registrei queixa contra ele, mas não vi nenhum resultado. A saída foi ir até o Fórum, onde imaginei que pudesse conseguir alguma coisa, sei lá, um documento provisório, estava tentando achar uma saída para a situação. Afinal de contas, tinha investido minhas economias e, o que era mais importante, contava com ele para poder realmente aumentar minhas vendas e decolar no negócio. Porém, qual foi minha surpresa: não consegui resolver absolutamente nada. E, sem documentos, não poderia circular com o carro. Resumindo: perdi o carro e o investimento feito. Bom, mais uma provação que deveria vencer.

Nessa “brincadeira”, já tinha se passado quase dez anos, e eu não tive nenhuma gripe sequer! Minha saúde era de ferro para poder segurar essa barra, durante todos esses anos! E até hoje tenho, Graças a Deus.

Mas, para piorar o negócio, depois de tudo isso que passei, a rota do caminhão de leite mudou, e eu, que era a última a ser atendida, passei a ser a primeira. O caminhão passava em casa às seis da manhã. Portanto, passei a acordar ainda mais cedo para tirar o leite. E como no meu curral não tinha luz então, eu levantava às três e meia e tirava leite com um lampião improvisado. Ele era feito com uma lata de óleo aberta, com uma vela dentro, e, quando ventava muito, a vela apagava e caía no chão. Foi uma tortura até conseguir levar luz para o curral, sendo que, para isso, foi uma outra briga. Precisei pegar o dinheiro que estava guardando para comprar outro carro e tive que investir na iluminação. Precisei comprar uma nova caixa de energia para poder fazer a ligação e, para puxar os fios até a caixa de energia, tive que pegar um dinheiro emprestado.

Depois disso, estava resolvido o problema do leite. Faltava então resolver o carro, sendo necessário só a compra de um outro. Bom, como estava investindo na propriedade, não poderia ser um zero quilômetro e não tirava dinheiro suficiente com o leite para comprar qualquer outro. Foi então que descobri que, através da horta, poderia conseguir o dinheiro, sem a necessidade de investir muito na plantação. Isso porque, até então, no município de Belmiro Braga, vizinho a propriedade, não havia ninguém que investia nesse tipo de negócio. Dessa forma, consegui comprar um “novo” carro, Chevette 88 que ajudou muito no desenvolvimento da minha propriedade. Porém, ainda não tinha tempo para tirar minha carteira nacional de habilitação, o que não permitia grandes avanços. Mas, de qualquer forma, já era um gigantesco passo.

Com tudo isso resolvido, chegou a época da seca. Com a abertura da estrada, problemas com incêndios, algumas vezes criminosos, começaram a aparecer. O fogo queimava as cercas, que tinham um comprimento de quase cinco quilômetros, os pastos e as capineiras também. E eu passava o dia inteiro às margens das estradas, cortando capim para vacas e tendo que, de alguma forma, evitar que o fogo atingisse as cercas. Afinal de contas, o cercamento de uma propriedade é bastante caro.

Depois dessa luta toda, consegui algo que achei que iria resolver o meu problema. A técnica da Emater conseguiu me convencer a plantar mandioca para merenda escolar. Com isso, fiz minha Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que até então não tinha, elaboraram meu projeto e ganhei a licitação. Com isso, entrei com pedido de financiamento via o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para plantar mais mandioca e conseguir atender não só meus fregueses, como também agora as escolas do município. Sacos e sacos de adubo, calcário e de mudas foram comprados. Mais uma vez, minha vida estava se organizando.

Com tudo plantado e devidamente capinado, consegui respirar mais tranquilamente, afinal de contas já tinha uma parte de meus produtos com o comércio garantido, ou seja, sem a necessidade de ficar “correndo atrás” de compradores. Só que, mais uma vez, o destino me pregou uma peça.

Depois de um belo dia de trabalho, vendendo os produtos da roça, chego em casa e vejo que as vacas do meu tio entraram na área e comeram todos os cinco mil pés de mandioca que eu havia plantado. Agora sim, eu tinha um problemão! O banco para pagar, o contrato para cumprir e, ainda por cima, estava sem carteira para poder buscar a mandioca em outro lugar. Quase fiquei doida! Mas, como tudo se resolve...

Para cumprir o contrato eu tinha uma área de mandioca plantada, a qual, teoricamente, era para atender meus clientes, mas, como já havia feito o contrato, atenderia, então, a alimentação escolar. E para pagar o banco? Como faria? Foi então que veio a assistente social da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Minas Gerais (Emater-MG), que conseguiu me convencer a construir uma cozinha industrial, ou melhor, uma pequena agroindústria, para fornecer bolos e pães para merenda escolar. Como tudo na minha vida funciona na pressão, ela me deu um prazo de uma semana para construir um cômodo de dezesseis metros quadrados, todo azulejado e forrado de acordo com os padrões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Como tinha ainda um prazo razoável para pagamento do empréstimo de mandioca, tirei um dinheiro e investi na construção de minha pequena agroindústria. Com isso e com mais uma chamada pública da merenda escolar, por meio do PNAE consegui quitar minhas dívidas, vendendo bolos e pães para a escola do município de Simão Pereira.

Finalmente, além de começar a ter tranquilidade, estava realizando mais sonhos do que esperava.

Assim, a partir deste ponto, vieram as coisas boas e agora sem mais grandes peças desagradáveis do destino. Parei de tirar leite, afinal já eram quase quinze anos sem tirar folga! O que eu ganhava com um mês de leite hoje eu ganho com três dias de merenda.

Aquela goiabada que me salvou lá no início, além de me render quinze cabeças de gado e uma entrevista no Panorama Rural (programa da TV Integração, canal local de Juiz de Fora), sendo considerada uma das melhores goiabadas da zona da mata, foi considerada, através de análises feitas na Universidade Federal de Juiz de Fora, realmente como *light*.

A mandioca, que me deu uma dor de cabeça no início, agora me rendia o reconhecimento e respeito das pessoas que passavam pela propriedade. Para a grande maioria, é difícil entender como uma única mulher é capaz de plantar, cuidar, colher e de processar sozinha vinte mil pés de mandioca. E, com isso, mais uma vez, consegui o reconhecimento não só da população, como também da mídia local. Outra entrevista foi dada para a televisão.

Mérito para a Emater que me fez acreditar, pois, quando eu já estava pronta para desistir, vieram com os financiamentos por meio do PRONAF e a possibilidade de poder melhorar cada vez mais. Logo em seguida, veio a ideia de construção da agroindústria, algo que nunca havia

sonhado em ter. Não imaginava pode ter uma agroindústria em meu sítio. Ainda mais para produzir pães e bolos.

Agora eu já tenho dois carros, um para sair e outro para trabalhar, ganho muito mais que muita gente formada que conheço, aprendi a plantar, a colher, a lidar com as adversidades, a recomeçar, a mochar, a castrar, a fazer nascer, a matar, a curar com remédios caseiros. Eu capino, eu roço, eu faço cerca, eu colho, eu processo produtos. Eu aprendi com a roça que eu preciso dela e ela não precisa de mim, se eu não estiver aqui, não faço falta, mas se ela faltar, estamos mortos!

Dizem que a principal profissão é a do professor. Concordo plenamente com isso, afinal de contas, sem educação, não chegamos a lugar algum. E também, não teria tido o atendimento do pessoal da Emater, assim como de outros profissionais que passam e passaram pela minha vida (e continuarão passando), como médicos e engenheiros. E, para se formar em qualquer coisa, você precisa de vários professores e educadores.

Nesses anos, de muitas lutas e labutas, entre as coisas que realmente aprendi foi que, com a terra, você pode passar a vida inteira sem um advogado, sem um engenheiro, podendo às vezes até precisar de um médico ou um dentista, mas é do serviço de um agricultor ou de uma agricultora (ou dos dois) que precisamos pelo menos três vezes ao dia.

Das melhores coisas que eu aprendi com a terra é que a coragem faz o melhor terreno, e o amor, melhor adubo.

Por isso, sou agradecida pelas minhas escolhas. Agradeço e me sinto abençoada por ser uma AGRICULTORA!

MENÇÃO HONROSA

MULHER DE FIBRA: POR VIDA E PROFISSÃO

Angélica Almeida

“Sem mim, você e seus filhos vão passar fome”. Aquilo martelava em minha cabeça. “Seus filhos”, ora, como se os filhos não fossem também dele! De súbito, o medo virava prece: Ô, meu Deus, não deixe não. A gente passar fome a gente supera, mas ver um filho passando fome é o maior pavor que uma mãe pode ter. Eu não desejo isso para mãe nenhuma...

Eu me chamo Mary Vitória Delazzari, tenho 46 anos, nasci e me criei em Ponte Nova, na Zona da Mata de Minas Gerais. Eu sou a “rapinha do tacho” de uma família de seis filhos, todos criados em uma casinha simples herdada da minha avó. Naquele tempo, meu pai era eletricitista, aposentado, e minha mãe trabalhava como servente de grupo escolar e também como cortineira.

Passamos muita dificuldade quando criança, mas era muito bom. A única herança que meu pai deixou para nós foram os ensinamentos. Ele foi educado na roça, então tudo relacionado às plantas e aos bichos ensinava para a gente. Mesmo morando na cidade, ele nos mostrava como perceber as mudanças do tempo e da natureza. Se uma nuvem fechasse, ele falava: “Ó, vai chover”.

Além das aulas que a vida todos os dias nos dava, eu cheguei a frequentar a escola, mas, depois de um tempo, eu resolvi parar. Quando comecei a sétima série, fui trabalhar e já não deu para conciliar com os estudos. Cabeça de adolescente, querendo ser independente e ver o dinheirinho todo mês, acaba não dando valor à escola. Hoje eu me arrependo. Trabalhei em casa de família, depois em supermercado e também em loja.

Meus pais foram morar com a minha irmã mais velha na capital mineira, Belo Horizonte (BH), porque ela separou, e, como eu era a mais nova, precisei acompanhá-los. Eu não tinha uma casa certa e eu fiquei pulando entre BH e Ponte Nova até me achar. Eu morava na cidade grande, mas nunca gostei de cidade. Sonhava com roça, em tirar leite de vaca, em andar a cavalo... Se eu fizesse isso, eu estava realizada!

Depois de um tempo, eu saí da casa da minha irmã, conheci um companheiro e fomos morar juntos. Moramos seis anos, e, aos 22 anos, eu tive minha primeira filha. Só que o relacionamento

não deu certo e voltei para Ponte Nova. Como na minha cidade não tinha emprego, eu retornei a Belo Horizonte e comecei a trabalhar com artesanato.

Minha ligação com os artesanatos vem de muito antes: aos quatorze anos eu me dediquei aos trabalhos manuais. Como sempre fui curiosa, gostava de aprender a fazer as coisas que via. Logo comecei a mexer com a palha de café e com a fibra da bananeira. Em BH, fui trabalhar em uma entidade filantrópica para pessoas com necessidades especiais físicas e mentais. Lá existiam várias oficinas voltadas para as crianças, familiares e também para os idosos. Com isso eu aprendi a fazer outros artesanatos e a dar aula também.

Passado um tempo, eu conheci outro companheiro. Achei que estaria dando um pai para a minha filha, mas fui quase escrava dele. Eu podia sair para trabalhar e colocar o dinheiro em casa, mas não podia sair para mais lugar nenhum. Tinha que ser tudo em função dele, vivendo a vida dele. Doze anos de briga atrás de briga. Com essa pessoa, eu tive mais dois filhos, tudo com muita dificuldade e luta, porque, quando tem briga, os filhos sofrem mais.

Quando meu marido cismava, ele nos trancava em casa e ninguém podia sair. Nem eu podia trabalhar, nem os nossos filhos podiam ir à escola. Era assim, todo tipo de violência que você imaginar acontecia. Para agravar a situação, eu morava na casa dele, que fazia parede e meia com a mãe dele, então eu não tinha nem força para agir.

Acabou que eu perdi meu emprego devido a tanta briga, porque ele me fazia faltar ao serviço. Passei a dar aula em casa, já que não podia sair para trabalhar. Se eu quisesse um dinheirinho, eu tinha que dar aula, mas também não podia ter nada na carteira, o dinheiro tinha que ficar dentro de casa. E foi assim que criei meus meninos todos: trabalhando dentro de casa.

As reações do meu companheiro foram geradas pelos ciúmes, pela criação dele e por conta da bebida. Ele era alcoólatra e, toda vez que chegava bêbado, quebrava as coisas dentro de casa e criava situações na cabeça dele que não existiam. Por várias vezes me separei dele, voltava para Ponte Nova, mas acabava voltando para ele. A gente, quando está nessa situação de vínculo com uma pessoa e sob pressão, chantagem emocional e medo, não tem força para lutar, para agir.

A voz que sempre me dizia “seus filhos vão passar fome” me paralisava. Vinha aquele medo de não poder sustentar meus meninos, medo de passar necessidade, medo de ele tomar meus filhos, medo da solidão, medo de tudo... Eu não tinha força!

Minha irmã, com quem morei muitos anos em Belo Horizonte, é que me socorria. Às vezes, eu me sentia mal, era ela que me levava ao médico. Ela tinha, além da casa onde morava, um apartamento para aluguel. Vendeu o apartamento e falou comigo assim:

– Ô, Mary, eu tenho vontade de comprar um sítio para reunir a família de vez em quando, porque nós somos muito apegados uns aos outros. Eu sei que você gosta de roça, e é uma maneira de você ficar independente do seu marido, você quer tomar conta para mim?

– Quero, claro que quero! Eu amo a natureza, sou nascida e criada na cidade, mas meu sonho é morar na roça.

O sítio foi comprado na área rural da cidade de Acaiaca, Minas Gerais. Um alqueire de terra, com um pasto de braquiária, nascente, pomar, uma vargem (...). E com a mudança de cidade, minha vida também mudou. O meu ex-companheiro não morava lá, porque ele não gostava de roça, mas ia à casa de dois em dois meses. Como forma de marcar o território, mesmo não morando lá, a roupa e as coisas dele tinham que ficar lá. Ele sabia que a mulher fiel estava lá, que as coisas dele estavam lá, mas ele mesmo tinha uma mulher em cada canto. Aparecia, fazia compra e depois ia embora. Como ele permanecia a maior parte do tempo fora, eu fiquei mais tranquila, porque morávamos só os meus filhos e eu.

Nesse meio tempo, eu fui chamada por uma vizinha para frequentar a Comissão de Mulheres, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acaiaca, que estava iniciando as atividades na nossa região. Havia uma técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA), que estava mobilizando as mulheres da comunidade para organizar um grupo local e também para participar de um programa de formação para mulheres, chamado Mulheres e Agroecologia. Como a sede do CTA fica na cidade de Viçosa, comecei a me soltar mais e a viajar também.

Depois de um tempo, esse companheiro arrumou um trabalho em Mariana (MG) e começou a ficar direto em casa. E começaram as brigas de novo, os tumultos, a mulherada... E eu comecei a reagir: “Não, eu não quero essa vida pra mim”. Até que um dia eu descobri que ele tinha outra namorada, que parecia estar grávida, e eu pus um ponto final na relação. Arrumei as coisas dele, e ele teve que sair.

Eu gostava dele, realmente eu o amava, mas aprendi que a gente tem que gostar da gente primeiro. O amor que eu tinha por ele era tanto, que eu me esquecia de mim, eu não tinha força para decidir o que eu queria. Não enxergava um palmo a minha frente, eu tinha medo. Eu tinha tudo. Ele saiu, e mesmo assim, durante um ano, eu ainda fiquei para baixo, naquela depressão: “Ai, meu Deus, como é que eu vou fazer?”. Eu tinha apenas o dinheiro do programa “Bolsa Escola” para fazer as compras. Arroz e angu não faltavam, porque a gente plantava, e em casa a gente também tirava um leitinho.

Graças a Deus, de fome nós não morremos, e a vida foi dando forças para reagir e espantar o medo. Eu passei a trabalhar no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) como

monitora de artesanato da minha cidade, e minha autoestima começou a levantar. Foi a partir desta experiência que eu comecei a ter um vínculo maior com a mulherada rural. Juntei um dinheirinho e comprei uma picadeira.. Parece que o passado impregna feito ranço, e direto o companheiro tentava voltar, mas eu comecei a mostrar a minha vontade própria. Então ele se afastou e passou a se comunicar com os filhos por telefone, de dois em dois meses.

Infelizmente meu menino ficou diabético, passava mais tempo internado do que em casa, e eu precisei fazer contato com o ex-companheiro, já que tinha um tempo que ele não ligava, nem mandava ajuda nenhuma. Foi quando fiquei sabendo que ele tinha falecido.

Hoje, graças a Deus, eu toco minha vida para frente. Tenho um novo companheiro, e a gente compartilha tudo, mas sei que o esteio da casa sou eu mesma. Hoje sei os meus compromissos, meus deveres, mas também os meus direitos.

Em 2009, a partir da minha participação no Mulheres e Agroecologia, eu tomei conhecimento sobre uma série de questões que não conhecia e consegui me inserir nas políticas públicas voltadas para o campo. O programa foi dividido em três módulos, com os temas: Mulheres e Agroecologia: Economia Popular Solidária, Mulheres e Agroecologia: Saneamento Ecológico e Mulheres e Agroecologia: Sociobiodiversidade. Um dos módulos ocorreu na minha casa. A gente fez um intercâmbio lá.

Fiquei muito feliz quando minha irmã me deu um pedacinho do terreno deste sítio para eu construir. Consegui acessar o crédito para a habitação rural, no programa Minha casa, minha vida, e falta pouco para eu poder entrar na minha casa!

Também fiz o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com muito custo, mas consegui! Tinha um técnico que fez muita hora para eu acessar o Programa, sempre faltava algo. Eu bati o pé e consegui financiamento, comprei duas vacas boas de leite, de 20 litros. Quando tirei leite pela primeira vez, ô gente, parecia que eu estava acertando na loteria! Hoje eu sou a única produtora de leite no meio de um monte de homens, da região de Mata Cães, Palmeiras de Fora e Maracujá. Quando tem reunião, eles mandam me chamar e sempre compareço. O documento no nome de mulher vem só no meu, o cheque é assinado no meu nome, e não abro mão de participar.

Na unidade de produção, a gente cultiva milho, feijão, hortaliças, frutas de época e verdura em geral e produz ovos. De tudo um pouquinho, a gente manda para as escolas! Faz uns três a quatro anos que levamos nossos produtos para a Associação e vendemos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os alunos das Escolas Municipal e Estadual de Acaiaca, Diogo de Vasconcelos,

Furquim, Mariana e Ouro Preto consomem os produtos da Associação. Tudo isso, depois de conhecer o Programa de Formação.

Ao longo dos anos, também fui ampliando minha participação na Comissão de Mulheres. No início eu não entendia bem do que se tratava, muito menos a importância do Movimento. As atividades eram mais uma oportunidade de sair de casa, de distrair do dia a dia. Fui vendo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres da roça – dificuldades que eu mesma senti na pele e enfrentei –, a falta de renda da mulher, a dependência do homem para colocar os mantimentos dentro de casa, ter que trabalhar para os outros na roça e só receber quando era época de planta, passando aperto nas épocas de chuva. Enfim, como monitora do CRAS, fui conhecendo mais mulheres e vendo a necessidade que elas tinham de ter uma renda extra.

Acabou que eu saí do CRAS, porque o contrato venceu e não ficou nenhuma monitora de artesanato. Minhas alunas ficaram me ligando para perguntar se não haveria mais aulas. Eu estava disposta a prosseguir, porque as alunas estavam muito animadas e fazia até dó parar com o trabalho, me apeguei muito a elas. Eu disse que se elas não importassem de andar, elas podiam ir para a minha casa, a gente montava um grupo de mulheres e continuava fazendo as coisinhas para vender e melhorar a nossa renda. Elas toparam e, em 2012, a gente começou.

Estou liderando as atividades do grupo e, por enquanto, somos seis. A gente começou se reunindo duas vezes por semana, porque cada mulher é de uma região diferente. Como moramos longe umas das outras e minha casa é a mais centralizada das regiões, trabalhamos nela. As mulheres vêm para minha casa, trabalhamos o dia inteiro, dormimos e, no outro dia, prosseguimos os trabalhos. Quando é à noite do segundo dia, elas vão embora.

Todo curso que tem a gente quer aprender mais. Nós produzimos de tudo, inventamos muita coisa. A gente vê as novidades nas viagens, na internet e faz tudo em casa. Nós fazemos flor de palha de milho, boneca de palha, fibra de bananeira, cisal, cabaça com biscuit, boneca de pano, trabalhos com cerâmica, jornal, pano de prato, têm várias coisas... Eu quis diversificar bastante as produções para trabalhar com várias possibilidades. Se fosse para trabalhar só com palha, haveria gente com alergia, que não se dá com a palha, que não consegue trabalhar. Então meu grupo tem mulher que pinta muito bem, que borda muito bem, que faz flor muito bem. Assim atende a mais pessoas.

Cada uma entra com um pouco de material, e dividimos o dinheiro da nossa produção quando vendemos as mercadorias. A gente não tem lugar certo para comercializar, distribuimos boca a boca, nas reuniões que envolvem as mulheres e expomos nossos trabalhos quando somos convidadas para participar das feiras. Ainda neste ano, nós ganhamos um estande nas principais festas da região: a Acaiafest, tradicional festa da cidade, e na 85ª Semana do Fazendeiro, que

ocorre na Universidade Federal de Viçosa, Feira Regional de Economia Popular Solidária, além das festas do município, a Festa da Terra e a Festa do Trabalhador Rural.

Nós não vivemos só do artesanato, mas é um complemento, é uma renda. A gente sente prazer em fazer o que gosta, e é ainda melhor quando a gente vende os produtos e ganha um dinheirinho. Ficamos felizes demais!

O trabalho é também uma terapia. De vez em quando, eu estou para baixo, mas me dá uma injeção de ânimo quando as meninas vêm chegando. A autoestima vai lá em cima. A gente vai confidenciando a vida e cantarolando. A gente abre um “berreiro” aqui dentro de casa, estamos com um “coral arrumado” aqui. Arrumei um livro só de seresta antiga, uma faz a primeira voz, outra a segunda, outra a terceira. A gente vai trabalhando e cantando.

No grupo buscamos sempre a união das artesãs. Têm duas irmãs que viviam brigando e hoje brincam e conversam muito mais. Outras são aposentadas e encontram no artesanato uma fonte de ocupação e de convivência, além de ser uma companhia para todas. A participação é tão importante, que uma das nossas amigas artesãs vem e volta a pé, fazendo um trajeto de duas horas ou mais. Outras pegam condução escolar ou ônibus de linha.

Durante as reuniões, nós mulheres conversamos muito. Todas do meu grupo produtivo participam do projeto “Mulheres e Agroecologia em Rede”, do CTA e fizeram parte do “Programa de Formação Feminismo e Agroecologia” que aconteceu na Zona da Mata e Leste de Minas, então buscamos saber mais sobre os nossos direitos. Quando tem alguma companheira com dificuldade, a gente tenta conversar, passar alguma coisa da nossa experiência. Infelizmente ainda existem muitas mulheres que são discriminadas até mesmo por mulheres.

Eu já andei de cabeça baixa muito tempo, mulheres que me criticavam “mulher de malandro, gosta de apanhar”, mas não sabe que não é porque a mulher gosta de apanhar, é porque ela não tem força para sair da realidade dela. O meu ver diante das situações dos casais em que os homens maltratam, humilham a mulher, não é para fazer os dois se separarem, é para fazer a mulher enxergar o papel e o valor que ela tem, e o companheiro também enxergar. Porque eles podem viver muito bem unidos, um respeitando o outro. Tem muitos casos que é só separação, mas eu acredito que tem outros que há recursos.

Eu acho muito importante a gente buscar se formar, pois foi no Programa de Formação que eu comecei a abrir a minha cabeça e a perceber o meu valor enquanto mulher. Antes eu participava do grupo de mulheres para sair um pouco. Eu ia pelo lado do artesanato, por querer fazer alguma coisa, mas não estava com a cabeça aberta para a formação de mulheres. Anotando o que eu produzo no meu quintal, a partir do trabalho com a “Caderneta Agroecológica”, eu vi o quanto eu sou rica e feliz e não sabia. Na caderneta anotamos e calculamos o valor de

tudo o que produzimos na roça, seja aquilo que usamos na alimentação da casa, aquilo que é trocado, doado e vendido. Pude perceber o quanto eu já economizei, produzindo em casa. Tomei consciência do que a gente tem na roça e não precisa comprar e que gera saúde para a família da gente, por ser natural.

O prefeito de Acaiaca está alugando um cômodo de comércio para a gente vender nosso artesanato, já que nossas principais dificuldades são o lugar fixo para vender e o transporte da produção. O lugar está em reforma e acredito que nós vamos dar um passo bem grande enquanto grupo produtivo. A partir do Programa de Formação em Gestão de Empreendimentos Econômicos (PFG), nós aprendemos a fazer os cálculos daquilo que a gente produz, o que fica mais em conta, o que pode ser eliminado. Conhecemos a importância de anotar tudo que envolve a produção e a fazer o cálculo para valorar a peça. Antes nem fazer conta eu fazia, não tinha noção e acabava levando prejuízo. Tinha coisa que a gente vendia e que não pagava o material que eu comprava. Foram dois módulos de formação, de uma semana cada. Eu desenhei meu “tico e teco” brigando e saindo fumaça da minha cabeça, mas tem valido muito a pena.

No Programa de Formação, eu refleti sobre um monte de coisa. Engraçado que me lembrei da época que, pela pressão psicológica do meu companheiro, eu quase saí da roça. O meu irmão até propôs de eu ir trabalhar fazendo faxina na cidade. Ele olhava para a gente assim na mesma visão que a gente da cidade tem: “os pobrezinhos da roça”. Hoje eu sei que pobrezinho é quem está na cidade, eu tenho a visão de que o gasto com mantimentos é bem menor e a qualidade de vida na roça nem se compara. Só de reconhecer a fartura que a gente tem na roça, queijo, leite, verdura fresquinha, o ar puro, o padrão de vida que a gente tem, eu fico muito feliz.

Por eu ser apaixonada pela roça, pela natureza, não tem como não ser apaixonada pela agroecologia. Agroecologia é você poder fazer uma agricultura sem agredir a natureza, respeitando o ambiente, sem usar veneno e também respeitando as pessoas, buscando relações mais justas entre homens e mulheres. Só quem não ama a natureza é que não pratica a agroecologia, que não respeita o meio ambiente e as pessoas! Quem ama até a Deus, ama a natureza. E eu descobri tudo a partir do programa de formação, tudo num pacote só: o valor que eu tinha como mulher, como agricultora, o valor que a gente tem que dar para a natureza, o amor, o respeito.

Hoje eu participo de vários debates e reuniões, conheço pessoas diferentes e busco me informar melhor. Este ano levei os trabalhos do nosso grupo de mulheres, que agora tem nome “Mulheres de Fibra”, para o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) na Bahia, e também estou junto das reuniões do Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas.

Antes quando eu falava “ah, eu penso...” e recebia como resposta: “você não é feita para pensar não”. Não conseguia nem completar a frase “eu ach...”, “você não acha nada, você não é

feita para achar”. Hoje eu tenho autonomia e muito mais coragem para prosseguir minha vida. Eu não chego a seis horas da manhã na cama de jeito nenhum. Não aguento, só quando eu estou muito cansada. Levanto cinco e meia da manhã, parecendo que dormi “amarrada no pau”, acordo com uma fome! Faço café no fogão de lenha e começo os trabalhos. Arrumo as camas, vou para a o quintal até o sol esquentar e lá faço de tudo, desde capina, cultivo, irrigação, criação dos animais...

Vou para casa terminar de arrumar almoço e lavagem de roupa e retorno ao terreiro quando o tempo fica mais fresco. Lá eu trabalho enquanto tem claridade e só então vou descansar. Levo uma vida ativa, por compreender meu valor como mulher e por ter liberdade para decidir como viver. Sem medo, sem fome, sem pressões psicológicas. Produzindo e reconhecendo o meu direito de ser feliz.

AUTORAS E AUTORES

Categoria Ensaio Inédito

Adriana Samper Erice. Graduada em Biologia pela *Universidad Autónoma de Madrid*, Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Contato: a.samerice@gmail.com

Amanda Paiva Quaresma. Engenheira Florestal formada pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Msc. em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é assessora de inclusão produtiva do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) na região do nordeste paraense.

Contato: amandapquaresma@hotmail.com

Julia Scaglioni Serrano. Bióloga com mestrado em Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atua como educadora popular em comunidades rurais, desde 2010.

Contato: juscaglioni@gmail.com

Lívia Tavares Mendes Froes. Cientista Social formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre e Doutoranda em Antropologia pela UFF.

Contato: liviafroes@gmail.com

Ludmilla Luciano de Carvalho. Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Goiás (UFGO). Servidora do Incra desde 2006. Estudante do curso de especialização em Agroecologia, pela parceria Incra/PRONERA/UFG.

Contato: ludvalho@bol.com.br

Pablo Melquisedeque Souza e Silva. Geógrafo, doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor da Escola Estadual Professor José Mamede (Tibau do Sul/RN), pesquisador e integrante do Grupo de Estudo Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC).

Contato: pablo_melqui@hotmail.com

Vinícius Cosmos Benvegnú. Cientista Social, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Contato: vcbenvegnu@yahoo.com.br

Mirla Cisne Álvaro. Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ), Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pesquisadora e militante feminista, integrante do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir.

Contato: mirlacisne@gmail.com

Categoria Relatos de Experiência

Angela Beatriz Araújo Pereira. Pedagoga, possui especialização em Educação Ambiental, é mestranda em Extensão Rural e Assistente Técnica Regional Social da Emater/RS-Ascar.

Contato: abpereira@emater.tche.br

Cacilda Sueli Mandelli. Formada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), trabalhou na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais (CEAGESP) na área de abastecimento e segurança alimentar. Atualmente trabalho na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Contato: mandelli@itesp.sp.gov.br

Gabriela Monteiro Araujo. Militante do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e da Marcha Mundial de Mulheres.

Contato: gabbrielaaraujo@gmail.com

Iara Rossi. Formada em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP), ingressou na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em 2001 e trabalha com grupos de mulheres desde 2001.

Contato: irossi@itesp.sp.gov.br

Lauren Albrecht Bastos. Trabalha na Incubadora Social da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Contato: laualbas@yahoo.com.br

Leani Bertoldo. Professora. Atualmente cursa Psicologia, é Extensionista Social na Emater/RS-Ascar.
Contato: lbertoldo@emater.tche.br

Leila Ghizzoni. Nutricionista, pós-graduada em Gestão em Saúde. Atualmente, cursa pós-graduação em Desenvolvimento Rural e é Extensionista Social na Emater/RS-Ascar.
Contato: leilag@emater.tche.br

Magda Aparecida Limberger Tonial. Professora, graduada em Tecnologia do Desenvolvimento Rural e Extensionista Social e atua na área Gênero na Emater/RS-Ascar.
Contato: mtonial@emater.tche.br

Magnólia Azevedo Said. Advogada, militante feminista e atua no Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR.
Contato: said.magnolia@gmail.com

Maria Laudénice Alves Oliveira. Jornalista, atua na área da Comunicação Popular e Democrática. Integra o Núcleo de Comunicação do Centro Sabiá.
Contato: comunicacao@centrosabia.org.br

Mauricélia de Sousa Silva. Militante e atua na Casa da mulher do Nordeste.
Contato: celia@casadamulherdonordeste.org.br

Sarah Luiza de Souza Moreira. Cientista Social, militante feminista e atua no Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR.
Contato: sarahluiza1982@gmail.com

Categoria Memórias

Ângela Líbio da Paixão. Agricultora agroecológica e bolsista em extensão na área de Gênero pelo Centro de Desenvolvimento e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), em parceria com MUNDUKD do país Basco.
Contato: angelalibiopaixaol@gmail.com

Angélica Almeida. Formada em Comunicação Social–Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, trabalha como Assessora de Imprensa no projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, no Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA).
Contato: angelica@ctazm.org.br

Francisca Regilma de Santana Santos. Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário. Atualmente compõem a equipe Tijupá, núcleo operacional Rosário, pelo contrato ATER INCRA/TIJUPÁ Nº 15000/2012.

Contato: regilmama@gmail.com

Isabel Olívia da Cunha Neder. Integra a Associação de Pequenos Produtores Rurais, Doceiras e Artesãos de Belmiro Braga (MG).

Contato: appabelmiro@gmail.com

Mary Vitória Delazzari. agricultora familiar e artesã do grupo produtivo Mulheres de Fibras. Reside na comunidade Coqueiro, em Acaiaca (MG) e é beneficiária de projetos do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA).

Sônia Aparecida de Souza. Trabalha no Departamento de Políticas para Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Simonésia (MG).

Contato: strsimonesia@oi.com.br



PARCEIROS



PROMOÇÃO



Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Ministério do Desenvolvimento Agrário

